I.B.G.E. - CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

(Extractos da "Revista Brasileira de Geografia")

Ilustrações de PERCY LAU

EDIÇÃO ALEMÃ

RIO DE JANEIRO
1956

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

I.B.G.E. - CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

(Excertos da "Revista Brasileira de Geografia")

Ilustrações de PERCY LAU

2.ª EDIÇÃO ATUALIZADA

RIO DE JANEIRO
1956

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DO ACUCAR E DO ALCOOL
Nº 3322
15.10.55

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, D.F., BRASIL

NOTA EXPLICATIVA DA 5.ª EDIÇÃO

A Revista Brasileira de Geografia, consequente com seus fins de divulgar estudos originais sobre a realidade geografica brasileira, iniciou, a partir do seu n.º 4, ano I (1939), a publicação de uma secção intitulada "Tipos e Aspectos do Brasil".

Desfilou, assim, pelas páginas da "Revista" uma longa série de quadros que a magnificência e prodigalidade da paisagem cultural brasileira tornam inesgotavel.

Os matizes naturais e humanos mais caracteristicos e tipicos das diferentes regiões do país, são entrevistos atraves de magnificas ilustrações de PERCY LAU, cuja arte se fixou com admiravel propriedade na representação dos motivos brasileiros e dos textos descritivos a cargo de distintos especialistas. Uma circunstância que merece acentuar e a de que, obedecendo a um plano prèviamente traçado pelos cientistas, os trabalhos conservam a originalidade e a beleza das concepções artisticas puras.

Póde, assim a "Revista", dentro em pouco tempo, organizar uma coletânea dêsses trabalhos que têm a data de 1940 — a primeira separata dos "Tipos e Aspectos do Brasil", em formato de pequeno folheto, que abrange, apenas oito assuntos. O seu lançamento constituiu contribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica à XIII Feira Internacional de Amostras.

A esta edição, cuja tiragem foi pequena e rapidamente se esgotou, sucederam a de 1942, consagrada a Goiânia, por ocasião do seu batismo cultural, e a de 1943, votada como contribuição às comemorações pelo 1.º centenario da fundação do Instituto Histórico e Geografico do Uruguai, enfeixando a primeira 20 e a segunda 26 assuntos

A despeito de se alargar, em cada edição, o numero de exemplares, o surpreendente interêsse de logo despertado pela publicação fêz com que, decorrido algum tempo, se vissem exauridos.

Em 1944, o Conselho Nacional de Geografia, ao ensejo da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada no Rio de Janeiro, fêz reeditar os "Tipos e Aspectos", cobrindo uma tiragem que superou de muito as an

teriores: montaram a 36 os assuntos incluídos, graças as incessantes achegas da "Revista Brasileira de Geografia".

Atendendo igualmente à lisonjeira repercussão e simpática acolhida que a contribuição mereceu no exterior, houve o Conselho por bem publicá-la em três edições para os idiomas, inglês, esperanto e espanhol, tradução da respectiva edição portuguêsa e que saíram à luz, na ordem seguinte:

"People and Scenes of Brazil" — Excerpts from the "Revista Brasileira de Geografia" — 1945. Translated by ADRIAN RONDILEAU, *Ph. D.*

"Tipoj kaj Aspectoj de Brasilo" — *Originaloj en la "Revista Brasileira de Geografia"* — 1945. *Tradukitaj de Membroj de "Brasila Ligo Esperantista".*

"Tipos y Aspectos del Brasil". — *Excerptos de la Revista Brasileira de Geografia — 1946. Traducción del professor* ORLANDO VALVERDE.

Do interêsse que tais publicações alcançaram, dizem eloqüentemente as transcrições e reproduções que abundantemente se fizeram em publicações nacionais e estrangeiras seja por parte da imprensa (revistas e jornais), seja por parte dos autores de livros didáticos. Ainda há pouco, para citar um exemplo, o preclaro sociólogo norte-americano LYNN SMITH *publicou o livro "Brazil — People and Institutions", que se acha repleto de ilustrações de* PERCY LAU, *extraídas daquela publicação.* PERCY LAU *oferece-nos o exemplo admirável de como a arte pode servir à ciência, sem que uma ou outra perca as qualidades e virtudes que lhes são inerentes.*

É PERCY LAU *um artista de classe que dignifica o quadro de funcionários do Conselho, cuja obra tem sido alvo de merecidas referências elogiosas no país e no estrangeiro.*

Conjugados tais valores e em consideração não menor dos benefícios culturais que, como publicação de caráter divulgativo, os "Tipos e Aspectos" incontestàvelmente vêm prestando, é que o Conselho Nacional de Geografia, se abalança a mais uma edição desta obra, grandemente aumentada e enriquecida com novas contribuições, pois abrange 64 assuntos.

Não será exagêro dizer, diante de tais atestados, que "Tipos e Aspectos do Brasil" representa uma expressão cultural a merecer carinhosa aceitação, que o Conselho Nacional de Geografia justificadamente espera como prêmio do seu esfôrço ao dar a lume a presente 5.ª edição.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral
do Conselho Nacional de Geografia

NOTA EXPLICATIVA

Ao completar o ano XVI de existência, devotada a divulgação de atividades geográficas no país e propaganda dos ensinamentos da metodologia moderna, a "Revista Brasileira de Geografia" empreende, pela 6ª vez, a edição, em separata, dos "Tipos e Aspectos do Brasil". Assim atende às solicitações dos que desejam ter à mão, enfeixados em um só volume, os trabalhos que se lhe dispersam pela já considerável coleção.

Depois de iniciada a secção respectiva, raro haverá um número do periódico, em que se interrompa a série por motivos imperiosos.

Redigidos por quem conheça cabalmente a paisagem típica, ou a cena escolhida, a ilustração exige, além da perícia artística, no desenho, correspondentes pesquisas, que permitam ultimar a composição com fidelidade interpretativa da síntese escrita. Do método adotado, provém o êxito estimulador de maiores esforços, que se evidencia nas sucessivas edições da coletânea, motivadas pela procura crescente.

A primeira veio a lume em 1940, minguada de páginas, como indica a "Nota Explicativa", que precedeu a edição anterior, adiante reproduzida, por assinalar o aumento progressivo da série, à medida que avança a "Revista" em sua trajetória luminosa. A atual, em que figuram 96 capítulos, abrange não sòmente os que foram impressos anteriormente, como ainda os elaborados depois de 1949. Espelham peculiaridades regionais, que se observam nas mais variadas paragens do país.

Também concorreu para lhe determinar a publicação a próxima reunião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, que se realizará em agôsto de 1956. Jamais haverá oportunidade comparável, para o encontro, no Rio de Janeiro, dos maiores especialistas, seduzidos pelos problemas geográficos do Brasil, que pretendem estudar. A 6ª edição dos "Tipos e Aspectos" proporcionar-lhes-á miniaturas da realidade, que certamente lhes será do agrado conhecer, como, aliás, sucede a quantos se interessam por assuntos relacionados com a terra brasileira e a gente que a povoa.

FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

INDICE

REGIÃO NORTE

[illegible] 7
[illegible] 9
[illegible] 11
[illegible] 14
[illegible] 15
[illegible] 16
[illegible] 17
[illegible] 18
[illegible] 19
[illegible] 20
[illegible] 21
[illegible] 22
[illegible] 23
[illegible] 24
[illegible] 25
[illegible] 26
[illegible] 27
[illegible] 28
[illegible] 29
[illegible] 30
[illegible] 31
[illegible] 32
[illegible] 33
[illegible]

Faiscadores 214
Favelas 222
Feira de Gado 226
Florestas da Encosta Oriental 231
Gerais 235
Grutas Calcárias do São Francisco 244
Manguezais 249
Muxuango 256
Negras Baianas 260
O Espia 264
Planície dos Goitacases 267
Pranchas 272
Região Central de Minas Gerais 276
Restinga 285
Salinas 291

REGIÃO SUL

Casa do Praiano 301
Agregado 304
Cachoeiras do Iguaçu 310
Cafèzal 313
Campos de Criação do Rio Grande do Sul 320
Campos de Guarapuava 324
Charqueada 328
Carroças Coloniais do Sul 335
Carreteiro 339
Colheita de Café 342
Coxilhas 348
Ervais 351
Ervateiros 355
Extratores de Pinho 359
O Bananeiro 364
O Gaúcho 369
O Uru 372
O Galpão 375
Peão 378
Pescadores do Litoral Sul 381
Pinhal 386
Travessia de Gado 390
Serraria 393

REGIÃO CENTRO-OESTE

Boiadeiro 399
Bois de Sela 403
Buritizal 406
Campo Cerrado 410
Casa do Agregado 414
Derrubada 418
Floresta-Galeria 422
Garimpeiro 426
Obrageiro 430
Pantanal 433
Tapera 441

INDICE DE AUTORES

Bomard — Dias de Assumpção
Cadeiras do Imperio 110
Sagrada [illegible]

Barbosa Leite — Francisco
Agua do Cabeça do Mirabelo 75
Cachaças Populares do Nordeste [illegible]
Cabelo do Carnaúba 114

Bezerra dos Santos — Lindolfo
Burro de Tiradeira [illegible]
Cangaço [illegible]
Cangaço Corrente [illegible]
Coqueiros das Praias do Nordeste 115
Floresta do Extremo Oriental [illegible]
Floresta Colosa 423
Imaculada 113
O Cabelo [illegible]
Piaçaba [illegible]

Câmara — Eduardo Pessoa
Cimbaqui [illegible]

Carvalho — Elisa de
A lavrador 175
Fabricante de Farinha 124
Favelas 222
O Mandacaru 141
Primeiro [illegible]

Castro Meades — Lucio de
Campos de Cimbaqui do Rio Grande do Sul [illegible]
Carreiras Coloniais do Sul [illegible]
Carro de Boi 265
Negras Baianas [illegible]
Vaqueiros do Mineiro 41

Coelho de Souza — Gil
Boiadeiro [illegible]
Caboclo 215
Campos de Cachimbaú 224
Canavial 31
Carvoeiro [illegible]
Colonos do Tabú 242
Engenhos e Usinas 117
Estatísticas do Piauhy [illegible]
Feira do Limão [illegible]
O Banqueiro [illegible]
Pescadores do Litoral Sul [illegible]
Rosinha [illegible]

Corrêa Filho — Virgilio
Aguadeiro 65
Boa de Sabo [illegible]
Trechos Encantadores do Rio Paraguay [illegible]

Costa Pereira — José Verissimo da
Aguadeiro [illegible]
Baboçuíba 75
Balaios 41

Barqueiros do São Francisco 187
Barranqueiros 182
Buritizal 406
Caboclo Amazônico 5
Campos do Rio Branco 10
Carnaubais 98
Casa do Agregado 414
Castanhais 14
Charqueada 328
Ervais 351
Ervateiros 355
Faiscadores 214
Gaiolas e Vaticanos 19
Garimpeiros 426
Gerais 235
Grutas Calcárias do São Francisco 244
Muxuango 256
Pantanal 433
Pesca do Pirarucu 29
Pescador de Pirarucu 23
Planície dos Goitacases 267
Regatões 34
Região Central de Minas Gerais 276
Rendeiras do Nordeste 150
Salinas 291
Seringueiros 39
Vaqueiros do Rio Branco 48
Ver-o-Pêso 52

CUNHA LIMA — João Milanez da
Mocambo 132

ESPINDOLA SCHAVFFER — Regina Pinheiro Guimarães
Derrubada 418

FLORENTINO DE SOUZA — Rosalvo
Vaquejada 164

FRÓIS ABREU — Sílvio
Arpoadores de Jacarés 3

MACEDO SOARES GUIMARÃES — Fábio de
Trecho de um Rio na Amazônia 43

PEDROSA — Carlos
Cambiteiros 103
Manguezais 249
O Colhedor de Côcos 136
O Pescador de Tarrafa 145
Viveiros de Peixe do Recife 171

QUINTIÈRE — Léia
Casa do Praiano 301

SOUSA DOCA — Maria Fagundes de
Agreste 64
Vaqueiro do Nordeste 167

STRAUCH — Ney
As Usinas de Caroá 59
Tirador de Caroá 155

WERNECK SODRÉ — Nelson
Carreteiro 339
Costeiras 211
Coxilhas 348
Obrageiro 430
O espia 264
O Galpão 375
O Uru 372
Peão 378
Tapera 441
Travessia de Gado 390

REGIÃO NORTE

ARPOADORES DE JACARÉS

SILVIO FRÓIS ABREU

A GRAVURA representa uma cena muito típica das fazendas de gado em Marajó: — a caça do jacaré.

Os terrenos baixos e alagados em certa parte do ano, bem como as lagoas rasas, constituem ambiente muito favorável a êsses animais, que se reproduzem em quantidade espantosa.

Se bem que se encontre a hévea nas matas da grande ilha, a principal atividade ali é a criação do gado vacum. Para isso concorre a excelência das pastagens naqueles imensos campos naturais. O gado de Marajó é exportado para outros pontos da Amazônia e para as Guianas.

Praticando aquela criação, tem o fazendeiro marajoara dois grandes inimigos naturais: as enchentes, que as vêzes alagam os campos obrigando o rebanho a procurar os "tesos"; e os jacarés que dizimam os bezerrinhos. Atacando, assim, os bezerros, os jacarés dão anualmente aos fazendeiros de gado um grande prejuízo e, daí, a prática das grandes caçadas em que se eliminam, às vêzes, centenas daqueles animais.

A caça com o arpão, a maneira do que se faz com o pirarucu e outros peixes grandes, é muito usada em Marajó e constitui um método peculiar à Amazônia, devendo ser, sem dúvida, de origem indígena.

O jacaré é visado mais como inimigo do gado do que como um perigo para os habitantes da ilha.

Percy Lau

CABOCLO AMAZÔNICO

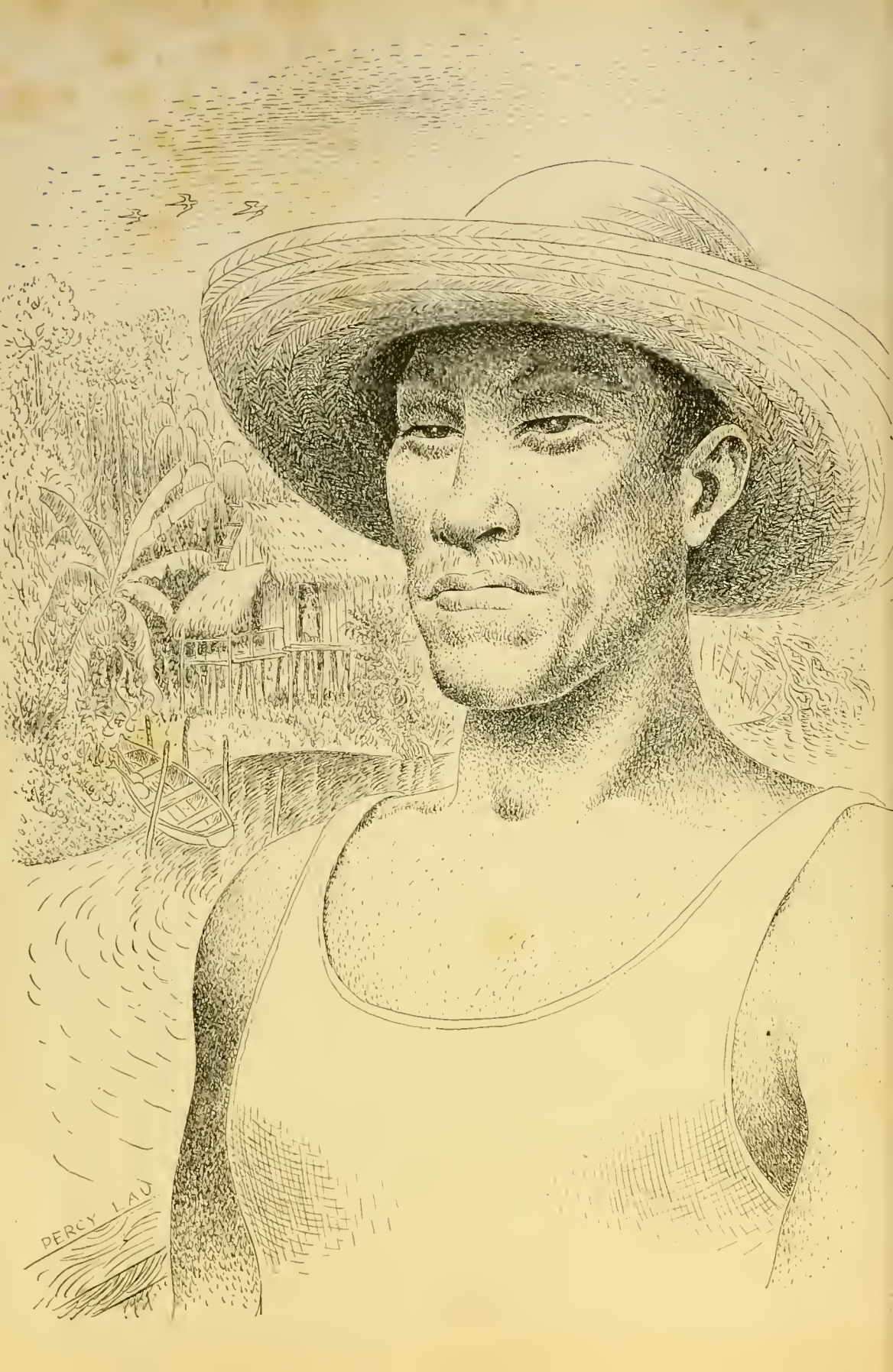
José Veríssimo da Costa Pereira

DADOS estatísticos gerais da "*Sinopse do Censo Demográfico*" de 1940 confirmam que o fundo da população da Região Norte ou Amazônica, é constituído de tipos mestiços (caboclo, moreno, mulato etc.), oficialmente consignados sob a singela designação de pardos.

Com efeito, os pardos na data do último recenseamento geral — 1.º de setembro de 1940 — representam 48% da população total da Amazônia, vindo, em seguida, os brancos com 40% e os pretos com apenas 8%. Os restantes 4% compreendiam pessoas de côr amarela e, também, aquelas cuja côr não foi declarada.

Mais numerosos no Amazonas (60%), os pardos representam 46% no Pará e 30% no território do Acre. Quanto aos brancos, êstes prevaleciam com 54% no Acre, figurando o Pará, em segundo lugar, com 45% e, em terceiro, o Amazonas com 31%. Os pretos obedeciam a mesma ultima ordem, porém, com porcentagens muito inferiores, respectivamente de 13,10 e 7%.

Tal distribuição está em correspondência com o sentido da penetração, no vale, do elemento branco colonizador, a qual se realizou, como se sabe, linearmente, em direção oposta à da corrente do grande rio. A distribuição também está em relação estreita com as conhecidas providências legais, restritivas, vigentes nos tempos da colonização. Estas, ao lado do estancamento das correntes imigratórias dos brancos, verificado após a primeira metade do século passado, e em consonância com a sempre diminuta presença do elemento negro na Amazônia, explicam o fato de caboclos, tapuios e mamelucos, haverem resultado quase tão somente, do cruzamento do branco com o indígena. Dêsse modo esta forte mestiçagem pôde se processar e isenta, por assim dizer, da contribuição perturbadora vinda de outros elementos raciais. Tudo isso proporcionou, então, à Região Norte, a singular situação de possuir, no Brasil, uma sociedade em que a expressão indígena predomina, tanto sob o ponto de vista étnico, quanto sob o cultural.


PERCY LAU

Da mestiçagem do branco com o índio resultou o curiboca (às vêzes denominado erròneamente, tapuia) e da do curiboca com o branco, o mameluco. Na linguagem do povo, porém, curiboca e mameluco são englobados na denominação geral de "caboclo", palavra que, segundo Teodoro Sampaio, vem do tupi *cac boc* que significa tirado ou procedente do mato. O vocábulo possui, entretanto, outros significados, inclusive o sentimental, em cujo caso passa a ter a significação de pessoa querida.

Se, na realidade, por um lado, não existe um tipo único de caboclo amazônico, porque, num ou noutro ponto, sempre houve uma predominância de um elemento étnico no caldeamento; por outra, a seleção de tipos humanos característicos sòmente será possível estabelecer-se em função dos gêneros de vida e horizontes de trabalho encontrados em áreas geogràficamente distintas. Neste último caso, de acôrdo com um seguro observador — Moacir Paixão e Silva — fora das zonas do Baixo Amazonas e do Rio Branco, de onde emergem os tipos bem diferenciados do vaqueiro de Marajó e do vaqueiro dos campos do Rio Branco, e excetuadas, outrossim, as áreas das altas cabeceiras onde se processam a exploração da seringueira e a coleta da castanha segundo normas de trabalho peculiares, o que existe é uma vasta zona de comportamento humano unificado. O fato se verifica tanto no Madeira quanto no Solimões, tanto no Tocantins quanto no Tapajós ou no rio Negro. E, na opinião do mesmo autor, ("*Sôbre uma Geografia Social da Amazônia*", divulgação do E.I.P., Manaus, Amazonas, 1943, p. 61), com a pesca e o pequeno plantio, a coleta florestal, a vida nos postos de lenha, nos jutais, "aí é onde se encontra a Amazônia genuinamente nativa curiosa naquela socialização cujas maneiras são ainda os do bugre manso. É zona de influência da economia do caboclo".

Êsse caboclo tem um tipo étnico semelhante ao do índio. Pigmentação epidérmica; a barba diluída; certa obliquidade dos olhos; sobriedade dos gestos. "Só lhe falta, em conclusão dessa semelhança física — ponderou — M. P. e Silva — a extensão e a rapidez dos movimentos, e isso deriva, por certo, da regressão secular que lhe impôs seu mau funcionamento orgânico, decorrente de um mínimo padrão alimentício inegàvelmente a maior das fôrças que condicionam a nossa vida plástica e energética".

Onde quer que atue, e seja qual fôr a atividade a que se dedique, o caboclo amazônico traduz sempre a influência atávica na região. Antes de tudo é um nômade. Preferencialmente é um coletor, um pescador ou um caçador. Uma vez ou outra dedica-se a minguada cultura de subsistência, aproveitando-se

uma nesga de terra limpa pelo fogo, ora certa porção do solo fértil das vazantes. Planta, então, aqui e ali um pouco de milho e de feijão, alguma batata, uns quantos legumes.

Perto da cabana rústica com dois puxados, de cobertura de palha, soalho e paredes de palmeira "paxiúba", um mandiocal e um bananal completam o quadro da moradia. Às vêzes, um pequeno cercado próximo abriga algumas tartarugas fluviais.

A moradia se ergue sôbre estacas a fim de evitar a invasão das águas nas enchentes ou, finalmente, assenta num pequeno terraço marginal, a regular distância de um barranco tornado íngreme pela erosão do rio. Mata espêssa barra os fundos da habitação, enquanto a frente se volta para o curso d'água, a cujo leito se vai ter mediante a descida de alguns degraus cavados no barranco de argila. Em baixo, uma frágil canoa flutua. É a "montaria", dentro da qual o arco e as flechas parecem aguardar o momento de sua utilização na pescaria em algum remanso de igarapé.

Sem dúvida, em combinação com os resquícios dos usos e costumes primitivos pauta o caboclo amazônico tôdas as formas e modos de sua atividade pelas contingências do meio físico, de que o rio e a floresta constituem a maior expressão.

"Com o seu profundo senso de acomodação geográfica, ilustrou M. P. Silva, o caboclo seleciona a foz dos igarapés, o ângulo das confluências, as margens mais bucólicas para ali levantar sua habitação, fazer vida calma e sem ambições, saqueando o rio para comer, dormindo preguiçosamente quatorze horas por dia, dançando, rezando nas ladainhas e enchendo a sua paisagem familiar de curumins distróficos e analfabetos. Aproveita o rio como linha de transporte e comunicações, serve-se da sua dinâmica de enchentes e vazantes para estabelecer o equilíbrio do plantio e da colheita, para o trabalho da criação e da pesca, da indústria extrativa e das viagens de mercadejamento. Nas regiões inundáveis, a Amazônia originalizou-se por tipos sociais e econômicos que são um reflexo da sua razão fluvial. A maromba, as jangadas, a morada palafita, o flutuante, o banheiro, o gurupapé, representam elos dessa cadeia em que o homem se ajusta gostosamente. Ali as formas de aculturação procedem, quase em totalidade, daquela disciplina que o rio caracteriza".

Em particular, o caboclo quando tapuio, isto é, quando indígena civilizado ou de sangue misturado, no qual, o do indígena prepondera, possui estatura baixa, corpo robusto e uma pele côr de canela ou da de uma usada moeda de cobre. O nariz é chato e largo nas extremidades. Os cabelos são negros, duros e lisos, a fronte é curta. Para José Veríssimo, a nota dominante do caráter dêsses tapuios é uma completa, absoluta,

falta de energia e de ação. Todos os seus defeitos dessa decorrem e nisso podem resumir-se. Vivem dominados por uma espécie de fatalismo inconsciente, faltando-lhes, ainda, a ambição de tentar sair de tal estado de coisas. O caráter, entretanto é bom e os seus instintos pacíficos.

Já os caboclos mamelucos possuem caracteres físicos muito mais variados. O verdadeiro mameluco possui estatura mais elevada, pela côr de canela passada por todos os matizes, fronte um tanto baixa, olhos menos oblíquos e mais vivos. Os cabelos embora negros e grossos passam a ondulados, algumas vêzes. Os mamelucos formam a parte mais característica da população amazônica e se encontram perfeitamente adaptados ao meio.

Mameluco, curiboca ou tapuio, — não importa o tipo étnico, o fato é que o caboclo amazônico, altamente representativo da Região Norte, é sem duvida o canoeiro e o marinheiro ordinariamente encontrados nas zonas alagadiças de varzea.

CAMPOS DO RIO BRANCO

José Veríssimo da Costa Pereira

De modo geral, o têrmo "campo" no Brasil designa a área descoberta que não possui floresta.

Tal área tanto pode ser arborizada e, neste caso, a fitogeografia a denomina de savana, como sem árvores, tendo-se então campinas, nome hoje universalmente usado em geografia botânica para designar esta segunda ordem de campos nativos.

No Brasil, porém, as savanas chamam-se campos cerrados, ao passo que os campos sem árvores constituem, na nomenclatura fitogeográfica brasileira, as campinas ou campos limpos.

Na região amazônica, os campos naturais ou nativos revestem-se de um tríplice aspecto, porque além de apresentarem a forma típica da savana, e a modalidade campina, ostentam um tipo intermediário, a formação campinarana, ou falsa campina.

Na acepção geral do têrmo, os campos do rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Negro, no estado do Amazonas, cobrem uma área de cêrca de 35 000 quilômetros quadrados, de altitude média uniforme, entre 150 e 160 metros, excetuada a parte norte da planície, onde a altitude não é inferior a 250 metros.

A verdadeira zona dos campos livres ou "gerais" do vale do rio Branco, começa, de acôrdo com Jacques Ourique, depois das manchas de terrenos altos encontrados desde a barra do rio até o princípio do trecho encachoeirado, e daí à linha do Mocajaí e serra de Araraquara, hoje geralmente chamada serra Grande, sendo, pois, êsse, o limite sul das campinas.

Para Glycon de Paiva, o limite sul, entretanto, é balizado pelo referido Mocajaí na margem direita do rio Branco, e Quitauaú, na margem esquerda, igarapé nascido nas altas terras da serra da Lua.

O limite oeste e norte é constituído, conforme Ourique — "O *Vale do Rio Branco*" — Edição Oficial — 1906 — pela linha que, "partindo do alto Mocajaí e passando pela extremidade oriental da ilha de Maracá, contorne junto às serras os vales do

Majari e Parimé e vá, pelo retiro do Surumu, ao Pirara, na nossa divisa com a Guiana Inglêsa, sendo essa o seu limite de leste".

No boletim n.º 99 — *"Alto Rio Branco"* — do Serviço Geológico e Mineralógico — GLYCON DE PAIVA admite que o limite oeste da planície termina no meridiano de Maracá, quando se passa do curso inferior do Uraricuera para o seu alto curso.

Como limite norte, GLYCON considera a escarpa que atravessa o Brasil vinda do território venezuelano, no rio Surucum, à Guiana Inglêsa, no rio Maú, numa orientação geral de NW para SE.

As campinas do rio Branco possuem uma largura aproximada de 150 quilômetros, atravessando do Brasil, para a fronteira inglêsa.

A planura revestida pelas campinas do rio Branco, hoje genèricamente conhecidas por campos de São Marcos, em virtude de possuir o govêrno federal, na confluência do rio Branco com o Uraricuera, a grande fazenda nacional de São Marcos, a única das três grandes fazendas nacionais que vingou, dentre as que existiram antigamente na região, tìpicamente é uma peneplanície gnáissica, cuja vegetação característica é formada por plantas xerófilas e silicícolas, sendo na sua quase totalidade herbácea, donde os "campos" separados entre si por manchas de "cerrados" ralos, cujos "caimbés" e "merixis", monimiáceas taníferas, representam as plantas expressivas, de 3 a 4 metros de porte, ramos e caule tortuosos, fôlhas silicosas.

A cobertura principal do campo é uma gramínea que, em touceiras isoladas (*Anemochloa* sp.) constitui, com as ciperáceas capiliformes das lagoas e igapós, o alimento preferido pelo gado aí existente desde os meados do século XVII, quando estabeleceram os portuguêses as primeiras feitorias de criação, mais tarde transformadas nas fazendas nacionais de São Bento, de São José e de São Marcos, esta a única, aliás, que continua mantida e administrada pelo govêrno, de vez que as duas primeiras se acham hoje repartidas em fazendas particulares.

A área dos campos do rio Branco, naturais, francos, contínuos e limpos, apropriados à criação de gado vacum, cavalar e lanígero, sem preparo nem trabalho especial algum, corresponde a clareiras abertas na imensa floresta megatérmica que veste o imenso vale amazônico.

A entrada nos "campos" para quem vai de Manaus, depois do varadouro "Bem Querer", é descrita pelos monges beneditinos, no seu *"Anuário do Rio Branco"*: "Daí, a viagem prosseguirá risonha, entrando pouco a pouco na região dos campos. São estas imensas extensões de terra plana, com caráter de savana, cuja monotonia, porém, é agradàvelmente aformoseada por serras espalhadas em tôda parte, grandes e pequenos. Disto

pouco perceberá o viajante o bordo do seu navio, porque a mata alta, que sempre contorna e acompanha as margens, lhe interceptará a vista dos largos horizontes que se descortinam atras dessa barragem. Elevando-se, porém, o devido ângulo podera contemplar em largas extensões êsse grandioso panorama".

Glycon de Paiva escreveu: "A mesma impressão que nos vem, quando nos achamos colocados em pleno oceano, acode ao pensamento do observador que viaja os infinitos campos do rio Branco. Não sabemos de planícies que lhes sejam comparáveis, a não ser, vagamente, os altos chapadões do Triângulo Mineiro. Faltam quase sempre pontos de referência. Todos os rios correm indecisos, em senilidade avançada, limitando-se, apenas, a transportar, de uma margem para outra, os bancos de areia. O seu perfil é de um V muito aberto, e, de um lado de outro do eixo, vê-se uma larga "baixada" de alguns quilômetros, lembrando nas longas enchentes dos rios amazônicos, qualquer coisa dos pantanais do médio Paraguai. Suas velocidades, salvo trechos limitados de rejuvenescimento, são da ordem de 60 centímetros por segundo".

Como sucede no Rio Grande do Sul, as pastagens naturais do alto rio Branco, dividem-se, como lá, em "pastos secos" e "pastos úmidos", havendo, ainda, banhados e alagadiços nas baixadas marginais dos rios e igarapés, estendendo-se aquêles pelos terrenos mais altos, não atingidos pelas enchentes, e êstes, pelas depressões transitòriamente alagadas.

Além disso, igarapés de águas cristalinas cortam os campos em tôdas as direções e ostentam nas suas margens, renques de "miritis" (*Mauritia flexuosa*, Mart.) palmeiras que correspondem aos buritis, no interior do Planalto Central do país (*Mauritia vinifera*).

É nos "miritizais" e nas "ilhas-de-mato", ou capões, que o gado se refugia quando o calor aumenta consideravelmente.

CASTANHAIS

José Veríssimo da Costa Pereira

De vinte a trinta quilômetros da margem do rio Amazonas e também às margens do alto Beni, na bacia do rio Madeira pelo paralelo 13° de latitude sul, vive no estado selvagem a imponente *Bertholletia excelsa*, H. B. K. (*B. nobilis*, Miers). É uma árvore social e vulgarmente denominada castanheiro-do-pará. O fruto ou ouriço encerra nozes ou castanhas de alto valor alimentício. Daí a importância comercial dos castanhais, grupos mais ou menos densos daquelas árvores pertencentes à família das lecitidáceas, ou de outras de espécies do gênero *Lecythis*, tôdas porém produtoras de castanhas saborosas e bastante oleaginosas.

As *Bertholletias* são árvores de 20 a 30 metros de altura, ordinàriamente. O caule é cilíndrico e cada árvore se apresenta sem ramos até a fronde. A casca é escura e fendida. Nas extremidades são os ramos encurvados. As fôlhas, esparsas, têm a côr verde-escura na página superior, pálida todavia na inferior. Erectas, com a sua fronde serenamente altaneira, as *Bertholletias* — com exceção das sumaumeiras — chegam a dominar certas partes da floresta amazônica de terras altas.

Não são as únicas árvores amazônicas a produzir castanha, mas as de maior importância do ponto de vista comercial são as que delas provêm.

A chamada castanha sapucaia, embora de menor valor no comércio, é produzida pelas árvores das diversas espécies de *Lecythis*, com particularidade da *Lecythis paraensis*, Hub. árvore de grandes frutos, quase sempre encontrada nos terrenos de várzea alta do baixo Amazonas, onde é conhecida pelo nome de supucaieira.

A *Lecythis usitata*, de frutos relativamente pequenos, também fornece castanhas e, como as *Bertholletias*, aparece nas florestas de terra firme.

ERCY LAU

Os castanhais de *Bertholletia excelsa* são mais freqüentes nos planaltos entre os grandes afluentes do baixo Amazonas. Todavia os mais importantes se situam em tôda a região desde o Jari até o Jamundá, pela parte norte da bacia amazônica, e na zona do baixo Purus, pela parte sul da mesma bacia.

Inexistem contudo no trecho em que o Purus penetra no território do Acre. Mas na parte sudoeste da bacia — do Iaco para o Acre reaparecem para se tornarem novamente abundantes no trecho compreendido entre o Purus e o Piauini.

Em geral os castanhais vestem as cristas de terras firmes como que descidas do planalto guianense. Fora porém da bacia amazônica apenas são encontrados no território das Guianas.

Pio Correia considera como área do castanheiro-do-pará, a que se estende desde os estados do Maranhão e Mato Grosso (vale do rio Papagaio, afluente ou vizinho do Juruena) até 10° de latitude sul através dos estados do Pará (região de Alenquer, Almeirim e Óbidos fronteira com a Guiana Holandesa (vale do rio São João e elevações de Tumucumaque) e do Amazonas (vales do Madeira, Maués, Purus, Negro e Solimões) até o vale do Orenoco.

No extremo meridional do Pará — para quem penetra a região indo do sul do país — os castanheiros principiam a aparecer da confluência do Araguaia para jusante. As grandes associações vegetativas, de densidade variável, são, aliás, mais comuns, na região do Tocantins, a de maior importância como produtora de castanhas em todo o estado do Pará.

No estado do Amazonas, a bacia do Purus pode ser considerada como a região mais rica na mesma produção. Aí cada ouriço costuma encerrar de 15 a 20 castanhas e — segundo o testemunho do tenente-coronel Lima Figueiredo — um trabalhador pode colhêr, por dia, um ou dois hectolitros de castanhas (barricas). Há casos, contudo, de árvores, produzirem de 2 a 4 barricas, 126 litros para cada barrica. No Pará a produtividade oscila entre 30 e 120 litros de castanhas por hectare, em cada safra.

De crescimento moroso, o castanheiro frutifica aos oito anos e só aos doze produz normalmente. Quando adultos, podem dar cêrca de 500 quilos de frutos por ano.

Geralmente a *Berthorolletia excelsa*, H. B. K., floresce no mês de novembro e o crescimento completo dos frutos necessita de um período de 14 meses. Ficam assim maduros em dezembro ou janeiro do ano seguinte.

A colheita se inicia quando todos os frutos começam a cair das árvores, o que se dá em fins de janeiro. É a época em que o trânsito por debaixo de um castanhal constitui sério perigo,

em vista dos acidentes que poderia ocasionar semelhante imprudencia. Além disso, as castanhas completamente maduras são as de melhor conservação.

Em vista da altura da copa a colheita da castanha se realiza no chão. Na propria mata, os colhedores partem os frutos para retirarem as amendoas, comumente em numero de 18 a 22 em cada ouriço. O trabalho obedece à disciplina sazonaria, pois os ventos e as chuvas da estação precipitam a queda dos frutos do castanheiro e obrigam a colheita no proprio seio da mata amazônica onde existe o castanhal em explotação. O modo de realizar o trabalho resulta da experiencia e da inteligência humana posta a serviço de uma explotação rendosa e relativamente simples. Armada uma barraca singela sob a floresta, com uma cobertura fortemente inclinada para o chão, a fim de evitar o perigo da queda imprevista dos volumosos e pesados frutos, dentro dela espera o trabalhador dos castanhais (apanhadores, carregadores etc.), o momento que, agitados pelos ventos, os galhos, passam a desprender todos os ouriços maduros. Cautelosamente deixa, então, o abrigo e passa a encher o "paneiro", (as vêzes uma cangalha) de frutos encontrados pelo chão. Realizada a primeira colheita, novamente se recolhe a barraca-esconderijo a fim de aguardar a nova queda dos frutos. Enquanto isso, no interior do abrigo, quebra os ouriços, consumindo o tempo. Retiradas as amêndoas são estas levadas em canoas ao barracão do proprietario ou arrendatario do castanhal. Os igarapés se animam, então, remontados pelos trabalhadores em bateloes ou em "montarias". Há uma vida de certa agitação impulsionada pelo transporte dos resultados da "caçada" aos castanhais. Às vêzes, em certas regiões, os trabalhadores navegam sempre armados de rifle. Em Maraba (sul do Pará) tal precaução é indispensável em face da agressividade dos Caiapós. Na faina de abrir ouriços e retirar castanhas — escreve ANIBAL PÔRTO — um operário adestrado obtém o rendimento de, mais ou menos dois hectolitros de sementes, correspondentes a um conteudo de ouriços que varia entre 700 e 800.

Ao contrário do seringueiro, o castanheiro ou trabalhador dos castanhais trabalha nas "cheias" e descansa nas "secas". E, como êle — segundo observou o engenheiro ANTONIO LEÔNIDAS BARBOSA DE OLIVEIRA que visitou os castanhais de Maraba — descansam também as embarcações, e o tráfego se paralisa.

É claro não ser idêntica em todos os castanhais a cena cujos traços essenciais foram aqui expostos. Mas vale como um depoimento da vida imprevidente em face da variação sazonária no grande vale do rio Amazonas. A extrema atividade nos castanhais por ocasião das cheias, corresponde, na mesma época, a maxima paralisação da atividade humana e social, nos inter-

postos, barracões ou nos centros povoados, mais ou menos distantes. A atividade econômica interior se comporta como um movimento periódico de maré humana, com seu fluxo e refluxo, dos povoados para a mata e da floresta para os barracões, porque em verdade nos castanhais, sobretudo, inexistem caminhos, ranchos ou moradores em caráter permanente.

As possibilidades econômicas dos castanhais são consideráveis.

O epicarpo dos ouriços serve para o fabrico de objetos úteis e de fantasia e pode também ser aproveitado para defumar a borracha, outrossim para combustível. As castanhas depois de sêcas e livres do tegumento fornecem de 50 a 67% de óleo, alimento agradável, outrora usado como sucedâneo do azeite de oliveira, quando não é aplicado na fabricação de sabões, em preparados farmacêuticos, na iluminação e maquinismos delicados.

Nas regiões onde existem naturalmente, as castanhas servem de alimento às populações pobres que as comem assadas ou as reduzem a óleo substituto da gordura de porco (banha de seringueiro). Delas fazem ainda mingaus e uma espécie de leite que costumam misturar ao café.

Os castanhais constituem hoje um dos mais interessantes horizontes de trabalho na grande Região Norte, principalmente quando apresentam associações suficientemente densas para despertar interêsse comercial. Sobretudo depois que os estados do Amazonas e do Pará padeceram a grande crise da borracha, que afetou profundamente a estrutura econômica e financeira daquelas unidades federadas, coube à extração da castanha salvar a prosperidade dos mesmos. Ocupando a castanha o primeiro lugar na exportação de ambos os estados, impôs-se não só como valor mas como renda. Se em conseqüência da ocupação da planície pelos invasores, encontrou a população aborígine — então refugiada mais para o interior — a subsistência, nos castanhais, aquêles, isto é, os invasores, passaram a nêles encontrar também a salvação para as suas finanças precárias, sèriamente comprometidas, ou falidas, logo que experimentaram, por sua vez, os primeiros efeitos da queda da borracha. E não obstante a dolorosa experiência da explotação dos seringais, o aproveitamento intensivo dos castanhais logo principiou também sem método e sem disciplina. E sem disciplina e sem método ainda continua. Nos de Marabá, o engenheiro Barbosa de Oliveira surpreendeu em 1938, a mesma organização e o mesmo tráfico escandaloso outrora subsistente para a borracha amazônica. Nas condições atuais da explotação do vale amazônico, os castanhais, do ponto de vista da sua ocupação e do seu aproveitamento pelo Homem, comportam-se como verdadeiros "oásis" do "Deserto Verde".

GAIOLAS E VATICANOS

José Veríssimo da Costa Pereira

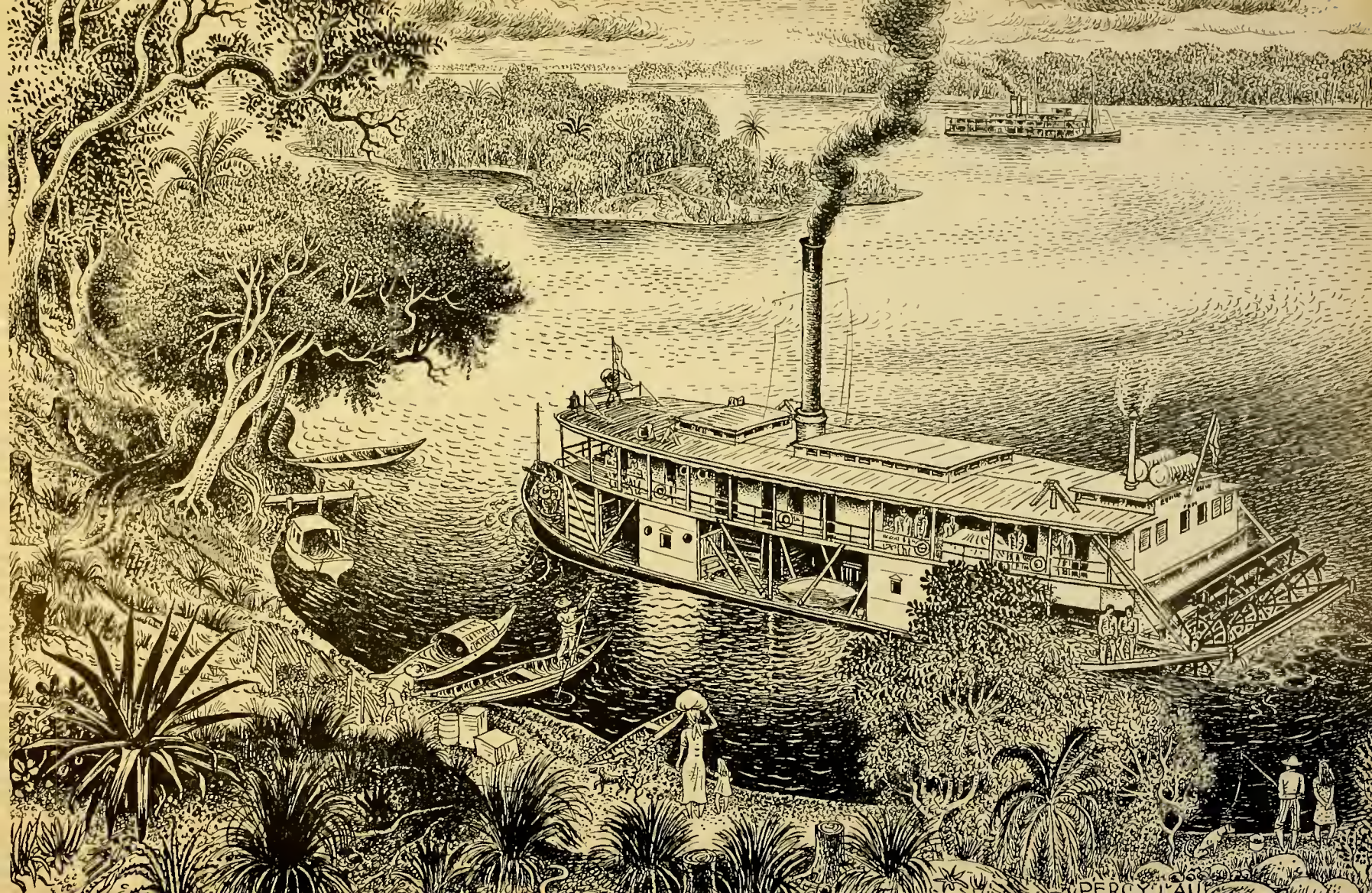
A VASTA rêde fluvial do Amazonas oferece tôdas as possibilidades para o transporte que se realiza na região, por numerosos tipos de embarcações, indígenas ou não, escalonadas desde as primitivas "ubas", de casca de pau ou de madeira das árvores, até os navios movidos a hélice, de construção inglêsa ou holandesa, "gaiolas" ou "vaticanos".

As ubás, de tamanho variável desconfortáveis, sem quilha são movidas por meio de varas ou pau e constituem as canoas típicas dos silvícolas.

Delas surgiram a "igara", a "igara-mirim", a "igara-açú", isto é, a canoa, a canoa pequena, a canoa grande, e, ainda, a "igarité" ou "canoa verdadeira", maior que a "montaria" e menor que a "galeota". A "montaria" e a "igarité" possuem casco, a parte do fundo, essencial em tôdas as embarcações indígenas do Amazonas e afluentes excetuadas as ubás. A "montaria" teve papel histórico importante no desbravamento da Amazônia. Sua função na colonização da Amazônia foi análoga à do cavalo na zona pastoril. Sua missão ainda hoje é a de transportar o caboclo qual equino deslizando sôbre as águas dos rios.

Da forma e construção das igarités salientam-se pela grandeza e pelas toldas de pano, as embarcações empregadas nas grandes navegações e nas primeiras explorações dos rios amazônicos, de que resultou provavelmente a galeota, com a sua tolda corrida e a parte da popa fechada em volta, onde o "regatão" mora, durante as suas viagens comerciais pelo interior. Deslocando de duas a quatro toneladas, a galeota é impulsionada por dois remeiros, sentados sob a tolda e utilizando remos de caibros fortes, ajustados para os punhos.

As igarités empregadas na pesca do mar e na de boca aberta, "parecendo as velas, asas de morcego", reforçadas quase, denominam-se "vigilengas", assim chamadas por terem as


PERRY TAU

primeiros modelos saído de Vigia, no Pará. São facilmente reconhecíveis pelo casco negro e fundo avermelhado, tingido de mucuri, quase sempre.

Possuindo uma toldo pequena para os cinco tripulantes, na pôpa, salientam-se, no Pará "gaiolbarros", que podem transportar até 80 bois, no seu serviço de condução do gado da ilha de Marajó, e também as grandes balsas dos índios Poumaris denominadas "itapabas", verdadeiras casas flutuantes, com camarim ou casa de palha ao centro, impulsionadas a zingo ou vara.

Todos êsses tipos de embarcações existem na Amazônia ainda nos dias correntes, apesar da revolução operada nos meios de transporte, a partir de 1866, quando foi o Amazonas aberto à navegação internacional, e nêle introduzida a navegação de vapor.

Em nossos dias os embarcações que trafegam nos rios amazônicos, e em geral, nos do Brasil, segundo explica o engenheiro MOACIR SILVA, são de construção apropriada a essa navegação, sendo algumas de propulsão a roda, de lado, ou de pôpa, fundo chato e pequeno calado.

Lembrando o aspecto das barcas que realizam o transporte entre Rio e Niterói as "chatas", cujo denominação talvez provenha de seu calado mínimo e de seu casco chato, são navios de roda a pôpa, que trafegam no alto Purus, alto Juruá e Acre durante o verão. São embarcações de três pés de calado, no mínimo, e de umas duzentas toneladas de deslocamento, encerrando duas toldas, máquina em cima do convés, tipo de que o SNAAPP (Serviço de Navegação do Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará) possui um, pelo menos, com 303 toneladas brutas.

Ao contrário dos chatas, que são do tipo inglês, os "chatinhos" têm apenas 160 toneladas brutas, como os atuais do SNAAPP e se destinam também a altos rios, a navegação em trechos de profundidade escassa, onde embarcações de grande porte não podem ser utilizadas. Trazem roda a popa e pertencem o modêlo americano, possuindo o SNAAPP (Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará) nove dêsses navios fluviais.

Todavia, o mais característico navio do Amazônia é o "gaiola", cuja influência na vida amazônica foi estudada pelo escritor RAIMUNDO MORAIS, em *"Na Planície Amazônica"*. Êle explica que "Da elevada superestrutura, desenvolvidas obras mortas, dois, três convêses, camarotes nas amuradas, advém-lhe o apelido irônico e pitoresco de "gaiola".

Pondo em comunicação as cidades, as vilas, os povoados e os barracões situados à margem dos rios, o gaiola tem sido um dos fatôres de maior influência política, social e econômica na vida da Amazônia.

Com uma chaminé apenas, os gaiolas são navios geralmente do tipo inglês, de tonelagem bruta variável, entre 167 e 600 como sucede com os atuais do SNAAPP.

Há, porém, gaiolas de roda na pôpa e nos flancos, de uma e duas hélices, de três a doze pés de calado e de construção outra que não a inglêsa.

Nos de dois conveses, situam-se no primeiro, os guinchos, escotilhas, cozinha, rancho, camarotes de oficiais, casa das máquinas, e no segundo, as cabines, o bolinete, a máquina do leme, a copa, o bar, a despensa, as instalações higiênicas, a caixa de fumaça, as mesas de refeição, sendo de dois e quatro beliches, a capacidade de cada camarote.

Mais suntuosos, construídos nos Países-Baixos, movidos por duas hélices, com duas chaminés paralelas, de oito a nove milhas de andadura, iluminados a luz elétrica, os "vaticanos", são gaiolões, de 900 a 1 000 toneladas, que oferecem comodidades maiores aos passageiros, em relação a navios menores em que são obrigados a viajar pelos rios da Amazônia, nos trechos fora do alcance dos "palácios flutuantes", cuja impressão à noite, deixada por sua esplêndida iluminação, explica, segundo Raimundo Morais, o apelido de "vaticano", justificando, ainda, pela idéia de massa e de confôrto que êsses navios fluviais do Amazonas dão, no momento.

Na parte inferior dos "vaticanos" acham-se as mesas e, ao lado, instalações higiênicas, ficando ao fundo, a copa, em seguida um salão, e, lateralmente os camarotes e camarins telados, os quais também existem na frente do navio, deixando, entre si, um salão para música. Na parte superior do "vaticano", situa-se a casa de comando e os camarotes da oficialidade, e, à retaguarda, o barbeiro. Em baixo, junto à carga, viajam os passageiros de terceira classe, onde não há camarotes e o desconfôrto é a regra geral.

Atualmente se observa a tendência para denominar-se chatões aos "vaticanos", dos quais os do SNAAPP são de 951 toneladas e fazem o tráfego principal de Belém a Manaus. A gravura representa os dois tipos modernos de navios da Amazônia:

PESCADOR DE PIRARUCU

JOSE VERISSIMO DA COSTA PEREIRA

O PESCADOR de pirarucu é um tipo característico de trabalhador encontrado com frequência nas zonas piscosas propriamente amazônicas da grande Região Norte. É bem uma das distintas e singulares personagens que, na frase de M. P. SILVA, "a várzea educou para a vida, debaixo da cartilha e das conveniências do rio".

Na maioria dos casos é um índio semi-civilizado, um tapuio, ou mameluco, mestiço do índio com o branco.

No começo da vazante (meados de agôsto), ou no início das enchentes (meados de novembro), êsse tipo de pescador concentra tôda a sua atividade na grande pesca fluvial e lacustre, a qual se realiza, na Amazônia, mediante processos puramente regionais.

No "tempo da salga" ou verão, sobretudo durante os meses de setembro e outubro, para fins comerciais e industriais, êsse tipo de pescador tem por objetivo principal a pesca do enorme peixe vulgarmente conhecido pelo nome de pirarucu. Êsse nome indígena significa peixe-urucu (*pira*: peixe) sendo urucu (*Bixa orellana*) o nome de um fruto silvestre, que fornece uma tinta avermelhada com a qual costumam os silvícolas tingir o corpo. Pelo volume, o pirarucu corresponde ao jaú, na bacia do Paraná-Paraguai, e ao surubim, na do São Francisco. Cientificamente, o pirarucu é um representante da família Osteoglossum — o *Arapaima gigas*, CUVIER. Na sistemática tal representante é conhecido pelas expressões sinônimas — *Sudis gigas* e *Vastres*.

O peixe tem a cabeça grande que termina em focinho. Seu corpo é cilindroide, o ventre claro e o dorso mais escuro.

A carne do pirarucu, quer a de côr vermelha, amarela ou escura, exerce na região o mesmo papel que a do bacalhau entre as populações pobres do norte da Europa e da América Setentrional. Constitui, assim, a alimentação básica da população

PERCY LAU

ção amazônica que é, sobretudo, ictiófaga em vista do meio aquático em que vive e devido, também, às enormes possibilidades que êsse meio oferece sob o ponto de vista dos seus recursos em pesca. Além disso, sendo divergindo do bacalhau quanto a vários aspectos de importância tais como sabor, digestibilidade etc., o pirarucu fica em plano igual ao mesmo quanto aos valores nutritivos. As análises, ainda já realizadas pelo Laboratorio Bromatológico do Departamento Nacional de Saúde Pública, confirmam os valores nutritivos do pirarucu bem como a excelência da carne, sabor e solubridade. Em vista de tais resultados, verifica-se o acêrto dos habitantes da Amazônia ao fazerem da carne do pirarucu, sêca ou salgada, a sua alimentação básica.

Medindo de dois a dois metros e meio de comprimento e pesando de cinquenta a oitenta quilogramas, o pirarucu depois de preparado e salgado, pode dar de vinte a quarenta quilogramas de carne vendável. Representa, portanto, produto de comercial valia principalmente numa região pobre de gado e que possui uma população pouco afeita à criação e à cultura sedentária.

Muito poucas vêzes, como já foi dito, é o pescador de pirarucu tipo de côr preta, ou mestiço, cafuz, curiboca ou mulato. E a explicação pode ser feita em breves linhas.

Devido a restritivas providências legais, nos tempos da colonização, caboclo, tapuio e mameluco resultaram quase que tão somente do cruzamento do branco com o indígena. Além disso, o elemento africano sempre foi diminuto na Amazônia. Ao cabo porém, do período colonial, tendo escasseado o casamento de portuguêses com mulheres indígenas — até então incentivado pelos poderes oficiais — o referido caldeamento praticamente desapareceu. Dêsse modo, o sangue indígena teve oportunidade de se purificar por isso que permaneceu isento da contribuição perturbadora vinda de outros elementos raciais. Com a aproximação do tapuio ao índio, novos lares então se formaram, dispersando-se pelo vale. Hoje, decorridos mais de trezentos anos de constante diluição, o resultado final dêsse processo histórico foi a insignificante porcentagem com que o sangue europeu concorre para atualmente diferençar a composição étnica da população amazônica.

O predomínio da mentalidade aborígine, a desambição, a tenacidade e o apêgo à vida livre — características da população amazônica — concorrem, então, para fazer do pescador de pirarucu, um homem ingênuo, desprendido, tenaz e simples.

Tal simplicidade se reflete em tôdas as facêtas e todos os setores de sua atuação. Sua casa, por exemplo, erguida geralmente nos pontos mais elevados das terras baixas e úmidas

senão alagadiças, consiste numa meia dúzia de paus toscos fincados como esteios, enquanto vigas e caibros compõem a armação. É, pois, uma simples e pobre "barraca" tendo por cobertura, palha de buçu, curuá, ubim, inajá, uauaçu ou miriti.

Misto de habitação e armazém, geralmente não dispõe de divisões internas. A "barraca" do pescador é, então, e na verdade, um tipo de casa elementar que reflete, sobretudo, as influências naturais e econômicas da região. Além de aproveitar todo o material fornecido pela floresta, serve, por um lado, de abrigo, cozinha, refeitório, dormitório e loja, e por outro, de depósito para o peixe. Êste, depois de pescado, é salgado e pôsto a secar, fora, numa espécie de terreiro contíguo à casa. A carne é arrumada em postas que pendem de um certo número de varas assentes sôbre forquilhas de outros ramos de árvore. Daí é então transportada depois de sêca para o interior da "barraca".

A simplicidade do pescador de pirarucu se traduz ainda de outro modo. Para o desempenho da perigosa faina da pesca, não possui trajes especiais. Ainda hoje, êsses referidos trajes em nada diferem daqueles já bem descritos, em 1895, por José Veríssimo, em sua monografia regional versando acêrca da pesca amazônica: ... "quem representasse o pescador vestido de calça e camisa sôlta, curta, mal lhe cobrindo o cós da calça e a cintura, tingidas ambas no vermelho terroso da tina de mirici (*Byrsonima*) e o grande chapéu desabado de grelos de tucumãzeiro (*Astrocarium tucumã*) enterrado na cabeça, teria o tipo mais geral dêle, em todo o seu pitoresco indígena".

Para a execução de seu mister, quer se trate da pesca a linha, da pesca com arpão, ou com a fisga etc., gapuiando o pirarucu, utiliza o pescador uma simples canoa de pesca, que lhe serve de indispensável veículo.

Ordinàriamente, nada mais é do que uma pequena embarcação rudimentar que mede de dois a três metros de comprimento por quarenta a cinqüenta centímetros de largura. Apenas possui de vinte a trinta e três ou a quarenta centímetros de altura, medidos perpendicularmente do fundo à linha das bordas. Trata-se, pois, de uma frágil montaria, muito rasa, aliás.

Considerando-se o objetivo visado, tal canoa de pesca apresenta algumas vantagens sôbre os demais tipos de embarcação comuns, na Amazônia. Além de deslizar célere, sem ruídos, é de fácil manejo e de rápida evolução. Em vista de seu diminuto tamanho, pode, por outro lado, penetrar sem qualquer dificuldade, nos igarapés mais estreitos ou nos riachos e lagoas marginais.

Dentro de tal montaria leve, pela manhã, sai o pescador à pesca, "nem tão cedo que não haja luz bastante à trans-

parência d'agua, nem tão tarde, que ela tenha agitado a viração mas quando, não havendo ainda "caído o vento", conservam-se as águas serenas e lisas como um espelho a sua superfície" (José Veríssimo. Op. cit.).

Consigo leva todo o equipamento indispensável à operação da pesca: duas linhas, dois bicos, duas bolas, cacete para matar o peixe, pequena faca, uru, cestinho de talas com tampa móvel, alguns objetos de uso pessoal. No banco extremo da popa, segue o auxiliar do pescador, sentado. Geralmente, um filho seu. Êste, remando com um leme chato, de forma elíptica, imprime movimento e direção à pequena embarcação. No banco alto, denominado "banco do pescador", à proa, segue o pescador, às vêzes de pé, tendo uma grande haste segura na mão direita. Um pé, firme no banco, o outro no fundo da embarcação. O olhar é penetrante e os ouvidos apurados. E lá se vai a frágil embarcação ao longo dos igarapés, ziguezagueando pelos lagos ou beirando as margens do grande rio e, vez em quando, para junto aos "tesos" sôbre os quais as "barracas" amareladas imprimem à paisagem um colorido especial.

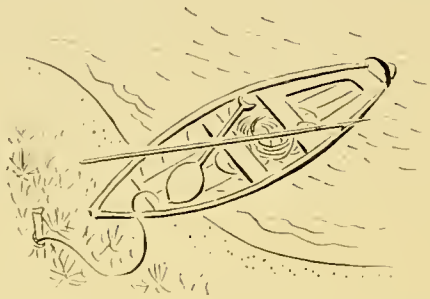
Baixas e rústicas, estas "barracas" se localizam sobrepostas às ribanceiras junto — como escreveu Veríssimo — "a algum grupo d'árvores ou "rebolada" de palmeiras, ilhas espalhadas no mar verde dos muritizais ou dos dilatados campos, se em região de campos ficam os lagos, onde as manadas de gado põem os tons variegados dos seus pêlos, dando à larga paisagem um recanto bucólico".

Em busca do peixe, no "tempo da salga", justamente no período mais agradável do clima amazônico, inúmeros pescadores da vizinhança bem assim negociantes e especuladores longínquos, acorrem aos centros de pesca, uns para pescar, outros para comprar o pescado e uns quantos para fazer comércio ilícito como de fato o fazem certos "regatões". De qualquer maneira, o aspecto dessas regiões é, então, animado e pitoresco.

Com seu estilo agradável, José Veríssimo focalizou expressivo flagrante da vida, por exemplo, ao pé das habitações dos pescadores: "Junto às barracas, rodeadas de varais de onde pendem secando ao sol, as postas elípticas largas, avermelhadas do pirarucu, pondo em roda o seu pitiu desagradável, pululam os curumins nus, prole numerosa desta gente prolífica, alimentada de fosforo. Correm travessos, atirando pedras aos esfaimados urubus que ameaçam o peixe a secar, ou aos jacarés que passam, n'agua embaixo, ao alcance da pedrada ou vêm sorrateiramente se achegando da margem a pilhar algum resto ali lançado. A vida animal n'agua, menos aparente, passando-se sob as aguas em geral escuras e opacas daquelles aguaçais é, entretanto, mais intensa. A cada momento se ouve

o ruído especial familiar ao ouvido do pescador, do boiar do pirarucu, levantando sôbre o dorso espêsso cúmulo d'água e deixando após si um largo rebojo, ou assiste-se ao pulo alto da desprezível piraíba, o enorme corpo todo fora d'água, envôlto num lençol líquido, franjado de espuma, sumindo-se nela com estrondo, fazendo largos círculos ondeados, que vêm fenecer na margem; avistam-se passar as teorias dos botos supersticiosamente temidos, pondo ràpidamente fora d'água os compridos focinhos cilíndricos e os dorsos bruno-vermelhos, abaulados, lisos".

Em derredor, entretanto, a vida animal, em terra, prossegue indiferente à presença humana. Mas no igarapé próximo, do banco alto de certa montaria, um pescador prepara-se agora, para tirar o peixe, tendo na mão direita, grande haste apontada na direção da água... E a vida do pescador continua, assim, estreitamente associada ao regime das águas amazônicas a que, por sua vez, se subordina o êxito das pescarias.



PESCA DO PIRARUCU

José Veríssimo da Costa Pereira

DAS grandes pescarias que, periodicamente, se realizam nas águas do rio Amazonas e nas dos seus tributários, a do pirarucu é, sob todos os pontos de vista, a mais importante.

Além de possuir um cunho caracteristicamente regional, a pesca do pirarucu movimenta uma população numerosa. Proporciona por outro lado, uma quantidade de pescado que alcança respeitável expressão na balança comercial sobretudo do estado do Amazonas. Considerando-se a totalidade em cruzeiros, o pirarucu concorre para a exportação geral dêste ultimo estado com cêrca de noventa por cento do total alcançado pelos gêneros alimenticios de origem animal.

A pesca do pirarucu, ainda que periodicamente, constitui uma indústria regional cujos produtos ja atingem mercados internacionais sem esquecer os nacionais situados fora do âmbito pròpriamente amazônico. A indústria além de abastecer as populações ictiófagas da grande Região Norte chega a exportar pirarucu sêco para os estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. Fora dos mercados brasileiros atinge alguns países sul-americanos como Venezuela, Colômbia e Peru.

As pescarias são mais comuns nos meses chamados de verão. Êstes, como se sabe, correspondem ao periodo da vazante, que principia nos meados de agôsto e se prolonga até meados de novembro. A máxima vazante dá-se nos meses de setembro e outubro. Todavia, a pesca do pirarucu também se realiza no periodo da enchente, que principia em novembro e termina em principios de agôsto.

A pesca é mais intensa no começo e no fim da vazante. No principio desta, os grandes peixes preferem os lagos então fertilizados e bem providos pelas enchentes cuja máxima ocorre nos meses de junho e julho. A pesca é tambem intensa no fim da vazante porque entrando as águas a crescer nos lagos e

Percy Lau

rios centrais, os peixes se refugiam para outros pontos, facilitados pela cheia. Em certos casos, entretanto, os cursos d'água até as cabeceiras dos próprios lagos, rios e igarapés. Aí, então, permanecem durante todo o período da baixa das águas. Nesta quadra, denominada "tempo da seca", pescadores locais bem como de outras zonas vizinhas acorrem aos centros de pesca contribuindo para modificar o aspecto da região que se torna, assim, animado e pitoresco.

Em geral, tôdas as águas da Região Norte são piscosas e extrema é a variedade das espécies. Entretanto, poucas apresentam verdadeira importância sob o ponto de vista econômico. De todos os peixes, apenas o pirarucu constitui objeto de uma pescaria metódica e serve de base ao estabelecimento de uma indústria de certa envergadura.

As áreas preferidas para a pesca do pirarucu não são fáceis de determinar. De resto, consideravelmente extensa é a rede amazônica. Nestas condições, embora realizada em pequena escala, a pesca é sempre possível em qualquer ponto da imensa porção territorial brasileira. Quanto à grande pesca, algumas áreas podem, contudo, ser indicadas como das mais expressivas.

De leste para oeste, poderiam ser arroladas as seguintes zonas de pesca: 1. lagos centrais da ilha Marajó 2. lagos e rios da parte setentrional da bacia amazônica situada ao norte do rio Araguari; 3. rios e lagos do Maecuru; 4. Monte Alegre 5. lagos entre a margem esquerda do Tapajós e o rio Curua 6. Lago Grande da Vila Franca e águas adjacentes; 7. rio e grupos de lagos à margem esquerda do Trombetas; 8. lagos entre êste último rio, o Jamundá e o Amazonas; 9. lago Arari na ilha Tupinambarana; 10. lagos Rei, Codajás, Tefé, no Solimões e, 11. lagos dos rios Negro, Branco e Uaupés.

Vários são os processos empregados na captura do pirarucu. Todavia, o mais usual é o do arpão. O arpão é um aparelho de pesca constituído de um pedaço de ferro denominado bico, um cordão de grande resistência chamado arpoeira e de uma peça de lenha conhecida por haste. No conjunto, o arpão é uma peça roliça de 3 metros de comprimento tendo na extremidade mais fina, um pedaço de ferro pontiagudo com duas farpas laterais voltadas para cima. A vara possui um anel pelo qual passa um cordão de trinta metros de comprimento. Uma ponta dêste cordão liga-se à extremidade mais grossa do ferro. A outra ou é prêsa ao banco da montaria ou vem ter à mão direita do pescador, que empunha a vara. Esta, geralmente é feita de madeira de lei, pau d'arco ou maçaranduba. O bico

com cêrca de dez centímetros, é fàcilmente desmontável. "Quando arremessado, — escreveu AMAZONAS DE ARAGÃO — com o choque produzido pela penetração no dorso do peixe, o bico do aparelho desprende-se da haste, que cai, penetrando n'água, depois de deslizar ao longo da corda, a esta ficando ligada por um anel existente na extremidade superior. A arpoeira fica, assim, pela fôrça do peixe e do pescador, esticada entre ambos".

A pesca a arpão é feita de pé, na embarcação típica. Às vêzes, o pescador fica de cócoras na montaria. Da canoa empunha a haste roliça e pesada do arpão. Em geral, se orienta em sua pesca pelas bôlhas de ar que se formam à superfície d'água ao procurar o peixe alimentação, a pequena profundidade. A vinda do peixe à tona d'água por vêzes sucessivas, o expõe ao golpe seguro do pescador amestrado. Orientado pelas bôlhas formadas na superfície pelo ar expedido pelo pirarucu, o pescador lança o arpão que, certeiro, vai se cravar no dorso do peixe. Êste, ferido, em corrida vertiginosa, arrasta o barco de pesca enquanto o pescador vai colhendo e soltando o cordão até que é morto mediante pancadas fortes de cacete. O pescador passa-lhe, então, uma lançada na parte anterior do corpo a fim de ser, em seguida, embarcado.

Além da pesca por meio do arpão, costumam os pescadores usar outros processos de captura como fisga, linha, espinhel e barragem sobretudo quando o pirarucu se encontra na época do "chôco".

Logo que pegou um pirarucu, o pescador aborda, como explicou PAUL LE COINTE, na margem vizinha jogando o peixe na praia a fim de tirar-lhe a pele. Em seguida, retalha o peixe, sendo a carne salgada em cima da pele estendida à maneira de toalha. As postas largas e de pouca espessura são dependuradas ao sol em varas compridas dispostas horizontalmente a um metro e oitenta do chão.

Depois de sêco, é o pirarucu arrumado em pacotes de 35 a 45 quilogramas, atados com "enviras" ou "cipós". Em seguida, são os pacotes empilhados em cima de "jiraus" ou grades e abrigados da umidade.

Nos meses de maior cheia, o pirarucu costuma ser capturado a espinhel. Espinhel é um aparelho que consta de um fio de aço ou uma corda. Êsse fio é ligado fortemente às ribanceiras do rio, atravessando-o pouco acima da superfície líquida. Várias linhas, esticadas ao pêso de chupadas, pendem, espaçadamente, do fio de aço ou da corda. Anzóis ligados às extremidades das linhas mergulham então nas águas, ocultos pelas iscas. Quando prêso o peixe se debate enèrgicamente, fazendo

tilintar um cincerro seguro ao fio. Dado o sinal, o pescador sai do rancho armado a pouca distância e tranqüilamente recolhe o peixe.

Ocasiões há em que a pesca do pirarucu se faz a linha, com anzol, prêsa a uma vara denominada "mora" ou "curumim". Outras existem em que a captura se faz mediante o ararucão, a mesma arma usada pelos pescadores de tartaruga. Êste último processo se aplica particularmente à captura dos filhos de pirarucu, bodecos ou bodetes.

REGATÕES

José Veríssimo da Costa Pereira

O DEVASSAMENTO e a conseqüente forma do povoamento na região amazônica não são apenas o resultado da audácia e do espírito de aventura dos conquistadores luso-brasileiros, nos séculos passados. São ainda um corolário da função antropogeográfica dos rios, numa região de floresta espêssa, maciça, em muitos pontos impenetrável, porém sempre rica em árvores, das quais algumas, particularmente três, se tornaram símbolos econômicos e, ao mesmo tempo, fixaram os povoadores: a seringueira, o castanheiro e o cacaueiro.

Se a topografia da região e as grandes precipitações atmosféricas dotaram a bacia amazônica de uma rêde fluvial complexa e extensíssima, embora não totalmente navegável com facilidade, as correntes úmidas, aéreas, vindas de leste, determinaram na superfície do solo, uma contra-corrente líquida, origem dos caminhos naturais de penetração, do mais alto valor social e econômico.

Os dois fatos essenciais que explicam, assim, a "penetração linear" do homem branco no vasto domínio da Hiléia, foram a rêde fluvial e a floresta maciça rica em valor econômico.

A maneira, porém, como aquêle homem audaz e aventureiro realizou a penetração, sòmente poderia ser, como de fato foi, no início principalmente, pela ubá, igara ou canoa, embarcação sem quilha manejada pelo canoeiro indígena, e a única — segundo o comandante Eugênio de Castro — apropriada à missão do colonizador no sistema hidrográfico em que passava a viver.

Aperfeiçoando-a, o colonizador dela fêz, na Região Norte, como do cavalo, na região pastoril, o instrumento de sua conquista, a sua "montaria" — não pelos caminhos de terra, mas "pelos caminhos que andam", os rios, pequenos ou grandes, igarapés e igapós.

No vale sanfranciscano, vaqueiro e gado auxiliaram o europeu a implantar a colonização luso-brasileira: no vale ama-

zônico, o indígena canoeiro e o mestiço já habituado aos segredos da floresta, foram os elementos de que se valeram missionários e aventureiros, para catequizar, explorar e povoar uma região onde o domínio do europeóide se firmaria com a propagação da religião, do idioma e do comércio, êste, inicialmente, em forma primitiva.

Na Amazônia, a "montaria" teve e tem a função antropogeográfica muitíssimo importante. E à sua missão histórica ligam-se não apenas o colonizador, o missionário e o bandeirante, porém, ainda, e mais recentemente, o "regatão", tipo social e econômico curiosíssimo, surgido da adaptação da inteligência de especulação comercial a um meio físico, regido por variações sazonárias, a que sem dúvida obedecem a atividade econômica e os "gêneros de vida" típicos da região amazônica.

O escritor Raimundo Morais, que conheceu como poucos a calha do rio-mar, focalizou em *"Na Planície Amazônica"*, o tipo clássico do "regatão": "O bufarinheiro conhecido nas cidades por teque-teque chama-se, no interior, "regatão"; sòmente, em lugar de transportar nas costas — pitoresco atlas da quinquilharia — o mundo de miudezas, transporta-o no bôjo de uma galeota que desloca duas, três, quatro toneladas, dividida em secções de secos e molhados e movida a remo de faia. A parte da pôpa, fechada em roda, onde mora o dono, possui uma portinhola abrindo para vante e outra para ré".

"Dentro, nesse compartimento riscado de prateleiras, encontram-se os artigos mais díspares, que vão da agulha à espingarda, do fósforo à bala, do cigarro ao fogareiro, da sêda ao baralho de cartas, do alfinête ao barbante, do prego ao pó de arroz, do sabonete ao leque, da corda de viola ao mosquiteiro, da requinta à coroa de defunto, do lenço ao cobertor, da chita à escôva de dentes. O "regatão" vende ali, come ali, pilota ali, dorme ali. Fora nas amuradas de madeira pintadas de branco, azul, verde, amarelo, cinzento, lê-se em gordas letras o nome da galeota: — "Primavera", "Constantinopla", "Brasileira", "Monte Líbano", "Acreana", "Vencedora", "Sempreviva".

Já em 1866 escrevia Tavares Bastos: "Os "regatões" são os traficantes que levam em canoas, por todos os rios, lagoas, furos e lugares, mercadorias estrangeiras ou nacionais, e as vendem a dinheiro, ou as permutam pelos produtos do país. O comércio interior do Amazonas não se faz geralmente por intermédio da moeda, mas pela troca de objetos".

Atualmente é possível distinguir pelo menos três tipos de "regatão": o pequeno, o médio e o grande. O pequeno é o tradicional mascate estabelecido em pequeno batelão, coberto

de palha e tocado a remo. Vende em geral tudo o que se pode condenar: a cachaça (aguardente), as cartas de jogar etc. De preferência se insinua pelos altos igarapés, longe dos sedes dos seringais, nos pontos onde a navegação regular não consegue atingir. Furta a borracha dos seringais e vicia os seringueiros. É o tipo clássico do espoliador, contra o qual já em 1865 se erguia em carta ao ministro do Império, o Revmo. Sr. D. ANTÔNIO, bispo do Pará: "São os "regatões" negociantes de pequeno trato, que em canoas penetram até os mais remotos sertões para negociarem com os índios. É difícil imaginar as extorsões e injustiças que a mor parte deles cometem, aproveitando-se da freguesia ou ignorância dêsses infelizes. Vendem-lhes os mais somenos objetos por preços fabulosos, tomam-lhe à fôrça ou à falsa-fé os gêneros; quando muito os compram a vil preço e muitas vêzes embriagam os chefes das casas para mais fàcilmente desonrar-lhes as famílias. Enfim não há imoralidade que não pratiquem êsses cúpidos aventureiros".

A mesma deslealdade foi descrita pelo naturalista BATES, em *"The Naturalist on the Amazon"*, e os mesmos processos ainda se encontram em uso nos afastadíssimos rincões do alto Xingu, segundo oralmente esclareceu e *in loco* verificou, o padre EURICO MARIA, da Ordem do Preciosíssimo Sangue, superior de uma missão religiosa e que há nove anos consecutivos vive na região.

O "regatão" médio usa uma pequena lancha de motor ou de vapor. Já é evoluído. Procura manter transações mais ou menos legais, comércio regular com os próprios seringalistas. Possui pequenos capitais e, assim, em sua minúscula lancha pode levar quase de um tudo. Presta serviços inegàvelmente pois que podendo chegar a pontos não atingidos pela navegação regular e de maior calado, leva aos seringais mais afastados da civilização, certo confôrto material, concorrendo, assim para maior e necessária aproximação espiritual. Não visa, como os pequenos "regatões", aos seringais menores, totalmente desprotegidos, mas de preferência, aos grandes, porque o seu comércio é lícito e de maior envergadura.

Os grandes "regatões" se estabelecem de preferência numa bôca de rio donde passam a irradiar o seu comércio. Dela fazem partir pequenas embarcações, depois de já haver criado espécie de entrepostos mantidos com capitais próprios, ou com créditos e "aviamento" feitos por "aviadores" de Manaus e Belém. Nas bôcas, constroem verdadeiros armazéns, e as embarcações atuais são "lanchões", dois, três, às vêzes cinco, rebocando batelões coalhados de mercadorias ou cargas de "expedição" enviadas dos portos de Manaus e Belém.

Segundo o depoimento do Sr. Marcelino Valente de Almeida, do Pará, corretor geral na praça de Manaus, as lanchas de "regatões" já existiam havia trinta anos, tornaram-se, porém, mais freqüentes a partir da grande alta da borracha, em 1924, depois da crise por que passou aquêle produto amazônico, no comêço do século.

O tipo clássico do "regatão" parece, entretanto, vir do tempo do marquês de Pombal, tendo sido portuguêses os primeiros "regatões". Os hebreus lhes sucederam e passaram a inaugurar uma era de especulação ainda mais ferrenha, a ponto de não raro provocarem reações coletivas, a "tiro e a terçado", como escreveu Morais. O sírio e o turco apareceram posteriormente e dominaram por completo o "gênero" de negócio, figurando como fatôres do triunfo, a sua valentia pessoal, a sobriedade, a economia, a resistência física e a frugalidade característica.

O "regatão" paga e sempre pagou impostos, aliás, bem elevados. Em 1866, Tavares Bastos defendeu a diminuição e mesmo a abolição completa dos impostos em geral, que incidiam sôbre o comércio, inclusive sôbre o dos "regatões". "O que determinou êsses impostos — escreve o antigo membro da Câmara dos Deputados — não foi sòmente o zêlo da moralidade e a proteção aos tapuios, que na verdade são espoliados pelos pequenos comerciantes e pelos "regatões". Êsses fazem concorrência aos comerciantes estabelecidos nos povoados, que aliás não são geralmente mais moralizados; e como êstes últimos são às vêzes influências políticas, fácil é compreender que os seus clamores fôssem atendidos".

Nas condições atuais não é raro observar-se a intromissão de nordestinos naquela modalidade típica do comércio amazônico,tornando-se "regatões". E a tendência é para se firmar definitivamente, em bases legais, e em perspectivas cada vez mais amplas, aquela espécie de negócios ambulantes, revestida, porém, das inovações que a experiência já indicou e das possibilidades de mais ampla navegação que a técnica de construção naval já encontrou para dominar uma região onde a penetração em larga escala só pode ser feita, e ainda por muito tempo, mediante o emprêgo de embarcações rápidas, seguras e cada vez mais adaptadas às condições dos rios a que se destinarem.

Mas o tipo do "regatão" — apesar da evolução por que ainda venha a passar — jamais desaparecerá, ao que parece, porque em verdade não passa de um tipo social surgido das contingências do meio.

SERINGUEIROS

José Verissimo da Costa Pereira

SIGNIFICANDO formas de civilização decorrentes da cooperação da natureza e do homem, os conceitos de gêneros de vida e de horizontes de trabalho encontram, na planície amazônica, especialmente nas terras baixas do Solimões e nas dos afluentes da margem direita, a montante do Madeira, todo o seu interêsse geográfico sintetizado no ajustamento do "seringalista", a um quadro, cuja fisiografia uniforme tem, como um dos seus corolários, a simplicidade da vida econômica.

Personagem típica de uma região, em tôrno da qual, gira completa, uma organização econômica e social curiosa, integrada pelos "seringueiros" — principais figuras da explotação da borracha — o ser seringalista é a réplica amazônica do fazendeiro de gado, ou de café das outras regiões do país, no desempenho do seu papel de chefe, de patrão, ou dono do "seringal".

Extensão de terrenos, de propriedade de um indivíduo, o seringal encerra,no seu arcabouço mais comum, quanto a vida humana, além do "barracão", onde mora o dono, o "aviado" ou concessionário do seringal, uma ou duas "barracas", habitadas por dois seringueiros, ou uma família. É a "margem".

Nas adjacências, encontra-se o "campo", pasto para os animais e criação miúda.

O interior do seringal constitui o "centro", no qual se acham distribuídas, naturalmente, as heveas, em meio a árvores outras, distintas do trifólio alterno da seringueira, reconhecido fàcilmente pelo "mateiro", na arriscada profissão de abrir, depicadas na floresta, "estradas", que o seringueiro percorre duas vêzes ao dia de trabalho, na sua faina de realizar incisões nas árvores, ou "corte", e a consequente "colheita" do látex, escorrido das "sangrias".

A coagulação posterior do líquido processada no "[illegible]", pequena barraca, segundo o sistema indígena do "defumador",

dá em resultado a borracha, objeto da indústria extrativa principal da região.

É da explotação dos seringueiros, fornecedor a *Hevea brasiliensis* a borracha de melhor qualidade, que vivem os seringueiros.

São naturais da região, ou nordestinos cearenses, emigrados em consequência das secas particularmente intensas, a partir de 1877.

Os seringueiros, filhos da região, trabalham nos seringais envelhecidos da área restrita as ilhas e terras planas do baixo Amazonas.

Contratados pelos "aviadores", comerciantes de Manaus e de Belém, os "paroaras", imigrantes do Ceará, exercem a profissão na zona das cabeceiras dos rios, de cujas "margens", chegados pelos "gaiolas", são encarreirados pelo "mateiro" para as "colocações" ou "centros", quase sempre ainda virgens de trabalho humano.

Nos centros, passam a viver, então, dispersos na floresta tendo cada qual, a responsabilidade de tomar conta de "estrada", cuja abertura marca, necessàriamente, o princípio da explotação de qualquer seringal.

A êsses dois quadros esboçados e geograficamente opostos correspondem dois tipos humanos, mesológica e psicologicamente distintos.

O primeiro é o "seringueiro das ilhas", sendo o segundo, o "seringueiro das cabeceiras", ou "dos afluentes remotos", ambos retratados com fidelidade pelo escritor RAIMUNDO MORAIS, em "*Na Planície Amazônica*".

Seja qual fôr o seu domínio, o equipamento do seringueiro se reduz a faca, balde, tigelinhas, bacia, boião, fôrma ou tarboca.

Nos regimes de vida e nos horizontes de trabalho, há porém, diferenciações locais interessantes entre os tipos de servidores dos seringais.

O das ilhas, embarcado na "montaria", só depois de nascido o sol, parte para o trabalho, na vazante da maré, vestindo calça de algodão, blusa, gorro de pano a cabeça, levando faca, balde, terçado e espingarda "pica pau".

Trabalha em seringal esgotado; sua "estrada" é, as vezes, de "espigão"; seu corte se estende a oitenta "madeiras", no tanto, para conseguir, no máximo três galões de latex que no regresso a palhoça, "defumará", sob a assistência da mulher com quem cedo se casou e à vista de numerosa prole.

Desenvolvendo sua atividade como emérito canoeiro, é um ictiófago que contrasta com o andarilho das cabeceiras, cuja alimentação essencial é constituída de farinha e assado de "jaboti" atualmente em decadência.

Em regime já diverso, o seringueiro das cabeceiras é um madrugador que, às três horas, se encontra sem demora, preparado para a luta, trajando calça e blusa de mescla azul, borzeguins de borracha, de fabricação própria, ostentando terçado à cinta e rifle a tiracolo.

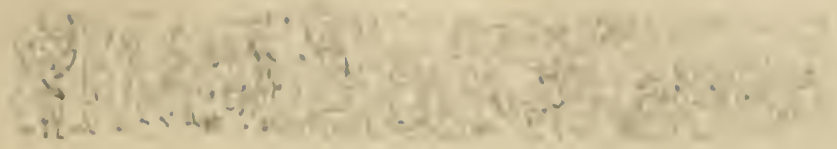
Na cabeça, exibe capacete de latão sôbre o qual assenta a lamparina de querosene, auxílio para o serviço de "corte", à noite, quando desfecha na casca de cada árvore, até três golpes seguros, com a faca, podendo, se fôr hábil seringueiro, sangrar e entigelar, umas duzentas madeiras, que lhe darão quantidade de látex, entre oito e vinte galões diários. Sua "estrada" é quase sempre a de "fecho" na "bôca", de sorte que, após haver descrito uma volta, encontra-se de novo ao pé da residência, à qual regressa muito antes do meio dia.

A segunda etapa da jornada consiste em novo mergulho na floresta, afim de recolher o látex das tigelinhas, embutidas pela manhã, no corte das madeiras.

Cêrca das quinze horas, já outra vez na "barraca", inicia com a ajuda do "boião", e o emprêgo da "tariboca", o preparo da borracha, fabricando as "bolas", as quais, depois de "marcadas", seguem por terra, pelas tropas de burros "comboios", ou descem o curso d'água, à maneira de "balsas", amarradas em espiral, em busca da "margem", isto é, do "barracão" do seringalista, onde o serviço é pago, quando se não realiza a troca da produção por alimentos e artigos de primeira necessidade, num abuso mercantil de boa fé, só ultrapassado pela ganância do "regatão", singular mascate de "montaria", típico do interior amazônico.

Enfrentando clima hostil, "amansando o deserto", no dizer de Euclides, humanizando a paisagem, os intrépidos seringueiros além de concorrer para o povoamento e desenvolvimento econômico da Amazônia, realizaram o prodígio da reencorporação do Acre ao patrimônio da nação.

Na época da baixa das águas, ao partirem para os serviços do "centro", os seringueiros aí permanecem até a estação das grandes chuvas, quando a floresta se torna inabitável. Refluem, então, para os entrepostos, para os "barracões", ou povoados, onde, enfim, encontram realmente um pouco de descanso, graças à "pulsação sazonária", que na grande "região natural", impõe sua disciplina geográfica a tôdas as variadas formas da atividade humana.



TRECHO DE UM RIO NA AMAZÔNIA

FABIO DE MAGIDO SOARES GUIMARÃES

MOSTRA-NOS a gravura a beira-rio, na região amazônica, um típico aspecto da floresta equatorial ou Hiléia brasileira.

A planície amazônica, de clima quente e úmido, com sua abundante rêde hidrográfica e rico solo aluvional, oferece condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento da pujante vegetação.

No desenho encontra-se um trecho de floresta marginal, com o seu aspecto característico. Todo o espaço é ocupado por diversos andares de vegetação, entremeados de cipós, formando massa densa e sombria, da qual se salientam árvores gigantescas de quarenta e mais metros de altura. A vegetação avança para o rio, protegendo as margens contra a erosão. A floresta equatorial se caracteriza ainda pela grande riqueza em espécies vegetais, variedade essa que dificulta a sua exploração econômica.

Observa-se na gravura um batelão que sobe o rio, levando a reboque uma pequena canoa. Esta embarcação recebe dos habitantes o nome pitoresco de "montaria", denominação bastante expressiva, pois mostra a extraordinária importância dêsse meio de transporte. O papel que é representado pelo animal de sela nos transportes do Brasil Central e Meridional, é na Amazônia exercido pela embarcação fluvial, sendo assim explicável essa curiosa denominação de "montaria".

Note-se ainda como os tripulantes tiram proveito da vegetação marginal, servindo-se dela como ponto de apoio para impelir a embarcação por meio de ganchos e forquilhas.

VAQUEIRO DE MARAJÓ

LÚCIO DE CASTRO SOARES

A ILHA de Marajó oferece, pela sua topografia e vegetação, condições excelentes ao desenvolvimento da criação.

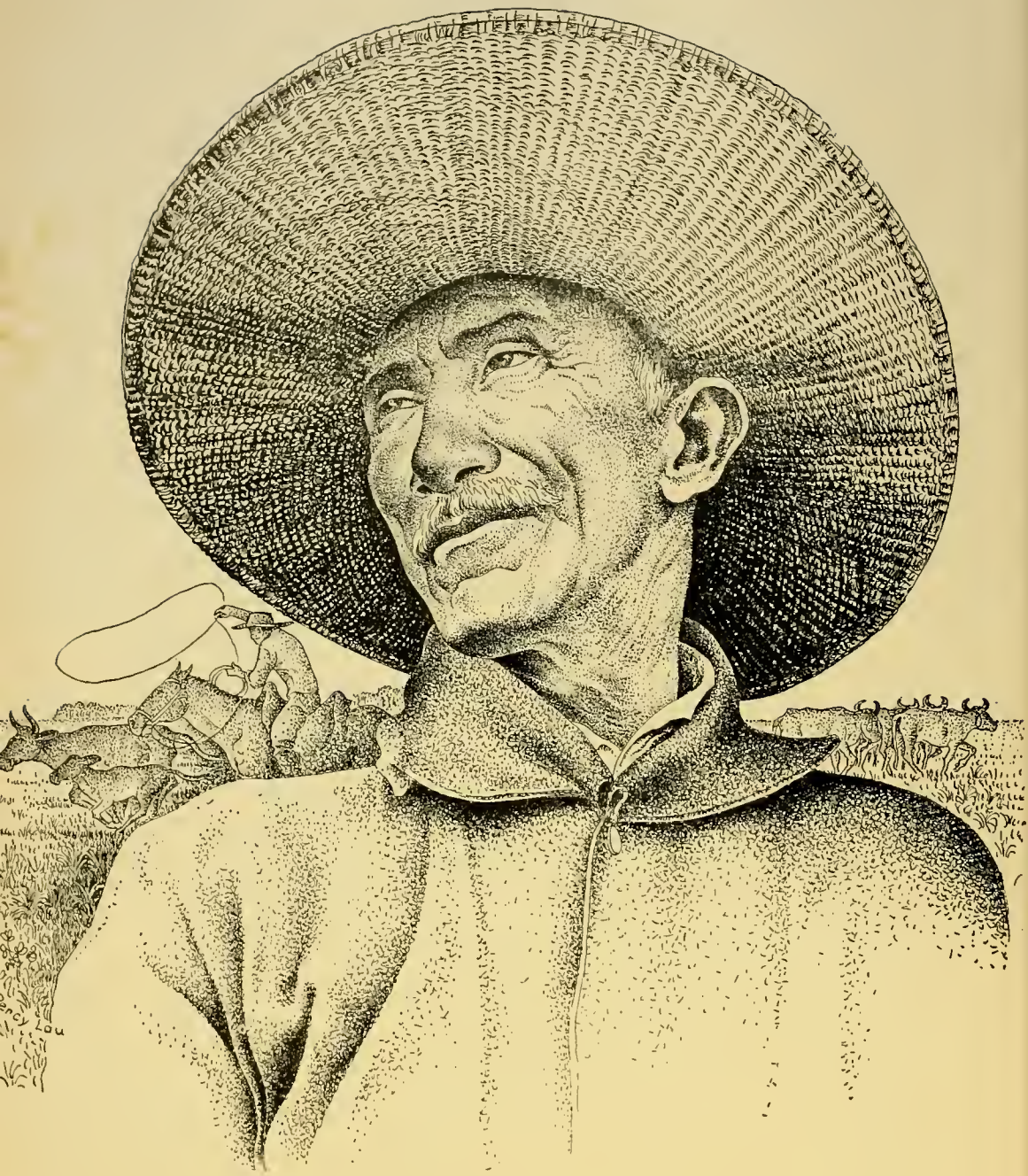
De topografia quase plana e resultante do acúmulo das aluviões do grande rio, Marajó apresenta um solo sedimentário, rico de detritos orgânicos e de uma fertilidade notável.

Na parte oeste ostenta exuberante mata de igapó, enquanto imensas campinas, abundantes de magníficas pastagens dominam a parte oriental. São nestes campos extensíssimos, inundáveis durante o inverno (época das chuvas), que se desenvolve a criação determinada, principalmente, pela excelência das gramíneas.

Contrastando com os "mondongos", depressões lacustres, encontram-se esparsos pelas campinas os "tesos", tratos de terra que sobressaem do nível das águas durante as enchentes. Os tesos são às vêzes aproveitados para a construção das habitações das fazendas. As casas são construídas em cima de esteios de acapu (*Vouacapoua americana*, AUBL.), ficando suspensas do solo, acima do nível máximo das inundações. Antes dos campos ficarem alagados o gado é recolhido às "marombas", estrados elevados sôbre estacas onde o rebanho passa o período das chuvas, alimentando-se com a canarana, gramínea de grande porte nativa na ilha.

O gado de Marajó é produto de longa mestiçagem. O primeiro rebanho, oriundo de Portugal, foi no século XVII introduzido na ilha pelos colonizadores, sofrendo a partir desta data inúmeros cruzamentos com búfalo, importado da Índia e principalmente com a raça zebu, também indiana. Desde 1930, os fazendeiros marajoaras mais progressistas estão "zebuando" o rebanho, para a sua melhoria.

A criação de búfalos em Marajó constitui um recurso econômico da ilha, pois como é sabido, êste bovídeo, que tão bem se adaptou ao seu clima, apresenta vantagens sôbre os outros



tipos de gado marajoaras não só pela excelência da carne como, sobretudo, pelo pêso maior que o do boi comum.

Marajó conta atualmente com um rebanho de 600 000 reses distribuído pelas suas 890 fazendas de criação. O gado é destinado exclusivamente ao corte, abastecendo a cidade de Belém, para onde é exportado em embarcações próprias, sendo também exportado para o Amazonas, Acre e Guianas.

Os elementos caboclo, mulato e negro constituem maioria da população vaqueira de Marajó, entrando o branco com um coeficiente reduzido.

O tipo étnico característico do peão de Marajó é o caboclo, mestiço de branco e índio, com predominância dêste último sangue.

A vida do vaqueiro de Marajó está intimamente ligada a vida da fazenda, trabalhando unicamente para o fazendeiro, do qual recebe, além de sálario, casa e alimentação.

Na sua faina diária o vaqueiro usa uma vestimenta sóbria, composta de camisa e calça de pano claro, que lhe permite liberdade de movimentos e defesa contra o clima quente e úmido.

Seu chapéu (que vemos na ilustração) é feito de palha, de trançado muito unido, de abas largas e planas, tendo a copa achatada e forrada. O espaço entre o forro e a copa é cheio de fôlhas sêcas, como medida de defesa contra a ação dos raios solares e como impermeabilizante a água da chuva.

No período das cheias o vaqueiro serve-se do boi como montaria ("boi-cavalo" ou "boi-de-sela") para atravessar os alagados, o que constitui uma nota pitoresca dos costumes marajoaras.

VAQUEIRO DO RIO BRANCO

José Veríssimo da Costa Pereira

APROPRIADOS à criação de gado, em geral, os vastos campos do Rio Branco constituem o cenário onde se desenvolve a atividade de um tipo humano que, sem possuir as características somáticas e psicológicas do gaúcho e as singulares formas de adaptação a um meio hostil, sintetizadas expressivamente no vaqueiro do Nordeste, merece contudo uma apreciação, embora ligeira, nestas páginas dedicadas aos TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL.

É o vaqueiro do Rio Branco, cuja presença nas pastagens naturais do curso superior do rio, imprime um traço de indiscutível personalidade à paisagem cultural do estado do Amazonas.

No gênero de vida que leva e no horizonte de trabalho em que evolve, efetivamente há oportunidade para se estimar o valor de um modo de colaboração harmoniosa entre a natureza e o homem, êste ajustado às condições do meio físico, ajuste que se traduz, no caso, pela repercussão sensível, por exemplo, na forma do povoamento disperso, não ribeirinho, totalmente discordante do tipo freqüente no território do estado.

A atividade do vaqueiro do Rio Branco encontra-se ligada à vida das fazendas de criação disseminadas por entre os 2° e 5° de latitude norte, das quais comprovadamente — São Marcos, São Bento e São José foram as primeiras fundadas e estabelecidas nos três ângulos formados pelos rios Branco, Tacutu e Uraricuera.

Oriundos das tribos circunvizinhas — Macuxis e Uapixanas principalmente, que povoam os campos onde se localizam quase tôdas as fazendas, o vaqueiro do Rio Branco por tal circunstância já contrasta com os tipos clássicos da nossa atividade pastoril, subsistente na campanha sul-riograndense e na caatinga espinhenta e ressequida do sertão nordestino.

De origem Cariba, quando Macuxi, de procedência Aruaque, ou Nu-Aruaque, quando Uapixano, o vaqueiro do Rio Bran-

co, de ordinário não traz barba, muito menos como a exibe fartamente, o modêlo, apresentado por JACQUES OURIQUE, em "O *Vale do Amazonas*" — Edição Oficial — 1906, que o desenho ao lado reproduz.

Se não possui como no Sul, ou no Nordeste, indumentária especial, veste, contudo, roupa, adequada ao exercício da profissão, sem constituir o traje, entretanto, espécie curiosa de armadura, como aquela indispensável à luta do vaqueiro contra a agressividade do meio físico, na caatinga — de galhos tortuosos, crivada de espinhos.

Nas suas imensas campinas apenas de quando em vez interrompidas pelas "ilhas de mato", capões que vestem as margens dos rios e das lagoas, ou que podem cobrir os "tesos", lombadas de até uns 200 metros de altitude, não tem o vaqueiro do Rio Branco, com efeito, necessidade de se vestir de couro quase da cabeça aos pés, como sucede com o campeiro do Nordeste.

Ao invés de trazer à maneira nordestina, jaqueta de couro, usa o casaco de mescla, ou o blusão de algodãozinho.

De couro, bastam-lhe duas peças.

Não calça perneiras de couro até os quadris, porquanto lhe são suficientes as polainas de pele de veado, pele curtida, aliás, com o emprêgo de uma planta tanífera de preferência, lá mesmo no seu campo limpo forrado de gramíneas de pequeno porte e de ciperáceas menos variadas e numerosas do que as do Planalto Central do país.

Se usa sandálias de pele de veado, dispensa por desnecessárias, as resistentes luvas de couro, tão úteis e tão caras aos profissionais do gado, na caatinga.

Não traz como o nordestino, chapéu de couro grosso com jugular, nem o chapelão de abas largas, de fôrro e copa achatada, típico do vaqueiro marajoara.

O seu é um chapéu de palha ordinário sem nenhum requisito especial, como o de Marajó que, entre a copa e o fôrro, encerra fôlhas sêcas, a fim de evitar a ação dos raios do sol e a entrada de água da chuva abundante.

A planura, em que trabalha, não obstante ser ainda mal conhecida climatològicamente, beneficia-se de brisas diárias frescas e às vêzes fortes dos quadrantes NE e SW, as quais, tornando a temperatura amena e constante, contribuem para suavizar o clima da região, cuja média anual de queda de chuva é cêrca da metade da quantidade caída em Marajó.

O regime de trabalho do vaqueiro do Rio Branco está, como em tôda parte, em relação estreita com os usos e costumes gerais do agrupamento de que a unidade é a fazenda de criação.

Embora as pastagens no Rio Branco sejam comuns, as fazendas se dividem em secções ou "retiros", tendo cada qual seu encarregado subordinado ao "mapeiro" da fazenda, que a administra ordinariamente em nome do dono.

Fazendas e retiros no Rio Branco, como no Rio Grande do Sul e no Nordeste, possuem oitiros peões e campeiros cujo número varia com a quantidade de gado de que a fazenda dispõe.

No Rio Branco, porem, peões e campeiros são recrutados quase sempre entre os índios mansos e mestiços, os quais por hábitos atavicos de existência, com facilidade se adaptam, e a baixos salários, ao gênero de vida que a planura sugere.

Tendo o direito de matar gado para o próprio consumo, o vaqueiro do Rio Branco é um carnivoro que logo após o cafezinho da manhã, ao sair da rêde onde passa a noite, "segura o peito" quatro horas antes do meio dia, isto é, alimenta-se de carne cozida, leite, farinha-d'água e café, tudo isto antes do almôço propriamente dito.

É quando — laço de couro em punho, de uns vinte a trinta metros de comprimento — parte para o serviço diario, ao qual se aliam os préstimos do cavalo, notadamente nos "lavrados" ou campos extensos sem vegetação arborescente ou com raras árvores.

Campeiros, peões, e de modo geral todos os trabalhadores do Rio Branco, são denominados caboclos e possuem segundo o testemunho do medico e monge D. VICENTE ÁLVARO DE OLIVEIRA RIBEIRO — O.S.B. — que lá viveu durante três anos, sentimento cristão pronunciado, além de intenso apêgo a familia.

Honestos, bons, prestativos, hospitaleiros, continuam realizando na clareira da mata amazônica, o milagre da humanização de uma paisagem situada a grande distância dos grandes focos da civilização nacional.

A paisagem que do ponto de vista fisico já se integra nos 60% do nosso territorio de flora geral, quanto ao aspecto humano e politico, é 100% brasileira, de vez que as caracteristicas de brasilidade apresentadas pelos humildes vaqueiros do Rio Branco, aliadas ao seu gênero de vida e seu regime de trabalho, são de molde a se poder afirmar que êles atuam no seu quadro geográfico, como se acaso estivessem cumprindo, exclusivamente por educação, o significativo lema da nacionalidade.

VER-O-PÊSO

José Veríssimo da Costa Pereira

PELO seu colorido local, altamente expressivo, misto de doca e de mercado popular, cuja confusão e pitoresco se tornam inesquecíveis, o VER-O-PÊSO constitui um dos aspectos mais característicos do pôrto e da cidade de Belém, a progressista capital paraense, localizada a 120 quilômetros do Atlântico, à margem direita da baía de Guajará.

Com seu animado comércio de verdadeira feira livre, farta e animada, as docas se localizam junto ao *boulevard* Castilhos França que acompanha a linha do cais de Belém, desenvolvendo-se, assim, o VER-O-PÊSO, ao longo da avenida de Portugal, ao lado direito, desde a rua 15 de Novembro até a rampa que descamba sôbre as águas da baía. Acompanha o cais fronteiro à atual praça de Siqueira Campos, antiga praça do Relógio, ladeando, em seguida, a travessa Marquês de Pombal pelo lado esquerdo. Bem ao centro dêste último trecho, uma escadaria desce até a superfície líquida, num magnífico ponto de embarque e desembarque.

Aí, após as primeiras horas da madrugada, conduzidas por autênticos caboclos amazônicos, aportam embarcações de todos os tipos —montarias, palhabotes, veleiros, vigilengas — carregadas de peixe e repletas de outros gêneros alimentícios, a fim de abastecerem a capital. Procedem de fazendas e de sítios localizados, em geral, nas proximidades de Belém, ou vêm de zonas afastadas, de Marajó, por exemplo, ou de outras ilhas, mais ou menos distantes.

Pela manhã, bem cedo, as docas do VER-O-PÊSO tomam, então, aspecto festivo.

Numa esquisita e original confusão, as centenas de embarcações, recém-chegadas, ocupam inteiramente o espaço da doca, atracando, pôpa com pôpa, proa com proa. Muitas exibem, nas velas respectivas, um colorido típico, castanho ou vermelho escuro. Outras, ostentam, galhardamente, às flâmulas peculiares, atopetadas nos chicotes dos mastaréus.

No cais, em derredor, no chão, na lama, em qualquer lugar disponível, a freguesia já se agrupa para o primeiro contacto com os vendedores. Um vozerio desde logo se estabelece contaminando, dentro em pouco, tôda a extensão do cais, fervilhante de gente de todos os tipos étnicos e de tôdas as condições sociais.

É justamente às cinco horas da manhã, quando vaza a maré, que os barcos, um após outro, rumam para as muralhas limosas e as canoas encalham os cascos num terrível lamaçal. O fato tem a sua explicação. Situando-se as docas num ponto da baía em que se produz o encontro de correntes de diversos rios, e estando grande parte de Belém edificada sôbre areias e argilas arenosas, os detritos, precipitados pelo embate das correntes, passam, após, a entulhar as docas; pelo fato de as fundações do cais se encontrarem ao nível médio das marés de sizígia, qualquer dragagem proveitosa se torna, assim, impossível, disso decorrendo o aspecto lodoso, que constitui mais uma característica das docas do VER-O-PÊSO.

Na verdade, tirando proveito das primeiras horas da madrugada, quando enche a maré, e valendo-se das condições do vento, então favoráveis, muito antes das cinco da madrugada, já inúmeras, embarcações singram as águas da baía, vindas de ilhotas e lugarejos das redondezas. Compradores e vendedores, proprietários e navegadores, aproveitam, dêsse modo, a boa posição do VER-O-PÊSO, relativamente às zonas produtoras circunvizinhas. Tal situação, de resto, aproveitada, desde 1617, quando Belém ainda engatinhava com a sua reduzida população de uns cem habitantes, explica a permanência do VER-O-PÊSO, como mercado popular e regional. Desde aquela data, com efeito, já servia o ancoradouro, para atracação dos barcos. Êstes vinham carregados dos produtos dos sítios, esparsos pelo vale fértil do Guajará, aliás, um dos primeiros a receber as incursões dos colonos portuguêses, após a fundação de Belém.

Hoje, como dantes, após se valerem das condições favoráveis dos ventos e da maré, as embarcações chegadas às docas do VER-O-PÊSO, recolhidas as velas, logo se aprestam para o trabalho complementar da atracação, na vazante.

Decorrida, assim, tal fase, segue-se logo o primeiro contacto da freguesia com os vendedores. "Uns têm barcos próprios, outros trabalham para terceiros. O desembarque das mercadorias de grande volume, os gritos de estivadores improvisados, as boas qualidades da farinha proclamadas pelo seu dono, assumem um caráter excepcional para quem, como nós — escreveu José Leal — observa pela primeira vez o espetáculo".

O peixe, o feijão, as frutas, a farinha, as galinhas e as tartarugas, os cachos de bacaba; e de açaí, os caparaças, os restos de tangerinas, bem como as jacitanhas de atacú e as de bacuri, as cordas de caranguejos, as penas de pássaros, as verduras de tôda sorte, tudo isso é desembarcado e colocado no chão ou espalhado por sôbre mesas tôscas para o efeito de ser vendido ao povo.

Proximo, no interior do Mercado de Ferro, a mesma cena, a mesma desordem se reproduz. Os produtos expostos a venda não se restringem aos "locais", isto é, aos espaços delimitados para esta ou para aquela categoria de artigos, tambem se espalham e se amontoam pelo chao.

Artigos de armarinho, artigos de venda "locais" para refeições, plantas medicinais, folhetos em prosa e verso, tudo isso pode ser visto no mercado interno do VER-O-PÊSO. Fora, a variedade continua: paneiros de arroz em casca, farinha, abacate, abacaxi, plantas ornamentais, flores diversas.

Dobre-se a esquina do mercado, seguindo o cais nos seus ziguezagues, e nem por isso deixa a feira de continuar animada e pitoresca, como sempre. Aqui, melado e rapadura; ali potes de barro, jarros, "quartinhas" ou moringas; panelas, alguidares, cabungos ou urinois; acolá, cuias de Santarém, fumo cheiroso e mortalhas para cigarro. Ao cabo da caminhada, uma só conclusão se poderá tirar: de tudo se vende e de tudo se compra no fabuloso mercado do VER-O-PÊSO.

No proprio interior da feira, aspectos outros e muitas cenas jocosas poderiam ser observados. Pormenores interessantes poderiam ser relembrados por tôda a vida. Numa viva e feliz visão sintética, pôde a redação da revista especializada — "*Selva*" — focalizar alguns dêles: "Uma algaravia infernal povoa aquêles ares, impregnados dos mais esquisitos odores, que vão desde o pitiú proprio dos peixes até o cheiro acido das tangerinas amarelas. É o vozear dos compradores e dos vendedores, os primeiros, apontando e pedindo êste ou aquêle produto preferido, cada qual se esforçando para que a sua voz sobrepuje a dos demais na pressa de ser atendido, os segundos, exibindo os gêneros de que são portadores, chamando a atenção do povo para isso ou aquilo que vai acabar, apregoando as vantagens dos seus preços. Não raro, nesses momentos, um acidente perturba a rotina da feira flutuante. É quando um outro comprador, menos familiarizado com aquela maneira de comerciar em níveis superpostos, no instante de receber o gênero adquirido, deixa-o escapulir de entre as mãos. Assim, quantas vêzes, entre o espanto do prejudicado, as risotas dos circunstantes, alvas bolas de tapioca, paneiros inteiros de farinha, esboroam-se sôbre as panacaricas das canoas ou vão

cair, de cheio, dentro d'água. Enquanto isso, bem perto, a praça tumultua. De quando em quando, sirenes, apitos, buzinas, cantam no ar como cigarras".

O movimento do antigo pôrto canoeiro, localizado à foz do Piri, o qual separava a aldeia de Capim da taba de Paranaçu e vinha do igapó de Açaí, desembocando na baía de Guaiara, hoje Guajará, levou o govêrno colonial a regulamentar os serviços da aduana. Para isso, como elucidou a "*Selva*", fêz construir uma casa "a pouca distância do rio e de frente para a pequena angra, onde os nativos costumam aproar suas canoas carregadas dos produtos do interior. Seria a repartição fiscal incumbida de cobrar os impostos devidos pela entrada e saída dos gêneros destinados ao consumo público".

Tal providência causou, naturalmente, certo alvorôço entre os canoeiros até então habituados a comerciar em quase completa liberdade. Agora, com a repartição fiscal, teriam que ir a uma casa "aonde iriam ver o pêso verdadeiro, o *vero pêso*, das mercadorias. — Vero pêso! — Vero pêso!... "A frase passou posteriormente, a designar a própria repartição fiscal: Casa do Vero Pêso.

"Tal denominação prevaleceu por muito tempo explicou a "*Selva*". O meio, no entanto esboçava a sua influência sôbre a língua. No idioma bipartido pelo fato cissíparo determinado pelo descobrimento e pela colonização, começavam a germinar os brotos das primeiras diferenciações prosódicas. Aquêle *vero* era muito solene, muito rebuscado, muito acadêmico. E veio então, — embora torcendo a precisão do vocábulo face à função que traduzia — a maneira enunciativa mais suave, mais cantante, mais eufônica: CASA DO VER-O-PÊSO".

Com o tempo, VER-O-PÊSO passou a designar, também, tôda a área de terreno em derredor, inclusive a doca utilizada pelos canoeiros. Assim, tôda a reentrância histórica da baía de Guajará, hoje embutida na cidade, e ao pé da qual se realiza uma das feiras populares mais interessantes do Brasil, passou a ser chamada DOCA DO VER-O-PÊSO.

A permanência de VER-O-PÊSO, através dos tempos, como ponto de embarque e desembarque de mercadorias trazidas por embarcações pequenas, é, sem dúvida, um frisante exemplo de como pode um tipo de costa — baixa, recortada e bem servida de rios — ser útil ao homem do povo que, por índole e profissão, é, antes de tudo, canoeiro e mariscador. A costa oferece não só os meios de subsistência, mas, também, elementos de trabalho e comunicações fáceis. Por outro lado, proporciona vantagens de uma posição econômica e estratégica convenientes, capazes de assegurar a cada trabalhador a manutenção de contacto com o território onde plantou o lar humilde e onde vive.

REGIÃO NORDESTE

AS USINAS DE CAROÁ

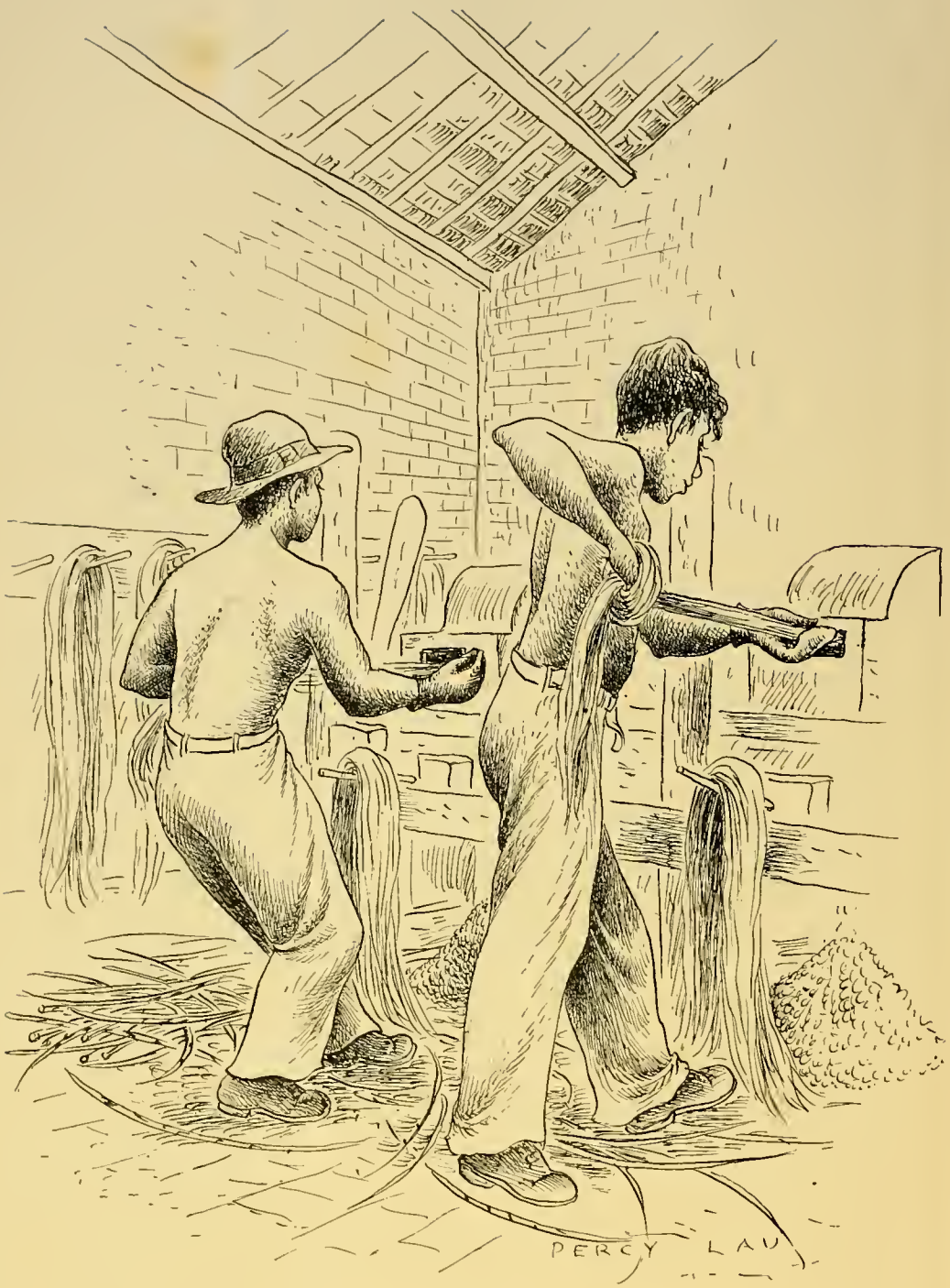
NÉY STRATICH

É AINDA existente e praticado no sertão do Nordeste a operação rudimentar de conseguir a fibra de caroá esmagando sua fôlha com o auxílio de uma pedra lisa. Encontra-se também o sistema de desfibrar deixando as fôlhas daquela bromeliácea de môlho de quatro a sete dias fazendo depois a "batedura" contra um lajedo ou um tronco de madeira sólida. Em seguida outro banho e nova batedura até se desprender toda a polpa da planta ficando sòmente as fibras do caroá. É possível mencionar ainda a primitiva maneira de obter a fibra através da raspagem da fôlha. Isso já era conhecido do elemento indígena, principalmente a raspagem que apesar de muito rudimentar servia perfeitamente ao objetivo de sua obtenção.

Tais processos foram descritos por ARRUDA CÂMARA na primeira monografia sôbre o caroá, editada em 1810 com o título *"Dissertação sôbre as plantas do Brasil que podem dar linhos para muitos usos da sociedade, e suprir a falta de cânhamo"*.

Nenhum dêsses sistemas entretanto é de grande utilização. Servem apenas para nos dar idéia do modo como era tratado o caroá em época não muito remota. Classificamo-los portanto como "velhas formas de cultura" que ainda se conservam graças ao aferrado tradicionalismo do sertanejo do Nordeste e principalmente a utilização que ainda se dá a fibra do caroá no sertão: fabricação de cordas e de determinado tipo de rede e que caracteriza de certa forma uma "indústria doméstica" nessa região.

O que é característico e generalizado para tratar o caroá nos tempos presentes, é a chamada "usina", ou "desfibradora", "beneficiadora" de caroá, ou ainda, a "fábrica". Encontramo-la sob estas várias denominações sem particularidade de zona. O mesmo informante dará todos êstes nomes em menos de meia hora de palestra. A primeira entretanto — usina — é a mais


PERCY LAU

usada, resultado talvez de um reflexo originado pelos canaviais de açucar da "Mata".

Essa variada distribuição serve para indicar as construções, via de regra de tijolo e telha, onde se acham as "máquinas desidratadoras" movidas quase sempre a vapor, as "prensas" e os "cordões de secagem", localizados ao ar livre, nos fundos ou ao lado das construções.

As máquinas desidratadoras, como especifica o título, servem para desidratar a folha do caroá. São compostas de dois rolos estreitos dentados e bem ajustados. Um eixo central, comum a tôdas as máquinas está ligado ao motor por uma correia. Êste é o princípio geral encontrando-se entretanto variações numerosas, provenientes de adaptações, melhoramentos etc. A fôrça motriz dessas máquinas é conseguida por vapor e mais modernamente pela queima de óleo. Êste último combustível não tem tido boa aceitação uma vez que encarece sobremodo a produção das usinas.

O homem ou mulher que trabalha nas máquinas chama-se "desfibrador". Com luvas de couro ou da própria fibra êle coloca duas ou três fôlhas entre os rolos segurando uma das extremidades com firmeza. As folhas são em seguida puxadas e repete-se a operação, desta vez pela outra extremidade do caroá. De tal maneira que terminada, resta sòmente um feixe de fibras esbranquiçadas. Tal operação quando o operário tem experiência não dura mais de dez segundos.

Depois de desidratado o caroá é colocado nos "secadores". Os secadores são fileiras de arame bem estendido com altura de um metro a metro e meio. Bem espaçados, estão classificados de forma a ser possível diferençar as fibras postas a secar em determinado dia.

Ao fim de alguns dias, nunca menos de quatro, as fibras já sêcas são retiradas para serem catadas. Esta parte é feita quase sempre fora da usina, nas casas dos operários, uma vez que são as mulheres que se ocupam de tal mister. Esta é uma operação penosa que necessita grande paciência. São separados os fios maiores dos menores assim como deixados de lado uma parte imprestável para as fabricas de tecidos ou cordoarias. Esta parte inferior será usada na fabricação de estopas e outros produtos grosseiros.

Depois de catado, o caroá retorna a usina para a operação final que é a de "prensar" as fibras em fardos de sessenta quilos ou em arrôbas de quinze. As prensas são as mais variadas possíveis. Encontram-se desde a "hidráulica" de construção moderna e esmerada até as de fabricação antiga, primitivas, quando não são adaptadas com outras peças feitas no próprio local. Enfim acha-se o caroá em condições de ser transportado para

os depósitos ou diretamente aos compradores, no caso da Paraíba, da Bahia etc. Em Pernambuco, tôda a produção de caroá das beneficiadoras é enviada para a cooperativa de São Caetano que é o órgão que supervisiona e orienta a indústria extrativa de tal fibra. Na cooperativa êle será classificado em padrões já estabelecidos para o consumo nas fábricas do litoral. A produção da Paraíba é absorvida por Campina Grande que a revende para Recife.

Cada usina tem de três ou dez máquinas desidratadoras dependendo isto dos meios de seus proprietários, das reservas de caroá na zona e da concorrência de outras desfibradoras nas proximidades. É interessante assinalar que as grandes usinas estão sempre situadas em condições privilegiadas. Isto se explica pelo fato de elas pertencerem às fábricas de fiação, tecelagem etc., que mantêm técnicos em constantes trabalhos, não só de apuração da espécie mas também para sua localização de modo a ser explorado econômicamente com vantagem.

As grandes usinas possuem sempre várias casas em seu redor para os operários. Em muitos casos encontra-se mesmo uma escola, o ambulatório e a cooperativa. É uma forma de fazer com que o homem se fixe no local e acima de tudo guarde a maior parte de seu tempo para o trabalho da "fábrica".

Devido à irregularidade de obtenção de matéria-prima e para não quebrar o regime de trabalho do homem, o pagamento é feito à base do que foi produzido, isto é; por "tarefa". Ao desfibrador é pago um preço por quilo de caroá, às catadoras um outro, aos prensadores também um diverso. Sòmente o foguista recebe à base de diária quando não é "sócio da firma".

As usinas de caroá estão distribuídas por todo o sertão do Nordeste mas principalmente no oeste do estado de Pernambuco que foi aliás o pioneiro da indústria do caroá. É nesse estado que se observa com mais importância um deslocamento periódico das "beneficiadoras" cujas causas são devidas a diversos fatos tais como:

a) A grande maioria dos catadores fazem disto apenas uma forma subsidiária de meio de subsistência. Assim sendo a extração do caroá é irregular e descuidada. Quando o sertanejo se volta para a roça ou para o "criatório" a usina tem que interromper suas atividades passando muitas vêzes vários meses parada. Devido a isso ela é transportada para outro local onde a aquisição de matéria-prima e até certo ponto, a mão-de-obra torne-se viável.

b) O rápido esgotamento da lenha que é usada como combustível, acarreta obstáculos quase intransponíveis ao funcionamento da usina. Em muitos casos, principalmente quando ela

é de pequenas proporções e não pode arcar com o despêso de comprar lenha em lugares muito distantes, fazer necessário transferi-la ao fim de dois ou três anos para áreas onde haja ocorrência de caroá e lenha.

c) Apesar da fácil renovação dos fôlhos do caroá, uma vez esgotada a zona cuja área nunca vai além dos trinta quilômetros de raio, torna-se imperioso transferir as máquinas para outro lugar onde elas funcionarão durante outros três ou quatro meses.

d) A presença de água é fator importante na localização e permanência das usinas em determinada zona.

Deve-se frisar que êsse "caráter nômade" das beneficiadoras não é regra geral, nem mesmo o fenômeno preponderante mas pela sua peculiaridade torna-se digno de registo. Muitas vêzes, ocorrido qualquer dos fatos mencionados as "fábricas" interrompem as atividades. Encontram-se ao muitas delas que funcionam a média de noventa dias no ano. Isto é mais frequente quando o proprietário da usina é do lugar e tem quase sempre outras ocupações. Em geral é o "dono das terras" ou o grande "criador" da região.

Se as "usinas de caroá" não atingiram ainda um desenvolvimento capaz de classifica-las como "indústria" no seu conceito mais amplo, tiveram entretanto a grande virtude de levantar um pouco o padrão de vida dos habitantes daquelas regiões. Tipo de economia de expressão apenas local ou quando muito regional, tem num futuro próximo, horizontes ilimitados a explorar.

AGRESTE

MARIA FAGUNDES DE SOUSA DOCA

É NA região fitogeográfica brasileira, por MARTIUS denominada *Hamadryades*, de forma oblonga, tendo sua maior dimensão no sentido NE-SO e situada mais ou menos entre 3° e 13° de latitude sul e 35° e 48° de longitude W.Gr., que se encontram êsses tufos vegetativos, verdadeiros parques ajardinados, conhecidos pelo sugestivo nome de "agrestes".

Num solo pedregoso, duro ou areento, onde condições higrométricas escasseiam, consegue a vegetação previdente expandir-se, após uma floração na qual predomina o amarelo, com "frutos providos de asas ou envolvidos em espêssas polpas farináceas facilitando a germinação" (Ph. VON LUETZELBURG).

Sem preocupações heliotrópicas desenvolvem-se os "agrestes" em árvores altas e isoladas, de troncos erectos, bem formados e intercalados de arbustos. A folhagem de tôda a vegetação dêsse belo parque, tanto arbórea, quanto arbustiva, é em geral coriácea e organizada de modo a resistir à perda excessiva da água pela evaporação, caducando, contudo, na estação estival. Solo atapetado de relva e embelezado de longe em longe por palmeiras de pequeno porte, nêle se transita fàcilmente, livre como é dos arbustos xerófilos e das cactáceas hostis, que tanto enfeiam e amaranham os ressequidos matos caatingais.

Difere das demais vegetações nordestinas pelo seu hábito e pelo seu *habitat*. É uma flora intermediária entre a Mata e o Sertão. Árvores que crescem cêrca de dez metros, só lhe ultrapassando em altura os espécimes das matas verdadeiras. Vegetação de caráter subxerófilo, contenta-se com um ambiente semi-árido, de escassas condições higrométricas.

Acham-se os "agrestes" disseminados por todo o Nordeste e encontram-se de preferência junto à mata da encosta atlântica que constitui uma transição florística entre esta zona e a do Sertão ou, qual franja, orlando as matas serranas e alguns rios do interior.

PERCY LAIN

A maior extensão aglomerada dêstes parques pertence ao Piauí. É o norte dêste estado todo ocupado por êsse tipo de mato, invadido na parte ocidental de seu território pela vasta "zona dos cocais", onde predomina o babaçu (*Orbygnia speciosa*, MART.), zona que, começando rente à faixa litorânea do Maranhão, toma-lhe metade mais ou menos de suas terras. Comprova-se, assim, mais uma vez, que não se pode dar limites precisos às zonas fitogeográficas, porque estas sempre se interpenetram.

Entre as várias famílias da flora típica do "agreste" encontram-se as combretáceas, as mirtáceas e as leguminosas das quais a *Hymenaea courbaril* LIN.; conhecida vulgarmente por jatobá e a sucupira (*Bowdichia virgilioides* H B K) são as mais belas e mais representativas espécies arbóreas dêsses lindos parques, realçados ainda pelas bocaiuveiras (*Acrocomia sup.*), carnaúba (*Copernicia cerifera*), guaviroba (*Cocos commosa*, MART.), e algumas outras espécies das magníficas palmáceas.

Seu tapête de relva e seus arbustos são compostos, em grande parte, de espécies herbáceas e arbustivas existentes também nos "cerrados" de Mato Grosso. Embora o solo do "agreste" não seja muito próprio para a agricultura, pode, no entanto, ser utilizado, com vantagem, para a pecuária, visto ser rico de gramíneas e de leguminosas cujos valores nutritivos em suas espécies forrageiras se compensam mùtuamente.

A ignorância e a imprevidência humana empenhadas há quatrocentos anos em devastar e incendiar a vegetação nativa, têm reduzido a área ocupada pelos "agrestes". Mais algumas queimadas e, segundo a opinião de VON LUETZELBURG, teremos êsses parques semi-áridos de todo transformados em vegetação xerófila.

Dada a situação precária no que se refere à água e às demais influências edáficas do terreno eluvial que lhe é próprio, torna-se difícil, porém não impossível, reflorestar o "agreste". E é do que se está cogitando presentemente, visto não mais o empirismo presidir aos empreendimentos humanos. Modificam-se, num entusiasmo novo, por meio da açudagem, da drenagem, dos postos agrícolas e do reflorestamento, os solos pedregosos e areentos do "agreste" e do "sertão", não tanto para que influam em seu regime pluviométrico, mas para que sejam ao menos aproveitados os milhões de metros cúbicos de água que nos tempos chuvosos lá tombam perdulàriamente.

AGUADEIRO

(SÃO FRANCISCO)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

NAS REGIÕES montanhosas, golpeadas de barrancas, donde fluem manadeiros de maior ou menor importância, o problema de abastecimento d'água domiciliar não encontra dificuldades de grande monta.

As habitações podem tender a dispersão pelas encostas sem perder a facilidade geral de suprimento do líquido, facilmente desviado por meio de canaletas para o lugar de utilização.

Tanto para bebida e usos domésticos de vária espécie, quanto igualmente para mover monjolos, moinhos e até rodas hidráulicas.

À margem dos grandes rios, à medida que se aglomeram os povoadores, já se impõe serviço de abastecimento coletivo que distribua, a cada casa, a quota que lhe caiba.

Quando, porém, não haja tal organização, a necessidade premente de consumo sugere soluções afeiçoadas a cada ambiente, como ocorre na região nordestina semi-árida, cujo regime se expande até o médio São Francisco.

O rio afigura-se, por longo trecho, fita líquida, a serpentear em meio de terreno ressequido, em que só medra a caatinga.

Os habitantes apenas se afastam da beira d'água o suficiente para que os não molestem as inundações calamitosas tão destruidoras como as sêcas periódicas.

Manancial inesgotável em meio da penúria, fornece-lhes o rio o alimento de que necessitam.

Há mister, todavia, de promover-lhe o transporte.

Na era dos bandeirantes, refere a tradição transmitida por TEODORO SAMPAIO, quando se afastavam do rio São Francisco, muniam-se de "borrachas", sacos especiais de couro, que enchiam d'água, quanto comportassem.

E quando [illegible] a maioria [illegible] regressaram para tomarem nova quadrícula [illegible] em [illegible] frente nova fonte de [illegible].

Êsses de passagem para o [illegible] que iam desbravar, conheceram as [illegible] e tomaram as precauções possíveis.

Outros que estacionam no vale resolveram de maneira diversa o mesmo problema.

Valem-se os ribeirinhos menos dotados de recursos financeiros, de utensílios de barro, bilhas ou potes, ou simplesmente cabaças que, uma vez cheias, as mulheres equilibram à cabeça, e com admirável perícia conduzem à vontade.

Para os que podem retribuir lhes os serviços, oferecem os "aguadeiros" o seu concurso.

Incumbem-se da distribuição de água para os moradores, ainda os mais distantes da barranca.

Utilizam-se da energia e mansidão do jumento, que por [illegible] as maravilhas naquelas paragens.

"Muito mais sóbrio e resistente que o cavalo, afirma M. Cavalcanti Proença, que lhe observou de perto as qualidades e vícios, desenvolveu-se com facilidade na caatinga e presta hoje valiosos serviços como animal de carga e sela, varando os trilhos do sertão, minorando a escassez de transportes".

Alimenta-se, quando não haja outra forragem, de cascas de árvores e fôlhas, como os caprinos, que também se multiplicam em regiões análogas.

Submisso, quando não empaca, deixa-se conduzir pelo cabresto, como se fôra animal indefeso.

E suporta carga desproporcional ao seu tamanho, quer nas estradas, quer nas ruas urbanas, onde, serviçal, distribui água à clientela do seu dono.

O arreamento reduz-se, para tal aplicação, ao mínimo.

Ao lombo, acomoda-se-lhe a cangalha, rudemente amolfadada com enchimento de capim, por dentro, e munida de ganchos por fora, em que se dependuram ancorotes de madeira, dois por banda.

Leva-o fàcilmente o aguadeiro à beira d'água e lá, calças arregaçadas, para não se molhar, e camisa de mangas curtas, tira-os do suporte para enchê-los sem demora.

E ao recolocá-los na armação, apropriada a segurá-los, estará em condições de atender à freguesia, mediante a retribuição ajustada.

Destarte, o animal, cabeçudo e pequenino, que suporta com resignação a falta d'água, eficientemente concorre para fornecê-la a quem diste dos reservatórios naturais.

É elemento habitual na paisagem de extenso trecho do São Francisco, assim no planalto, como igualmente na baixada, e por vastas áreas do Nordeste, onde os espaçados locais de abastecimento, rios perenes, açudes ou cacimbas, são freqüentados pelos aguadeiros com os seus jumentos, também conhecidos pelos nomes de "jegue" e "jerico", além de vários apelidos, que lhes evidenciam a colaboração prestimosa, especialmente quando utilizados em benefício da população desprovida de outro qualquer serviço regular de distribuição d'água.

ÁGUA DE CACIMBA NO NORDESTE

FRANCISCO BARBOZA LEITE

A ÁGUA consumida no Nordeste provém quase sempre de açudes, pois com exclusão do São Francisco e do Parnaíba, os rios da região não são permanentes. A água que se conserva em seus leitos é pouca; resume-se em manchas esparsas que, assim mesmo, se evaporam logo que o verão se acentua. Disso decorrem transtornos de profundas consequências na vida da região para cujo desenvolvimento a água é fator específico.

As populações dos sertões mais recuados são menos favorecidas pelas iniciativas oficiais de combate às "secas" e se vêem a braços, periodicamente, com o clássico flagelo. Resultado: o homem, desamparado mas prêso à terra pela fé e pela coragem, trava verdadeira batalha com inclemente adversário que lhe dizima os rebanhos, cresta as culturas, arrebata vidas e esperanças.

Não raro a escassez de água força o despovoamento e estende a miséria aos mais extremos flagrantes. Mas, mesmo diante das dificuldades sempre múltiplas que se opõem ao seu trabalho, o homem nordestino ainda encontra soluções para os problemas mais imediatamente angustiosos, reagindo ao abandono definitivo do seu rincão.

Quando a água escasseia e as matas se transformam no estertor da garrancharia côr de ferrugem; quando as pedras chamuscam como brasas os pés que percorrem as estradas e nos campos, os incêndios são provocados pela combustão fácil da almácega e dos paus ressequidos, é nos terrenos mais baixos que o homem encontra refrigério, socorro. Aí, a umidade permanece verão a dentro, nos solos em que predomina a argila negra ou o barro massapê, ocorrências originadas pela sedimentação de compostos químicos arrastados pela água da chuva.

De consistência pegajosa, espêssa e plástica, a argila reúne qualidades que impedem a evaporação rápida, contrando entre suas partículas consideráveis e generosos lençóis de água potável. É o "brejo".

PERCY LAU

Nos brejos são abertas cacimbas para onde afluem moradores do povo humilde que vão "cavadas", por bocados, o água que "nasce" vagarosamente de veios perseguidos.

As cacimbas obedecem a diferentes modelos; essa diversidade está em função do solo circundante, argiloso, de rio ou brejo, respectivamente.

Na gravura inclusa temos uma cacimba de brejo, um dos espécimes mais curiosos da sua ordem. Sua construção é rústica. Primeiramente se faz um grande círculo no chão com as ferramentas usuais do caboclo: pás e picaretas. O círculo se aprofunda até os primeiros vestígios de água. Então espera-se o rendimento dessa primeira escavação, o qual se atingir alguns palmos permite o consumo imediato.

Até que se extingam esses primeiros veios, uma romaria permanente converge para o jovem manancial. Uma freguesia heterogênea se acotovela em seu redor estabelecendo contacto com vizinhos que se ignoravam, criando uma atmosfera de sociabilidade singular no exotismo das crendices, no entendimento das coisas e sua vulgarização. Em pouco a cacimba seca e perseguem-se, mais abaixo, novos veios, se o terreno ainda é propício. A escavação, agora, é feita em círculos mais estreitos até o extremo de permitirem, no interior da cacimba, uma ou duas pessoas, apenas.

Uma variedade grande de cacimbas teríamos, ainda, a exemplificar. Cacimbas de lagoas, de rios, nos brejos, nas vazantes ou ao longo dos caminhos. Tôdas frutos de esfôrço inventivo e premência de circunstâncias para dessedentar o Nordeste. Anda o povo quilômetros e quilômetros com seus vasilhames, seus animais emagrecidos e seus músculos exaustos em quase peregrinação que dá a paisagem desolada das caatingas feição de quadro bíblico.

BABAÇUAIS

José Veríssimo da Costa Pereira

COBRINDO mais da metade do território nacional, a "flora extra-amazônica" ou "geral" encerra como uma de suas seis zonas características, a dos cocais — florestas quase puras de palmeiras de várias espécies e gêneros. Por sua vez, a zona dos cocais engloba diferentes tipos de vegetação, perfeitamente individualizados, escalonados do litoral do planalto através dos mangues do litoral, das campinas baixas litorâneas, dos babaçuais, dos campos cerrados, das caatingas disseminadas, dos carnaubais, buritizais e açaizais; dos areais semi-desérticos; dos remansos de flora hidrófila; dos capões de mato e matas ciliares; das transgressões da mata amazônica com a sua franja característica dos carrascais em que uma flora rasteira e trançada assinala uma de suas notas características.

Não influenciada pelo regime pluvio-fluvial amazônico, essa imensa província florística do Brasil subordina-se, entretanto, a um regime de seis meses de chuva anual caída sôbre a região que, em sua maior área, corresponde a um imenso planalto de forma tabular, em cujo solo poroso, as águas pluviais facilmente se infiltram ao compasso das respectivas quedas.

Dentro da área vastíssima da flora extra-amazônica — igual a 60% do território nacional — formam os "babaçuais" florestas mais ou menos puras, quase sempre, cocais típicos no Nordeste Ocidental; ou ainda naquela área, ou fora dela, ocorrências, tais como no Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), em certos trechos do Brasil de Leste (zona do São Francisco, Triângulo Mineiro, zona limítrofe goiano-mineira); ou, além disso, associações heteroclitas, pequenos grupos, acantonamentos, mas agora no interior da própria região amazônica onde, em várias espécies, aparecem nos rios Solimões, Purus, Negro, Jamundá, Tapajós inferior e baixo Amazonas propriamente dito.

A palmeira denominada babaçu — uma das plantas nativas características da zona dos cocais — pertence ao gênero Orbig-

nya *Martiana* B. Rodr., no trecho que é mais frequente na região da Hileia, filia-se ao gênero Orbignya speciosa, Mart., esta comercialmente inferior à palmeira.

Em Mato Grosso e Goiás os "babaçuais" se compõem, também, de indivíduos de outras espécies, entre as quais se assinalam a *Orbignya longiberbis*, B. Rodr., a *Orbignya moricarpa*, B. Rodr., a *Orbignya barbosiana*, Dahlm. etc.

No Maranhão os "babaçuais" típicos, do ponto de vista econômico, localizam-se na Baixada Maranhense onde ocorrem cobrindo de preferência, as ondulações do terreno.

Estende-se, então, em cocais homogêneos, pelas terras distantes do rio até alcançarem o vale de qualquer outro curso d'água mais próximo.

Do ponto de vista florístico, a região típica dos "babaçuais" situa-se porém, no planalto, cobrindo uma área equivalente à quarta parte do território do Maranhão. Aí, prevalece a Orbignya *Martiana*, B. Rodr., de maior valor comercial, segundo Burret.

Em todo trecho planáltico, a dominância do babaçu chega a caracterizar tôda a zona imensa que se estende do Piauí à Rondônia, em Mato Grosso, afastando-se nitidamente, e cada vez mais, da fitofisionomia amazônica, da feição própria das caatingas, e, bem assim, da dos campos cerrados envolventes.

A impressão visual dos "babaçuais", que no interior do Maranhão constituem uma zona botânica perfeitamente individualizada, lembra pela massa compacta dos palmeirais, o aspecto maciço dos cafezais de São Paulo, como justamente já assinalara em 1928, Eurico Teixeira da Fonseca, em seu trabalho "*A Mina Vegetal de Ouro — O Babaçu*".

Grande riqueza vegetal do Brasil, o babaçu não encontrou ainda exploração e aproveitamento em proporção com as suas grandes possibilidades no comércio, dados os empecilhos e dificuldades, que a sua explotação em larga escala exige.

Dentre os sérios problemas impostos à boa explotação do babaçu, figura a quebra do coquilho, sendo 10% a porcentagem que a amêndoa apresenta em relação à casca. Dessa maneira compreende-se que a exportação do coquilho inteiro constitui uma dificuldade séria que cumpre, quanto antes demover. Por outro lado, o transporte do coquilho para os pontos de beneficiamento representa outro obstáculo, que contribui ainda para explicar a localização presente da explotação nas baixadas não muito distantes dos pontos de beneficiamento e exportação, cumprindo salientar que o beneficiamento precisa ser

feito na própria zona de produção. Um terceiro problema prende-se à obtenção de máquina adequada a fim de com a mesma se obter a quebra do coquilho, pois a extração da amêndoa tem que ser perfeita, tanto quanto possível, e realizada no próprio local onde se encontra o "babaçual".

Completando o quadro das dificuldades a resolver, surge o problema da mão-de-obra, pois que, além da índole do povo ainda contrária a um tal "gênero de vida", as "babaçuais" esplendem em zona onde a população inexiste, ou é extraordinàriamente rarefeita.

Não obstante todos os empecilhos com que vem lutando a explotação do babaçu, a exportação dêste, longe de diminuir, ou estacionar, tem aumentado progressivamente, como revelam as estatísticas relativas.

Encarado o babaçu sob o ponto de vista industrial, faz-se mister indicar alguns aspectos de primordial importância, como sejam, no caso, a produção por unidade de área, cuidados com o produto exportado, imunização das sementes, secagem dos côcos, possibilidades de cultura, estimação da produção possível, custo da produção, variações desta etc.

As variações gerais, devidas às condições do clima, sobretudo, além da variação individual, decorrentes do solo local, idade da palmeira, do vento, da luz, e das águas recebidas, constituem uma série de razões fortes capazes de explicar as divergências ainda existentes quanto à grandeza da produção, por palmeira e por unidade de área, considerado o babaçu como matéria-prima para fins industriais. Por isso mesmo, não é de causar espanto a afirmação de se encontrarem, conforme os locais observados, palmeiras produzindo, cada uma, doze ou mais cachos anuais de coquilhos, tendo cada cacho trezentos ou mais de trezentos pequenos côcos, enquanto outras apenas dão, por unidade, um ou dois cachos anualmente.

Em seu trabalho "O Côco *Babaçu* e o *Problema do Combustível*" (2.ª edição — Rio de Janeiro, 1940, Instituto Nacional de Tecnologia) o químico, professor Sílvio Fróis Abreu, admitiu a produção de 800 côcos por palmeira durante um ano.

A propósito, depois de aludir à superabundância dos indivíduos nos palmeirais, onde se estabelece verdadeira luta entre as palmeiras babaçu e outras espécies concorrentes visando à conquista de um raio de sol, escreveu o referido químico: "A densidade dos palmeirais, no estado em que se encontram, é em geral, muito grande; muito freqüentemente encontramos mais de 500 por hectare; tivemos a oportunidade de contar até 3 333 por hectare. Nessas concentrações, há quase sempre uma

grande porcentagem de palmeiras improdutivas, por deficiência de crescimento, por estas ainda [illegible] *

O autor admitiu somente 220 palmeiras por hectare, em palmeirais submetidos à exploração. Cada palmeira dispõe, destarte, de uma área de 100 metros quadrados ou seja 6,30 metros de estipe a estipe.

Não obstante os progressos verificados na exploração dos "babaçuais", ainda não é possível afirmar ser a exploração do babaçu um "gênero de vida" típico no Brasil, porque geralmente o trabalhador rural apenas se dedica à ocupação da quebra do côco. A colheita do babaçu existe sem dúvida, mas ainda não conseguiu desviar totalmente o trabalhador rural das suas roças de arroz, algodão e mandioca, localizadas nos pontos em que mais se adensa a população. Além disso, a índole do povo, como se disse, faz com que o homem do campo apenas sinta a necessidade de trabalhar nos "babaçuais" quando a penúria do dinheiro lhe cai em cheio aumentando lhe as privações. E quando êle, a mulher, todos de casa, enfim, passam a trabalhar horas a fio nos "babaçuais", na faina da quebra de cocos, para conseguirem, conjuntamente, obter até cento e vinte quilos de coquilhos, ou sejam 8 a 10 quilos de amêndoas, equivalentes a um lucro bruto de uns cinco a dez cruzeiros. E mais por índole, ou por falta de educação dirigida no bom sentido econômico, do que por qualquer razão de ordem físico-geográfica, logo que conseguem a correspondente quantia em dinheiro, ou em gêneros, voltam novamente a não trabalhar nos "babaçuais" ... até que a necessidade financeira premente, os impila, mais uma vez, para a mina vegetal dos "babaçuais".

E é pena que tal aconteça numa região tão despovoada e tão rica de recursos naturais, porque uma forte, inteligente, oportuna e sistemática educação industrial poderia contribuir decisivamente para a transformação daqueles hábitos arraigados, e influir diretamente para a valorização e o aumento das explotações dos "babaçuais", fonte de riqueza onde a amêndoa de babaçu chega a produzir cerca de 68 % de óleo claro, ligeiramente ambreado; além de ser próprio para alimentação e fabricação de margarina, é indicado para indústria do sabão e sabonete. Além disso costuma ser empregado como combustível nos motores de combustão interna. A torta é utilizada na alimentação do gado, enquanto a casca do coquilho é reconhecida como excelente combustível e fornece ótimo carvão.

* [illegible]

Motivo de sobra teve, pois, SÍLVIO FRÓIS ABREU, ao rematar o que escreveu nas *"Variações da Produção do Babaçu"*: "No fenômeno da produção do babaçu pelos rotineiros métodos atuais, há a considerar uma constante, que é o número de braços que se mantêm fiéis ao côco — principalmente das mulheres — e uma variável representada pelo braço masculino que abandona o babaçu quando são promissoras as cotações do algodão e do arroz".

Se fôsse possível reunir, numa só frase, a significação antropogeográfica dos "babaçuais", diríamos que êles aparecem, no Brasil do presente, muito mais como "recursos de produção" do que como "recursos de ocupação" e que, quando existem, como tais, apenas conseguem enfeixar as acanhadas feições de um "gênero de vida" complementar.

BALSAS

José Vertucino da Costa Pereira

EM TODO o interior do Brasil, particularmente nos grandes rios navegaveis que banham regiões ainda muito despovoadas — não excluidos mesmo os maiores cursos d'aqua, como o Amazonas, o São Francisco, o Parana e o Paraguai — um dos meios de transporte mais cômodos, economicos e seguros, é sem dúvida, o que se realiza pelas balsas.

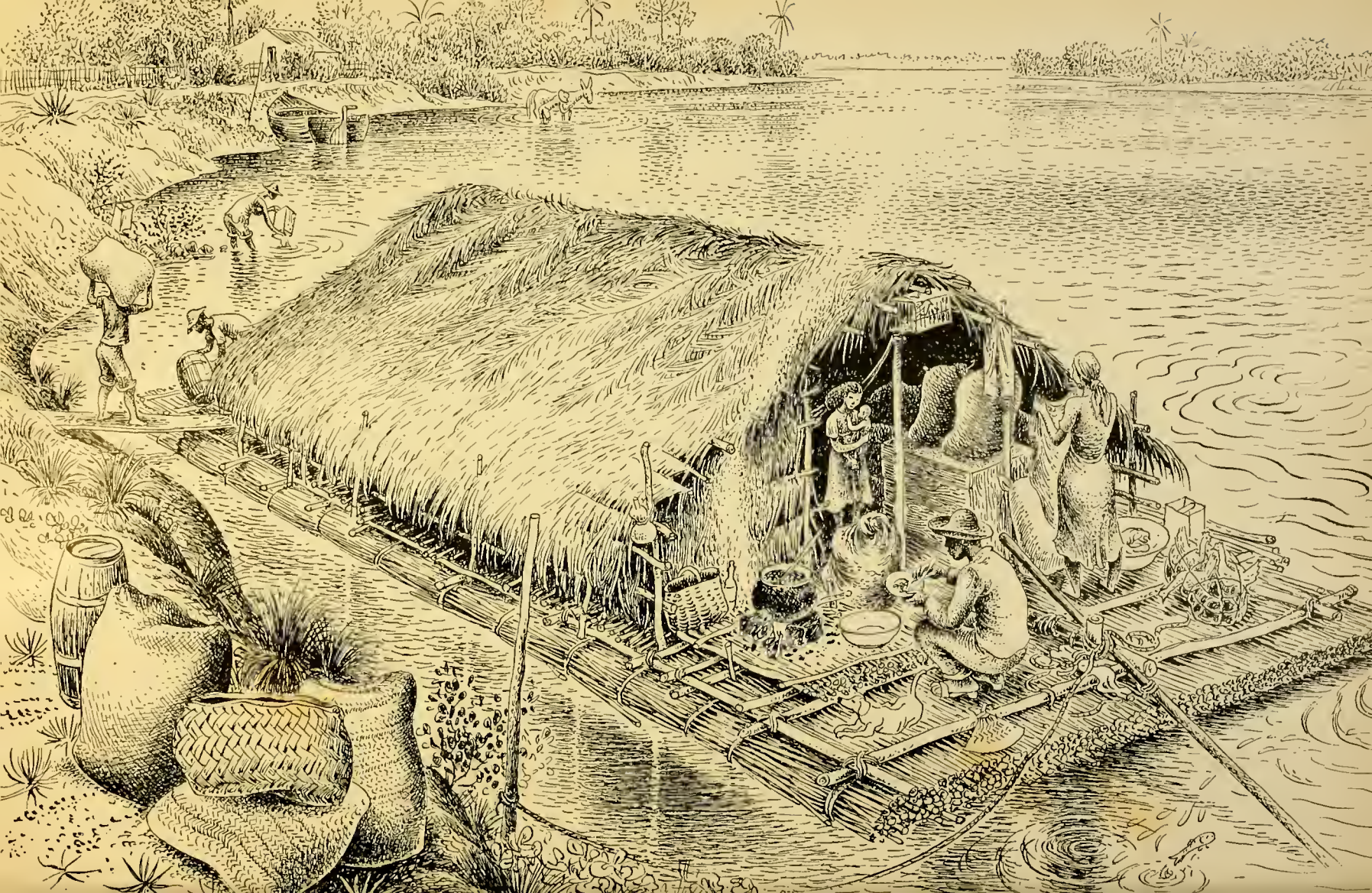
Sobretudo no rio Parnaiba, que desliza entre os territorios do Maranhão e Piauí, são as balsas uma curiosidade das margens dêsse rio e,acima de tudo, um prestante meio de transporte usado e utilizado, desde os primordios da ocupação humana da região, no primeiro quartel do seculo XVII.

No seu aspecto mais primitivo, as balsas nada mais são do que jangadas de maior porte, empregadas, maxime na condução de passageiros para a descida dos rios e, outrotanto, para o transporte de mercadorias.

Diferem, entretanto, das jangadas, não sòmente pelas dimensões, mas, outrossim, pela circunstância de possuirem um estrado, flutuando a cêrca de meio metro ou mesmo um metro, da superficie liquida, ao contrario do que acontece com as jangadas mais comuns.

Assim como sofreram estas, certas variações quanto a forma e quanto aos meios de propulsão, assim também, passaram e vêm passando as balsas por modificações, mais ou menos sensiveis, em muitos de seus primitivos aspectos.

As balsas sintetizam, geograficamente, uma forma de colaboração entre o homem e a natureza. Refletem, no aspecto, na segurança para os fins a que se destinam e no modo por que são impulsionadas, também o grau de civilização. E, sem duvida, as tradições culturais conservadas, através dos tempos, pelos que hoje ainda a utilizam como meio de transporte, em regiões do interior longinquo, banhado por cursos d'aqua mais ou menos extensos e caudalosos.



Na região típica dos baixos primitivos ou seja, a servida pelo Parnaíba e seus afluentes, onde ou até da mesma, superabundam as palmeiras buriti (Mauritia vinifera MART.), a construção de uma dêsas se realiza mediante um contrato, por assim dizer, tácito, entre a natureza e o homem, aquela fornecendo o material de construção e, êste, o seu esfôrço e a sua técnica na feitura da balsa.

No caso em vista o material é constituído por grandes feixes de fôlhas e pecíolos de buriti e, ainda, por quantidade de cipós resistentes, utilizados a guisa de corda.

Leves e de comprimento variável, de 2 a 4 metros, como se encontram na parte norte-ocidental da Bahia, ou de 11 metros, como existem na região piauiense, mais ao norte, as fôlhas do buriti, quando têm pecíolos revestidos de casca, são com efeito resistentes e podem ficar imunes do encharcamento pela água, durante vários dias.

Devidamente secos, possuem os pecíolos magnífica flutuação e, nestas condições, representam, pois, material de primeirissima ordem para a construção de uma dessas primitivas e pitorescas embarcações do Brasil interior. No fundo, estas só podem ter, necessariamente, vida efêmera, por isso que apenas resolvem de fato, problemas ocasionais de locomoção, surgidos de chôfre, muitas vêzes, e num meio atrasado, escassamente povoado, tendo, além disso, por característica principal, um notável pauperismo econômico. Dessa maneira, explica-se o largo aproveitamento das balsas nas regiões interiores ainda desprovidas de vias e meios de transporte, mais acordes com o desenvolvimento atual da civilização, que sob o ponto de vista da circulação mede o valor das distâncias pelo fator tempo empregado em percorrê-las.

Unidos os grandes feixes de fôlhas e pecíolos do buriti por meio de cipós, colocados em filas, forma-se, com o conjunto, um assoalho compacto e reforçado de varas possantes.

Tem-se, dêsse modo, o fundo da balsa, sôbre o qual pode erguer-se uma cobertura feita de palha, ainda de buriti e da altura aproximada de um homem em pé conforme o rio a navegar.

Quando o apuro da construção é maior, amarram-se os buritis, isto é, os pecíolos, as vêzes, em quatro grandes rolos, "atracados depois, entre si, — como descreveu o engenheiro GILVANDRO SIMAS PEREIRA, do C. N. G., — por travessas superiores e inferiores, no sentido transversal e unidas nas extremidades, as de cima com as de baixo, por meio de cipós, que é a corda usada em tôdas as amarrações da balsa".

Todo êsse serviço preliminar da feitura do lastro, é feito em terra, ao fim do qual é, então, o lastro atirado n'água para os indispensáveis trabalhos complementares do acabamento. Êstes variam segundo as possibilidades de tempo, conforme os recursos culturais e financeiros dos construtores e de acôrdo com a maior ou menor experiência dos mesmos na arte dessa construção naval indígena.

Aliás, convém frisar: as balsas hoje geralmente usadas quase que são uma cópia fiel das "itapabas" ou balsas dos Paumaris do rio Purus, na Amazônia.

A largura, o comprimento e a capacidade das balsas de buriti variam extraordinàriamente, existindo tanto as de 11 metros de comprimento, com 5 metros de largura e capacidade para 2 toneladas, quanto as de maior extensão, porém de largura menor e, ao mesmo tempo, maior capacidade quanto ao pêso que podem receber e transportar.

Se estas últimas chegam a possuir a capacidade de até 7 toneladas, isso se explica pelo fato de se formar, na construção, uma compacta massa dos feixes de pecíolos de buriti capaz de resistir às cargas de maior pêso.

A que foi construída pelo pessoal técnico do C.N.G., para o regresso de sua excursão científica à região do Jalapão, tinha, por exemplo, 12 metros de comprimento por 2,5 de largura, sendo a altura de um metro, aproximadamente.

Sua construção exigiu 7 200 pecíolos de buriti, ou sejam 60 feixes de 120 pecíolos cada um. Cada feixe, denominado localmente — balsa — nos altos cursos dos rios Sapão e Prêto, na Bahia, foi pago à razão de 5 cruzeiros cada qual, donde se verifica o baixo preço por que pode ficar a construção de um dêsses tipos de embarcação do "Brasil-do-Buriti".

No médio Tocantins também existem balsas, porém, pequenas. Como sucede com as demais, descem o rio de "bubuia", isto é, ao sabor da correnteza, mas sob o contrôle dos balseiros. E assim como no Piauí ou na Bahia ocidental, a balsa do Tocantins é também construída com talos da palmeira buriti, dispostas em camadas superpostas, a fim de constituírem o respectivo estrado flutuante.

Entre os Paumaris — índios ictiófagos das lagoas do alto Purus — a construção das "itapabas" era, efetivamente, quase igual à das balsas do Parnaíba. Consistia na reunião de grandes troncos, numa direção, e na junção de outros superiores, perpendicularmente aos primeiros, sendo o conjunto resultante, atracado com cipós. Sôbre o estrado, assim construído, edificavam a sua maloca, ou casa, um tanto semelhante às de Guaiaquil, no Equador, tendo, porém, a cobertura de palha da forma comum às das nossas do interior campestre.

Não dispondo de vidro, estas janelas são cobertas por varas. O material empregado na construção não era, naturalmente, o buriti mas sim a aroeira, a escorcha, o mutati, o sadinego, a seringueira, a ucuuba, a sumaúma e outras madeiras.

No Parnaíba e seus afluentes, as balsas — quando feitas para viagens mais ou menos longas — encerram, também, como as dos Paumaris, uma choça na popa. Chegam bastante confortável dentro da relatividade ambiente. Ali se abrigam das chuvas e do sol, o proprietário e demais viajantes. Leva bastante carga quando existe.

Geralmente, o carregamento ocupa quase todo o interior da casa de palha, havendo exemplos de se encontrarem balsas com a referida choça cobrindo a embarcação na totalidade.

Consiste o carregamento em fardos de algodão, rapaduras de cana-de-açucar, rolos de tabaco, sacos de arroz, feijão etc., pilhas de couro sêco, peles, charque, maniçoba, aguardente, farinha de mandioca, rapadura, pedaços de uma, fibras várias e até cal.

Quando uma balsa reveste o aspecto anteriormente descrito, sendo uma verdadeira casa flutuante e, ao mesmo tempo, meio de transporte e oficina de trabalho, então, é possível nela ver-se tôda a família do proprietário vivendo na embarcação, de mistura com periquitos, galinhas, porcos, e araras ou arapongas engaioladas.

Numa bem feita descrição de viagem realizada numa dessas embarcações típicas do Parnaíba, MÁRIO BALDI focalizou a vida a bordo, numa reportagem, que pode ser aqui sintetizada do seguinte modo: de dia, mulheres cozinhando, lavando, amamentando os filhos, remendando as roupas; crianças brincando com os bichos; a balsa descendo pacificamente o rio, navegando de "buburia"... À noite, as redes esticadas para se dormir as mulheres deitando-se mais cedo; os homens conversando ou fazendo "música", perto ou junto da cozinha, construída sôbre três pedras tóscas, à bôca do estrado. Ao romper do dia o recomêço da atividade, com café bem quente e um singular banho, no rio... Nas margens, as praias imersas no escuro dos babaçuais. Nas clareiras — de quando em vez — alguma fazenda, um certo rancho solitário. Quando não, uma ou outra vila ou pequeno povoado, surgindo espaçadamente, ao descer a balsa, levada pela correnteza. E no céu, finalmente, um contraste bem expressivo: um avião cortando os ares...

Todavia nos rios de margens ainda mais despovoadas, as do Prêto e Sapão, por exemplo, a caça e a pesca constituem o indispensável passatempo durante o dia. As aves cruzam a corrente líquida... Assiste-se, então, a um desfilar de turacos,

mergulhões, garças brancas ou cinzentas, de permeio com papagaios e periquitos. E constantemente, por seu turno, jacarés emergem como que caçando balas...

Já no médio Tocantins, há, porém, balsas cobertas com teto de couro e carregando sòmente couros. São assim, o veículo de que se vale uma região ainda de criação de gado para exportar os seus produtos de primeira grandeza.

No rio Doce, contudo, acentuam-se divergências. Já numa região, distante de sua zona principal, e muito diferente quanto à sua estruturação física e econômica, as balsas servem mais a passageiros e são constituídas, quase sempre, por um tablado de madeira da região, assente sôbre três canoas, geralmente cercado por uma espécie de gradil, também de madeira. É, sem dúvida, uma evolução da balsa típica, da mesma maneira que o são, as grandes balsas para o transporte de bois na zona do pantanal mato-grossense. Aliás, as balsas de madeira, impulsionadas a varas, ou não, e seguindo cabos de arame, fixados em cada margem de um rio, são muito empregadas nas travessias dos cursos d'água em todo o interior do país. São balsas-de-travessia e, por isso, aqui, são apenas, mencionadas. Fartamente usadas no Sul e no Oeste, como no rio Camaquã, no Rio Grande do Sul, no rio Itajaí, em Santa Catarina e no rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro, tais embarcações não se enquadram na classe das que sempre navegam de "bubuia" e são de construção efêmera e muito primitiva.

Nas balsas pròpriamente ditas, a direção é dada durante a viagem por meio de compridas varas, manejadas por dois ou mais homens, colocados, um à proa e outro à pôpa, sendo êste o pilôto da embarcação.

Outras vêzes, utilizam-se os remos a pás para guiar a balsa nas curvas e para afastar os troncos de madeira que, com as pedras, dificultam e tornam a viagem perigosa.

Entre Floriano e Teresina — por exemplo — assim se viajava havia pouco tempo, numa balsa que apenas chegava a custar 90 cruzeiros, enquanto os dois práticos eram contratados a 100 cruzeiros por dia, cada um. A viagem durava quatro dias e os viajantes comiam, bebiam e dormiam a bordo.

Todos êsses aspectos das viagens em balsas pelo interior do sertão, hoje vão desaparecendo, pouco a pouco, graças ao desenvolvimento mais ou menos rápido de certas regiões e de certas zonas, como a que pròximamente envolve a florescente capital do Piauí. A civilização vai impondo os seus recursos em benefício de maior confôrto e bem-estar dos cidadãos. Mas, em compensação, perdem as referidas regiões e zonas um pouco do seu pitoresco. Por outro lado, até que apareçam outros,

deixam de constituir horizontes de trabalho para mais grupos mais ou menos numerosos, porém dispersos de pessoas habituadas a um gênero de vida sedentário em função dêles.

Embarcações provisórias — por definição — as balsas, sobretudo as primitivas do interior do Brasil, após haverem cumprido a missão de veículo transportador, costumam ser vendidas, ao término de cada viagem, aos marceneiros locais, que lhe aproveitam, então, o material para a construção de suas casas e tapumes.

Prestam, assim, mais um trabalho complementar fornecendo, agora, material de construção às regiões ou zonas onde êles escasseiam ou não existem, como sucede em Colônia ou suas cercanias, no estado do Piauí, ou em tôda a zona noroeste-ocidental da Bahia.

Os que acompanharam a embarcação, como trabalhadores e proprietários, regressam aos seus respectivos lugares de residência fixa, por terra, geralmente a cavalo.

As balsas, no Maranhão, são tão comuns, que um de seus rios, o rio das Balsas — recebeu o nome devido à flotilha dessas embarcações, que comumente trafegam em suas águas, sobretudo, na época das chuvas, quando a navegação se torna mais fácil, visto se acharem bem cobertas as cachoeiras.

Segundo rezam as crônicas, foi VASCO DIOGO, aquêle que primeiro navegou o referido rio, nêle embarcando uma carga de couros, para isso usando uma série de balsas adrede preparadas.

E foi também numa balsa — segundo ABREU LIMA — que o célebre padre ROMA, da revolução pernambucana de 1817, se transferiu de Alagoas para a Bahia, onde foi prêso, ao saltar na Barra.

Assim, sob qualquer aspecto em que possa ser tomada, a balsa está estreitamente vinculada à história da luta do homem contra um meio despovoado, inculto, porém, dadivoso.

E antes de ser um reflexo de um nível de baixa cultura e de pauperismo econômico, é um expressivo exemplo do homem como agente geográfico que luta por si mesmo (com sua experiência, com sua vontade e engenho, contra o obstáculo da distância. Contribui, dessa maneira, para modificar, ainda mais ràpidamente, a paisagem natural onde vive muito mais como ator do que como simples espectador.

CAATINGA

EDUARDO PESSOA CÂMARA

A CAATINGA, "mata branca" dos indígenas e *silva horrida* de MARTIUS, representada na gravura, é o aspecto típico predominante nos sertões do Nordeste brasileiro, — vasto, monótono e heróico teatro do clássico flagelo: a sêca.

Cobrindo uma área superior a 500 000 quilômetros quadrados, distribui-se, dentro de cada um e em relação aos respectivos territórios, mais ou menos, do seguinte modo: Pernambuco, 66%; Paraíba, 65%; Rio Grande do Norte, 65%; Alagoas, 63%; Bahia 38%; Ceará, 35% e Piauí, 23%. Não constitui uma área contínua naqueles estados, limitada pelo litoral e pelas serras, pontilha os sertões, imprimindo-lhes feição própria.

Região semi-árida, de baixa nebulosidade e elevada insolação (média, em setembro, 9,8 horas diárias), com irregular distribuição, pluviométrica, no tempo; sujeita a calamitosas estiagens e sem rios perenes, reflete, no seu revestimento florístico e, no homem, as condições ambientes, agravadas por um solo, em geral, rijo e adelgaçado.

Pràticamente não possui estações, e sim dois períodos, os únicos sentidos, social e econômicamente: — o "verde", ou inverno, que varia entre 3 a 6 meses, e o "sêco" ou verão, entre 7 e, periòdicamente, até 20 meses. A maior precipitação das chuvas, nos anos normais, é verificada de março a maio, no Ceará, verificando-se o rigor do estio em setembro e outubro. Oscila a média pluviométrica entre 500 e 1 000 milímetros, com algumas exceções para menos. Quanto à temperatura, conforme observação de 20 anos em Quixeramobim (Ceará), varia da mínima média 23°60 à máxima média de 32°23.

Dois são os aspectos de sua vegetação.

Nos meses verdes, logo às primeiras chuvas, surge, como por milagre, uma associação herbácea, rasteira, variada e rica, formando a "babugem", tão apetecida pelos rebanhos e tão terna aos filhos daquelas paragens. Salientam-se, então, o capim panasco (*Aristida adscensionis*) e o capim mimoso (*Gymnopogon mollis*, NEES) de bom valor nutritivo.

Os troncos da vegetação xerófila, a única permanente, reverdecem e, enfolhando-se, constituem a "rama", de apreciável teor alimentício. As duas vegetações "misturam-se, unem-se e entrelaçam-se, numa confusão, exuberante de viço e fôrça".

Depois, vêm os meses secos ou os anos calamitosos e, naqueles rincões até então virentes e festivos, permanecem sòmente, na muda nudez de seus caules e galhos, numa dolorosa impressão de coisa morta entremeada do verde fôsco das cactáceas, aquelas que, por seu especial e adequado aparelhamento de defesa, estão aptas a resistir à canícula, tal como nos mostra a ilustração.

São os mandacarus (*Cereus mandacaru*), de caules altos, hexagonais, eretos como numa atitude de protesto e que, após a queima dos seus espinhos, irão alimentar os rebanhos; os facheiros (*Cereus squamosus*); os xiquexiques (*Pilocerus setosus*); a coroa-de-frade (*Melocactus sp.*); os juàzeiros (*Zizyphus juazeiro*), cujo sistema radicular lhes permite permanecer verdes e frondosos na secura ambiente; a canafístula (*Cassia fistula*), de nutritivas fôlhas, e outras, de galhos retorcidos, como num paroxismo e nos quais e por entre os quais, de quando em vez, céleres e assustadiços, passam os cameleões (*Polychus marmoratus*); os teius (*Tupinambis teguixim*) e as lagartixas. A fauna é miúda e pobre e, na caatinga, de alto porte só encontramos os grandes animais domésticos. São encontrados com freqüência o gato maracajá (*Felix pardalis*), a cascável (*Crotalus terrificus*) e a jararaca (*Lachesis atrox*).

Quem-quem (*Dendrocygna fulva*), seriema (*Dicholopus cristatus*), juriti (*Peristera frontalis*), além de outras, aumentam com os seus pipilos e correrias, nos tempos verdes, a alegria local. Na época sêca sobressai-se a pomba de bando (*Zenaida auriculata*), de numerosas e conhecidas migrações e grandes posturas.

Vegetação espinhosa, agressiva mesmo, guarda, entretanto, em suas fôlhas, em seus caules e em suas raízes, a água e o alimento com que irá socorrer, nos dias de sofrimento, os animais e, até mesmo, o homem.

O homem, sim, porque é a caatinga o cenário principal dêsse bom gigante: o vaqueiro nordestino.

Produto do caldeamento do colono com o indígena, realizado no crepitar ambiente daqueles sertões adustos, vive, pode-se dizer, na caatinga e da caatinga e é, na frase de EUCLIDES DA CUNHA, "o cerne da nacionalidade brasileira".

Caatinga e vaqueiro compreendem-se e formam, numa associação fantástica, um só corpo, prenhe de estoicismo e de brasilidade.

CANAVIAL*

Elza Coelho de Souza

Uma característica própria da história econômica brasileira é a exploração sucessiva dos produtos de valor constituindo ciclos. Dos mais antigos é o ciclo da cana-de-açucar.

A economia açucareira com seu duplo aspecto agrícola e industrial, nasceu no Brasil com as primeiras tentativas de colonização. Já contando Portugal, por ocasião da descoberta das novas terras, com uma industria açucareira perfeitamente organizada na ilha da Madeira, não tardou o monarca português em enviar para a novel colônia as primeiras mudas de cana. Encontrando na patria de destino, condições ideais de clima e de solo multiplicaram-se em extensos canaviais, que indo alimentar os numerosos engenhos logo instalados, deram inicio à prospera industria açucareira que já no século do descobrimento e nos subsequentes se tornou a base da economia colonial e importante fator de colonização de povoamento e de civilização.

Nada se sabe de positivo sôbre a data exata da introdução da preciosa graminea no Brasil. Os donatários de São Vicente e Santo Amaro são tidos porém como os primeiros fundadores de engenhos em terras brasileiras.

Sem demora, os canaviais se estenderam por quase tôdas as provincias, principalmente Pernambuco e Bahia, e crescendo a industria açucareira em ritmo acelerado, a sua influência tornou-se poderosa na vida econômica, social e politica da Colônia.

Até meados do século XIX, a cana-de-açucar conservou o lugar de primazia entre os produtos agricolas brasileiros, quando foi relegada a segundo plano por outro produto também alienígena, então, introduzido no Brasil e capaz de proporcionar maiores lucros: o café.

* A [illegible] Leste.

Perdendo a supremacia econômica, o açúcar cedeu ao café o monopólio, quase exclusivo, da economia nacional.

As plantações canavieiras que se estendiam pelas regiões que, por suas condições de solo e clima, se apresentavam favoráveis ao cultivo do novo produto, foram logo abandonadas, cedendo lugar aos extensos cafezais. Tal aconteceu em algumas regiões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No Nordeste, porem, da tradição açucareira, já bastante arraigada e onde, nas terras férteis do massapê, o cana-de-açucar criara uma civilização, o mesmo não ocorreu. Apresentando condições ecologicas pouco propícias ao café, a cana-de-açúcar continuou a dominar aí como elemento basico da economia local. Dêste modo, pode êle constituir o grande parque açucareiro do Brasil.

Posteriormente, em virtude das frequentes crises que abalaram a economia cafeeira, algumas antigas regiões que já haviam plantado a cana-de-açucar em épocas anteriores, voltaram novamente a produzi-la e com a instalação das grandes usinas, novos centros produtores se desenvolveram em São Paulo e Minas Gerais.

No Sul, ainda outro grande centro produtor é Campos, no estado do Rio de Janeiro, que pela industria açucareira substituiu sua primitiva atividade econômica, a pecuária.

Como diz GILENO DE CARLI "no Brasil, em toda a extensão do seu vasto territorio, onde o clima seja quente e úmido até o limite da zona de vegetação xerofila, a cana-de-açúcar vegeta e produz econômicamente". É uma gramínea que requer para o seu pleno desenvolvimento calor e umidade. A chuva constitui condição favorável, sobretudo, se abundante e bem distribuida durante o periodo do crescimento da planta.

As épocas de plantio devem coincidir com as chuvas mais fracas, que favorecem a germinação da planta, sem que pela violência venham a prejudicar os tenros brotos. Assim é que nas zonas canavieiras do Sul, o plantio é feito na primavera, em setembro e outubro.

No Nordeste, onde o regime de chuvas é diferente, está janeiro e fevereiro, começo da estação chuvosa, a que se plantam os novos canaviais.

Naturalmente, o tempo da safra deve coincidir com a época sêca. Isto vai influir não só na qualidade do produto, permitindo melhor condensação dos sucos, maior riqueza sacarina e pureza de sua composição, como também facilita o trabalho do corte e carrêto das canas. No Nordeste, a safra coincide em setembro-outubro e no Sul, em maio-junho.

Com o início da safra, a paisagem das zonas açucareiras enche-se de atividade. Nas roças, homens e mulheres, atarefados, entregam-se ao corte das canas, que transportadas pelas estradas de ferro particulares, pelos tradicionais carros de boi ou, ainda, pelos "cambiteiros" nos seus burros de carga, vão alimentar as moendas insaciáveis das usinas e engenhos, onde se trabalha, noite e dia, sem cessar, na preparação do açúcar cristal e refinado ou do açúcar bruto e rapadura.

Para a lavoura de cana-de-açúcar, a água é elemento indispensável. Desde as primeiras variedades de cana, crioula e caiana, plantadas nas férteis terras de massapé, até as novas variedades javanesas, importadas posteriormente, as culturas se estenderam sempre pelas várzeas dos rios e suas proximidades e pela faixa litorânea.

"No Brasil, a cana-de-açúcar começou o seu domínio à beira mar, refletindo-se quase no oceano", afirma o autor já citado.

Os rios facilitam o escoamento dos produtos, indo suas águas, ainda, movimentar as rodas dos engenhos e atender às necessidades das grandes usinas. Com a cultura intensiva e racional da cana-de-açúcar, já iniciada entre nós, os rios tornam-se, naturalmente, indispensáveis para as grandes obras de irrigação realizadas.

O cultivo da cana deve ser feito de preferência em terras pouco acidentadas, sendo seu *habitat* preferido os terrenos aluvionais, ricos de matéria orgânica, frescos e permeáveis. Terra ideal para a lavoura canavieira é o massapé.

No Nordeste, o grande parque açucareiro que se estende da Paraíba ao recôncavo baiano, a cana-de-açúcar domina nas zonas úmidas e semi-úmidas e na faixa litorânea da zona da Mata.

Onde a água existe em abundância, na zona do litoral, dominam as grandes usinas, com seu açúcar cristal, refinado ou demerara e seus imensos latifúndios, cortados pelos trilhos de aço das ferrovias.

Tornando-se a água mais escassa, no extremo da zona da Mata, quase nos limites com a caatinga ou com o agreste, a cana-de-açúcar vai servir de matéria-prima para os engenhos banguês, heranças dos tempos coloniais, com seu açúcar bruto: sêco ou melado, mascavo ou de retame.

Mais ainda para o interior, já na caatinga, de precipitações pluviométricas escassas e irregulares, disseminadas nas margens das lagoas e córregos, as pequenas lavouras de cana vão alimentar as moendas de engenhos, ainda mais primitivos, para a produção de rapadura, alimento por excelência do sertanejo. Êsses engenhos se alternam com as fazendas de criação.

Com relação a terra, no Nordeste, predominam os grandes latifúndios. É interessante acompanharmos a evolução da propriedade canavieira nas terras férteis banhadas pelo rio Cururipe, como apresenta Gilberto De Carlo.

A cana-de-açúcar foi plantada, de início, nas sesmarias e grandes propriedades doadas de 500 braças, até 10 e 200 léguas. Nos séculos XVI e XVII, com as altas rendas obtidas pelo açúcar, verificou-se uma redução da pequena propriedade, de explotação agrícola limitada que, entretanto, foi logo absorvida pelos latifúndios. Nos princípios do século XIX o panorama da região açucareira apresenta-se diferente com o regime da média propriedade, resultante do parcelamento dos latifúndios, doados pelo excesso de terras devolutas, pela ascensão de colonizadores ou pela repartição entre os herdeiros. Foi a época em que os engenhos não possuíam mais do que légua e meia ou duas léguas.

Nos fins dêste século, porém, outra transformação verifica-se na paisagem açucareira do Nordeste: com a construção das primeiras usinas, novo ciclo açucareiro iniciou-se, trazendo o depauperamento econômico do banguêzeiro. Voltou-se novamente ao regime das grandes propriedades: as usinas tornam-se latifundiárias, pela necessidade de garantir uma produção notável de matéria-prima, fugindo da dependência estreita, em que permaneciam, dos fornecedores, e para vencer a concorrência das outras fábricas. Fazendo suas próprias plantações de cana por métodos racionais e mecânicos, os usineiros podem obter produtos de melhor qualidade, com rendimento por hectare mais elevado.

Na zona açucareira do Nordeste, nas lavouras pertencentes às usinas, os serviços de plantação de cana, como a roçagem, encoivaramento e capinas são feitas, geralmente por tarefas, sendo pago o trabalhador pelo serviço realizado. Quando o plantio é a enxada o trabalhador apenas faz as covetas, sendo que a plantação das estacas de cana é feita pela própria usina, se é feito com o arado ou sulcador, o terreno só é entregue ao trabalhador após o plantio.

Ao lado dos extensos canaviais das grandes usinas situam-se as propriedades dos fornecedores de cana, antigos senhores de engenho, que, últimos representantes da sociedade rural banguêzeira, ainda têm um padrão de vida elevado e uma certa posição social.

Alguns dêles são independentes, explotando suas próprias terras; outros são fornecedores rendeiros, pagando uma renda de 15 a 30% sôbre a produção bruta de cana. Administrativamente autônomos, são obrigados, no entanto, a entregar à usina proprietária da terra tôda a sua produção.

Os fornecedores de cana, às vêzes, arrendam suas terras a pequenos lavradores, homens de posses reduzidas, sujeitos pelo arrendamento a dar 50% da produção bruta ao proprietário da terra. Outras vêzes, êste arrendamento é feito pela própria usina.

Nos estados açucareiros do Sul, tanto a questão da propriedade, quanto do sistema de trabalho agrícola, apresentam-se com feição diferente.

No estado do Rio de Janeiro, o maior centro produtor é o município de Campos. Quando se deu a desorganização do trabalho agrícola pela abolição da escravatura, acontecimento que coincidiu com um período de crise de preços do açúcar, verificou-se um extremo fracionamento das grandes propriedades para maior facilidade de explotação. De modo que, enquanto em Pernambuco ainda subsiste como sucessor dos senhores de engenho, o fornecedor de canas, possuidor de extensas propriedades, o mesmo não acontece em Campos, onde domina o pequeno fornecedor, dono de poucos alqueires de terra. Os números mostram, de modo claro, a grande diferença: Pernambuco conta cêrca de 4 000 fornecedores, enquanto Campos tem, aproximadamente, 15 000.

A existência da pequena propriedade em Campos deve-se em grande parte à qualidade do solo, como muito bem salientou Mário Lacerda de Melo em seu artigo "Sôbre a paisagem canavieira campista". Diz êle: "no Nordeste, o terreno plano e humoso, a várzea, o massapé, é exceção. O valor de uma propriedade canavieira oscila freqüentemente em função de sua quantidade de várzeas. Enquanto isso, em Campos, a várzea plana e humosa, o terreno aluvional úmido é a regra. Campos é uma imensa várzea de uma uberdade inesgotável. Há muitas usinas em pouca terra porque a pouca terra aqui produz muito".

Portanto, a pequena propriedade açucareira, que só por exceção aparece no mundo — Argentina e México — em Campos subsiste como característica particular dessa zona canavieira, contràriamente ao que ocorre nas demais zonas açucareiras do Brasil.

No estado de São Paulo, a produção açucareira se distribui por diversos municípios, nem sempre limítrofes: Piracicaba, Pôrto Feliz, Campinas, Igarapava, Ribeirão Prêto e outros.

Predominam as grandes propriedades canavieiras, que não precisaram ser desmembradas com a libertação do elemento servil, graças à abundância de mão-de-obra proporcionada pela imigração.

Para o usineiro paulista não existe o problema do fornecedor de cana. Com o surto do café, entrando em declínio e

quase desaparecendo a indústria açucareira paulista, não se verificou a substituição do antigo senhor de engenho pelo fornecedor.

Incentivada a produção açucareira, as consequências das crises que atingiram a economia cafeeira e, sobretudo, possibilitou transplantou para a lavoura canavieira a mesma técnica de explotação dos cafezais, o regime do colonato.

Os colonos não são nem fornecedores de cana, nem proprietários das terras. Sujeitos a um contrato, trabalham sob a orientação técnica do usineiro que lhes vende os adubos, lhes entrega a variedade de cana a ser plantada e determina o número de capinas que devem ser feitas nos canaviais.

Recebem os colonos o pagamento de acôrdo com a quantidade de canas tratadas, cultivadas, cortadas e transportadas.

Dêste modo, não estão sujeitos ao risco agrícola, como o fornecedor de cana, e seus salários não dependem dos preços alcançados pelo açucar nos mercados consumidores. É natural que se o rendimento agrícola for mais elevado, conseqüentemente, será maior sua renda.

Os colonos das usinas de açucar paulistas gozam de relativo confôrto, vivendo em casas higiênicas, agrupadas em colônias, com seus quintais para criação de aves e pequenas hortas.

No regime do colonato baseia-se a racionalização das culturas canavieiras, a boa qualidade de matéria-prima e o alto rendimento das usinas paulistas.

Em quase tôdas as zonas canavieiras do Brasil já se processa o abandono das antigas e rotineiras práticas agrícolas dos tempos coloniais. Nos grandes canaviais já se estão adotando os modernos processos da lavoura mecânica e racional: cultivam-se as variedades mais rendosas em sacarose e mais resistentes as enfermidades. A irrigação e a adubação, destinadas a restaurar a riqueza dos solos secularmente trabalhados, restituindo-lhes os elementos nutritivos essenciais as plantas, já são praticadas nas culturas das grandes usinas do Nordeste e do Sul. Disto resulta maior rendimento agrícola e, conseqüentemente, maior rendimento industrial. E o açucar torna-se, dêste modo, um elemento de maior riqueza para a economia brasileira.

CARNAUBAIS

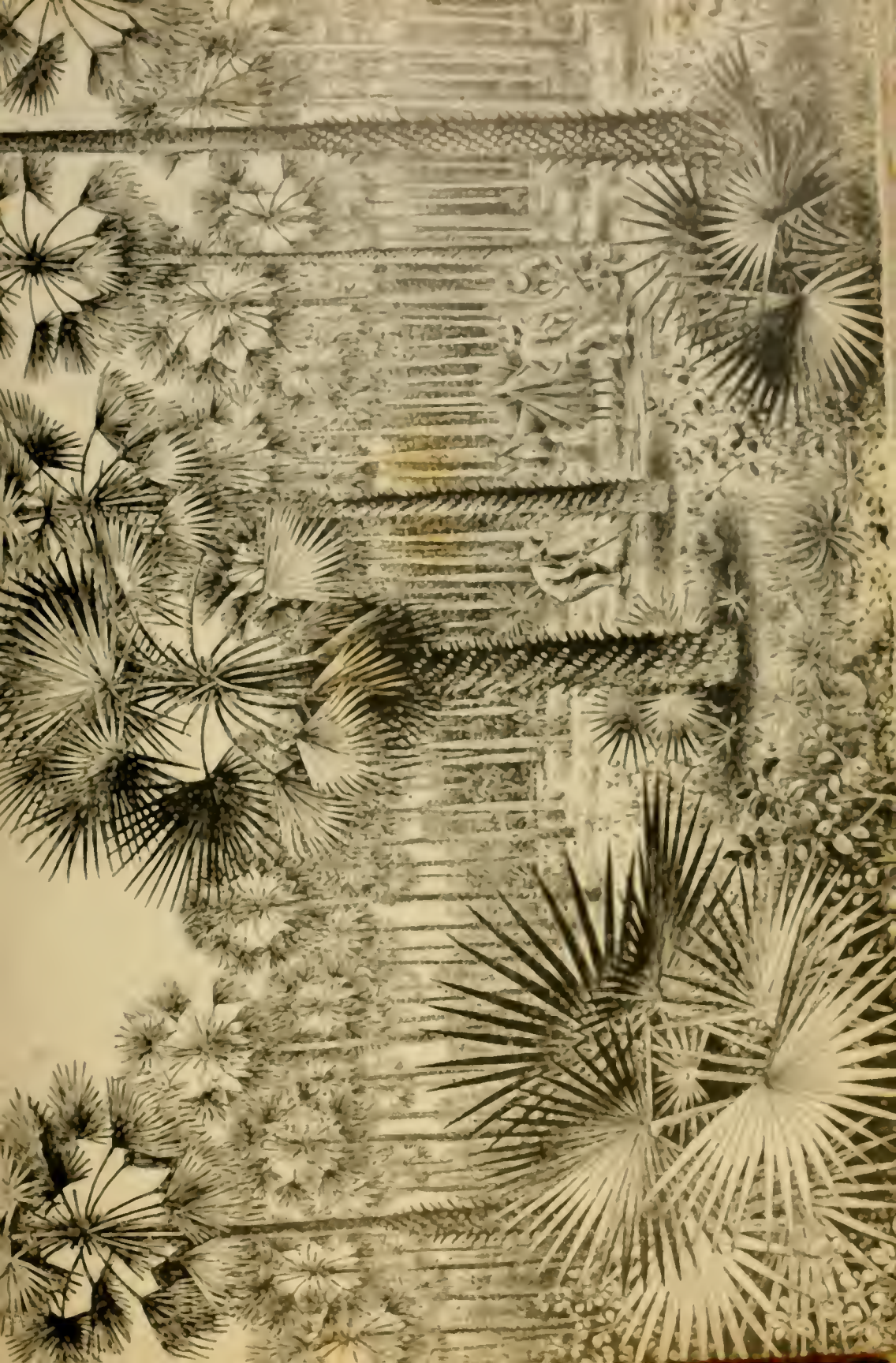
José Veríssimo da Costa Pereira

A IMPORTÂNCIA da fisionomia da vegetação, na caracterização de uma paisagem, decorre das próprias funções das plantas e das necessidades fisiológicas de sua existência, e é ao conjunto dos diversos vegetais que revestem o solo, acentuando-lhe as ondulações e os contornos, que deve a paisagem o seu caráter comum de individualidade.

Se fora da região amazônica é possível encontrar, nos chapadões de águas perenes do Nordeste Ocidental, a participação da flora amazônica, em transição para os cocais característicos do planalto tabular úmido, com tipos outros de vegetação, já no litoral, com particularidade no Maranhão, o que prevalece é a tendência gregária ou exclusivista, dos mangues da zona marítima, e, especialmente, das próprias palmeiras, em cujo rol figura a carnaubeira — a esbelta *Copernicia cerifera*, Mart.

Imprimindo à paisagem um notável efeito ornamental, as carnaubeiras — individualmente, ou compondo bosques, mais ou menos extensos (carnaubais) avultam, neste último caso, mesmo no Nordeste Ocidental, tanto nos campos do litoral, quanto nos do interior. Aparecem, ainda, quer em tôrno da baía de São Marcos, quer no trecho territorial entre Codó e Caxias. Ampliam-se, contudo, ao longo das margens do Parnaíba, onde os indivíduos chegam a atingir a casa dos milhões, quanto ao número no Maranhão.

Planta gregária e hidrófila, que se desenvolve à maravilha nos vales fluviais, a carnaubeira — além do Maranhão e do Piauí — forma suas maiores concentrações no Ceará (vales do Jaguaribe, Acaraú e Coreaú), no Rio Grande do Norte (vale do Açu, desde a cidade dêsse nome até Macau), na Paraíba (em Sousa, São João do Rio Peixe, Cajàzeiras, São José de Piranhas), em Pernambuco (nos municípios sanfranciscanos de Coripós, Petrolina e Petrolândia) e, em menor escala, no Pará (região do Tocantins), na Bahia, Sergipe e Alagoas, bem assim, em Goiás. Em Mato Grosso é errôneamente identificado como Co-



pernicia cerifera, MARTIUS, a palmeira-carandá (que não dá cêra) a qual, segundo BECCARI, pertence a espécie distinta, a *Copernicia australis*.

A carnaubeira (*Copernicia cerifera*, MARTIUS, ou *Coryphra cerifera*, ARR. CÂM.) pertence à família das palmáceas e possui espique reto, cilíndrico, mais espêsso na base. Distinguem-se pelo menos a "carnaubeira-guandu" e a "carnaubeira-lavada", a primeira possuindo a base dos pecíolos aderentes e a segunda a de pecíolos lisos, o que está em relação com a idade da palmeira.

Baseando-se na direção — para a direita ou para a esquerda — seguida pelas hélices das caracas ou base dos pecíolos, os sertanejos distinguem, pràticamente, a "carnaúba-branca" e a "carnaúba-vermelha", havendo ainda uma variedade "preta". Na nomenclatura cearense, com particularidade, o povo chama de carnaubeira a árvore e de carnaúba, o fruto, segundo informação do técnico HUMBERTO R. DE ANDRADE, o qual se valendo de observações próprias, inclina-se a aceitar três variedades na espécie comum: "carnaúba-sem-espinhos", carnaúba-gigante" e "carnaúba-branca".

O botânico A. J. SAMPAIO descreveu a *Copernicia cerifera*, MARTIUS, como "uma linda palmeira, esbelta, de caule ou estipe cilíndrico, erecto e em geral indiviso e que atinge 16 a 20 metros de altura por 30 a 50 centímetros de diâmetro, apresentando na base e até certa altura restos de pecíolos, dispostos em espiral. O capitel formado de fôlhas flabeliformes, isto é, em leque, com pecíolo de 1,30 metro de extensão e no qual se encontram duas séries de espinhos negros, fortes, achatados e curvos".

O longo período sem chuvas durante o ano exige da carnaubeira uma adaptação ao período sêco que, por seis ou mais meses, é normal em tôda a vasta extensão de seu *habitat*. Para proteger a planta contra a inexistência da água, as células epidérmicas das fôlhas se revestem de uma camada de cêra, mais abundante e de melhor qualidade nas fôlhas novas. Trata-se de singular auto-defesa que, obstruindo os estomas foliáceos com matéria cerosa, impede a transpiração, determinando a diminuição da intensa evaporação, o que implica numa considerável economia d'água. Daquela notável circunstância resulta a maior riqueza dos carnaubais do Nordeste Oriental, tendo-se em vista a produção da cêra.

Na paisagem cultural do Nordeste, a carnaubeira aparece como a "árvore-providência", a "árvore-da-vida", denominação de HUMBOLDT, ao considerar êsse botânico, as numerosas utilidades da palmeira. Não será exagerado afirmar que existe

mesmo, no Brasil de nordeste uma "Civilização da Carnaubeira" aguardando ainda o seu intérprete, em tôda a sua delicada e complexa trama antropogeográfica.

Tôda a geografia do homem rural da região nordestina seria incompleta, se, acaso, se pretendesse fazê-la fora da consideração antropogeográfica dos carnaubais, porque quase tôda a atividade humana regional gira em tôrno dos carnaubais, que são os fornecedores da matéria-prima com a qual é possível satisfazer todas as necessidades primárias do homem e as da economia rural. Com efeito, de tôdas as partes da carnaubeira tira o homem proveito.

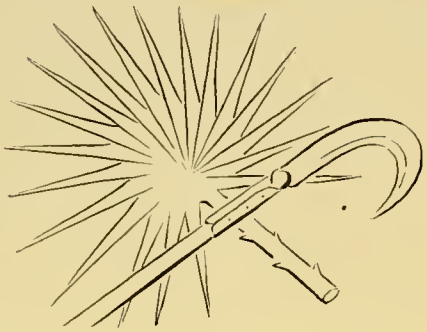
No interior, as casas são construídas — quase sempre — com os espiques, que fornecem linhas, caibros, ripas. As principais modificações introduzidas na paisagem pelo homem rural decorrem das casinholas de carnauba, com suas paredes, suas portas, suas janelas e coberturas construídas com materiais retirados dos carnaubais. Assim sucede no vale do Jaguaribe, onde se enfileiram as margens não inundáveis do rio. Os homens que nelas vivem, usam chapéus, bolsas, surrões e vários outros objetos, fabricados com fôlhas da Copernicia. Portas e janelas — do tipo veneziana — cêrcas e jirau, lastros de camas e rôlhas de garrafa, tudo provem dos pecíolos que a linguagem popular denomina talos da carnauba. A própria circulação geral se vale do espique da carnaubeira para montar postes telegráficos e pilares de pontes. Tôda a construção rural, numa palavra, se realiza principalmente com as secções inferior e superior do espique, a que denominam "tronco" e "cabeço", sendo a secção média reputada como boa madeira de construção, macia e de bonita côr verde-escura.

A carnaubeira e seus produtos condicionam, assim inquestionàvelmente, a adaptação humana ao meio físico ingrato, sugerindo não apenas um gênero de vida, único no Brasil, talvez no mundo, mas fornecendo, também, horizontes de trabalho à considerável massa anônima do sertão, que mais diretamente padece das crises econômicas e mais de perto sofre os efeitos das sêcas por que periòdicamente passa o Nordeste.

Embora cada carnaubeira dê, em média de 60 a 80 gramas de cêra, e apesar de ser a cêra de carnauba uma indústria extrativa tradicional no Nordeste, ainda não foi possível, com efeito, industrializá-la como seria de desejar, aparecendo como esforços isolados, as tentativas de alguns proprietários de carnaubeiras do vale do Jaguaribe. Atualmente há, entretanto, já largo e intenso aproveitamento industrial dos produtos da carnaubeira: fabrico de velas, preparo de couros, vaqueiramen-

to de calçados e madeiras, lubrificantes, fósforos, sabonetes, fabricação de ácido pícrico, de pólvora e de outros produtos, isolante para cabos, discos fonográficos etc.

Estendendo-se desde o Pará (região do Tocantins) e Maranhão até Bahia e Goiás, os carnaubais representam verdadeiras "ilhas-humanas" da zona do Nordeste flagelada pelas sêcas, tomada a expressão, no sentido em que a empregou JEAN BRUNHES, na sua conhecida obra *"La Géographie Humaine"*.



CAMBITEIROS

CARLOS PEREIRA

É CORRENTE, no Brasil, o uso do cambito na condução de carga feita em lombo de equinos, muares e, até mesmo, de bovinos.

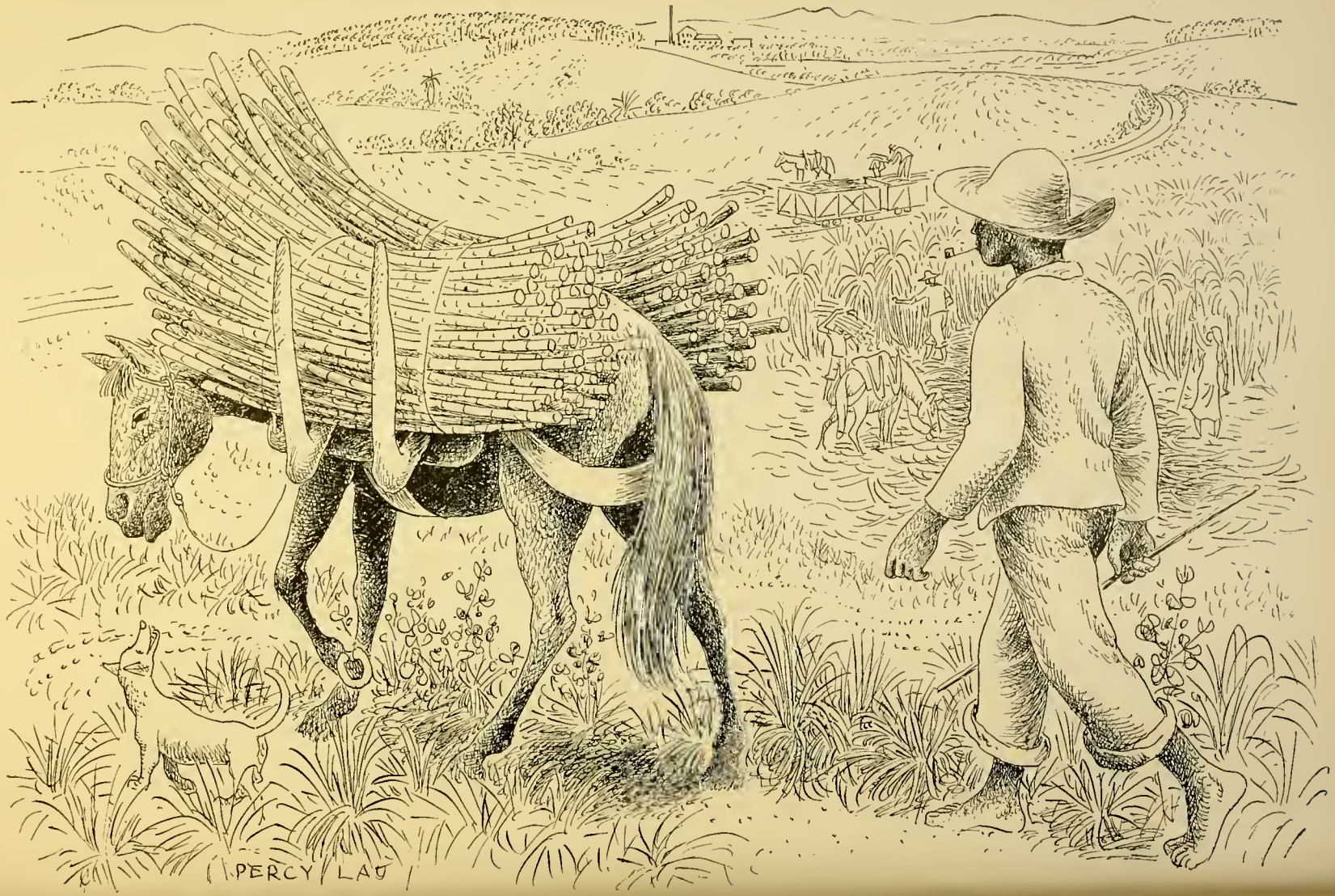
Da-se a denominação de "cambitos" a uma rustica longa e resistente forquilha de madeira. Em número de quatro são os "cambitos" ajustados, presos, dois de cada lado, por uma das extremidades, aos "cabeçotes" das cangalhas dos animais empregados no transporte de cana-de-açúcar, lenha, varas, madeira de construção e capim.

Explica BATISTA CAETANO que a expressão "cambito" é uma corruptela do têrmo tupi *acambi*, que se traduz por "forquilha, correia de duas pernas, compasso, forcado".

Por analogia chama-se "cambiteiro" ao trabalhador rural encarregado de conduzir os animais que fazem o serviço de carga com "cambito".

A ilustração de Percy Lau, que acompanha êste texto, mostra o "cambiteiro" no seu ambiente de trabalho, exercendo o seu mister no transporte de cana. Embora generalizada em várias regiões agricolas do país, é nos latifundios dos parques da industria açucareira de Pernambuco, de Alagoas, da Paraiba e da Bahia, que tal usança, nos sistemas de transporte, constitui uma rotineira norma de trabalho rural. Mesmo das usinas que contam em sua totalidade com ferrovias proprias destinadas ao transporte de cana, do campo para a moenda, a presença do cambiteiro não foi banida. É que êle conduzindo seu animal, se afunda no canavial, acompanhando o serviço de "corte", daí cambitando as canas até o ponto onde a composição ferroviária as vem buscar para a usina.

Essa espécie de cargueiro, pelo cunho de viva originalidade com que se desempenha do seu serviço, bem se distingue de outros trabalhadores do campo.

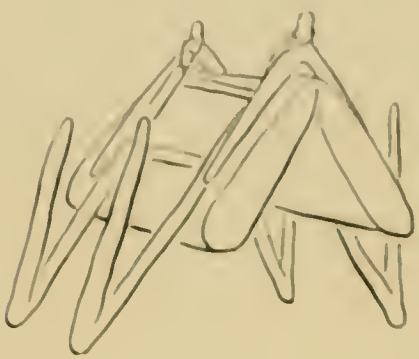

PERCY LAU

As esquisitas interjeições que escuta no trato dispensado aos animais, a autoridade que exerce sobre os bezerros, chamando-os pelos nomes e indicando-lhes as posições onde devem parar e, em seguida encostar para descarregar, são particularidades que se observam no serviço do "cambiteiro". "Pára, marinheiro"! "Encosta, meladinho!" "Vamos estrela!" "Segue, notavel, tol", são interjeições das muitas ouvidas amiúde durante o trabalho do cambiteiro.

Outro aspecto curioso oferecido pelo cambiteiro é o constituído pelas trovas, quadras e "embolados" com que procura amenizar a rudeza do trabalho, assinalando a sua passagem isoladamente ou aos bandos pelas estradas, caminhos e "atalhos" cambitando cana, madeira ou capim.

O cancioneiro popular da região açucareira nordestina registra a seguinte quadra que dá bem a medida da popularidade do tipo de trabalhador que aqui focalizamos.

"Cambiteiro, cambituvo,
onde foste cambitá?
Cambitá cana caiana,
Botá p'ro engenho centra"



CERÂMICA POPULAR DO NORDESTE

FRANCISCO BARBOZA LEITE

TRABALHAR o barro e transformá-lo em objetos de utilidade ou peças decorativas, moldá-lo e dar-lhe destinação especial, tem sido tarefa do homem nos diferentes ciclos de sua evolução. Diz-se mesmo que a cerâmica é a mais antiga das artes. O fato é que em escavações e descobertas tem a ciência encontrado na cerâmica um eficiente auxiliar nos estudos que visam ao conhecimento dos costumes e das épocas. Aí está a cerâmica de Marajó, — o livro de barro, — na expressão de RAIMUNDO DE MORAIS, "em cujas páginas o selvagem escreveu a história da nação..."

Nas placas de argila flui uma fôrça inventiva, inscreve-se um caráter peculiar a cada gente, originando maneiras distintas de utilizá-la. Tem-se a cerâmica de qualidade superior produzida em grandes fábricas sob um rigor técnico absoluto e a ingênua ou popular, onde se manifestam os rudimentos espontâneos de uma arte sem preconceito através da poesia rude da alma do povo. Aí perpassa um sôpro de mundos embrionários alimentados por sentimentos sem derivações profundas; reflexos, sim, de necessidades imediatas, noções superficiais de mentes incultas ou dominadas pela superstição.

No Brasil, nas feiras típicas do interior é comum a exposição de cerâmicas cuja procedência se denuncia sempre pela qualidade da argila e o acabamento das peças, concorrendo certas diferenças aí encontradas não só para identificar os autores como também para granjear-lhes a preferência. Alguns se dedicam sòmente ao fabrico de bonecos, como ocorre com VITALINO, em Caruaru — Pernambuco. Em Nazaré — Bahia, há os especialistas em "caxixis", louça em miniatura cuja venda só se verifica na sexta-feira santa, constituindo, assim, uma prática que o sertanejo soma a outras atividades de fundo religioso, nesse dia.

Sem desprezar outras cerâmicas em cujo rol poderíamos incluir a de Belém — Pará, onde a influência portuguêsa é

bem manifesta, merecendo, tôdas, observações que enriqueceriam de mais pormenores estas notas, salientaremos a "louça de barro" de Granja no Ceará, não pelo que ela representa na economia local, mas porque nela apuramos o que aqui vai descrito. É uma cerâmica de rotina: potes, panelas, alguidares, moringas, pratos e vasos, a variedade tôda de vasilhas indispensáveis à cozinha pobre. Tomam parte na sua confecção, principalmente as mulheres, tendo meninos como auxiliares para serviços de menor responsabilidade.

Embora oferecendo aspecto pitoresco onde os indivíduos formam um conjunto cheio de movimento e graça no sentido plástico das figuras dispostas ao acaso, o trabalho da "louceira" é penoso e antiquado, resultando num esfôrço que a desgasta muito cedo. Nas mãos, sempre mergulhadas no barro úmido, o reumatismo é freqüente e a pele, enrijecida, adquire uma consistência incômoda. Mal amanhece põe-se a trabalhar até quando anoitece, continuando ainda noite a dentro na arrumação de peças concluídas ou fazendo vigília ao forno aceso na "queima" de outras já enxutas.

Os instrumentos de trabalho da louceira pouco variam e se resumem no seguinte: alguns cacos de cuia, uma quicé de arco de barril, sabugos de milho... e uma tábua manejável onde assenta a peça em execução. Completa êsse precário arsenal uma tijela com água.

Tem comêço a faina quando o barro fica no "ponto" depois de suficientemente triturado, os torrões transformados em pasta uniforme, macia e branda. (Essa tarefa é feita por um caboclo jovem que revolve o barro com uma enxada e o esmaga com a planta dos pés num saracoteio constante). Esfregando o incipiente material de sua arte na tábua manejável, a louceira obtém pequenos rolos compactos, sem veios, e vai aglutinando-os em círculos ou obedecendo a um sentido especial da peça em que trabalha, até atingir o "arremate" de uma jarra ou uma bilha, etc., que põe num jirau ao lado para secar. Os cacos de cuia são cortados em rodelas, facilitando assim o seu manejo, e servem para alisar o barro dando uniformidade à superfície das paredes. Com os sabugos de milho, entretanto, a louceira faz ranhuras na parte externa das peças (jarras, de preferência), produzindo-lhes uma textura áspera que lhes dá maior resistência.

A "queima" é uma das fases mais delicadas da louceira. Trata-se de evitar a todo custo que as peças se quebrem quando são arrumadas no forno. Nessa ocasião amontoam-se ao lado grandes feixes trazidos das matas pelo marido ou homens mais idosos cuja ocupação principal é a pesca ou os serviços pesados, a "frete". Também as mulheres, muitas vêzes, em bandos, atacam as capoeiras a facão e foice, trazendo para

casa, amarrados grotescos de garranchos que avultam sôbre suas cabeças. É a lenha que as labaredas consumirão até que as peças fiquem rubras. A seguir e depois de esfriadas lentamente recebem elas o acabamento final: leves desenhos de singela geometria onde formas repetidas e rítmicas predominam. Os motivos preferidos: fôlhas e flores. A tinta aí empregada é obtida de bastões de "toá" — corruptela de tauá = chisto argiloso — de côr vermelha e altamente indelével que a louceira dissolve em água comum... e aplica diretamente com os dedos.

Atravessando gerações e sem que se tenha conhecimento do seu início naquela terra, a cerâmica granjense já se tornou tradição no lugar atraindo a preferência dos compradores dos municípios circunvizinhos.

COQUEIRAIS DAS PRAIAS DO NORDESTE

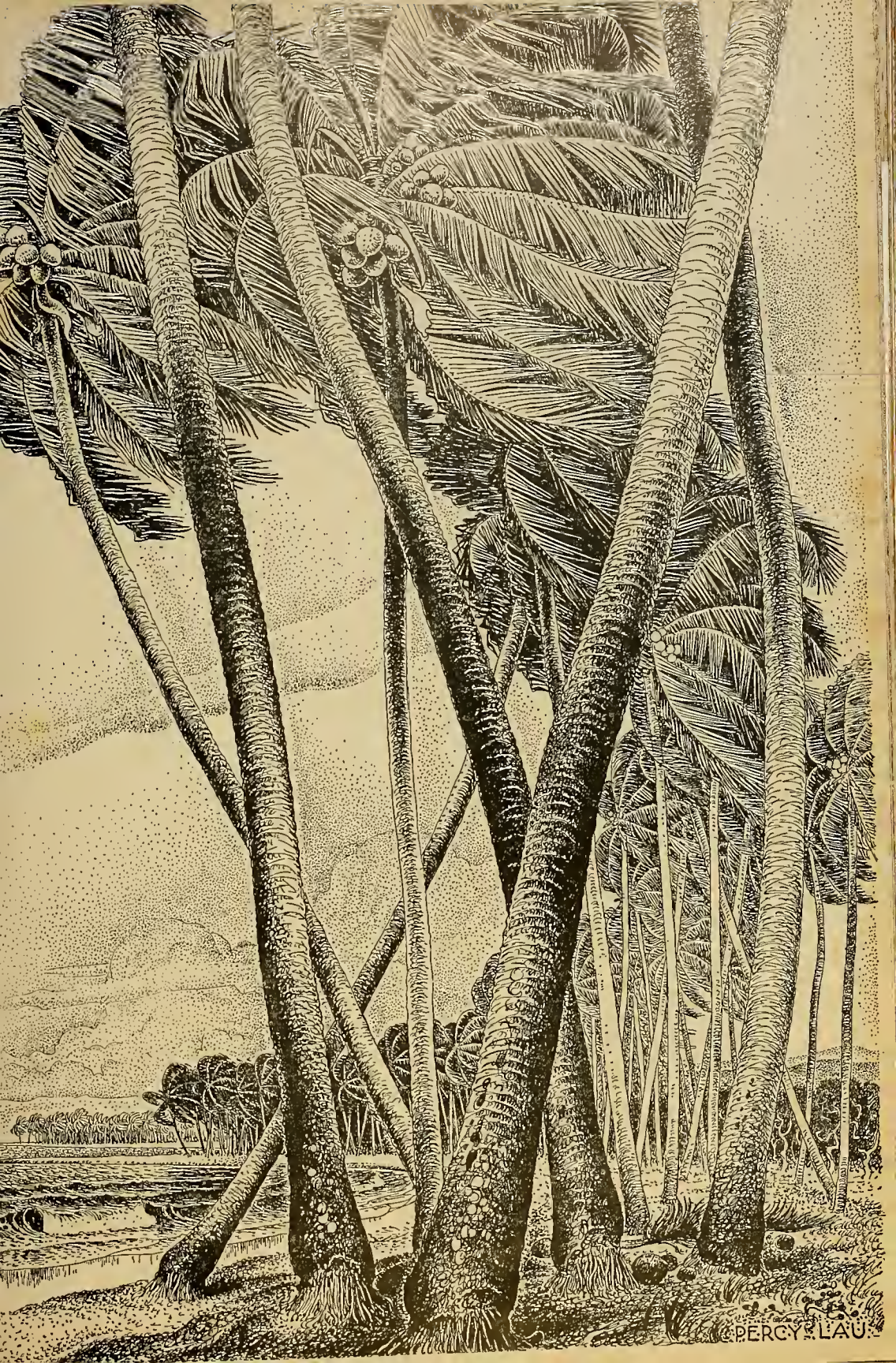
LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

O LITORAL nordestino oferece dois belos espetáculos: o jangadeiro pescador e o debrum vivo dos coqueirais esguios, imprimindo à paisagem uma feição tropical. Nesse trecho da nossa costa, representam êstes a primeira amostra da atual flora brasileira, que surge da própria areia das praias.

O coqueiro, cujo nome científico é Cocos *nucifera*, L., cresce desde o Pará até São Paulo, de preferência ao longo do litoral; com mais intensidade, aparece do Maranhão até a região dos Abrolhos, na Bahia. Sua localização subordina-se à latitude e ao mesmo tempo à proximidade do oceano. Entretanto adapta-se a maior distância da costa e a altitudes até 700 metros desde que as condições de solo e clima sejam propícias ao seu desenvolvimento.

Há na América mais de 40 espécies diversas do gênero Cocos e que se aproximam do Cocos *nucifera* conhecido por côco-da-bahia, provàvelmente para lembrar o local onde teve início a sua cultura no período colonial, como opina GREGÓRIO BONDAR. Tanto a diferenciação da espécie que domina o litoral do Nordeste, como a abundância de outras, escreve F.C. HOEHNE, levam hoje os botânicos a creditarem a terra americana como pátria do coqueiro; para o mesmo autor, a dispersão desta palmeira é a função do seu *habitat* marítimo, facilitando a seus frutos serem levados pelas correntes oceânicas, e até mesmo à Ásia, onde são também encontrados. Mas é verdade que os primeiros colonizadores do Brasil trouxeram para cá alguns exemplares que estagiaram antes no arquipélago de Cabo Verde, como GABRIEL SOARES DE SOUSA em seu *"Tratado Descritivo do Brasil em 1587"* deixa entrever. Aliás, o coqueiro mereceu dos nossos primeiros cronistas algumas referências como as contidas na obra já indicada e na magnífica *"História do Brasil"* de frei VICENTE DO SALVADOR.

O clima próprio ao desenvolvimento do coqueiro deve apresentar uma temperatura cuja média anual pode oscilar de


©PERCY LAU

19° a 24°C., e chuvas distribuídas com regularidade com uma altura pluviométrica anual de 1 200 a 2 000 milímetros. Mesmo nas zonas mais sêcas, uma vez que por medidas adequadas o solo garanta a umidade necessária, o coqueiro pode ser cultivado com apreciável rendimento. A vizinhança do mar reúne, segundo G. Bondar, uma série de condições propícias: temperaturas elevadas, com pouca oscilação; chuvas regulares resultantes da umidade trazida pelos ventos que sopram do oceano; exposição aos ventos que, ativando a evaporação da água pelas fôlhas, favorece a absorção, pelas raízes, das soluções minerais. Do trópico para o norte, as condições climáticas são favoráveis, sendo que no Nordeste elas se ampliam, havendo no entanto uma restrição quanto à área de solo naturalmente próprio.

Os solos de areia sòmente são favoráveis, econômicamente, ao coqueiro, numa orla praiana estreita, até onde chega a influência das "águas mineralizadas" do mar, contendo sódio e potássio. O mar, lançando nas praias apreciável quantidade de algas, faz a adubação natural e necessária à vida e ao rendimento da planta. É fácil entender-se então que o enriquecimento artificial do solo se impõe, cada vez mais, à medida que o auxílio espontâneo do mar vai cessando, por afastamento da cultura, da linha de costa.

Avalia-se em cêrca de 5 milhões o número de coqueiros existentes no Brasil, cabendo a maior parte à Bahia; seguem-se, como produtores e em ordem decrescente: Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Piauí ao todo doze estados litorâneos. A produção brasileira é ainda muito inferior à dos principais exportadores; o nosso rendimento por pé e por ano é bastante escasso e irregular, para fixar-se uma média. No entanto o índice de 13 a 20 côcos — quando o horizonte de produtividade da planta é de 300 a 400 frutos! — aproxima-se da realidade e comparando-a com a produção da África, Ásia e Oceânica, de 100 a 150 unidades por pé e por ano, tem-se uma idéia da nossa situação no mercado mundial dêsse produto. Não obstante o nosso fraco coeficiente, um cultivo mais racional e eficiente combate às pragas, levarão os coqueirais a uma produtividade excelente.

Nas Índias Orientais salientam-se cinco variedades principais, e dentre estas a *Dwarf Coconut* ou coqueiro anão, aclimou-se perfeitamente no Brasil com bom nível de produção. Das variedades existentes em nosso país, distinguem-se também cinco, bem diferenciadas: côco-verdadeiro ou côco-da-índia; côco-sangüíneo; côco-vermelho; côco-caboclo e côco-branco.

Do coqueiro nada se perde; tudo se aproveita em natureza ou pela transformação industrial. Das suas diversas utilidades podemos enumerar: o côco, por si mesmo ótimo alimento, além de servir a outros misteres; a fibra extraída das brácteas e das espatas; o *toddy* e o arac, bebidas extraídas das inflorescências o palmito, consumido como alimento de fino paladar; a água de côco, nutritiva, diurética, higiênica e refrescante, ensina o técnico G. Bondar; o leite de côco, obtido da amêndoa; a farinha de côco, feita da massa da amêndoa livre do leite e sêca; a copra, de grande procura e consumo no preparo de óleos alimentares; o coiro ou cairo, nome comercial da fibra preparada com o mesocarpo ou casca externa do fruto, utilizado na indústria de fibras e papelões a casca do endocarpo, aproveitada para o fabrico de carvão ativo; a torta ou farelo de côco, substância azotada e rica em proteínas, e que é o resíduo da amêndoa depois de extraído o óleo... Além de muitas outras utilidades.

A gravura reproduz um trecho de litoral nordestino, onde junto ao mar se levantam extensas formações destas palmeiras, vergadas pelos ventos, as raízes expostas pelo movimento das areias; o tronco cilíndrico, por sua particular estrutura, bem como o forte enraizamento permitem ao coqueiro resistir aos vendavais, dobrando-se, flexuoso, sem partir-se. Acompanhando o coqueiral, ao fundo, é freqüente verem-se os cajueiros formando uma cortina de menor porte. E tão prestimosa é esta palmeira que, escreve de modo pitoresco frei Vicente do Salvador, citando frei Gaspar: "... das palmeiras se arma uma nau de vela, e se carrega de todo o mantimento necessário, sem levar sôbre si mais que a si mesma".

COLHEITA DE CARNAÚBA

FRANCISCO BARBOZA LEITE

O BRASIL tem nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, vastas extensões de terra onde se encontram os maiores carnaubais nativos do país. A carnaubeira (*Copernicia cerifera* MART.) é uma palmeira que cresce pletòricamente nos tabuleiros e várzeas do Nordeste, constituindo-se, pela conformação do seu porte e pela resistência que oferece às mutações do clima, um espécime que caracteriza a região. É grande a sua aplicação na indústria, pelo que representa um fator de equilíbrio na balança econômica daqueles estados. A diversidade do seu emprêgo inclui, entre outros, os seguintes produtos: filmes, tintas e vernizes, materiais isolantes e velas. A palha, além de produzir a cêra que é a parte mais valorizada, fornece também uma fibra muito resistente, da qual se fazem cordas e tranças para a confecção de artefatos tais como: rêdes, surrões, alpercatas, bôlsas, chapéus e esteiras. Os troncos e ainda as palhas são muito usados na construção de casas, as quais têm por isso aspecto peculiar que empresta tom local à paisagem. A carnaubeira tem frutos que se assemelham, em tamanho e forma, a uma azeitona e são de sabor agradável, quando maduros; o caroço, muito duro, uma vez sêco é torrado com café para melhor rendimento e gôsto dêste, segundo opinião dos sertanejos.

Para a extração da cêra, a palha é cortada por um caboclo idoso que teve tempo de aprender as manhas do vento. É um serviço cheio de perigos ao menor descuido. A copa da carnaubeira é muito alta e, para alcançá-la, tem o caboclo que usar uma pequena foice recurva, engastada na ponta de uma longa vara que mede até sete braças, ou mais, de comprimento. A palha, ao ser degolada, cai verticalmente, exigindo do cortador muita perícia, para não ser atingido por uma verdadeira flecha de espinhos. Sôbre o chão, em meio à vegetação de cactáceas, mandacarus e xiquexique, vão-se juntando montes e montes de palmas que, aos poucos, são conduzidas para o local de be-

neficiamento. Ali, em grandes lastros de chão batido, e depois de esfiapadas com pequenas facas são espalhadas para secar ao sol. À reação do calor ficam cobertas de um pó tênue e branco, que exige trabalho cuidadoso e demorado para ser extraído. Numa câmara hermèticamente fechada, batem-se de leve uma por uma, deixando cair o pó em alguidares que são levados em seguida ao fogo. Derretida aos 59° de calor, a cêra é posta a coagular em fôrmas que variam de tamanho, conforme a conveniência. Êste processo é rudimentar e pouco rendoso. No Ceará e no Piauí já existem, entretanto, algumas áreas de carnaubais cultivados racionalmente e com aproveitamento mais compensador em conseqüência da técnica e aparelhagem modernas nelas utilizadas. Estas facilidades não podem divulgar-se de modo mais amplo porque a aquisição de máquinas, seu manejo e conservação exigem do agricultor médio um dispêndio financeiro acima das suas possibilidades.

A tarefa de recolher, conduzir e esfiapar as palha é sempre feita por menores e mulheres. É serviço leve e sem risco, no qual o trabalhador aproveita os filhos mais novos. Como meio de transporte usam jericos pacientes e vagarosos, que ficam cobertos pela curiosa carga, em meio da qual emergem as imensas orelhas, e as pernas curtas e finas que mal sustêm o corpo. O sol castiga sem clemência as frontes suadas de homens e crianças em plena faina e o "ouro verde" flutua sôbre os troncos prateados das carnaubeiras. Diversos são os seus aproveitamentos em qualquer circunstância — de onde ser própria e feliz a denominação de árvore da providência, conferida por HUMBOLDT.

O corte da palha é feito duas vêzes ao ano, sendo os intervalos entre essa operação uma espécie de descanso da palmeira que, assim, dá um rendimento maior. Antigamente, os pequenos proprietários de carnaubais arrendavam-nos a outros mais abastados, que faziam cortes em excesso, exaurindo a planta. Esta ficava, dêsse modo, impossibilitada de fornecer um bom produto. Atualmente, há uma lei que proibe tal prática.

A cêra é produto de maior cotação na América do Norte, onde chegou, em 1951, a Cr$ 1 300,00 o preço da arrôba (15 quilos) e hoje atinge ainda o preço médio de Cr$ 700,00. Como subproduto, deixa uma bôrra que é aproveitada como excelente adubo.

ENGENHOS E USINAS*

ELZA COELHO DE SOUZA

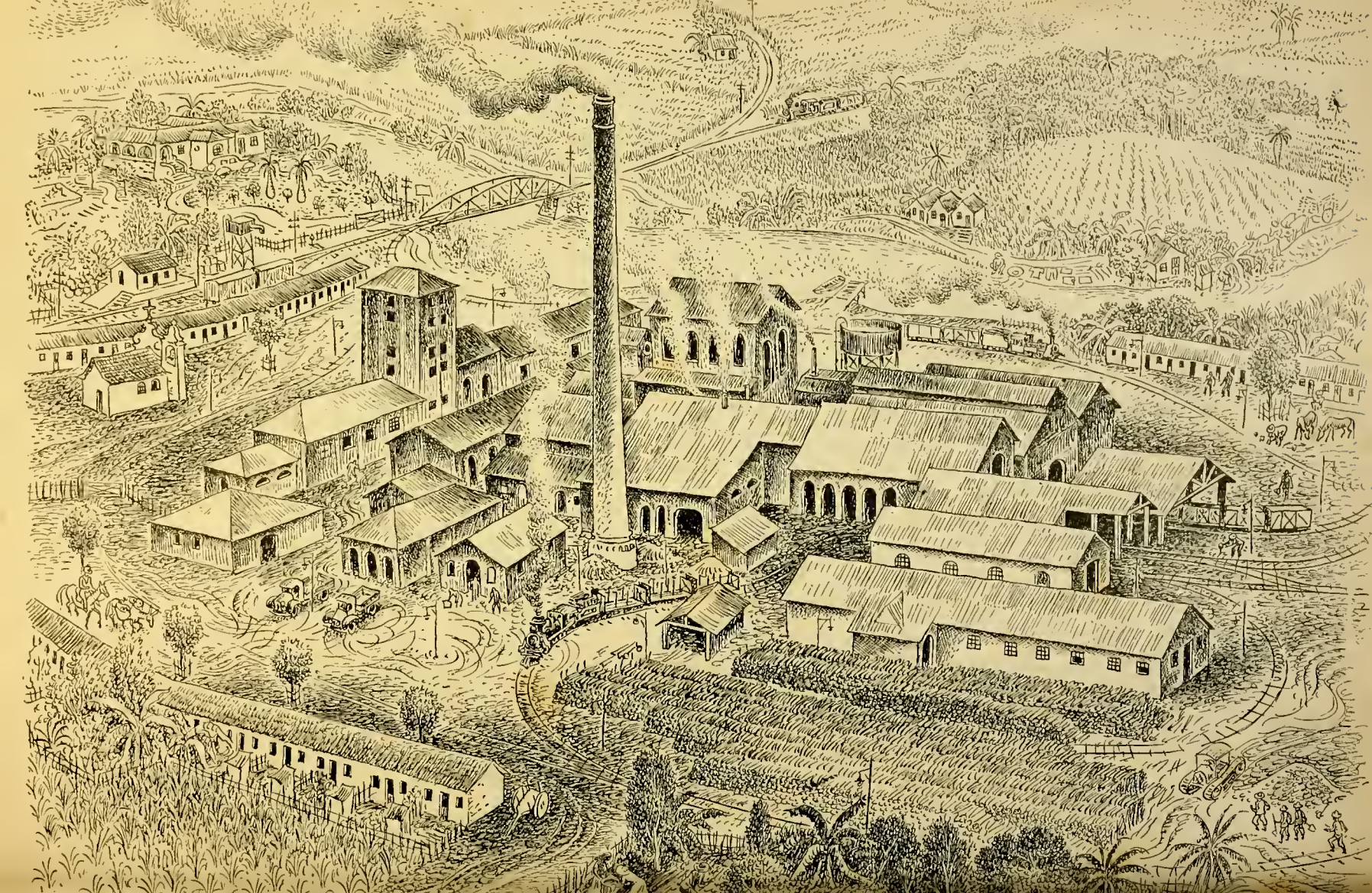
NA INDÚSTRIA açucareira do Brasil, contrastando com as grandes usinas, dotadas de todos os aparelhamentos modernos, instalados com o fim de se obter o máximo rendimento possível de cana e a maior pureza dos produtos, subsistem, ainda, os engenhos de tipo colonial nas suas diferentes modalidades os engenhos movidos por animais, que no caso de serem bois, são chamados "trapiches", os "engenhos de água" com as suas três variantes: "copeiro", no qual a roda se move com água que lhe cai em cima nos cubos mais altos; "covilhete" ou "meio copeiro", que recebe a água em meio da roda e "rasteiro", movido pela água que vem de um nível muito baixo e, finalmente, os engenhos de vapor.

De modo que nas zonas açucareiras do Brasil, ainda se encontram os diferentes tipos de engenho, que representam os três estágios da evolução da indústria do açúcar. Chamados, genèricamente, de "banguês" no Nordeste, constituem êles a fábrica de uma época de industrialização incipiente. Processando-se morosamente a nossa evolução industrial, é freqüente encontrar-se no interior brasileiro a rotina suplantando a técnica. Assim é que se contam por centenas êsses engenhos primitivos, de instalações rudimentares, baixo rendimento industrial e açúcar de tipo inferior.

Instalados em terras brasileiras desde o início da colonização constituíram êles uma civilização açucareira, com a figura típica do senhor de engenho, que levava uma vida faustosa na "casa grande" e gozava de grande prestígio e influência política. Possuidor de extensos latifúndios, com esplêndidos canaviais, escravaria numerosa e engenhos bem montados, era êle o representante de uma opulenta aristocracia rural.

---

* Encontram-se em outras regiões, principalmente na Região Leste.



Os primeiros engenhos instalados no Brasil eram movidos por animais, preferentemente, bois ou, então, situando-se nas margens dos rios, eram êstes aproveitados para acionarem as rodas d'água que movimentavam as moendas de espremer cana.

Tanto o aparelhamento industrial dos "banguês", como os métodos de fabricação do açúcar empregados nêles são, ainda hoje, os mesmos dos tempos coloniais, apesar de rudimentares e antiquados.

Na época da safra, a atividade é intensa nos engenhos. As canas, trazidas pelos "carreiros", nos seus carros de boi ou pelos "cambiteiros", nos seus burros, são logo levadas para as pequenas moendas de madeira. O caldo, recolhido em grandes tanques é levado às caldeiras para ser cozido a fogo cru. Em seguida, depois de limpo vai para os tachos de cobre, onde é engrossado e batido. Levado para a casa de purgar, o melado é pôsto em fôrmas de barro, madeira ou ferro, que colocadas sôbre tábuas furadas, deixam escorrer o mel, que pode ser aproveitado para a fabricação do açúcar de retame ou para a destilação da aguardente em alambiques de cobre ou de barro. Escorrido o mel das fôrmas ajunta-se barro para branquear o açúcar. Os pães de açúcar, dêste modo preparados, são postos, em seguida, a secar ao sol.

Produz-se, assim, um tipo inferior, o açúcar bruto, que pode ser sêco ou melado, purgado, mascavo ou de retame.

Um tipo de açúcar, de qualidade ainda pior, é produzido, principalmente, nos "banguês" de Alagoas: o açúcar de rampa, que nem é purgado. Saindo do último tacho, em ponto semi-líquido, o melado passa por uma rampa de cimento, onde é batido e esfriado. Ainda morno, êste açúcar melado é pôsto em sacos e, assim mesmo, transportado nos carros de boi ou cavalo. Numerosas são, pelo interior do Brasil, as engenhocas, que fabricam a rapadura, alimento bastante apreciado pelo sertanejo do Nordeste.

Também são ainda comuns, os engenhos de vapor, aqui introduzidos em princípios do século XIX e que representam já, uma evolução dos primitivos engenhos de bêstas e engenhos d'água.

Em nossos dias, o estado, possuidor de maior número de engenhos "banguês" e de engenhocas é o de Minas Gerais.

São os mesmos processos, os mesmos métodos rotineiros e atrasados, que atravessando séculos ainda persistem na primitiva indústria açucareira do "banguê", em certas zonas do Brasil. Como diz Gileno Dè Carli "é uma paisagem quinhentista transplantada para o século da máquina".

Segundo o mesmo autor, o rendimento médio dos engenhos "banguês"é de 45 pães de açúcar bruto por hectare de cana, ou seja, 4 320 quilos assim distribuídos: 3 600 quilos de açúcar escorrido, acrescido de 720 quilos de açúcar de retame.

Até fins do século XIX, os "banguês" dominaram na indústria açucareira do Brasil quando então, como um melhoramento, foram instalados os primeiros engenhos centrais, criados pela necessidade de se melhorar a qualidade do produto, garantindo-lhe boa colocação nos mercados estrangeiros, dêste modo, fazendo face aos concorrentes que surgiam no comércio internacional.

Foram êles montados graças à associação de alguns banguêzeiros, estimulados e auxiliados financeiramente pelos governos de então. Nesta época, inicia-se a decadência acentuada dos engenhos "banguês", que com seu açúcar bruto, foram vencidos pela técnica e industrialização sempre crescentes. Perdem êles sua função industrial, passando os seus proprietários a meros fornecedores de cana às "centrais", que se dedicam, exclusivamente, à industrialização da matéria-prima particular.

Com a rígida subdivisão do trabalho agrícola e industrial não podiam porém os engenhos centrais subsistir. Em conseqüência das freqüentes crises, ocasionadas por diferentes fatôres: falta de preparo técnico do operariado no manejo dos maquinismos das fábricas, deficiência dos métodos agrícolas, desorganização das plantações com a abolição do trabalho servil, agravadas ainda, pela instabilidade do suprimento de matéria-prima pelos fornecedores, independentes da fábrica, uma modificação impôs-se na estrutura econômica e social da indústria açucareira.

A usina de açúcar torna-se, então, latifundiária, a fim de garantir com suas próprias plantações, o suprimento pelo menos de parte da matéria-prima a ser industrializada em suas fábricas.

Aumentando a concorrência entre as numerosas usinas, leva-as a adquirirem cada vez mais terras. É então que muitos dos primitivos e decadentes engenhos são absorvidos pela grande propriedade. Desmontadas tôdas suas instalações, permanecem apenas os extensos canaviais.

Ao lado da decadência dos engenhos, verificou-se o desaparecimento quase completo dos seus tradicionais meios de transporte: o carro de boi, a carroça e o animal de carga. Utilizados sòmente para transportar a cana ou a lenha, do interior dos canaviais, ou da mata para os "pontos", à margem das ferrovias, foram substituídos no transporte dos produtos, pelas estradas de ferro.

E assim, ligando com seus trilhos de aço as terras mais longínquas da usina, contribuiu a ferrovia, segundo GILENO DÈ CARLI, para ampliação do grande domínio rural.

Tôdas as grandes e modernas usinas tanto do Nordeste quanto do Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas Gerais, contam com dezenas de quilômetros de estradas de ferro particulares, que não só lhes garantem o abastecimento rápido de cana, como também o abastecimento de lenha para as fornalhas. Dêste modo, uma importantíssima rêde ferroviária particular foi construída em função do desenvolvimento das usinas.

Como os primitivos "banguês", também as usinas se localizam, de preferência, à margem dos rios, atendendo à necessidade de abastecimento de água para as caldeiras, limpeza das máquinas etc., servindo, ainda, de escoadouro para as caldas inaproveitáveis.

Além disso, as terras marginais dos rios são as mais propícias à plantação dos canaviais.

A evolução da indústria do açúcar transformando o antigo senhor de engenho em fornecedor de cana e determinando a absorção dos "banguês" pelas usinas, verificou-se, principalmente, na importante zona açucareira do Nordeste: Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Paraíba.

Já em Campos, as usinas não possuem latifúndios, dominando a pequena propriedade.

Em São Paulo e Minas Gerais dominam também as grandes propriedades açucareiras, porém, não se pode acompanhar a evolução progressiva da indústria açucareira pelo largo predomínio da monocultura do café. Os compensadores lucros proporcionado pela cultura cafeeira provocaram o quase total abandono da indústria do açúcar, que foi, porém, ressuscitada em conseqüência das numerosas crises que abalaram aquêle produto. Nesta nova fase a indústria do açúcar instala já as grandes usinas.

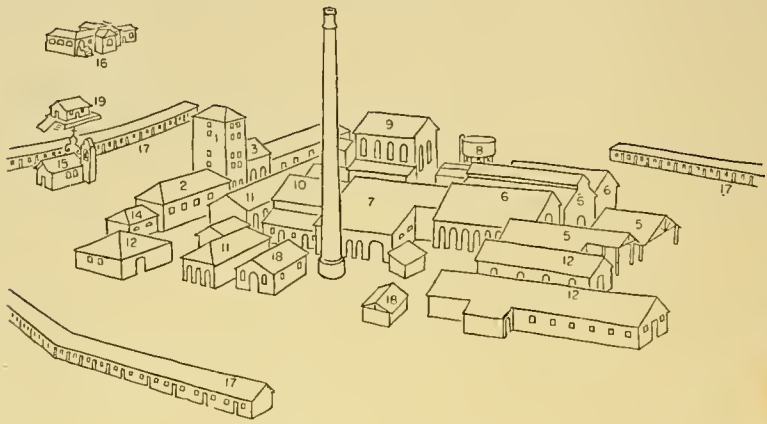
A usina, contràriamente ao que ocorria com os engenhos, contribui para a decadência e empobrecimento das cidades nas zonas açucareiras. Em Pernambuco, por exemplo, Goiânia, Iguaçu, Ipojuca, Sirinhaém cidades que, cercadas antigamente de centenas de engenhos, eram progressistas, movimentadas, constituindo verdadeiros entrepostos comerciais, onde vinham abastecer-se os banguêzeiros, entraram em decadência depois da instalação das usinas, que centralizam tôda a vida econômica da região.

Pelas dificuldades de transporte, os senhores de engenho tinham interêsse no desenvolvimento econômico, social e comercial das cidades, que se situavam nas cercanias de suas propriedades.

No entanto, com o advento da usina e a construção das estradas de ferro e rodovias, as distâncias desapareceram. O usineiro emigrou para a capital.

A usina com tôdas as suas instalações: casa da fôrça, casa das caldeiras, moendas, fornalhas, balanças, cristalizadores, destilarias e mais as vilas operárias, cooperativas, escolas, capelas, cinemas, campos de desporto, reproduzindo, em pequena escala, tôdas as comodidades das cidades modernas, tornou-se importante centro econômico e social, substituindo a cidade que entrou em decadência.

Sòmente quando ela se instala dentro da cidade ou nos seus arrabaldes, como em Pernambuco, em Barreiros e Catende, é que seu progresso se mantém, vivendo a cidade em função da usina.



1 — Tôrre de destilação
2 — Armazem do alcool
3 — Laboratório e bombas
4 — Fermentação
5 — Esteiras
6 — Moendas
7 — Fôrça
8 — Caixa d'água
9 — Usina (purificação, evaporação e cocção)
10 — Turbinagem e ensacamento
11 — Depósito de açúcar
12 — Oficina e carpintaria
13 — Garage
14 — Medição
15 — Capela
16 — Residência principal
17 — Vila operária
18 — Depósito de produtos químicos.

Naturalmente, muitas vantagens advieram para a indústria açucareira da instalação das usinas: grande melhoria da qualidade do açúcar, aumento da produção, tanto pela quantidade maior de açúcar extraído da cana, quanto pela maior extensão dos canaviais, que passaram a ser tratados por processos agrícolas racionais e mecânicos.

O crescente aumento da produção açucareira criou, porém, o problema da superprodução. Para resolvê-lo, o govêrno federal criou, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Álcool, tornado órgão controlador de tôdas as atividades ligadas às indústrias

açucareira e alcooleira. Entre as medidas por êle tomadas, salienta-se como base da política de defesa do açúcar, o estabelecimento de quotas de produção para as usinas, a fim de torná-las capazes de suprirem apenas as necessidades internas do país, procurando-se, dêste modo, evitar novas crises de superprodução. Os excessos de matéria-prima são destinados ao fabrico do álcool.

Como o açúcar, poucos produtos têm exercido influência tão marcante na vida econômica, social, política e cultural da nação.

Na época colonial, a exportação sempre crescente do açúcar, a princípio para a Metrópole apenas, mais tarde para outros mercados europeus, garantiu-lhe a preponderância no comércio exterior do Brasil até meados do século XIX.

Porém, afastado do mercado internacional, pelo fechamento dos centros consumidores da Europa, que passaram a se abastecer de açúcar de beterraba e pela concorrência de novos produtores de açúcar de cana, que podiam vender o produto a preços inferiores, o açúcar cedeu ao café o lugar de produto principal na exportação brasileira.

Dêste modo, deixando o açúcar de ser objeto de trocas internacionais, destinou-se tôda sua produção ao consumo interno do país.

Com a transformação de numerosos engenhos e "banguês", em grandes e modernas usinas, a secular indústria açucareira, animada por novos impulsos, intensificou a sua produção, continuando a ser assim, um dos ramos mais importantes do trabalho e da riqueza nacional.

FABRICANTE DE FARINHA

ELOÍSA DE CARVALHO

CONSUMIDA sob a forma de polvilho, tapioca ou farinha, a mandioca, elemento constante na mesa do sertanejo brasileiro, é também encontradiça, especialmente transformada em farinha, na do habitante comum das nossas cidades. A farinha de mandioca tem sido e continua a ser a base da alimentação de grande proporção de brasileiros, como foi outrora a companheira inseparável do gentio — a farinha de guerra — no seu perene nomadismo pelo interior do continente. Conservada em sacos de fôlha que a protegiam da umidade ela o acompanhava por dias e dias nas incursões que faziam a seus contrários.

O processo de fabricação da farinha não evolveu; ela é obtida hoje da mesma forma que a produzia o indígena, no início da nossa colonização. Além disso, o sistema é semelhante de norte a sul do país, diferindo, apenas, nas zonas em que a produção tem importante caráter de industrialização, quando são empregados maquinismos aperfeiçoados em lugar dos de grande simplicidade herdados dos indígenas.

Homens, mulheres e crianças trabalham na fabricação da farinha, pois que, para todos há ocupação. Em certos pontos do país, especialmente no Piauí, como me foi referido, a "farinhada" é um acontecimento; acorrem pessoas de diferentes sítios, há matança de gado para alimentação dos que nela estão colaborando. Os lavradores vizinhos agem de modo a que não coincidam as épocas de farinhada, para poderem contar com o maior auxílio possível.

Colhida pelos homens a mandioca (que se reconhece pelo talo verde, enquanto o aipim o possui roxo), é levada para o aviamento, atafona, trem de farinha e casa de farinha ou de farinhada, que são as diversas denominações dadas ao local onde se fabrica a farinha. Nos estados do Nordeste, a casa é um simples galpão de pau-a-pique, de chão de terra batida,

coberto de fôlhas de babaçu, carnaúba ou simplesmente sapé, utilizando-se raramente a telha. As paredes, de sopapo; são na maior parte esburacadas pelos animais que procuram as aparas da mandioca ou mais comumente, existem apenas de um lado da casa resguardando os fornos do vento e da chuva.

Dentro da casa são encontrados os diversos elementos de que se vai utilizar o fabricante de farinha — urupemas (peneiras), tachos, gamelas ou cochos de madeira, a cevadeira, a prensa ou tipiti, o rôdo e o forno, de barro, possuindo algumas vêzes uma chapa de metal na parte superior. Todo o processo de preparação da farinha é feito dentro dessa casa, de onde ela sairá pronta para o consumo. São os seguintes os passos a dar pelo "fabricante de farinha": colhidas as raízes a mão, são, depois de lavadas, descascadas a faca, trabalho êsse feito por mulheres ou crianças. Uma vez prontas, são levadas para a "cevadeira" ou "rodete", objeto cilíndrico provido de lâminas de metal, que reduz as raízes a pedaços mais ou menos finos; essas lascas são recolhidas por uma gamela ou côcho, feito de um simples tronco de madeira cavado, colocado próximo aos pés da pessoa, geralmente mulher, que "ceva" as raízes. Uma polia liga a cevadeira a uma roda grande acionada a braço, a "caititua", ou, movida por animal, constituindo, então, o que se chama "bolandeira".

Reduzida a mandioca a pequenos pedaços, faz-se necessário retirar o princípio venenoso de que é dotada. O indígena usava para êsse fim o tipiti, grande cêsto cilíndrico de fôlhas de palmeira, onde eram colocados e espremidos os pedaços de mandioca, de modo a que com a água ela perdesse o ácido cianídrico que entra na sua composição. Hoje o tipiti cedeu lugar à prensa. Ela é constituída de uma prancha de madeira com uma depressão onde são colocadas as lascas de mandioca e sôbre a qual cai um cilindro, também de madeira, que recebe o pêso de uma outra viga; o movimento é feito a mão, por meio de alavancas.

Uma vez retirada a água de mistura que com o ácido cianídrico, constitui um líquido venenoso chamado "manipueira", a pasta é passada na peneira separando-se a parte mais grossa "crueira", que serve de alimentação para o gado, enquanto a mais fina é levada ao forno. Homem ou mulher que se dedique à torrefação, deve revolver constantemente a massa com uma pá especial de madeira denominada "rôdo", até que fique totalmente sêca.

Êsse é o tipo de farinha consumido usualmente à mesa. Há porém, maneira diferente de prepará-la, obtendo-se a manipu-

ba, farinha d'água, de puba ou carimã. A mandioca é posta a "pubar" em uma vasilha com água durante um período que varia de cinco a oito dias. Peneira-se, depois, a massa que se deixa secar ao sol, conseguindo-se assim o produto.

Ao mesmo tempo que consegue a farinha, valendo-se de processos bem simples como os que acabamos de expor, o fabricante de farinha, da simples utilização e decantação da massa que se deposita no fundo da gamela, depois de retirada a água da mandioca pode obter a tapioca e o polvilho, de grande importância do seu sistema cotidiano de alimentação.

JANGADEIRO

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

DO MESMO modo que o gaúcho em seu cavalo, na companha, constitui o mais interessante e quase lendário tipo humano do Brasil meridional, o jangadeiro em sua jangada, no litoral nordestino, impressiona logo o observador, escrevendo cotidianamente uma página de heroísmo que sòmente as águas do oceano registam.

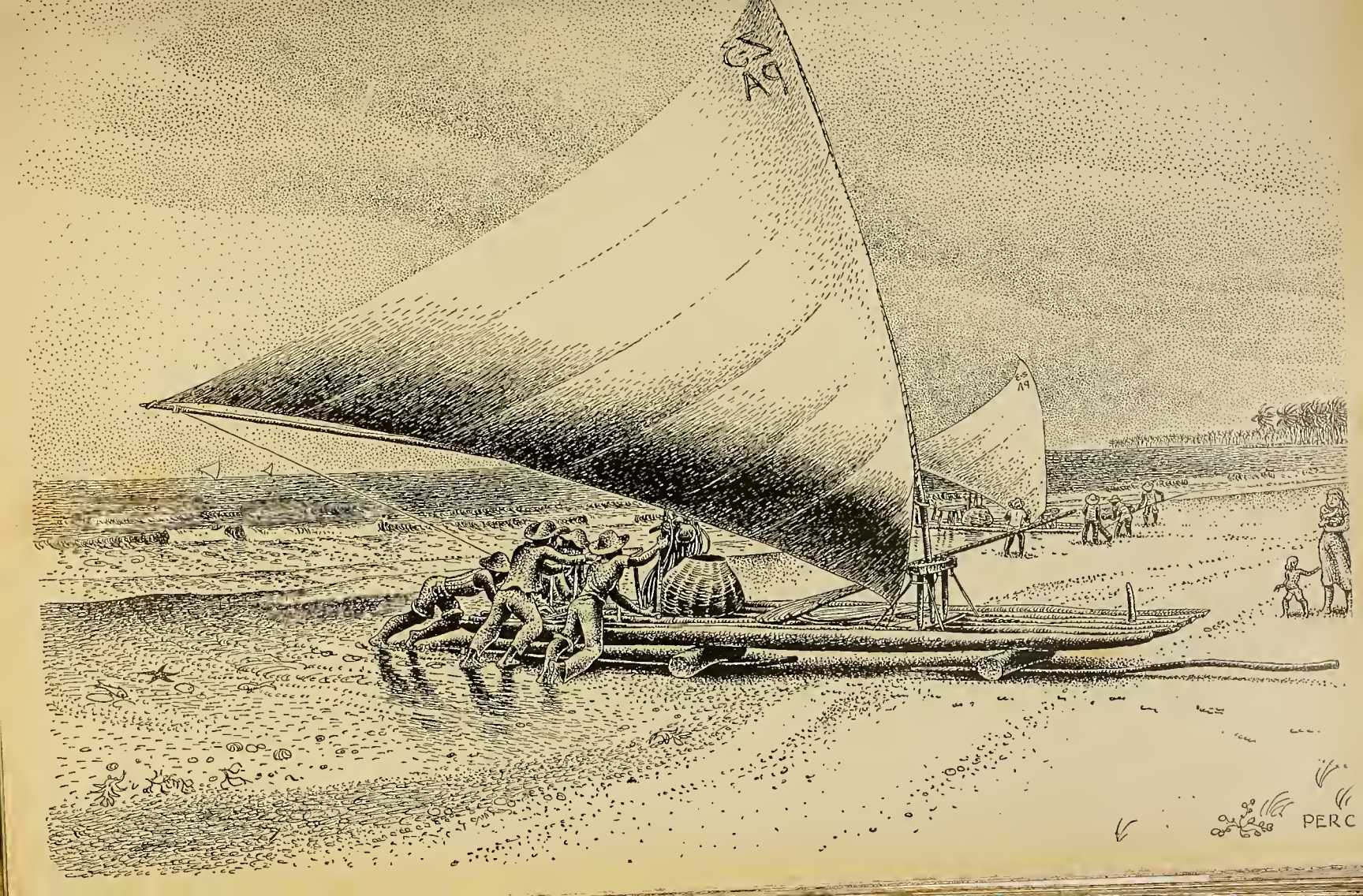
Valentes generosos, dêles partiu, do Ceará, com o jangadeiro FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO, o primeiro protesto contra o tráfico negreiro: "No pôrto do Ceará, não se embarcarão mais escravos".

Êstes verdadeiros dragões do mar são tripulantes de embarcações muito simples — as jangadas. São pescadores que afrontam o mar do Nordeste, e vão tão longe que os grandes transantlânticos, não raro, os encontram, baloiçantes, em sua rota.

Vive esta gente ùnicamente do produto da pesca: seus hábitos e costumes estão mais ligados ao mar do que ao continente. A aventura diária demora, em regra, do amanhecer à tardinha, quando na praia mesma vendem o peixe que trouxeram. Outras vêzes a duração é maior; prolonga-se por dias; os homens chegam esgotados, mas o "samburá" vem provido. A família não é pequena e se reúne à partida e à chegada do chefe. O jangadeiro forma um escasso agrupamento litorâneo, típico das praias do Nordeste, desde a Bahia até o Ceará.

Habitam sóbrias e rústicas choupanas ou casinholas de taipa perdidas nos coqueirais. O teto é geralmente de palmas de coqueiro. Outras há totalmente feitas de palha. Também se encontram algumas com paredes de palha e cobertura de telhas.

A jangada assemelha-se em alguns pontos à "tótora", canoa encontradiça no lago Titicaca, nos altiplanos bolivianos.


PERC

Constroem-na — a jangada — com cinco troncos de "piúva" (ipê) ou de jangadeira "apeíba" (Apeiba tibourbou, AUBL.), conhecida também por "pau-de-jangada". Êste conjunto, chamado "lastro", cujas dimensões mais comuns são 7 metros de comprimento por 2 de largura, quando formado por cinco elementos representa a construção clássica, havendo, no entando, também com seis. Essas cinco peças são ligadas entre si por cutras, da mesma madeira e bem delgadas, que atravessam a lastro de lado a lado, variando o seu número. Mais para a proa é fincado o mastro que, após atravessar o "banco de vela", repousa na "carlinga", uma tábua com furos para colocar-se o mesmo à feição. Cosida numa corda, e por ela prêsa ao mastro, fica a vela, feita com várias faixas de algodãozinho, de forma triangular isósceles, cuja base se prende àquele. Para abrir a vela e mantê-la nesta posição há um pau de nome "retranca" ou "tranca", conforme a região, e que se apóia no mastro mediante uma forquilha. Entre os numerosos apetrechos duma jangada salientam-se: o "samburá", cêsto de bôca apertada e feito de cipó ou taquara, destinado a guardar o peixe; o "banco de govêrno", simples tábua sustentada por quatro paus; a "quimanga", vasilha na qual levam o alimento (farinha, banana, rapadura, peixe assado) havendo uma para o sal; para a água usam um barrilote; o remo de govêrno em forma de grande pá, utilizado como leme, e dois outros pequenos para propulsão; a "bolina", prancha de madeira fincada no centro da jangada, próximo ao mastro, e que mergulha no mar, à guisa de quilha; o "tauaçu", interessantíssima âncora, constante duma pedra furada e pequenos paus a ela amarrados servindo de dentes.

O preparo da vela diz-se "limar": o pano é submetido a um tratamento de sangue de peixe, ou limo de pau, e água salgada, seguido de exposição ao sereno, o que lhe confere maior durabilidade. No ângulo superior da vela a inscrição da colônia a que pertence o jangadeiro e o nome da embarcação.

Em geral, a tripulação compõe-se de três homens, vestidos com roupas simples, mas apropriadas para resistir à água salgada: tecido de algodãozinho tornado mais resistente por um tratamento com mangue e casca de murici; na cabeça, um chapéu de palha e por cima dêste, às vêzes, um oleado.

Há mais um tipo de jangada, conhecida por "paquête", sem vela, pequena e impulsionada a remo. A gravura mostra-nos uma jangada de mar alto voltando do labor cotidiano. A embarcação quando descansa na praia, repousa sôbre roletes feitos de tronco de coqueiro que a permitem deslizar, sem grande dificuldade; à saída, a operação é fácil, mas na chegada torna-se penosa, tanto pelo cansaço dos tripulantes quanto pelo maior pêso da embarcação que vem encharcada. Nos dois

momentos, entretanto, as pessoas que estão próximas acorrem para auxiliar a manobra. O produto da pescaria está sujeito ao impôsto do dízimo, satisfeito logo à chegada. O jangadeiro não tem dificuldade em vender o pescado, pois na praia o aguardam os revendedores e consumidores.

O jangadeiro batiza suas embarcações, graciosas e leves, com nomes leves e graciosos: "Ligeira", "Duvidosa", "Carinhosa", "Veloz". À tarde, quando no horizonte aparecem as velas diminutas, a garotada na praia diverte-se em identificá-las, anunciando-as aos gritos. Algumas, só mesmo o olhar e o coração da espôsa podem reconhecer. Mas é raro suceder uma infelicidade; o barco é muito estável e a tripulação hábil e corajosa.

Quanto à origem dêste tipo de barco, sabe-se que era conhecido dos tupis (com ausência de vela), que o usavam nos rios ou rente à costa, sendo impulsionado à fôrça de remo, varejão ou ùnicamente levado pela correnteza. O complexo da vela parece ser contribuição do europeu e, assim, o jangadeiro teria herdado de seus avós um e outro elemento: do seu antepassado português ganharia o conhecimento da vela e o destemor pelo mar; da sua avó índia traria a jangada.

O fato é que o jangadeiro constitui no Nordeste um tipo original, emprestando à paisagem uma feição própria. As jangadas, pequenas e frágeis, oscilando no mar alto, oferecem um contraste que ressalta o lado heróico. E êste tipo de caboclo audaz e despreocupado do perigo tem já merecido a consagração do seu valor nos versos cantantes dos poetas, principalmente dos bardos nordestinos.

Gostam os jangadeiros de contar as suas proezas, algumas tão ingênuas quanto fantasiosas, fato comumente observado entre homens que levam uma vida afanosa e de aventura. De suas lendas e histórias, poder-se-ia compor uma das mais interessantes coleções.

MOCAMBO

João Milanez da Cunha Lima

NOS ARREDORES da cidade do Recife, o mocambo constitui uma expressão predominante. Remontando aos primórdios da colonização, introduzido, como geralmente se acredita, por intermédio do negro, fixou-se ali, sem sofrer grande diferenciação até os nossos dias. Inúmeros são os fatôres que concorrem para que êsse tipo de habitação rústica se preservasse. Habitação característica da cultura primitiva dos povos de que derivou e cujo agrupamento tomou, também, o nome de quilombo, referindo-se, principalmente, às colônias de negros foragidos, a choça se impôs como a fórmula mais econômica e accessível às populações pobres do Nordeste. A causa econômica e social do mocambo releva tanto mais se considerarmos a sua impropriedade geográfica. Mário Lacerda de Melo, em seu interessante ensaio *"Pernambuco — Traços da sua Geografia Humana"*, sublinha acertadamente êsse aspecto quando faz ver que, pela própria localização do Recife, que ocupa uma planície pantanosa, essas casas construídas quase dentro da lama e não apenas em lugares enxutos ou aterros e inclusive sôbre estacas, para preservar-se da umidade, representam verdadeiro contrassenso, do ponto de vista da função técnica inerente a essa modalidade de adaptação do homem ao meio, ou seja uma aberração dos exemplos colhidos alhures pela geografia humana. A civilização veio ainda mais agravar essa impropriedade, introduzindo na composição dos materiais empregados na construção dos mocambos, as fôlhas de zinco ou frandres que, pelo superaquecimento, as tornaram absolutamente inapropriadas ao clima local. Em recente inquérito oficial os mocambos foram classificados em vários tipos, atendendo à diversidade dos materiais de construção. O tipo clássico do mocambo, porém, é o constituído de paredes formadas de terra ou massapê que reveste uma estrutura de madeira ou ripas (taipa) e de cobertura feita com palha de coqueiros, capim-açu etc. Algumas vêzes são simples casebres com teto e paredes tão sòmente de palha.

PERCY LAU

Modernamente, porém, a diversificação dos materiais tornou-se a regra. Como as habitações dos morros do Rio de Janeiro, lançou-se mão dos materiais mais heteróclitos, agregados ao acaso, para formar os tapumes desconjuntados e irregulares, que lhes conferem um caráter utilitário, em prejuízo da estética. Há-os de madeira, com a cobertura de palha ou zinco; há-os com chão de terra batida, tijolo ou cimento. Êsses materiais se alternam formando curiosas combinações diferentes. O tipo original, porém, o que precedeu a todos os outros é, sem dúvida, o de que nos fala GILBERTO FREYRE, no seu magnífico ensaio *"Mocambos do Nordeste"*: "Na sua pureza de habitação vegetal, com os cipós fazendo as vêzes de pregos e as portas feitas da própria palha ou fôlhas dos tapumes e da cobertura, o mocambo do litoral do Nordeste, quando constituído no sêco e entre coqueiros, exprime aquêle primitivismo de cultura de modo atraente. As aldeias de mocambos dêsse tipo surgem aos nossos olhos com uma doçura de povoações de ilhas do Pacífico — as mais romantizadas pelos viajantes, pelos poetas e até pelos antropologistas". É ainda o mesmo GILBERTO FREYRE quem descreve com essas palavras o processo da construção dos dois tipos mais comuns de mocambos do litoral do Nordeste: "É sôbre o chão, tanto quanto possível sêco, duro e limpo que a arte do mocambeiro levanta o mocambo. Enfiam-se na terra suportes verticais ou "enxaméis" e entre êles fixam-se, para os mocambos de paredes de barro, ripas, em certas zonas do litoral de pau de mangue. Enchem-se, então, os espaços com barro escuro, preparado de preferência com areia de rio, no litoral, misturado a barro de mangue. No caso dos mocambos todos de palha, a melhor construção é de traçado — a da cobertura como a das portas e janelas. Processo mais artístico e mais delicado".

Quanto à divisão interior a mais simples é aquela cuja planta é representada por um retângulo maior com um menor no centro e para um lado. Êste último representa o único quarto, que faz a separação entre a sala e a sala de jantar, ligadas por um corredor que se lhe opõe. A planta de alguns é, porém, mais complexa, incluindo dois quartos, e ainda com a entrada protegida por um alpendre feito de palha, que prolonga o teto. O tipo mais vulgar de cobertura é o de duas águas. Ocorrem, entretanto, os de três e mesmo quatro águas, êste último de preferência em Alagoas, sendo de todos o mais evocativo das choupanas africanas.

Não é o mocambo um fenômeno exclusivo da paisagem urbana do Recife, embora aí se apresente sua forma mais chocante e típica. Alastra-se, entretanto, pelas cidades e os campos nordestinos, modificando-se ao sabor das influências ecológicas

de cada lugar, quer na composição dos materiais, quer na distribuição e fixação. Assim é que os temos na zona canavieira, para só citar um exemplo, com coberturas tecidas da própria palha de cana, como a demonstrar a prodigiosa capacidade de mimetismo do mocambo.

Na área do Recife, que tomamos por modêlo, a proliferação do mocambo, segundo resultados da estatística oficial, equivalia, em 1939,a duas vêzes o crescimento das casas de alvenaria e taipa, tendo decrescido daí então por efeito de medidas administrativas visando a aperfeiçoar o padrão residencial das populações mais desfavorecidas.

Nessa área vemos, portanto, que o problema originàriamente étnico-cultural do mocambo se complica com as causas de pauperismo e concentração urbana.

O COLHEDOR DE CÔCOS

CARLOS PEDROSA

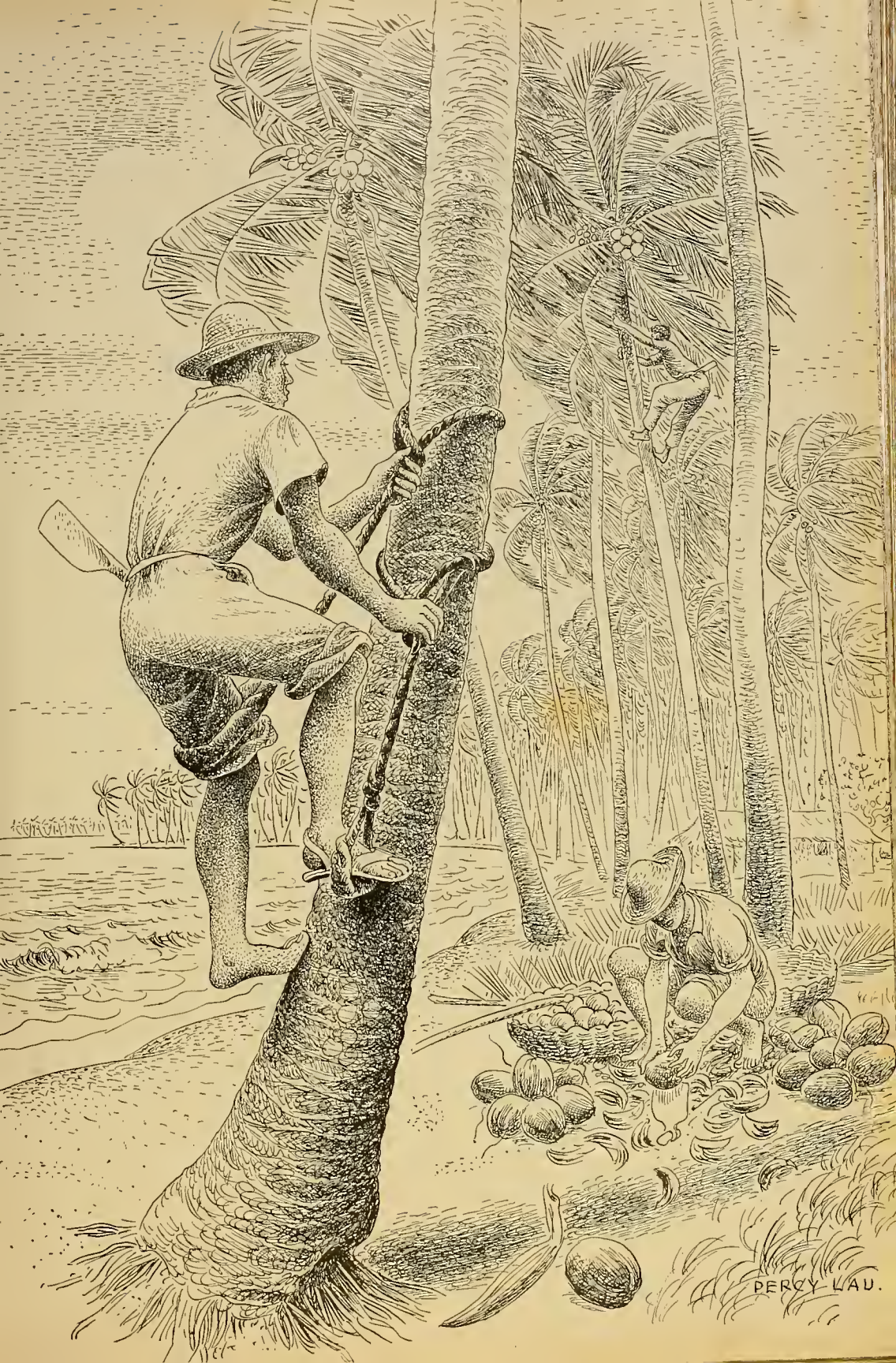
NÃO é sem razão que o professor MÁRIO LACERDA DE MELO, em seu excelente ensaio, "*Pernambuco — Traços da sua Geografia Humana*" (Recife, 1941), ao particularizar vários tipos humanos ligados à vida agrícola e econômica local, distingue entre os mais característicos a curiosa atividade do trabalhador especializado na colheita do côco, salientando a sua destreza, comparável ao do mono ao subir aos coqueiros, com ou sem auxílio de "peia".

Predominando em grande extensão da nossa orla marítima, o coqueiro (*Cocos nucifera L.*) impõe-se principalmente desde o litoral dos Abrolhos, na Bahia, até a costa maranhense, como o elemento formador do conjunto fitogeográfico mais característico da região.

Além do seu intrínseco valor econômico, é a bela palmeira virente e expressivo ornamento da paisagem praieira, que ali se ostenta garbosa e luxuriante, despertando o veio inspirativo de quantos artistas, escritores e viajantes hajam perlustrado aquelas paragens. SAMUEL KIDDER conta o prazer com que sorveu na ilha de Itamaracá a água de côco verde à sombra do próprio coqueiro, regalo que lhe foi oferecido a título de sobremesa. Êsse arguto viajante não se esqueceu de minudenciar no seu relato que os côcos foram colhidos por um homem que escalou naturalmente, desajudado de qualquer instrumento, um alto coqueiro. Tal espécie de planta está, pois, tão radicada à região, que o hino oficial do mais importante estado do Nordeste se inicia por êstes versos:

"Salve, terra de altos coqueiros!
Pernambuco, imortal, imortal!"

É nesse ambiente geográfico e cultural que moureja o rústico trabalhador litorâneo, focalizado na ilustração. Função


PERCY LAU.

árdua e, até, perigosa é a do "trepador de coqueiro" ou "tirador de côcos".

A atividade da colheita do côco é praticada de três maneiras: Quando o coqueiro não é ainda desenvolvido, a sua colheita se faz por meio de uma vara em uma de cujas extremidades se adapta um ferro curvo e bem cortante, que cerceia o talo dos frutos, provocando-lhes a queda, sem danificar as fôlhas. Uma vez por ano, torna-se indispensável que o "trepador" suba à palmeira para lhe fazer a "limpeza" da copa, livrando-a das fôlhas, dos "cangaços" ou "capembas", — têrmos usados em Pernambuco e adjacências para designar, *grosso modo*, a espata, o jericinó que é a capsula ou cálice que envolve a inflorescência; a espadice ou "cacho"; o tecido fibroso, semelhante à estôpa grosseira, que sustenta a bainha; o estipe ou tronco da árvore; e o pecíolo da palma cortada na colheita precedente. Em Sergipe, onde predomina o coqueiro, são tais peças assim denominadas, na ordem em que estão colocadas: "quibaca", "engaço", "paneiro" e "garra", não se conhecendo o têrmo geral usado em Pernambuco.

Sendo comum em o Nordeste a subida no coqueiro com o auxílio de um aparelho ali denominado "peia", o agrônomo José Pereira de Miranda, técnico do Ministério da Agricultura em Sergipe, a quem devemos o obséquio de completa e interessante contribuição a êsse respeito, atesta com a sua autoridade de especialista, que os bons "tiradores" não usam "arreios". Sobem "no braço", por ser mais rápido. Para isso, é necessário que o "tirador" seja um indivíduo forte. Tais informações embora decorrentes de observações locais, não se referem à colheita dos seculares coqueiros, cuja haste ou tronco tão grande altura atinge (cêrca de 40 metros), que por vêzes, se verga e se entrelaça, ao sabor do vento, com as copas de outras plantas do seu porte. Constitui isso belo espetáculo, comum nos velhos coqueirais nordestinos. O depoimento do agrônomo Pereira de Miranda regista mais essa modalidade da colheita do côco, isto é, "no braço", maneira essa que permite maior rendimento de trabalho, visto que, enquanto munido de "peia", o "tirador" tem capacidade para subir em 80 coqueiros diàriamente, "no braço", embora excepcionalmente, possa escalar 150 pés, dependendo o rendimento de trabalho do estado de "limpeza" em que se encontra a palmeira.

Entretanto, em o Nordeste, a espécie característica mais vulgar dêsse tipo de trabalhador é aquêle que sobe ao coqueiro com o auxílio de um instrumento que, conquanto em alguns lugares seja denominado "aparelho" ou "arreio", naquela região é geralmente conhecido pelo nome de "peia". Podendo ser feita várias fibras, de palha de dendêzeiro, ou da própria

fôlha do coqueiro, ou, ainda, de couro de boi, a "peia", é como instrumento de trabalho indispensável ao "trepador" profissional, objeto de especial cuidado por parte do seu dono, que mantém sempre em boas condições de funcionamento. De resto, como observa Sousa Barros, há sempre da parte do povo extremo capricho em fabricar e conservar os seus instrumentos de trabalho, sendo para notar o brilho com que exibem os cabos dos relhos, das facas e as "cabeçadas" dos arreios de montaria etc.

A "peia" é constituída de duas parte: a "correia" e a "tamanca", funcionando ambas alternadamente enlaçadas no coqueiro. Enquanto na "correia" o trabalhador pendura a perna esquerda, apoiando-se na altura da coxa, na segunda, que é um pouco menor (cêrca de 20 centímetros), apóia a planta do pé direito, fazendo funcionar com as mãos aquelas duas peças enlaçadas ao coqueiro, para o galgar mediante espécie de degraus de corda que se deslocam com o próprio corpo.

Depois de bem ajustar a "peia" ao tronco, principia o trabalhador a sua tarefa, levando sob o cinto, na altura dos rins um facão ou uma foice. Há regiões de coqueirais onde só se usa a foice, como em o Nordeste, e noutras onde predomina o facão. É fora de dúvida, porém, que qualquer dêsses instrumentos deve ser afiadíssimo, de forma que permita cortar uma fôlha ou o pedúnculo do cacho, lenhoso por natureza, de um só golpe. Uma vez no ápice da palmeira, com um braço fortemente enlaçado ao tronco, maneja o "tirador", com o outro, o seu instrumento cortante, pondo abaixo frutos, fôlhas e "cangaços".

Os "tiradores" ou "trepadores", dada a natureza árdua do serviço, são dotados de braços e pernas musculosos, parecendo que os que exercem a profissão, desde jovens, como observa Pereira de Miranda, dão a impressão de que possuem braços fora do comum.

Constituindo atividade que exige intrepidez e especialização a de subir o coqueiro "no braço" ou com "peia", só os indivíduos de muita resistência física se entregam a tão arrojada tarefa, no desempenho da qual, sem contar os perigos naturais, como seja o caule molhado e escorregadio, o trabalhador terá que se defender, uma vez por outra do "piolho de cobra", da "centopeia", do maribondo e da formiga, os quais costumam aninhar-se na copa do coqueiro. Essa espécie de operário rural geralmente recebe por unidade de coqueiro desfrutado a paga do seu trabalho, porquanto só excepcionalmente pode dedicar-se a um coqueiral inteiro, com ordenado mensal ou diária fixa. Dada a maneira mais ou menos nômade com que exerce a sua

profissão, sendo constantemente visto de "peia" às costas, de coqueiral em coqueiral, à cata de serviço, vem-lhe a popularidade na zona onde labuta.

Há poucas fazendas ou sítios onde não se faz a colheita nas condições mencionadas, preferindo seus proprietários que sejam apanhados os frutos naturalmente caídos. Grande é o perigo que daí decorre para quem transita pelos coqueirais, e já se têm registado casos fatais, como o de um general holandês que perdeu a vida quando, descansando à sombra de um coqueiro, foi atingido por um fruto que do alto se desprendera.

Já no domínio do folclore, quero rematar a presente crônica ou simples comentário com o relato de uma lenda (digo lenda por não haver encontrado confirmação testemunhal), segundo a qual, estando certos "tiradores" na copa de coqueiros muito altos, cortam duas fôlhas, que põem sob cada um dos braços, e, com essa espécie de pára-quedas, se lançam no espaço, chegando incólumes ao chão. Pereira de Miranda acredita que essa lenda não passa de um símbolo da coragem e temeridade dos humildes trabalhadores dos coqueirais imensos das nossas formosas praias.

O MANDIOCAL

ELOÍSA DE CARVALHO

DE NORTE a sul do país, no litoral como no interior encontra-se na redondeza de cada habitação sertaneja, a presença constante do mandiocal, herança do indígena transmitida ao colonizador. Recebendo da mão do aborígine a mandioca o europeu obtinha com ela o elemento que lhe facilitaria a colonização. "Sem essa cousa vil, que era a mandioca, aqui cultivada à época do descobrimento, não teria sido possível a colonização do Brasil no século XVI, não só porque não seria viável transportar mantimentos da Europa, como também porque, mesmo quando a distância fôsse menor, a própria Europa padecia crise de subsistências e procurava mercados de compra, conforme já se viu no primeiro volume, diz Luís AMARAL, no volume II da *"História Geral da Agricultura Brasileira"*, Cia. Ed. Nacional, 1940.

Um mandiocal, ou melhor, uma plantação de mandioca, reflete o fim a que a cultura se destina. Aparece ocupando um pequeno espaço ao lado da casa do sertanejo, lavoura subsidiária de outra qualquer atividade a que êle se possa dedicar, ou cobrindo mais ampla extensão, quando a cultura se destina a um maior aproveitamento industrial. Hodiernamente, o mandiocal não é apenas o fornecedor da matéria-prima de alimentação sob as mais variadas formas, do brasileiro de norte a sul, mas inúmeros produtos de maior repercussão industrial podem ser dêle retirados,tais como o álcool, a destrina e o amido, êste último grandemente empregado nas fábricas de tecido.

A mandioca cultivada entre nós pertence a dois tipos já bem conhecidos, o das mandiocas bravas ou venenosas (*Manihot utilíssima* POHL), e o das mandiocas mansas (*Manihot dulcis* GMUL) vulgarmente conhecidas como aipim ou macaxeira. A mandioca brava ou venenosa, é aquela da qual se faz a farinha, depois de retirado o "veneno", isto é, o ácido cianídrico, enquanto a variedade aipim é a usualmente consumida após um processo de cozimento. Há, entretanto, numerosas varie-

PERCY LAU

dades de mandiocas bravas e mansas em cada região do país, algumas delas já conhecidas estudadas e outras absolutamente desconhecidas.

Um mandiocal não exige preocupação constante por parte do agricultor, pois a planta é de fácil cultivo. As exigências de solo são mínimas, desenvolvendo-se essa euforbiácea em terrenos silicosos ou argilosos, planos, escarpados, ou de montanha, sendo proscritos os pedregosos e os sujeitos a inundação. Os solos humosos forçam o desenvolvimento foliáceo em detrimento da concentração de reservas nutritivas nas raízes. Os argilosos, compactos, impedem o desenvolvimento de raízes tuberosas, concentrando a umidade que lhes causa o apodrecimento. Ideais são os solos arenosos situados em colinas ou meias-laranjas, de modo a que a planta receba a maior quantidade possível de luz. Amiga de temperaturas mais ou menos elevadas, a mandioca é plantada nos meses quentes, logo após as primeiras chuvas — de setembro em diante — sendo colhida geralmente depois de dezoito meses da época da plantação, em junho ou julho.

O preparo da terra anterior ao plantio é bem simples. Nas terras ainda cobertas por capoeira, inicia-se pela derrubada e queima, seguida da limpa do terreno, feita pela enxada. Quando se trata de plantações maiores e mais importantes, como as realizadas em São Paulo, substitui-se a enxada pelo arado. Depois da roçada, abrem-se, em linha, as covas para a plantação das "manivas" ou hastes da mandioca. São elas divididas em pequenas estacas de oito a quatorze centímetros que, colocadas inclinadas dentro da cova, são cobertas de pequenas camadas de terra. Costuma-se cortar as "manivas" com facão pouco afiado, de modo a fazer correr para o talho o leite, o que facilita a germinação. No Rio Grande do Norte é hábito fazer-se a "cultura em leirão", de grande resultado nos terrenos úmidos e inundáveis, pois facilita o arejamento e enxugo do solo e evita o apodrecimento das raízes. Faz-se a roçada, arrumando-se a terra de mistura com as ervas daninhas e constituindo "camas"; escava-se a terra próxima à cama, cobrindo-a numa altura que varia entre 0,25 m e 0,60 m. Está pronto o leirão, sôbre o qual vão ser abertas as covas. Nas demais regiões do país é mais comum a cultura do "chão".

Durante o crescimento da planta, o mandiocal exige cuidados diminutos — capinas, a enxada, desbastes a facão, amontoas, feitas, em geral, não mais de duas vêzes até a época da colheita. Saint Hilaire, na *"Segunda Viagem ao Interior do Brasil"*, conta ao referir-se a uma plantação de mandioca no Espírito Santo, que as ervas daninhas eram arrancadas com a

mão cada três meses, até a colheita, não se utilizando a enxada para não ofender a raiz, que penetra no solo a pequena profundidade.

A cultura da mandioca pode ser feita junto a uma outra, em geral, milho ou feijão. No Ceará são plantados os três juntos no primeiro ano; no segundo persiste o milho, continuando depois sòzinha, a mandioca.

Em 1587 Gabriel Soares de Sousa, no *"Tratado Descritivo do Brasil"* já se referia aos danos causados aos mandiocais pelas formigas. Não são, entretanto, sòmente êsses insetos os responsáveis pelo malôgro das plantações. Êste mesmo autor afirma que se o inverno é rigoroso, as raízes apodrecem nos lugares baixos. O apodrecimento também pode ser produzido por um fungo, que causa o que se chama "podrão".

A época de colheita da mandioca depende muitas vêzes do mercado e da situação econômica do lavrador. Muito embora seja de dezoito meses o tempo médio de desenvolvimento da planta, há variedades precoces, que podem ser colhidas antes dêsse prazo, existindo, também, algumas outras que podem permanecer no solo até mais de trinta e seis meses, enriquecendo-se em amido e esperando época de alcançar preço vantajoso no mercado. É preciso, entretanto, determinar com atenção o ponto ótimo em que deve ser feita a colheita, o que varia segundo o modo como decorreu o ano agrícola — chuvas, intensidade de luz, temperatura, ventos e demais fatôres de conhecimento prático do lavrador. É importante a determinação dêsse "ótimo", pois daí em diante a planta começa a gastar as reservas acumuladas em prejuízo da colheita, não só qualitativa, como quantitativa.

O PESCADOR DE TARRAFA

CARLOS PEDROSA

O USO da tarrafa de pesca é generalizado em tôdas as regiões brasileiras. Diferenciando-se do instrumento usado na costa marítima da Península Ibérica, conhecido por idêntico nome que, segundo a *"Enciclopédia Universal Ilustrada"* Epasa (vol. 59, p. 687), possui dimensões muito maiores e formato outro e é aplicado em conjugação com barcos de pesca, no alto-mar, a tarrafa brasileira, ao contrário, é uma rêde, de forma afunilada, tendo na base superior uma longa corda pendente, que fica prêsa à mão do pescador, quando êste a lança aberta, na água. Na base inferior, dispostos em círculos se enfileiram pequenos pedaços de chumbo, em distâncias iguais. Medindo cêrca de seis metros de altura, por10 a 40 de circunferência, pesa a tarrafa em média, de 6 a 8 quilos. Confeccionada com fios de algodão ou de tucum, as suas malhas são distanciadas de 3 centímetros de nó a nó.

Por ser curiosa a descrição da tarrafa, feita por frei DOMINGOS VIEIRA, em seu *"Grande Dicionário Português"* (5.º vol., Pôrto, 1874), passamos aqui a transcrevê-la: "Rêde com que pesca um homem só; é redonda, com pesos à borda, lança-se de pancada, e cai aberta; tem no centro uma corda por onde se tira e sai fechada com o peixe dentro".

Manejada por "um só homem", lançada do alto dos barrancos ou das margens dos rios e dos braços das marés ou ainda de cima de pequenos barcos (jangadas e canoas), tão conhecido instrumento de pesca é usado por milhares de modestos pescadores que labutam nas marés da nossa imensa costa marítima e ao longo dos cursos dos rios cuja fauna subsiste à devastação como por exemplo, o São Francisco.

Variando de condições econômicas, segundo a região onde trabalham, os pescadores brasileiros, de modo geral, possuem um nível de vida mais baixo, pois as relações econômicas que mantêm com arrendatários do terreno de marinha e os donos de embarcações e utensílios de pesca, são as mais precárias e

PERCY LAU

extorsivas, só comparáveis às mantidas pelos trabalhadores do campo com os proprietários da terra. A única diferença que existe é que grande parte dos nossos pescadores já conta com a assistência das suas respectivas colônias, instituições oficiais dirigidas por verdadeiros e desinteressados defensores de tão numerosa e necessitada classe. Onde não chega, porém, a assistência da colônia fica o pescador local sujeito a tôda sorte de exploração.

Na região nordestina (Pernambuco e Alagoas especialmente) vive o pescador, em geral, à mercê dos "pombeiros" e dos arrendatários dos terrenos de marinha. Dá-se a designação de "pombeiro" aos grandes negociantes de peixe que servem de intermediários entre os pescadores e os peixeiros (retalhistas). Há "pombeiros" que, possuindo instrumentos de pesca, como sejam jangadas, canoas, rêdes, tarrafas, covos etc., alugam tais instrumentos aos pescadores, mediante a paga da "meação" da pescaria ou seja, a entrega da metade dos peixes pescados. Existem também "pombeiros", êstes em maior número, que arrecadam, por compra, a preço inferior, os peixes pescados pelos pequenos pescadores vendendo após o produto a preço exorbitante nos grandes centros de população.

Os arrendatários de terreno alagados de marinha e de praia são outros, cujas relações econômicas que mantêm com os pescadores são abusivas e desumanas. O comandante Alberto Vasconcelos, cuja atuação saliente em benefício do pescador pernambucano é meritória, calculando o lucro do mesmo, diz que do seu rendimento mensal de Cr$ 33,00 (cálculo de 1935), ainda têm que ser reduzidos 60%. O pescador paga 50% do que pesca ao proprietário da embarcação ou da rêde e 10% ao comissário para vender o peixe que lhe cabe. "Um ou outro "pombeiro", informa o mesmo técnico, simulando benemerência, mas, na realidade, para atrair "freguesia", fornece aos pescadores, jangadas e pequenas rêdes (mangotes) e covos, independentemente de pagamento, porém com a condição de vender a êle, exclusivamente, o que pescar".

No extremo norte (Pará), a atuação dos "pombeiros", é substituída pela dos "geleiros", designação conferida aos proprietários de embarcações tipo "vigilenga", conhecidas por "geleiras", que fazem o transporte do pescado adquirido nos centros produtores para a capital daquele estado, munindo-se para isso de farta provisão de gêlo.

Ainda em contribuição recente publicada pelo Sr. Lejeune de Oliveira (*"Memórias do Instituto Osvaldo Cruz"*, tomo 46, fasc. 4-1948), é dada a conhecer a precária situação econômica dos pescadores fixados em tôrno da lagoa Piratininga (estado do Rio de Janeiro), os quais mantendo suas famílias com padrão

de vida miserável, vivem maltrapilhos, subnutridos e atacados de malária. Analfabetos todos, moram em barracões de pau trançado rebocados a barro e cobertos com fôlhas de junco. Contou aquêle técnico trinta e oito habitações entre casebres e barracões. Informa ainda o Sr. LEJEUNE que, rareando a pesca, as mulheres se atiram à faina de trançar tabua e junco e de confeccionar esteiras que destinam à venda em Niterói, enquanto os respectivos maridos procuram alugar seus serviços aos proprietários de barcos de pesca que fazem pescaria nos pontos mais afastados da costa. Os depoimentos antes referidos demonstram a precária situação em que vive o pescador brasileiro de modo geral. E o tarrafeiro é bem um membro dessa numerosa camada social.

Muitos dêsses pescadores procuram sua liberdade econômica vindo residir perto dos centros de população mais densa, onde possam pescar por sua própria conta. Não dispondo de utensílios maiores nem de embarcações, dedicam-se à pesca com utensílios mais simples e que dispensam o trabalho de parceria.

A tarrafa, como o "puçá", o "jererê" etc., confere-lhes, dêsse modo, um meio de vida relativamente independente.

Ao longo dos cursos dos rios, muito especialmente nos seus estuários, são vistos amiúde pescadores dessa espécie que o artista PERCY LAU nos apresenta na ilustração. Uns esparramando a tarrafa nas beiras dos cursos d'água, outros dirigindo seus "lanços" de cima de pequenas jangadas ou canoas.

O Sr. OTO SCHUBART, biologista da Estação de Caça e Pesca de Piraçununga e autor do folheto *"A Pesca nos Estados de Pernambuco e Alagoas"* (Rio de Janeiro, 1944), onde colhemos valiosos dados e informações sôbre o uso da tarrafa, registrou o resultado de uma pescaria levada a efeito, em dias diferentes, nas vizinhanças dos arrecifes do Pina (parte do sul de Recife), por um pescador que fazia os seus "lanços" de cima de uma pequena jangada sem vela. O produto dessa pescaria foi: dia 22 de junho, 15 tainhas e duas carapebas; dia 2 de julho, 17 tainhas; dia 13 de setembro, 13 tainhas; dia 20 de outubro, 12 tainhas, dia 26 de outubro, 18 tainhas.

Acentuando que a tarrafa é usada ali raramente na zona de praia ou seja no mar, isso mesmo para a colheita de pequenos peixes destinados a isca, aquêle autor relaciona em seu útil trabalho os lugares de Pernambuco e Alagoas, onde tal instrumento é largamente empregado, salientando as zonas dos estuários dos rios que deságuam no litoral de Pernambuco e Alagoas, bem como na região das lagoas dêsse último estado, onde, também, são vistos, com freqüência pescadores tarrafeando peixes.

Depondo sôbre a pesca no interior daqueles estados do Nordeste, o mesmo autor citado acentua que, periòdicamente, a partir da distância de 50 a 100 quilômetros da costa, todos os rios, riachos e ribeirões secam de todo ou resistem só em trechos d'água parada de pequenas dimensões, concorrendo dessa forma para que não haja pescaria contínua e organizada. Aí a rêde usada e mais própria é a tarrafa que é empregada igualmente durante todo ano em vários pontos do rio São Francisco.

No sul do país é a tarrafa muito utilizada na pesca da tainha. No tempo da tainha — esclarece o comandante FREDERICO VILAR em seu livro *"Manual do Patrão de Pesca"* — quando ela penetra nos rios e lagoas procurando nas margens a vegetação própria à sua nutrição, os pescadores, do alto do barranco ou embarcados em canoas, vão lançando as tarrafas sôbre os cardumes, enchendo cêstos em poucos lances. Até mesmo nas praias do mar quando a afluência dêsses peixes é grande, adianta o comandante VILAR, a tarrafa é igualmente o instrumento de pesca utilizado.

Em livro ainda inédito da lavra do Eng.º MOACIR M. F. SILVA, cujos originais tivemos em mãos, encontramos curiosa observação acêrca da pesca de tainhas por meio de tarrafa, na região de Laguna, a qual, na forma por que é descrita, mostra que o seu autor, conhecido e abalizado técnico, sabe, também tratar com fino gôsto literário motivos e aspectos estranhos à sua especialização. Eis a observação do Eng.º MOACIR SILVA:

"— Uma curiosidade local de Laguna é a pesca da tainha, com o auxílio dos botos. Certas ocasiões, o bôto, grande, róseo, semelhante ao golfinho, volteando à tona d'água, vem, em bandos, perseguindo as tainhas à beira da praia. Desta, os pescadores atiram as tarrafas. As tainhas que fogem dos botos são apanhadas pelas tarrafas. As que escapam às tarrafas são alcançadas pelos botos. Os botos, por marcas especiais, são identificados pelos pescadores, que chegam a lhes dar nomes. Mas, a par dêsses, que colaboram, há também, por vêzes, uns botos inábeis, que atrapalham a pesca, afugentando as tainhas, tainhotas e tainhotins".

RENDEIRAS DO NORDESTE

José Veríssimo da Costa Pereira

NA VASTA extensão territorial do Brasil, a Região Nordeste não é, em rigor, uma unidade físico-geográfica interposta entre a Amazônia e o Brasil de leste, comportando variedades regionais que traiam, ou traduzam o complexo das condições climato-botânicas. É uma região geográfica complexa, dentro da qual se salientam paisagens culturais diversas.

A partir do mar, tanto de leste para oeste, quanto de norte para sul, as atividades econômicas diferem, no Nordeste. Os "gêneros de vida" apresentam, gradativamente, características novas; os "horizontes de trabalho" se acomodam, passo a passo, ao ciclo das sêcas que implantaram, no interior, o seu reinado. As diferentes correntes de povoamento que se verificaram no Nordeste seguiram, por seu turno, orientações diferentes, contribuindo destarte para diversificar, ainda mais, as áreas culturais que encerra.

Por tudo isso, é o Nordeste um verdadeiro mostruário de paisagens, de quadros, de cenas, de atividades, de costumes típicos regionais: desde o complexo paisagístico da praia, com os seus mangues, areias e coqueirais, com seus pescadores e jangadeiros, suas salinas e salineiros, até o mosaico da atividade econômica interior, embutido, de diversas peças e produtos de carnaubeiras, a traduzir, em certos pontos, uma forma de civilização em tôrno de uma palmeira; um suceder de "feiras" e de "cercados", de "açudes" e de "coivaras", de "usinas" e de "banguês..." E em meio a tudo isso — como diria Vidal de La Blache — a manutenção, pela transmissão hereditária, de processos e invenções, que passaram a constituir, lá, qualquer coisa de metódico, assegurando a existência humana mediante a aplicação daqueles processos e invenções, num meio ingrato em que o homem atua reafirmando, cada vez mais, o seu papel de legítimo agente geográfico.

É o que sucede, entre nós, por exemplo, com as famosas rendeiras do Nordeste.

PERCY LAU

No principal centro de atividade industrial complementar, ou seja Aracati, no Ceará, mantêm as rendeiras, técnica tradicional adquirida por via portuguêsa, provàvelmente das antigas mestras e discípulas da região do Pui e seus arredores, autêntico foco na arte da fabricação de rendas, conhecido na França, desde o século XV.

A circunstância de se localizar, de preferência, a pequena indústria complementar das rendas no Nordeste, nas localidades banhados pelo mar, nas que não são muito distantes da costa, e, também, nos arredores das grandes cidades do litoral, circunstância que influiu, sem dúvida alguma, para formar a conhecida denominação "rendas-do-mar" ou da "praia", com que se procura ocultar a expressão rendas de melhor qualidade artística, parece constituir — além de outros — razoável argumento em favor do Prof. Araújo Viana, que fêz provir das localidades marítimas portuguêsas, pelo menos, algumas das rendas do Brasil.

Em Portugal, efetivamente, Peniche, Setúbal, Viana, Vila do Conde etc. foram lugares onde se tornou notória a fabricação de rendas; localidades onde as mulheres da classe marítima se entregavam como inúmeras das nossas, à delicada indústria rendeira. O fato, ainda de ser o tipo geral de rendas em Portugal, um tanto semelhante, ou mesmo semelhante ao das de Pui, segundo opina a escritora portuguêsa Maria Ribeiro Artur, citada por Viana, corrobora favoràvelmente a opinião do antigo professor das Belas Artes. Em Peniche a indústria adquiriu muita importância. Não a limitavam ao fabrico de simples tiras. Todos os objetos a que fôsse possível rendar, o faziam; o mesmo se dá — escreve Araújo Viana — em nossos estados do norte do Brasil.

O fabrico das rendas é uma indústria regional no Brasil e inteiramente realizada por mulheres. A velha indústria caseira parece estar em declínio, permanecendo, porém, extraordinàriamente dispersa pelo interior. De modo geral, nas grandes famílias cearenses, a certas horas do dia, com efeito, e na sala de frente, enquanto os maridos estão ocupados em outros misteres, ou já não existem, tôdas as mulheres da casa se entregam ao serviço das rendas, realizando uma ocupação honesta e inteligente. Há em tal ocupação "um não sei quê de austero, de docemente familiar, que nobilita os pobres lares, onde a virtude se exulta no trabalho e a pobreza é recebida com um comovente espírito de ordem e resignação".

Quer no litoral, quer no sertão, na sala de frente, ou no terreiro — principalmente quando vai terminando o dia e o crespúsculo lentamente se aproxima — a cena se reveste de certa melancolia para a qual concorre o hábito das cantigas e modinhas dolentes, soluçadas a meia voz.

Indústria genuìnamente popular e de iniciativa popular, fielmente conserva a tradição primitiva, sem a influência modificadora dos modelos estrangeiros recentes, copiados dos figurinos, ou adquiridos mediante adequada educação artística. Envolve mulheres quase sempre analfabetas, habitando casebres disseminados pelos arredores das cidades. Mediante remuneração exígua realizam, no entanto, "os belos artefatos destinados a enfeitar as roupas e as alfaias de gente rica".

Em casos outros análogos (como sucede no Brasil-Sul, em Santa Catarina onde, nos arredores de Florianópolis existe, em miniatura, também uma interessante indústria familiar de rendas) é de frisar a participação dos açambarcadores que, na espécie, são também mulheres, "senhoras de família". Comprando das rendeiras o produto de seu trabalho a preço ridículo, revendem-no para os agentes, no Sul do país, onde se têm celebrizado casas especialmente dedicadas à venda das rendas-do-norte. Quando não, são as próprias mulheres do povo, comercialmente mais espertas, as quais adquirindo as rendas diretamente das produtoras, correm a vendê-la, longe, a bordo, nos portos, em seus conhecidos "baús de fôlha", ou já nas suas melhoradas cestas de vime.

As rendas brasileiras do norte, conforme a própria classificação das rendeiras, ou são de "cordão", ou são de "pano". Quanto à nomenclatura nordestina, o Prof. Araújo Viana, distinguiu a modalidade "bico" ou "ponta" (apenas renda, no Rio de Janeiro) e o produto que no Nordeste denominaram renda, o "entremeio" da linguagem carioca. Quanto aos tecidos, considera alguns como capazes de rivalizar com a melhor *guipure* francesa.

Considerando a divisão universal das rendas artísticas em rendas de agulha e rendas de bilro, Araújo Viana inclui na primeira categoria, o "crivo", pelo fato de ser o mesmo completado com agulha, salientando, porém, a espécie "conjunta", em que parte se faz com agulha e parte com bilro, e de que há, no Brasil, belas variedades em Alagoas, Ceará e Maranhão.

Já D. Otília Leite Brasil, funcionária do C.N.G. e natural do Ceará, dá-nos uma descrição sintética atual. Pràticamente é possível distinguir, segundo o modo por que foram fabricadas, a "renda" de almofada, o labirinto (que no Rio de Janeiro se chama "crivo") e finalmente o *filet*. Na primeira trabalha-se em almofada com bilros, — peças semelhantes a fusos, com os quais se fazem rendas — alfinêtes, espinhos de cardo, mandacarus, xiquexique etc. A renda, assim, já sai pronta da almofada. Quanto ao labirinto, notam-se o "serzido" e o "palhetão". No "serzido", o pano é desfiado e bordado e serve para enfeitar blusas, e vestidos, panos etc. No "palhetão", após fazer-se a ma-

lha, separadamente, borda-se, obtendo-se depois a renda. Relativamente ao *filet*, faz-se a malha, como no labirinto, mas numa aspa (barbatana) que depois é bordada. Seu emprêgo é em toalhas, colchas, cortinas etc.

No seu fabrico, considerando-se as diferentes zonas de produção de renda, apontam-se como linhas mais empregadas, a de novêlo, a de carretel, a de algodão, de linho ou sêda, do fio extraído da fibra da palmeira "tucum" (principal espécie: *Astrocaryum vulgare*, MART. de 10 a 15 metros de altura, espalhada por todo o Brasil) e, também, fios de bananeira (*Musa paradisiaca* L., com suas subespécies). O trabalho das rendeiras consiste em "trocar os bilros", sôbre um saco cilíndrico, de modo a comporem o "ponto" e com êste prosseguir segundo a indicação dos "furos" no "papelão". Que a indústria das rendeiras exige certa especialização, basta que se saiba que é da maneira por que é feito o papelão que decorre tôda a "ciência" da renda, exigindo para tal mister "especialistas" que o "picam" ou "pinicam" segundo linguajar técnico popular. Cabe à habilidade da rendeira executar à risca, com perfeição e asseio, o modêlo que lhe foi proposto.

A indústria das rendas no norte é uma indústria complementar. É do seu trabalho que a vida se torna possível em muitos lares.

TIRADOR DE CAROÁ

NEY STRAUCH

NA AGRESSIVIDADE de sua paisagem, nem sempre o sertão nordestino é ingrato ao homem que nêle habita.

O clima é sêco, de chuvas irregulares e por isto morre o gado e secam as roças. A vegetação é espinhenta e rasga as carnes do vaqueiro nas loucas corridas da pega ao boi. Há porém, nesta caatinga de mil espinhos, o caroá, uma bromélia que ao viajante desavisado passa despercebida pelo seu porte baixo e fôlhas delgadas em forma de hastes. De forma geral, ocorre em solos superficiais e pedregosos, e quase sempre associada a cactáceas.

Utilizada sua fibra pelo aborígine para a confecção de cordas e fios para rêdes, foi por herança, também empregada pelos colonizadores portuguêses. Sua importância no folclore nordestino reflete bem a utilidade que a êle se dava, ainda que, de uma forma velada e anônima. Encontra-se no "*Cancioneiro do Norte*" de RODRIGUES DE CARVALHO, um desafio entre dois cantadores cujo trecho registamos:

"Seu Romano se arrepende
Vai ao chumbo, vai à bala,
Vai à corda de caroá;
Coitadinho do seu Romano
Onde veio se socá?
Numa guela de serra
Coberta de cipoá;
Êle entrou por inocente
Mas só sai quando apanhá"

De fato, são de presença obrigatória nas feiras do sertão nordestino, os artigos confeccionados com a fibra e onde se salienta a corda cuja aceitação entre os vaqueiros é provocada pela resistência fora do comum.

PERCY LAU

Sòmente a partir de 1935 entretanto, teve o caroá, as merecidas atenções quando se iniciou então sua industrialização. Em conseqüência, nasceu uma economia de coleta no sertão, principalmente em Pernambuco. Esta economia, embora subsidiária, não chegando mesmo a formar um gênero de vida, tem sido muitas vêzes a tábua de salvação dos habitantes desta região.

O tirador de caroá, é assim, salvo exceções inexpressivas, uma figura instável que faz dêste mister, não seu meio de vida mas ocupação para seus momentos de espera: da chuva, da colheita, ou de juntar o gado.

A coleta do caroá é feita de maneira a mais primitiva possível. O homem escolhe um trecho da caatinga onde aquela se mostre mais alta e viçosa; de preferência, bem próxima à estrada por causa do transporte. Em seguida, ali penetra com um facão de lâmina comprida "para abrir o mato". Caminhando da beira da estrada para dentro da caatinga, vai arrancando as fôlhas de caroá com as mãos devidamente resguardadas por luvas de couro ou da própria fibra. Formados os feixes após seccionadas as pontas das fôlhas são depois trazidos para o estrada, em pontos já estabelecidos, onde há geralmente uma barra armada com madeiras da caatinga e destinada a sustentar a balança que virá no camião da usina. Muitas vêzes é o próprio catador que faz o transporte do caroá para as beneficiadoras, transporte êste feito em lombo de "jegues". Esta aliás seria a regra se todos os catadores tivessem animais de carga uma vez que as usinas cobram pelo transporte do caroá quase o preço de compra; de tal forma que, em alguns casos o catador recebe vinte ou trinta centavos por arrôba de quinze quilos.

Um aspecto que é característico de quase todo o sertão brasileiro e particularmente no do Nordeste é a confiança em que são baseadas as relações entre os homens. Neste caso, o catador não procura presenciar a pesagem do caroá nem tampouco se preocupa em vigiar os feixes que ficam expostos na estrada, às vêzes, dias seguidos ainda que pouco adiante haja uma outra barra de pesagem com feixes de outro catador.

A época mais propícia e mesmo capaz para a coleta do caroá é a do estio da sêca. Não só porque os homens estão afastados de suas ocupações mais importantes como também é o período em que as usinas pagam melhor. No "inverno" ou período das chuvas, diminui sensìvelmente a atividade do tirador de caroá, quando não cessa de todo. Isto é devido ao fato de que o solo úmido não oferece a devida resistência a qualquer movimento para retirar a fôlha, provocando o arrancamento do indivíduo todo. Além disso, as usinas pagam menos nesta época pois a planta acha-se demasiadamente hidratada e portanto com pêso bem superior.

É possível distinguir duas modalidades na organização da coleta do caroá:

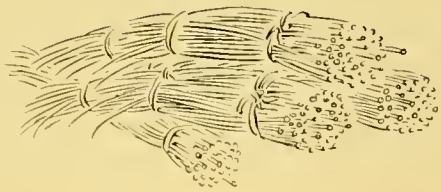
1) O tirador de caroá que trabalha isoladamente, apenas pequena parte do mês, conforme sua necessidade de dinheiro e tempo disponível. Tem êle um "acêrto" ou contrato verbal com a usina mais próxima, contrato êste, sem grandes responsabilidades de parte a parte. Torna-se no entanto muito sólido devido ao caráter reto do sertanejo. Uma vez empenhada a palavra nada o fará voltar atrás.

2) O tirador de caroá que trabalha em grupos, sob as ordens de um patrão que é o possuidor do contrato com a usina. Em alguns lugares são conhecidos pela denominação de "catingueiros".

No primeiro caso o tirador de caroá tem sua propriedade, isto é; mexe com a terra, uma pequena roça, e tem o "criatório" característico de caprinos. Esporàdicamente "vai ao mato catar caroá". Compreende êste tipo a grande maioria dos tiradores de caroá do sertão nordestino.

No segundo caso, os catingueiros fazem disto seu mais expressivo meio de vida uma vez que só abandonam a coleta do caroá na época das chuvas — "o inverno" — e em pequena escala na colheita, principalmente do algodão. Não pode êle tratar diretamente com a usina em virtude do contrato que estas mantêm com os patrões. Êste é aí apenas um intermediário a explorar o trabalho sertanejo. Recebe êle de cada catador uma comissão de dez centavos por arrôba de caroá.

São os catingueiros apenas diminuta parte dos catadores de caroá. Embora sejam, em número, relativamente poucos, já refletem um estágio mais evolvido para fazer do caroá um verdadeiro gênero de vida. Esta é a tendência observada, conseqüência do crescente desenvolvimento da indústria desta fibra no Nordeste do Brasil.



TRECHO ENCACHOEIRADO DO SÃO FRANCISCO

VIRGILIO CORRÊA FILHO

ENTRE os grandes rios brasileiros, o São Francisco distingue-se por vários aspectos, que tanto lhe interessam à fisiografia quanto à geografia humana.

Ao precipitar-se da serra da Canastra, onde contraverte com tributários do Paraná, em altitude beirante de 1 280 metros, forma a cachoeira da Casca d'Anta, a primeira da série de acidentes, que lhe tumultuam a vazão, por leito fortemente inclinado, em cêrca de 500 quilômetros, até Pirapora.

Ameniza-se-lhe, a jusante, o perfil, que se afeiçoa à navegação, por trecho superior a 1 580 quilômetros, até Sobradinho, onde se lhe acentua de novo o declive.

Quedas maiores, entre as quais sobreleva a de Paulo Afonso, de 81 metros de altura, separam-lhe a secção planaltina, do baixo curso, acolhedor de embarcações, movidas a vapor e a vela, entre a foz e Marechal Floriano (ex-Piranhas).

A sua bacia enquadra-se dentro do território nacional, como aliás ocorre com o Tocantins, cujos tributários em grande número se avizinham dos que lhe afluem pela esquerda.

Rompendo, de princípio, em rumo de leste, não tarda em infletir para nordeste,aproximadamente paralelo ao litoral, de que o separa a serra do Espinhaço, prolongada pela Chapada Diamantina e ramificações, que se foram paulatinamente deprimindo, pela erosão, até que se deixaram rasgar pelas águas acachoantes, permitindo-lhes passagem para sudeste, em busca do Atlântico.

É nesse trecho que se depara ao observador a cachoeira de Paulo Afonso, "o sumidouro dos antigos cronistas e viajantes", conforme lembrou TEODORO SAMPAIO, ao descrever o que lá viu, por volta de 1880, em companhia de O. DERBY.

"Na região não se vêem montanhas senão dispersas ao longe. Tudo mais é uma vasta planície, monótona, coberta do

PERCY ISAIN

manto cinzento das caatingas, e onde, a custo, se descobre aqui e acolá uma mancha prateada que se verifica assinalar o curso do rio.

A planície prolonga-se para baixo sem a menor depressão ou desnivelamento sensível.

No meio dela, porém, o rio que vinha descendo ou deslizando pela superfície do terreno, súbito despenha-se em sucessivas quedas, e por muitos braços, engolfando-se num estreitíssimo corredor, verdadeiro canhão de paredes íngremes, escarpadas, inacessíveis".

Anàlogamente, de harmonia com o solo e clima, modifica-se-lhe a vestimenta vegetal.

Transposto o alto curso, em território mineiro, onde os bandeirantes escolhiam, na floresta circunjacente, as madeiras apropriadas ao preparo de canoas que os levassem, águas abaixo, por mais de trezentas léguas, em demanda dos sertões nordestinos, espaçam-se as árvores, de menor tamanho nos cerrados, a que sucedem as pardacentas caatingas.

Representou-as Teodoro Sampaio em seus desenhos, desde as imediações da Barra, mais seguidamente pela margem direita, embora também apareçam a oeste.

Assim é que o rio se transfigura, à medida que se afasta das nascentes.

As matas, que lhe sombreiam o primeiro trecho, de maior altitude, mínguam a jusante de Pirapora, substituída pelos cerrados nos tabuleiros, e entre êstes e as margens, pelas vazantes, de solos aluviais em que se desenvolve a lavoura costumeira.

"A princípio descontínuas e estreitas, observou Morais Rêgo, em douta monografia, rio abaixo aumentam extraordinàriamente, formando faixa raramente interrompida, larga de muitos quilômetros".

Não alcançam, todavia, o trecho encachoeirado, onde a vegetação xerófila se abeira do leito, como indica a ilustração, com o típico mandacaru que o sobranceia.

Impressionante, o contraste do tumultuar das águas, que, em acidentes análogos, mantêm, em outras paragens, vegetação higrófila, borrifada de contínuo pela pulverização de partículas líquidas e o panorama circunjacente.

Sòmente cactos e plantas por igual acostumadas a longo jejum, viçam nos arredores, sem transição para a envolvente caatinga bravia, delatora de baixo índice de umidade.

Não maravilha que, em tais condições, os povoadores da região se tenham adensado ao longo do rio.

Pronuncia-se, desde as vizinhanças de Juàzeiro, a singularidade paradoxal da via líquida, capaz de sustentar povoações, além de proporcionar-lhes facilidades de transporte, flanqueadas, em longas extensões, por espinhentas plantas xerófilas, características das regiões de escassas chuvas.

A irregularidade na distribuição das precipitações agrava-se com deficiência do solo, proveniente das séries de Minas e Bambuí, que o formam, para armazenar as águas indispensáveis à vegetação.

Só as plantas afeitas ao regime de sêcas prolongadas, dispondo de órgãos apropriados a reter em seus tecidos o líquido necessário à vida, conseguem medrar naquelas paragens, a que se estende a região semi-árida do Nordeste.

Do contraste existente, entre o rio, extenso e volumoso, e o vale inaproveitado, quando sêco, resultou a sugestão, que lhe planeja a transformação aconselhada por técnica eficiente.

O desnível de 350 metros, entre Sobradinho e Marechal Floriano, abaixo da cachoeira de Paulo Afonso, permitirá aproveitamento de potencial superior a 1 000 000 de H. P.

As terras, improdutivas na atualidade, apesar de calcárias em grandes extensões, dadivosamente retribuirão os esforços de quem as agricultar, quando a irrigação lhes fornecer a quantidade necessária de água, iniciando novo ciclo da economia regional.

Na era dos bandeirantes, coube-lhe desempenhar memorável papel histórico, ao franquear-lhes alongada via de comunicação, por meio da qual os núcleos de população paulista se articulavam com os nordestinos.

E quando se multiplicaram as lavras auríferas pelos vales de muitos dos seus tributários, convergentes para o rio das Velhas, o São Francisco alimentou-lhes os arraiais improvisados por aventureiros, a quem fornecia, para o consumo crescente de carne verde, boiadas procedentes dos currais sanfranciscanos.

Por mais hostil que atualmente se mostre o rio sertanejo à expansão do povoamento, além da orla das vazantes, que esbarram nos tabuleiros, as condições regionais modificar-se-ão, desde que obras hidráulicas, racionalmente concebidas e executadas, lhe distribuam pelos interessados o volume disponível, sem prejudicar a transformação da energia ainda esperdiçada, em fôrça elétrica, estimuladora do desenvolvimento econômico.

A semi-aridez, em que só medra a caatinga, não implica na esterilidade irremediável do solo, que oferece, ao contrário, sais reclamados pelas plantas.

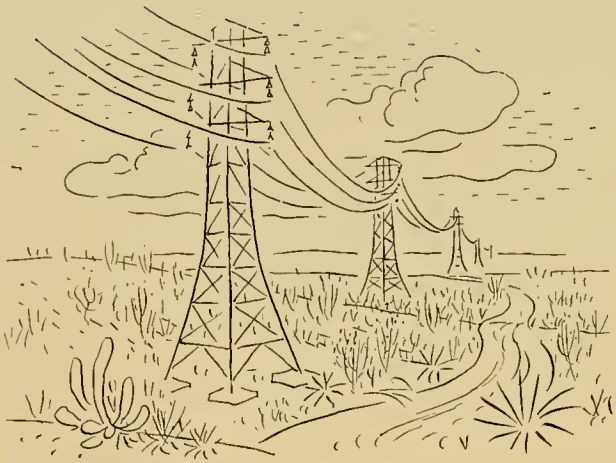
Não lhes fornece, todavia, regularmente a dose mínima de água, de que necessitam para o seu metabolismo.

À secura do solo, incapaz de reter o que lhe dão as contribuições pluviais, ainda que avantajadas, alia-se a do ar, intensificadora da evaporação.

Em conseqüência da exaustão contínua, a que se vê submetido, o rio cede aos ventos ressequidos grande porção do seu volume.

E aos tributários de grande calibre, que lhe entram pela esquerda, apenas correspondem, na margem oposta, afluentes temporários, sujeitos, em geral, a "cortar" nas estiagens, denotando a dissimetria da bacia, mais ampla e regularmente irrigada, a oeste, e minguada de cursos d'água permanentes, a leste, onde se dilatam as caatingas.

Perlongado de vazantes, cuja fertilidade proporciona aos ribeirinhos solo propício às suas plantações que só ali viçam, debruando de verde o caudal, em cuja orla se adensou a população, em contraste com a desabitada semi-aridez dos arredores, o São Francisco possui, todavia, no próprio vale, como evidenciam as suas cachoeiras, entre as quais sobreleva a de Paulo Afonso, reservas de energia em cujo aproveitamento sistemático deverá basear-se o plano racional do seu engrandecimento econômico.



VAQUEJADA

ROSALVO FLORENTINO DE SOUSA

A VAQUEIJADA pode ser definida como um mutirão de vaqueiros. Realizada sempre em pleno inverno, quando tudo é fartura no sertão imenso. Todos os vaqueiros de determinada região se reúnem ao convite do vaqueiro da fazenda onde vai ser feita a vaquejada. Todo o gado dessa fazenda, espalhado pelos campos afora, várzeas, caatingas e carrascos, vai ser reunido e isso não constitui tarefa fácil, embora empolgante. Tudo é cuidadosamente preparado com muita antecedência: perneiras, gibões e chapéus de couro de mateiro; guarda-peitos de couro de gato-pintado, (jaguatirica); cavalos "pescoço-de-viola", os mais afamados; aquilhadas bem encastoadas, com palmo de ferro, de forma piramidal, embainhado; selas sem cabeçotes, macias e leves; resistentes estribos de pau, largos peitorais e cabeçadas protetoras do animal; compridos laços trançados a cinco fios, de couro de burro, e que são enrodilhados, duas voltas maiores caindo sôbre a anca do cavalo.

Nem sempre, porém, o que se apresenta assim é o melhor vaqueiro, é o que pratica maiores façanhas. Dizem mesmo entre êles: "vaqueiro encourado de novo não vale nada — tem mêdo de rasgar o couro". E se êle já possui êsse material durante muito tempo, duas, três vaquejadas, sem estrago nenhum, é sinal, mais do que evidente, de que não é lá grande coisa... E assim se justifica que quanto mais esfarrapado — tanto melhor... O vaqueiro não teme o arranha-gato, o juá-mirim, a jurema, o serrote, o cansação de boi, o quiabento, (que possui um dos espinhos mais perigosos.) Já se disse, com muito acêrto: "onde passa a rês perseguida passa o vaqueiro e o seu cavalo". Ora virando de um lado, ora de outro, na sela; um pé apoiado no estribo, inclina-se para a frente, tendo as rédeas de sedém numa das mãos, na outra o chicote ou o ferrão; firmando-se algumas vêzes, na crina do animal, uma perna apenas apoiada na sela, o resto do corpo paralelo ao corpo do cavalo, a cabeça encosta-

Percy Lau

da, de lado, ao pescoço dêste. Corre o cavalo a tôda brida, qualquer que seja o campo: aberto ou fechado, e o terreno enxuto ou lamacento. Entra no mato sem procurar "claro" e sem desviar do obstáculo, contanto que não perca de vista a novilha arisca ou o garrote bravio ou o touro de "cupim dobrado". Cumprida vitoriosamente a missão, trazida ao rebanho a rês que "espirrou", o seu contentamento se torna manifesto. Comenta com os parceiros a refrega da qual escapou incólume, sem um arranhão, sem nada... Cada remendo é uma história a eriquecer-lhe o sempre pródigo exagêro, porém com muita realidade. O cavalo amestrado, sabe voltar na "ponta dos cascos", mudando de direção à mais leve pressão das rédeas.

Poderá a vaquejada demorar uma semana, quinze dias, um mês. Nesse período todo o gado é revisto, apartado, separado, selecionado: vacas defeituosas ou velhas ficam prêsas para a engorda ou venda; lotes de bois, separados por idade, serão objeto de negociações com boiadeiros que os arrastarão em longas caminhadas, para o sacrifício no mercado de Feira de Sant'Ana. (Mais de um autor já se referiu às boiadas e aos boiadeiros, título sugestivo para uma obra de vulto, retratando todo um aspecto da vida, no norte do país). Marruás que são transformados em marrueiros e garrotes em bois... E por fim a *ferra*, a assinalação dos bezerros apanhados durante o ano. É interessante notar que pelo sinal feito no orelha da criação o vaqueiro sabe a idade de todo o gado da fazenda: um mesmo sinal repetido em períodos certos; canzil, forquilha, canto de porta, buraco de bala etc.

À medida que o gado é separado, vai sendo sôlto, devidamente assinalado — tosada a ponta da cauda ou sedenho — salvo-conduto que o livrará de nova prisão. Muitas reses nunca viram curral e em tôrno destas gira tôda a festa da temporada. Serão batidas, dominadas, derrotadas, laçadas, trazidas ao rodeio, custe o que custar. E justamente aí será demonstrada a perícia do vaqueiro: quanto mais bravia a rês tanto maior o seu feito e o seu triunfo.

VAQUEIRO DO NORDESTE

MARIA FAGUNDES DE SOUSA DOCA

NA PAISAGEM inconfundível do sertão nordestino, domínio da caatinga ressequida e espinhenta, vive um tipo humano cujas características somáticas e psicológicas são um espelho fiel do meio em que habita. Pequeno no porte, magro e sóbrio de músculos; taciturno e desajeitado em descanso, intrépido e vibrátil quando solicitado para a ação. É o sertanejo do Nordeste, magistralmente descrito, estudado e interpretado pelo gênio imortal de EUCLIDES DA CUNHA.

Na gravura vemo-lo desempenhando a sua atividade principal — a de vaqueiro.

Povoa a "tapuí-retama" — a vasta região das chapadas e dos tabuleiros do Nordeste brasiliense, terra atormentada ora pelas sêcas causticantes, ora pelas chuvas torrenciais; onde ventos turbilhonantes sucedem a longos meses de pesadas calmarias. Montanhas graníticas reverberando ao sol rútilos lampejos a ofuscar a vista. Flora castigada pelas intempéries e pelo solo arenoso, ressequido. Cactáceas, bromeliáceas, velosiáceas, apocináceas, tôda a gama da angustiante vegetação xerófila. Porco do mato, caititu, ema, tapir, e suçuarana, eis algumas espécies de sua fauna bravia. Sêres esquivos, brutais, traiçoeiros como a própria terra que lhes serve de berço. Natureza extremada, que não conhece economia, passando do paraíso deslumbrante e fugaz que é a época do "verde" (das chuvas) para o inferno quase permanente da "magrém" (época da sêca).

E é neste cenário de despediçios que nasce, se agita e morre o vaqueiro nordestino — o mais forte, o mais bravo dos filhos do sertão, — por cuja fortaleza física e moral bem merece se lhe eduque a terra, a fim de que êle possa integrar no concêrto da civilização brasileira.

O seu tipo étnico provém do contacto do branco colonizador com o gentio, durante a penetração do gado nos sertões do Nordeste. A predominância de sangue índio acentua-lhe o espírito aventureiro e o sentimento de liberdade de ação, pelo que não

PERCY

se adaptou ao sedentário e disciplinado labor agrícola. Manifestou-se, no entanto, elemento utilíssimo na ação dinâmica do pastoreio, como peão nas "fazendas de criar" do século XVII, quando começou nos sertões brasileiros o grande ciclo econômico da criação do gado.

De simples peão passa a vaqueiro — título e cargo dos quais tanto se orgulha, por lhe conferir honrosa posição de relêvo na pequena sociedade rural sertaneja. Quando lhe cabe administrar a fazenda do patrão citadino, tem direito à posse de parte do rebanho sob sua guarda, sendo proverbial a honestidade do vaqueiro na administração dos bens alheios.

É a existência desta figura estóica de vivente uma intensa e perene luta. Muitas vêzes, na faina profissional, montado em seu cavalo pequeno, magro e resistente, como êle próprio, fica-se horas a fio imóvel, desajeitado e recurvo sôbre a alimária, olhando a paisagem cinzenta e monótona, enquanto a gadaria pasta molemente a vegetação ressequida dos "gerais". Doutra feita, tôda a sua habilidade se transmuda em atividade, energia, ação. É quando, reconduzindo o gado à fazenda, acontece, espantada pelo encontro imprevisto com uma seriema assustadiça ou um caititu que descuidado sorvia as gotas últimas de uma "ipueira", transmalhar-se-lhe uma rês. Retesa-se rápido o deselegante cavaleiro e dispara caatinga a dentro, numa correria desenfreada, retilínea, tudo levando de vencida: tal como as investidas brutais do tapir ou a debandada às cegas, das emas fugazes. Deitado rente ao dorso da cavalgadura e protegido, da cabeça aos pés, pela sua roupagem de couro, lá se vai o bravo vaqueiro, quebrando e estalando a sêca e contorcida galharia na perseguição tenaz do animal desgarrado. E só cessa esta isensata, mas corajosa disparada, ao trazer de novo a rês à sua tropa.

A fim de — nas arremetidas caatingas a dentro no encalço das reses fugitivas, ou, varando-a freqüentemente em viagem — proteger-se dos espinhos acerados dos arbustos, dos cardos e das demais pontas agressivas da vegetação inextricável, usa o vaqueiro uma verdadeira armadura de couro. Descrevamo-la com as palavras do próprio EUCLIDES:

"As vestes são uma armadura. Envôlto no "gibão" de couro curtido, de bode ou de vaqueta, apertado no colête também de couro; calçando as perneiras, de couro curtido ainda, muito justas, cosidas às pernas e subindo até as virilhas, articuladas em "joelheiras" de sola; e resguardados os pés e as mãos pelas "luvas" e "guarda-pés" de pele de veado — é como a forma grosseira de campeador medieval desgarrado em nosso tempo.

"Esta armadura, porém, de um vermelho pardo, como se fôsse de bronze flexível, não tem cintilações, não rebrilha, ferida

pelo sol. É fôsca e poenta. Envolve o combatente de uma batalha sem vitória..."

Interessante é comparar-se êsse tipo nordestino com seu irmão do Sul — o gaúcho dominador da campanha.

Êsses dois tipos tão diferentes, que se agitam em duas paisagens tão desiguais, ambos têm no cavalo um calaborador precioso, valendo, no entanto, mais o "pingo" para o gaúcho que o enfeita, e trata, e acaricia, e não dispensa, do que o "quartau" magro, resignado e encourado, para o vaqueiro sertanejo. O gaúcho é combativo, impulsivo, exuberante; o seu irmão nordestino não é combativo, mas combatente; não é impulsivo, e sim calculista; não tem a palavra e o gesto largos; é lacônico e retraído.

Só se assemelham quanto ao gênero de vida, aos sentimentos de liberdade e de honra, quanto à probidade: o "rodeio" sulino, a "disparada" do gado pelas planícies sul-rio-grandenses, têm uma correspondência com a "vaquejada", a "pegada" do boi, o "estouro-da-boiada" nordestinos.

No Sul, o "rodeio" é a festa preferida onde se exibem e realçam os cavaleiros mais destros domando o potro bravio; no Nordeste, a "pegada" do boi reúne os vaqueiros numa porfia doida de segurar o animal arredio.

A "vaquejada" é a reunião no "rodeador" — lugar escolhido para o ajuntamento — da gadaria das fazendas circunvizinhas, para a marcação e aparteamento do gado. Terminada a faina, cheia de peripécias, lá se vão as boiadas a caminho das fazendas, acalentadas pelo canto monótono, saudoso, triste e distante: o "aboiado".

As lides da "vaquejada", da "pegada" do boi; a "arrancada", "arribada" ou "estouro-da-boiada"; os raros folguedos, onde estalando as alpercatas dança o vaqueiro o sapateado; os desafios de viola, onde dão largas ao seu gênio de poeta repentista — são os únicos instantes de movimento, de vibração, de vida, na existência paupérrima e monótona dêste heróico e honesto tipo sertanejo.

VIVEIROS DE PEIXE DO RECIFE

CARLOS PEDROSA

ADMITE o comandante ALBERTO VASCONCELOS, autor de várias contribuições sôbre a pesca, que a existência dos "viveiros" de peixe do Recife, remonta à época anterior à colonização portuguêsa, atribuindo a sua utilização aos índios Caetés, aquêles mesmos "que nos legaram a jangada de apeíba (*Apeíba tibourbou*) ou "pau de jangada", ainda hoje usada pelos pescadores do Nordeste brasileiro".

Embora APOLÔNIO PERES, em seu trabalho *"Indústrias de Pernambuco"* (Recife, 1935), atribua aos holandeses a iniciativa da sua instalação, durante o seu domínio ali, tudo faz crer que o "viveiro" recifense, como judiciosamente conclui aquêle especialista, tivesse surgido, a princípio, como simples armadilha, onde o peixe penetrasse durante a maré alta para ser colhido, após, fàcilmente, pelo índio na baixa-maré. Atentando-se na primitiva topografia que representava a vasta planície recifense, onde predominava o alagado, o manguezal vasto e o rendilhado dos meandros da maré, tal hipótese é a mais aceitável. A cartografia antiga bem ilustra êsse juízo. Uma planta da cidade do Recife, relativamente recente, datada de 1906, existente no Museu do estado de Pernambuco, indica vários "viveiros" então localizados entre o Passeio Público, Jardim 13 de Maio e Parque Amorim, logradouros êsses integrantes, hoje, do centro da cidade.

Tal documento é um comprovante de que a cidade se estendeu em terreno conquistado com o atêrro de alagados e de antigos "viveiros" modificando, assim, a sua fisionomia. A maior parte de terra firme que a cidade ostenta em nossos dias, deve-se, sem dúvida, à mão do homem. Depondo a respeito VASCONCELOS SOBRINHO (Vegetação dos mangues da foz do Capibaribe, *"Boletim da Secretaria de Agricultura de Pernambuco"* setembro 1937), afirma que a cidade do Recife foi-se construindo, a princípio nos terrenos pouco firmes que no tempo da sua fundação já existiam, devendo-se ao homem a solidificação do

PERCY LAU

terreno. Calcula o mesmo autor ser de cêrca de cinco mil hectares a área ocupada por mangues na baixada dominada pela confluência dos rios Capibaribe e Beberibe, a qual se estende desde " o sopé dos morros de Olinda, ao norte, dos morros de Beberibe, de Dois Irmãos e de Tijipió para o lado do continente e para o lado do sul prolongando-se em planície arenosa até o município do Cabo".

O biologista Frederico Freire, em trabalho a que deu o título de *"A importância da Conservação dos Mangues como Viveiros de Peixes"* (Anexos do 1.º Congresso Nacional de Pesca, Rio de Janeiro, 1945), reforça essa assertiva ao lembrar a necessidade de defesa dos manguezais, declarando que, pelos estudos e pesquisas levados a efeito, se pode prever o imenso depósito de peixes existente dentro de um cinto ininterrupto de mangues. E o Recife, mesmo ainda hoje, oferece, nesse particular, aspectos típicos do que era a sua paisagem na época em que surgiu como núcleo de humildes pescadores, que ali tranqüilamente se fixaram à espera do vaivém das marés.

Existindo escassamente em outras zonas da costa nordestina, como por exemplo, na capital paraibana, o "viveiro" de peixe, entretanto, mais típico é o recifense, por emprestar uma gritante e tradicional característica à paisagem local, que data de mais três séculos. Barleus, Marcgrave, Piso e outros, para citar aqui os mais remotos cientistas, dedicaram-lhe estudos e pesquisas, ocupando-se da sua presença no ambiente cultural, do nascente burgo.

Disseminam-se os "viveiros" recifenses, nos estuários e na parte onde se alarga ou penetra a maré. A sua presença é encontradiça, com maior freqüencia, nos subúrbios de Afogados e de Santo Amaro.

Em face de um dêsses tanques de criação de peixes, percebe-se logo quanto é rudimentar a sua construção. Oferecendo o local condições naturais, nada mais se fêz senão cavar a parte próxima à maré, de onde foi retirada a lama e o barro necessários à construção de uma barragem, com a função de defender o reservatório da maré mais alta, tarefa, após completada com a colocação da "porta d'água", espécie de comporta que estabelece comunicação com o estuário, dique, ou braço de maré. Essa "porta d'água", segundo especificação do biologista Oto Schubart, "tem uma abertura de cêrca de um metro quadrado, fechada só pela grade de metal, enquadrada num paredão forte construído de tijolos, na base do qual há um cano para esgotar a água do "viveiro" na baixa-mar. Pela "porta d'água" entra duas vêzes por dia, durante a enchente água nova. O feitio dessa peça varia; em alguns casos é vedada por uma simples grade de madeira".

Completa o aparelhamento do viveiro a colocação de garranchos em tôda a sua extensão. Servem os garranchos para evitar as pescarias clandestinas, tendo entretanto a função específica de servir de *habitat* de algas, (lôdo) que servem de alimentação aos peixes. Observa-se ao lado de alguns viveiros um outro reservatório ou tanque oferecendo o aspecto de viveiros geminados. Êsses reservatórios se comunicam com os viveiros pròpriamente ditos, por um tubo que representa a "porta d'água". Há também viveiros cuja barragem se estende em tôda a sua extensão, variando também outros aspectos. O mais típico entretanto, é o que foi antes descrito.

Relativamente à qualidade e ao tamanho dos "viveiros" do Recife o Sr. SCHUBART publicou na revista "*Pecus*" os resultados de um inquérito levado a efeito em 1935, os quais foram os seguintes:

TAMANHO	Número dos viveiros
Até 999 m3	58
1 000 — 1 999 m3	76
2 000 — 2 999 m3	46
3 000 — 5 000 m3	54
5 001 — 10 000 m3	26
10 001 — 20 000 m3	19
Mais de 20 000 m3	3

A espécie principal da fauna dêsses viveiros é o curimã (*Mugil cephalis*). O curimã segundo o comandante ALBERTO VASCONCELOS, já citado, tem a grande vantagem de dar-se bem nos viveiros, onde as águas semi-estagnadas facilitam o desenvolvimento da vegetação aquática (lôdo vulgar), que lhe serve de alimento abundante e é fator não só da engorda e crescimento rápidos, como da ausência do cheiro e gôsto de lama, observados nos que não são criados em viveiros. O nome de curimã resultou da corruptela da classificação científica dada por MARCGRAVE, em 1648, que o chamou Mugil curema.

Além do curimã, contam-se na fauna dos viveiros outros peixes considerados de idêntico valor econômico, tais como: camorim (*Centropomus undecimalis*), carapeba (*Diapterus rhomboebus*) e *tainha* (*Musil incilis*). As outras espécies existentes são, contando-se entre êsses últimos alguns carnívoros que prejudicam grandemente a criação nos viveiros: Agulha (*Hemirhamphus*); Amoré (*Gobius*); Baiacu (*Lagocephalus*); Bicuda (*Sphyraena sphyraena*); Bôca-de-fogo (? *Gobius*); Camori-pi (*Megalops*) Carapicu-açu (*Eucinostomus*); Caranha (*Neomaenis*); Carapitinga (*Diapterus*); Mero (*Promicrops*); Peixe-rei

(...); Pescada (*Cynoscion*); Sardinha (*Clupea*); Salgo (*Archosargus*); Solha-tapa (*Achirus*); Tintim (*Poecilia*); Ubarana (*Elops*).

A pescaria nos viveiros é feita anualmente, invariàvelmente, por ocasião da quaresma.

Pode-se mesmo afirmar que o consumo de peixes durante a "Semana Santa, no Recife, é suprido pelo produto retirado dos viveiros locais. Constitui uma tradição da cidade a pescaria das centenas dos seus viveiros, naquela época. O cunho pitoresco dessa tarefa tem sido descrito com vivas côres, por vários cronistas e homens da imprensa, salientando-se nesse gênero, uma longa e recente reportagem de autoria do jornalista PAULO PEDROSA, iserta no *Diário de Pernambuco*.

Começando a limpa e a secagem do viveiro logo na segunda-feira, os dias de quarta-feira de trevas e de quinta-feira santa são os dedicados à pescaria que se transformam em animadas reuniões populares nos "bardos" dos viveiros.

Antes, alguns dias, é lacrada a "porta d'água" para esgotar o maior volume de água e retirados os garranchos existentes.

À noite daqueles dias, começa, então, a pescaria que decorre com a assistência ruidosa das numerosas pessoas que afluem a tais locais, atraídas pelos aspectos pitorescos que a tarefa oferece. Lançada n'água uma grande rêde de pescaria denominada "arrastão", tecida de algodão fiado de malhas regulares, a qual é disposta longitudinalmente no viveiro e após movimentada por pescadores que a seguram em tôda a sua extensão dirigidos pelos proprietários os seus prepostos.

Partindo de determinado extremo do viveiro, avança a rêde lentamente, vencendo os seus condutores, com dificuldade a lama em que estão atolados, cercando dêsse modo os peixes. Conjugando os esforços com os que estão dentro da água duas turmas de homens em pontos extremos e localizados no "bardo" do viveiro vão recolhendo a rêde. Ao apertar o espaço dentro do viveiro, os peixes procuram reagir ao cêrco, vendo-se nessa ocasião a fúria com que procuram escapar.

Terminada a tarefa é jogada tôda a pescaria no "bardo", sendo ali mesmo negociada, entre os interessados presentes quando antes não tenha sido o produto vendido por atacado a algum "pombeiro".

REGIÃO LESTE

A LAVADEIRA

ELOÍSA DE CARVALHO

A GRANDE massa dos habitantes das favelas do Rio de Janeiro é constituída pelas populações que vêm dos estados mais próximos do Distrito Federal, atraídos pela miragem da facilidade de vida da grande cidade. A dificuldade e o preço das habitações e dos transportes, obrigam-nos, porém a se incorporarem à massa dos favelados.

Habituamo-nos a considerar as favelas como o refúgio da escória social, dos delinqüentes e vagabundos, mas, isso é verdadeiro, apenas, até certo ponto, em virtude de constituírem as favelas, na maioria dos casos, como que zonas independentes dentro da cidade, circunscrições livres e sem lei.

Geralmente o habitante da favela possui profissão. Interrogado, quando não declina a de carroceiro, cozinheiro ou outra qualquer, declara que vive de biscates.

O elemento feminino também "se defende", no seu próprio dizer. A mulher trabalha como doméstica ou se dedica à lavagem de roupa, emprêgo que, em geral, também foi seguido pela mãe, o que o transforma em profissão de família.

Vestida geralmente de chita, lenço amarrado à cabeça, e calçada de tamancos, a lavadeira traz, uma ou duas vêzes por semana, da casa da freguesa, a trouxa de roupa, que é lavada em tina colocada do lado de fora da casa à guisa de tanque. A água utilizada é apanhada nas bicas, quando existem, sendo algumas vêzes, obtidas em casas que possuem água corrente em quatidade superior às necessidades. Quando há "minas", nos morros, o proprietário aumenta certa quantia no aluguel da lavadeira profissional, levando em conta a quantidade média de água que gasta. Em latas sôbre a cabeça, é carregada pela própria lavadeira que paga, porém, a outra pessoa, geralmente um menino quando, por um motivo qualquer, não pode fazê-lo. Outras vêzes, paga pela concessão de colocar a tina perto da mina, tendo então, maior facilidade no trabalho.

PERCY LAU

O coradouro é constituído de quatro ripas de madeira ou bambu, sôbre as quais são colocadas outras horizontalmente, em virtude de o pequeno espaço não permitir o de grama ou capim.

Em cordas do lado de fora da casa, é posta a roupa a secar. Quando chove há necessidade de recolhê-la e estender as cordas no interior da casa, o que não constitui problema muito sério quando o barraco possui mais de um cômodo.

Do mesmo modo que o sabão e o anil, o carvão para o ferro de engomar é adquirido pela lavadeira, sendo raras as freguesas que os pagam separadamente.

Pronta e engomada a roupa, é ela arrumada em pilhas para ser entregue. Geralmente é enrolada em uma toalha apropriada, de saco alvejado, com renda grossa ou franja nas pontas. Hoje, porém, notamos outra tendência: pelo fato de lavarem para pontos diferentes da cidade, as lavadeiras se acostumaram a embrulhar a roupa em papel grosso e resistente, de sacas de cimento, que não se rompem nos bondes ou trens.

O trabalho da lavadeira é, algumas vêzes, realizado na casa da freguesa, onde lucra a possibilidade de melhor alimentação e maior facilidade de trabalho. Não é êsse, porém, o comum dos casos. A necessidade de ter freguesas mais numerosas e de cuidar dos filhos, além da liberdade de tratar dos misteres domésticos faz com que a roupa seja levada para lavar em casa.

Premida pelas dificuldades da vida a auxiliar o marido, a lavadeira tem, outras vêzes, a seu cargo, a direção da família da qual se torna o verdadeiro chefe e que essa muda heroína da favela consegue manter com o seu esfôrço humilde e sem glória.

BARRANQUEIROS

JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA

CONHECIDOS tipos humanos do São Francisco, habituados a enfrentar e a suportar os caprichos do rio bem como a situação de abandono em que tem econômicamente vivido a região, os "barranqueiros", são, antes de tudo, habitantes ribeirinhos, em geral paupérrimos e vivendo em tôscas habitações erguidas nos barrancos do curso d'água.

Levam um gênero de vida que reflete, para o norte de Pirapora, o regime irregular do rio.

Um dos traços mais característicos dêsse temperamento do São Francisco é o modo segundo o qual se opera a passagem das águas do período das cheias (fevereiro-abril), para o da vazante, completando-se no curto prazo de aproximadamente um mês, a oscilação da máxima enchente para o regime da estiagem.

Nesta fase, os "barranqueiros" tiram proveito do solo fértil das vazantes praticando uma agricultura de subsistência; pescam para o consumo próprio, ou se dedicam à venda de lenha para os vapôres que fazem a navegação do rio médio.

Por ocasião das cheias, a fisionomia da paisagem se transforma, carregando-se de côres melancólicas e sombrias.

É nessa época, pronunciada pela queda das primeiras chuvas em outubro, que vive a população a fase culminante de um grande drama.

O nível do rio principia a crescer ràpidamente; as águas invadem as terras marginais menos elevadas; os afluentes transbordam represados pela corrente principal.

Nos barrancos, povoados e moradias sofrem, então, os efeitos das cheias avassaladoras, ficando os habitantes à mercê da própria sorte.

De dia, ou de noite, a qualquer momento, apressadamente, inúmeros ranchos podem ser abandonados, enquanto, em derredor, minguadas culturas, crescidas na estiagem, se deixam arrastar pela correnteza, ou fenecem na submersão.

Percy Lace

Concomitantemente, escavando meandros no leito maior, vai a erosão complicando ainda mais, o traçado da rêde fluvial nos depósitos das vazantes. Aumenta, assim, a confusão nas faixas argilosas, laterais à corrente líquida principal.

Não obstante a altura de alguns metros, as barrancas, convenientemente solapadas, se desmoronam, ao mesmo tempo que massa enorme de matéria orgânica é transportada pela correnteza.

Então, aqui e ali, nos pontos adequados, e de permeio com a massa detrítica vegetal, os sedimentos se depositam para constituírem na estiagem, o solo dadivoso de onde nova agricultura de vazante emergirá.

Com efeito, outras roças de feijão, de milho, de melancia, de abóbora, surgem, sucessivamente, dispostas ao pé das habitações, que abrigam, enfim, as personagens do grande drama, os "barranqueiros".

Num quadro geográfico assim, vivendo num mundo de economia pobre e de lucros escassos, o "barranqueiro", inculto e sem recurso, traduz as condições do meio.

Daí, em parte,a precariedade de sua habitação; a sobriedade de sua alimentação, aliás, insuficiente sob o ponto de vista dietético; se espírito de intranqüilidade e insegurança; sua resignação ... n face do isolamento em que, há duzentos anos, tem permanecido a região; daí, outrossim, sua ignorância e quase indiferença pelas coisas que se passam fora do seu meio.

Por outro lado, mesmo na estiagem, época da fartura, tem o "barranqueiro" sua capacidade de trabalho reduzida pela maleita, ressurgida no vale logo após a descida das águas.

Atacado pelo impaludismo, pela opilação, pelo bócio, pelo mal de Chagas, desnutrido, seu aspecto exterior se reduz ao de um indolente vulgar, sem estímulo para a luta pela vida.

Todavia, nem todos os "barranqueiros" são assim tão pobres e de aspectos tristes e desanimados. Há os que vivem uma vida menos árdua, possuidores que são de terras e de melhor saúde.

Êstes parecem viver mais felizes. Têm fisionomia mais franca, físico mais apurado, maior resistência e amor ao trabalho.

Em contraste com os casebres de pau-a-pique e as tendas de "pele-de-gado" — habitações rudimentaríssimas cobertas de couro e por isso mesmo denominada "bois" — as casas dos "barranqueiros" mais afortunados, embora modestas, apresentam-se mais sólidas e confortáveis.

Em geral, as habitações dos "barranqueiros", são baixas e pequenas. Nos pontos em que falta a madeira, portas, janelas e mobiliária são feitos de "mandacaru", cujo tronco fornece madeira branca adequada.

O chão é duro, as paredes barreadas, o teto de palha. Algumas vêzes, cascas de árvores, como a barriguda, cobrem as residências.

O interior das casas compreende pequena sala, quarto, corredor e cozinha. Na sala, alguns tamboretes, catre, banquilhas, gamela de madeira, encontram-se espalhados e uns quantos sacos de farinha podem ser vistos. Ao fundo, na cozinha minúscula, ficam o fogão e a almofada de bilro. No quarto, uma ou duas esteiras se encontram estendidas no chão. Nelas, assentadas, as moças trabalham fabricando rendas.

Às vêzes, num canto do terreiro, é possível avistar-se um ralo e uma bolandeira. Mais adiante, em volta da habitação, um feijoal, um milharal; culturas de melancia, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, mamona, mas, tudo para o gasto. Do algodão, também plantado no barranco, as mulheres retiram a matéria-prima para fazer tecidos. Finalmente, certas pilhas de lenha aguardam o momento de serem vendidas ao primeiro vapor a aparecer.

A alimentação consta, ordinàriamente, de feijão, farinha de mandioca, peixe, torresmo, carne de sol, sendo freqüente o uso de rapadura e, de vez em quando, a carne de bode.

Os que trabalham na extração de lenha, ou no meio do rio como canoeiros, fazem uma refeição ao começar o trabalho e, outra, à hora de dormir, geralmente, às sete horas da noite. Todos, porém, ao meio dia, tomam a "jacuba" — farinha de mandioca, rapadura e água.

A família é numerosa. As mulheres trabalham na roça, além de fazerem o serviço doméstico usual.

Além das mirradas culturas de subsistência, já referidas, os "barranqueiros" se dedicam à atividade da pesca, quando querem e para consumo próprio. Usam, preferencialmente, o método "caçador", o qual, — segundo M. Cavalcante Proença (*"Ribeira do São Francisco"*, Biblioteca Militar, vol. LXXVI, Rio, 1944 p. 144) — "consiste em colocar uma cabaça "poitada", flutuando sôbre as águas e à qual está amarrado uma linha de pescar. A isca usada é sempre um pequeno peixe vivo, alimento preferido dos dourados e surubis. Pôsto o aparelho, o caboclo vai cuidar da vida no roçado, deixando ao "caçador" a tarefa da pesca automática. Quando o peixe "forma a carreira" depois de comer a isca, a bóia cede ao primeiro arranco, mas volta sùbitamente à superfície, depois de atingida uma certa profundidade, ferrando o surubi ou o dourado".

A situação atual dos "barranqueiros" do São Francisco, no seu aspecto social e econômico não mudou essencialmente em relação ao século passado. Já em 1879, subindo o rio, fixou Teodoro Sampaio, à entrada do vale do médio, o panorama que então se lhe descortinou: "Nestas paragens, o deserto é apenas

aparente. O Brasil, em verdade, é mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume. Daqui para cima, em ambas as margens do rio São Francisco não faltam moradores. A população é mesmo numerosa, embora pouco produtiva. Vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar, nem troca ou permuta, porque não tem mercado onde fazê-lo".

Cêrca de cinqüenta anos depois, retratando o aspecto humano do São Francisco, M. Cavalcante Proença, que viveu dois anos em suas ribeiras, focalizou a pobreza reinante, no livro citado, p. 131: "Remeiros alegres e resignados, barranqueiros que têm a sua rocinha, pescadores que só têm uma canoa e uma tarrafa, meretrizes que não têm de seu nem mesmo o corpo mal nutrido e quase sempre doente, todos se aglomeram na beira do rio, olhando as águas que descem, os meninos que tomam banho o dia inteiro, as rêdes de arrastão e as tarrafas que estão estendidas a secar, os peixes que dão pinotes alegres borrifando água para os lados. Tudo o que é humilde e pobre procura o rio, até os flagelados que vêm pela primeira vez e acampam na sombra das gameleiras marginais, até os que moram afastados e no cair da tarde vêm buscar água para os arranjos domésticos. Esta é a chamada "hora das cabaças" em que todo o mulherio desce o lançante da barranca para encher as vasilhas, para trocar impressões sôbre dificuldades de vida, discutir, intrigar ou lastimar-se em presença da água muda e boa do São Francisco".

Outro observador perspicaz — Orlando M. Carvalho — na reportagem ilustrada que a Companhia Editôra Nacional publicou como volume 91 de sua coleção Brasiliana, apreendeu, outrossim, em 1936, um aspecto importante para a interpretação do gênero de vida atual dos "barranqueiros": "O rio, com seu regime de perigoso devastador de barrancos, impõe as condições de moradia: o barranqueiro mora miseràvelmente em casa de pau-a-pique, em companhia de "barbeiros", em um ponto a que as enchentes estão sempre chegando. Pode-se também aceitar que a casa é ruim porque não lhe pertence. Mas, se em Minas o regime comum é a meação ou a têrça, já na Bahia é muito freqüente o proprietário do barranco morando mal. Quer dizer, não é só o rio que empobrece a casa do barranqueiro, é a sua mentalidade também".

Essa mentalidade fatalmente mudará com o combate sistemático às endemias, à ignorância e à rotina. Para isso imprescindível se torna que o apôio do govêrno seja metódico e suficiente e que as pessoas abastadas e de boa vontade, cooperem para a campanha da valorização humana e econômica do vale, felizmente já empreendida.

BARQUEIROS DO SÃO FRANCISCO

José Veríssimo da Costa Pereira

OS TIPOS sertanejos das margens do São Francisco não resultam apenas do caldeamento dos elementos que compuseram a população do vale do grande rio. Decorrem também dos diferentes "gêneros de vida" a que foram levadas aquelas populações ao entrarem em contacto com um meio físico diverso.

Se as condições do meio físico acabaram por definir — no tempo e no espaço — cada tipo social já esboçado pelas circunstâncias da economia da época, a sua estruturação resultou, no fundo, da função antropogeográfica do rio, que o espírito de aventura cedo descobriu.

A posição da corrente, em face de regiões naturais bem caracterizadas do país, faz do rio um traço de união, no espaço. No tempo — considerando-se os trechos periféricos já povoados do litoral e os pontos extremos mais ou menos populados do sertão — o rio se impôs aos povoadores como um caminho natural favorecido pela posição e pelas condições de sua hidrografia, logo aproveitado pela inteligência do homem, então, a braços com a necessidade de uma ligação ininterrupta e relativamente fácil entre aquêles núcleos demográficos ora importantes do interior.

Condensando populações a princípio: drenando depois essas mesmas populações, o rio, ao mesmo tempo que ajuda a resolver um grave problema de alimentação por ocasião do chamado "ciclo de ouro" em nossa história econômica, pela facilidade de transporte em suas águas e pelo aumento das massas humanas em suas margens, também se vai firmando", e cada vez mais, como autêntico rio da "unidade nacional", que a História sempre demonstrou ser e a atual guerra veio confirmar, ao atingir em cheio as nossas plagas, revestida das circunstâncias dramáticas que não poderão, jamais, ser apagadas da memória.

Como via de navegação de vapor, o rio São Francisco possui, sem dúvida, rendimento inferior ao Paraná, no trecho pampeiro, por exemplo, ou, ao Amazonas, no norte, dado o pormenor, dentre outros de sua grande sensibilidade ao fenômeno das sêcas. "Isso exige para o tráfego fluvial do grande rio mineiro-baiano, um tipo especial de embarcações com bôca muito larga e bastante rasas de calado, conforme o modêlo que o espírito prático do norte-americano criou para o Mississipi. Essa falta de observação das condições do curso d'água aliada à carência de uma indústria de construção náutica, fêz com que fôsse cometido o êrro de serem adquiridos para trafegar no São Francisco navios de comércio do Amazonas, gaiolas que, muito úteis no formidável curso d'água da Hiléia e seus afluentes, só podem entretanto trafegar no São Francisco durante o período das chuvas". (VERÍSSIMO e VÁRZEA, "*Geografia Humana*", p. 178, Liv. Alves, Rio de Janeiro, 1937).

Se no trecho de Sant'Ana do Sobradinho a Pirapora oferece o São Francisco 1 328 quilômetros de navegação franca, a ponto de constituir um aparelho de transporte interno, de caráter *sui generis* no planalto brasileiro, apto a promover — como salientou MORAIS RÊGO — o intercâmbio do centro e do oeste de Minas Gerais com o oeste e o centro da Bahia mais a região interior do Nordeste, dado o seu isolamento da costa, as demais secções apresentam, com freqüência, rápidos e corredeiras que dificultam sobremaneira a navegação.

A praticabilidade e o desenvolvimento desta teriam que ser fatalmente resolvidos, no início do povoamento, ainda mesmo depois como foram, não apenas pela inteligência mas, outrossim, pelo continuado esfôrço dos povoadores dentro das contingências da época e dos parcos recursos de sua técnica e economia. A solução sòmente poderia ser encontrada, como foi, à custa de duras, mas sempre proveitosas lições de uma prolongada experiência num meio diferente, à sombra das qualidades náuticas avoengas. A canoa surgiu, assim, como a embarcação número um, que havia de resolver o problema e estreitamente se vincular, como após se vinculou, à vida no grande rio. Apareceria finalmente para se firmar como verdadeira "unidade de agrupamento" que aliás tem sido, pelo menos até agora. Sobretudo, para o tipo do ribeirinho que, em míseros casebres, erguidos fora do alcance das enchentes, vegeta em função do rio, levando, nos "barrancos", um "padrão de vida" sujeito às vicissitudes impostas pelas condições especiais do manhoso curso d'água e à irregularidade de seu regime.

A incrível variedade de embarcações atualmente existentes no São Francisco — de que o complexo paisagístico, ao lado, procura dar uma idéia geral — encontra, pois, sua explicação, em boa parte, na própria variedade dos elementos étnicos po-

voadores, de que dois — portuguêses e tupis —— foram preponderantes e, por sinal, grandes navegadores.

Cada tipo de embarcação não deixa, entretanto, de estar em relação também com certas particularidades das diferentes secções por que se divide o rio para o efeito da navegação. Se em qualquer uma delas, pode a canoa ser utilizada, com maior ou menor esfôrço, é certo, porém, que o "ajoujo" — reunião de duas ou três delas — constitui o sistema preferido para a travessia rudimentar das "corredeiras". Trata-se, além do mais, de um meio de transporte já um tanto evoluído, que pela própria forma, modo e material de que é feito, reflete, à maravilha, o acôrdo recíproco do homem e da natureza, numa região de "corredeiras, caatingas e criatório".

Efetivamente o "ajoujo" resulta da união de duas ou três canoas que se ligam mediante paus roliços, que às mesmas se amarram com alças ou tiras de couro cru.

A vida pastoril e a de embarcadiço fluvial (de que os melhores exemplos são os "remeiros" e "barqueiros" do São Francisco), completaram-se e se fundiram no tipo do sertanejo de características próprias tendo como uma das modalidades o nomadismo inveterado ao longo do rio, ou por sôbre as terras marginais daquele curso d'água e afluentes. Um dêsses tipos, o "remeiro", é uma singular personagem surgida do cruzamento, entre si, dos elementos mais humildes, já afeitos à vida profissional nas águas do grande rio, ou, então, de agricultores das "vazantes", "agregados" e "camaradas" das fazendas de plantação.

Teodoro Sampaio que navegou em "ajoujo", rio acima, à fôrça de varas, descreveu no "*Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*", o tipo e o modo de trabalho dos "remeiros" quando na viagem de Atalho para Boa Vista e Capim Grosso, a embarcação abicou para a terra, perdendo o caminho andado, após um desfile triunfal, à vela, em meio a uma paisagem de caatinga, dominada, ao fundo, pelas linhas caprichosas do relêvo; "Os homens seminus que cantam a sua cantiga monótona de barqueiros, e vão e voltam, levando as suas varas longas e ferradas, jogando-as firmes, certas, n'água, os peitos apoiados sôbre elas tremendo sob o impulso dos músculos retesados, enquanto debaixo dos seus pés e impelida por êstes a embarcação caminha de encontro à corrente...";"— todos os matizes da população policrômica da nossa terra. O caboclo legítimo, o negro crioulo, o curiboca, misto de negro e de índio, o cabra, o mulato, o branco tostado de cabelos castanhos e às vêzes ruivos..."

Mas fora de canoas e "ajoujos", há também, balsas e paquêtes, barcas e vapôres, do tipo "gaiola" ou de fundo raso, "de prato"....

A canoa grande denominada "paquête" pelos remeiros,

exerce função mais ampla do que a normal, utilizada que é no transporte de mantimentos, formando cargas de quarenta e até cinqüenta sacos de mercadorias.

Alguns são de propriedade das companhias de navegação que os empregam para conduzir o excesso de carga deixada pelos vapôres nas praias, quando precisam aliviar a demasia do pêso na zona das "corredeiras".

Muitas vêzes ajudam também a passagem dos vapôres pelos "rápidos", pois com suas grandes velas, lembrando a forma de uma grande borboleta, conseguem desenvolver fôrça superior à produzida pelos motores alimentados a lenha.

Contando, pelo menos nos casos ordinários, dois trabalhadores — o "pilôto" e o proeiro são os paquêtes, embarcações de vela,ainda do tipo pequeno, mas de real utilidade na travessia do rio em Juàzeiro, Propriá e tantas outras cidades das margens sanfranciscanas.

Já as "balsas" — espécie de jangadas sem velas — porém grandes embarcações de talos de buriti tendo cobertura de couro, são mais freqüentes no rio Prêto, afluente baiano da margem esquerda.

A todos os tipos de embarcação apontados, exceto o vapor, se sobrelevam, contudo, as barcas, cuja existência no São Francisco parece datar do fim do século XVII, a prevalecerem semelhanças com as que se fazem referências nas "*Memórias Históricas da Província de Pernambuco*", de José Fernandes Gama, 1884.

De tamanhos variados, as barcas podem ter de 60 a 105 palmos de comprimento por 12 a 16 de largura e navegam, muitas vêzes, a vela.

Na falta de vento, a navegação faz-se a "remo" ou "vara" mas de qualquer maneira, realizam um tráfego intenso, quer no alto, quer no baixo curso do São Francisco.

É o mais poderoso meio de transporte no grande rio, depois do vapor. A barca é uma "verdadeira casa flutuante com o seu tôldo de palha e a proa recurva". Em rigor, pelo que escreveu o almirante Antônio Câmara ("*Ensaio sôbre as Construções Navais Indígenas do Brasil*" p. 169, 2.ª edição ilustrada, 1937 Comp. Editôra Nacional, São Paulo) no alto São Francisco chamam barcas "a uma espécie de alvarengas grandes, com toldos de carnaúba, couro cru, ou madeira na proa, pôpa e meia nau, sendo que a da pôpa, chamada "camarote", é semelhante à dos barcos da Bahia e tem assoalho, e as outras destinadas às cargas não têm, e aí o porão é aberto. Os pranchões, ou cintados dessas embarcações, onde varejam os "barqueiros", ou "vareiros", são chamados "coxias". As varas empregadas nesse mister têm de 5 a 6 metros de comprimento e são ferradas em uma das extremidades.

A maior parte do transporte dos artigos de exportação é realizada pelas barcas, as quais, de volta, de retôrno de suas viagens, vêm carregadas, na época normal, de mercadorias grossas, estivas, principalmente sal, como observou MORAIS RÊGO (*"O Vale do São Francisco, Ensaio de Monografia Geográfica Regional"*), separata da *"Revista do Museu Paulista da Universidade de São Paulo"*, pp. 491-706, 1936, São Paulo, capítulo X).

As barcas realizam efetivamente um tráfego intenso e podem vencer uma distância de 20 a 30 quilômetros por dia caso o tempo, a carga e as condições do rio o permitirem.

No médio São Francisco, entre Paulo Afonso e Pirapora, as barcas possuem o calado reduzido e apresentam um feitio um tanto alongado e bojudo, com a sua proa arqueada trazendo na pôpa, o "murundu", uma tolda, singela coberta de uns 10 a 14 palmos de comprimento e de largura em proporção com a da própria barca a que serve. É de uma plataforma colocada acima da cobertura que o prático, ou seja, o timoneiro, realiza o manejo da barra do leme, de pé, por sôbre a mesma.

No baixo São Francisco, as barcas, além de maiores, quanto às dimensões e ao calado, possuem dois ou maior número de mastros. Outro tanto, duas câmaras, uma a meia nau e outra à proa.

Já na segunda metade do século XIX fizera HALFELD a descrição precisa dos tipos de embarcação do São Francisco e mencionara o respectivo pessoal necessário. Nas barcas o número de pessoas empregadas pode variar entre seis e doze, para os "remos" e "varas" e mais um pilôto. Nelas a grandeza dos "remos dependia do tamanho de cada qual e do das "varas". Algumas destas chegavam a ter de trinta a trinta e cinco palmos de comprimento sendo, portanto, maiores do que as empregadas nos "ajoujos", que possuem de vinte e dois a trinta palmos para uma espessura de umas duas polegadas.

Na parte média e no curso superior do rio, a raridade do uso de velas está de acôrdo com os "fortes vendavais que na maior parte das estações do ano sopram através do rio e com refregas violentas produzindo "pés de vento" ou "redemoinhos". (HALFELD, *"Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco"*, 1860, Litografia Imperial, Eduardo Rensburg, Rio de Janeiro).

Entre Marechal Floriano e o oceano, as velas são, entretanto, muito empregadas, sobretudo quando os fortes ventos, suleste para nordeste, favorecem a navegação na subida do rio, ao começarem a soprar do mar para a terra, diàriamente, a partir das nove horas da manhã.

Viajando pelo São Francisco mineiro, em 1925, NORALDINO LIMA descreveu um flagrante expressivo do que representa a

barca na vida do São Francisco: "Além do pilôto, que em regra, leva nas viagens a família consigo — a exemplo do que se dá nos rios belgas em que famílias inteiras nascem, vivem e morrem na barca — esta tem o proeiro, que é o imediato e barqueiros contratados por viagem. De Januária a Pirapora, por exemplo, ganha cada um 50 cruzeiros, fornecendo o dono da barca a alimentação".

Desde o tempo de HALFELD já era êsse o sistema usado no ajuste do serviço dos "barqueiros". Ainda hoje prevalece o da convenção entre os interessados e por "travessia", tendo variado apenas o preço dos serviços. O professor ORLANDO VALVERDE verificou, por exemplo, que um "remeiro", ganhava, em 1943, 300 cruzeiros para realizar a subida do rio, durante três meses, entre Juàzeiro e Santa Maria do Rio Corrente.

Ao tempo de HALFELD um bom "barqueiro" ganhava Cr$ 10,00 para fazer a viagem da barra do rio das Velhas para o pôrto Salgado, e Cr$ 30,00 dêste para o pôrto da Vila da Barra. De Vila da Barra a Juàzeiro recebia Cr$ 25,00.

O sistema de contrato de trabalho por tempo de serviço foi também verificado por ORLANDO M. CARVALHO, que encontrou, em 1936, "remeiros" de barcas particulares, ganhando 80 cruzeiros a 100 por viagem, entre Juàzeiro e Pirapora, que distam, entre si, 60 dias de viagem em barca. Em "O *Rio da Unidade Nacional* — O *São Francisco*", (Comp. Editôra Nacional, 1937), o referido autor descreveu o "regime de trabalho" dos remeiros e barqueiros numa barca do São Francisco: "Tocadas a vela quando há vento, são impulsionadas no resto do percurso de subida a varejão. Têm, em geral, entre 10 e 24 homens de varejão, cujo trabalho começa às 4 da manhã e acaba ao anoitecer. Não viajam à noite. Assim que escurece, aportam ao barranco e se faz o jantar. O homem de vigia é obrigado a sustentar o fogo, renovar a água do caldeirão de feijoada e retirar a água da barca. As barcas fazem água constantemente pelas juntas dos porões. De madrugada, comem a feijoada, às vêzes, com arroz, e vão para o varejão. Ao meio dia, param meia hora e comem a jacuba, que consta de uma mistura de um quarto de rapadura e farinha à discrição. De noite é o jantar".

Ainda não desapareceu de todo o costume de chamarem às barcas, os "vareiros" que acaso se encontrem ausentes dos portos, valendo-se de um instrumento de fôlha-de-flandres — o "búzio" —. Com o mesmo saúdam o encontro de outra barca e anunciam a chegada e a saída nos portos. Há mesmo, um certo protocolo que atende à hierarquia das embarcações nesses cumprimentos dos embarcadiços. Uma barca que se preze não sai de sua dignidade para saudar — por exemplo — um "ajoujo"... Êste, por sua vez, passa indiferente pela barca. Tais cos-

tumes vão, é verdade, perdendo muito do seu pitoresco devido à lei fatal da evolução. Na própria nomenclatura das embarcações há transformações na significação de têrmos e expressões relativas à vida fluvial. Acentua-se hoje a tendência para se denominar barcas às embarcações rebocadas pelos vapôres, enquanto se vai aplicando o têrmo barco para designar as que navegam isoladamente sem auxílio de embarcações mais poderosas. Pelo menos na secção mineira do São Francisco as alterações vão-se impondo com certa vertiginosidade, como observou, em 1943, o professor ORLANDO VALVERDE que lá estêve em companhia do professor JORGE ZARUR.

Homens de vida rude, os "remeiros" formam as tripulações das barcas. Seu trabalho precípuo consiste no manejo da "vara", ou "zinga".

Alguns trazem no corpo a marca de seu penoso trabalho: chagas abertas no peito e calosidade produzidas pelas "varas" que êles apóiam sôbre o mesmo.

Em rigor, "barqueiro" é o próprio dono da barca. Mas se dá também o nome de "barqueiro" ao preposto do proprietário, o qual costuma ser chamado, em alguns pontos, "encarregado" quando administra a embarcação.

Em geral, os "barqueiros" — e dentro desta denominação poder-se -ia entender todos os que trabalham nas barcas, desde o proprietário até o "remeiro" passando pelo "mestre" — são provenientes das localidades que se salientaram como centros importantes de navegação, ou daquelas cuja desorganização do trabalho teve a fôrça suficiente para compelir os habitantes mais pobres, a uma nova profissão.

A nota característica das barcas do São Francisco reside na proa recurva, terminada por uma cabeça de animal (touro, leão, ou animal fantástico) geralmente bem trabalhada, e indispensável na tadicional embarcação do rio brasileiro. Nessa figura de proa se encontra — para os "barqueiros" — a garantia da barca. A propósito da mesma, há inúmeras lendas. Uma delas diz, por exemplo, que a figura dá três gemidos ao ser inevitável o afundamento da barca... Mas em verdade, até hoje ainda não se conseguiu obter uma explicação segura para aquêles curiosos e sugestivos enfeites de proa.

BURROS DE CARGA*

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

A DISPERSÃO do povoamento do interior do Brasil, desde o início da colonização, e as necessidades do comércio e das comunicações, deram em resultado o uso de transporte em dorso de animal. Tal tipo de transporte não foi de maneira mais decisiva oriundo do afastamento dos centros populosos; determinou-o, antes o tipo de estrada a percorrer. O relêvo acidentado do nosso território contribuiu para que os caminhos fôssem com freqüência íngremes e tortuosos; as florestas eram também sério obstáculo a vencer e as estradas que as atravessavam eram em geral estreitas, com solo escorregadio e pouco consistente, dada a umidade reinante; a pavimentação, quando havia, era feita de maneira rudimentar com pedras irregulares. Assim, entre o carro de boi e o burro, triunfou o último, por melhor se adaptar a tal estrada. O transporte em lombo de muar é, assim, função da precariedade das vias de comunicação e do acidentado do relêvo.

É fácil imaginar-se a importância dêsse transporte, principalmente quando o Brasil não conhecia a ferrovia nem a estrada de rodagem. SAINT-HILAIRE, descrevendo o pôrto de Estrêla de 1819, extremo da estrada de Vila Rica, mostra-se impressionado com o movimento intenso emprestado pelas "tropas" que asseguravam a ligação entre o sertão mineiro e o Rio. Igual movimento, não inferior ao de certas estradas européias da época, observava-se em outros portos-entrepostos, como Guaçu e Pôrto das Caixas.

Na história do transporte no Brasil, ressalta logo, pela sua simplicidade e valor, a bêsta de carga. Ainda, hoje, onde não se conhece ou não se acomoda o automóvel, é a tração animal ou a carga em lombo de muar o meio mais comum de transporte, apesar mesmo da profunda penetração atual do caminhão-automóvel. Quanto à espécie do animal empregado, varia

* São encontrados em outras regiões do país, salientando-se o Nordeste.

com os recursos de cada região. Entretanto, o burro é o elemento preferido, por suportar melhor a crueza do caminho e o pêso da carga.

A "tropa", ou o burro isolado, constitui no interior do Brasil o tipo genérico da circulação geral, para carga: apresenta grande raio de ação e é o mais encontradiço. É um comboio de muitos animais de carga que, conforme o número, é dividido em dois ou mais lotes conduzidos cada um pelo tocador. O condutor-chefe, o tropeiro, muitas vêzes é o proprietário. Êste conjunto, que se desloca em passo lento, desperta logo a atenção pela "madrinha" que vai à frente, adornada de fitas e chapas de metal e fazendo bimbilhar pequenas campainhas ou guizos. O papel da "madrinha" é orientar os outros animais e facilitar a sua reunião após o descanso.

Em certos pontos do país, a "tropa" é empregada nos trabalhos da fazenda. No entanto, a circulação local, de pequeno percurso, é executada, de preferência pelo carro de bois, ao passo que a "tropa", embora seja um meio mais primitivo, é mais usada para circulação geral, a grandes distâncias.

Segundo o professor P. Deffontaines, o "tropeiro" foi o traço de união entre o norte e o sul do Brasil, o sul, plano, campestre e criador, forneceu o elemento necessário para penetrar o norte, acidentado e florestal; Sorocaba, situada em posição propícia, era "a cidade-eixo entre o país da árvore e o da erva, e por isso tornou-se o centro das feiras de animais". Os rios, correndo no sul, da periferia para o centro não ofereciam escoadouro prático para os produtos do interior. Coube êste papel à bêsta de carga, à "tropa". O valor considerável do animal como agente transportador pode ser avaliado comparando-se a escassa quilometragem das nossas estradas de ferro e de rodagem.

A primeira concorrência sofrida por êsse sistema de transporte na grande circulação foi, de certo, o caminho de ferro, e mais tarde a rodovia. Mas, quer os trilhos, quer as faixas lisas das rodovias, não extinguiram a "tropa", que continua a exercer função importante na hinterlândia. Modernamente, a "tropa" atua entre as pequenas cidades, vilas e povoados, convergindo para as feiras.

Na época colonial o muar prestou sempre relevantes serviços. Nas audaciosas arremetidas dos bandeirantes pelo sertão, acompanhava-os o cargueiro. Neste serviço o cavalo foi elemento escasso. Até hoje, passados três séculos, o muar continua junto ao homem nas lutas mais árduas, principalmente no Nordeste, onde o jumento resiste à sêca e auxilia eficaz e pacientemente o homem.

A estampa não focaliza pròpriamente uma "tropa" que, conforme foi dito, é constituída de grande número de animais. Representa caboclos que levam para as feiras os produtos de suas roças, devendo trazer depois aquilo de que mais necessitam. Alguns fazem ainda serviços de empreitada e correio, e distinguem-se pela honestidade e zêlo.

O equipamento do cargueiro é mais ou menos fixo para tôdas as regiões em que é encontrado. A base dêste equipamento está na cangalha: um colchão de palha trançada formando sistema com um aparelho de madeira, que serve para suportar a carga. Como dispositivos complementares, usam-se a cilha comum, para evitar o deslizamento lateral da cangalha, e o rabicho e o peitoral com a função de impedir o avanço livre da carga para diante ou para trás. Aliás, a segurança do transporte reside numa boa distribuição da carga e conseqüente equilíbrio, no que o caboclo é perito.

Conforme o gênero da carga, varia o tipo do seu acondicionamento para o transporte. Assim, a carga pode ser levada em sacos, fardos, em bruacas ou em caçuás. Geralmente os grãos são levados em sacos com a abertura costurada, deitados ao comprido e cintados por uma corda fina que os prende ao cabeçal da cangalha. O algodão é carregado em fardos deitados, e constitui a carga mais fácil de transportar por ser a mais homogênea. A cana, assim como a lenha, vai reunida em pequenos feixes. O caçuá é usado para as cargas mais variadas: o milho em espiga, porcos, galinhas e, no Nordeste, no tempo das sêcas e grandes migrações, até crianças. É um enorme cêsto ou jacá feito de cipó trançado; alguns são tão compridos que quase tocam o solo, razão por que se empregam também os eqüinos neste gênero de transporte. A bruaca é um saco de couro provido de alças, em que o prolongamento de um dos lados serve de cobertura ou fecho. É largamente usado em Mato Grosso, onde o caçuá é desconhecido.

Quando a jornada a vencer é longa e dura alguns dias, o carregamento é protegido por uma lona impermeabilizada para evitar danos por chuva. O condutor apresenta-se também pitoresco: descalço ou de alpercatas; chapéu de couro ou palha; camisa e calça freqüentemente remendadas com chitas diversas; na mão, o rêlho de cabo flexível e corda de couro trançado.

É êste o tipo de transporte e condutor mais comum no Brasil. As necessidades imediatas e a modéstia do meio determinaram um sistema de transporte satisfatório — embora rústico — para a pequena economia que êle movimenta.

CACAUAL*

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

QUANDO LINEU tratou de classificar a árvore do cacau — denominou-a *Theobroma cacao* — não achou, provàvelmente, nada mais sugestivo do que recordar, de acôrdo com a lenda asteca, a origem divina do cacaueiro. Daí *Theobroma*, que significa manjar ou alimento dos deuses.

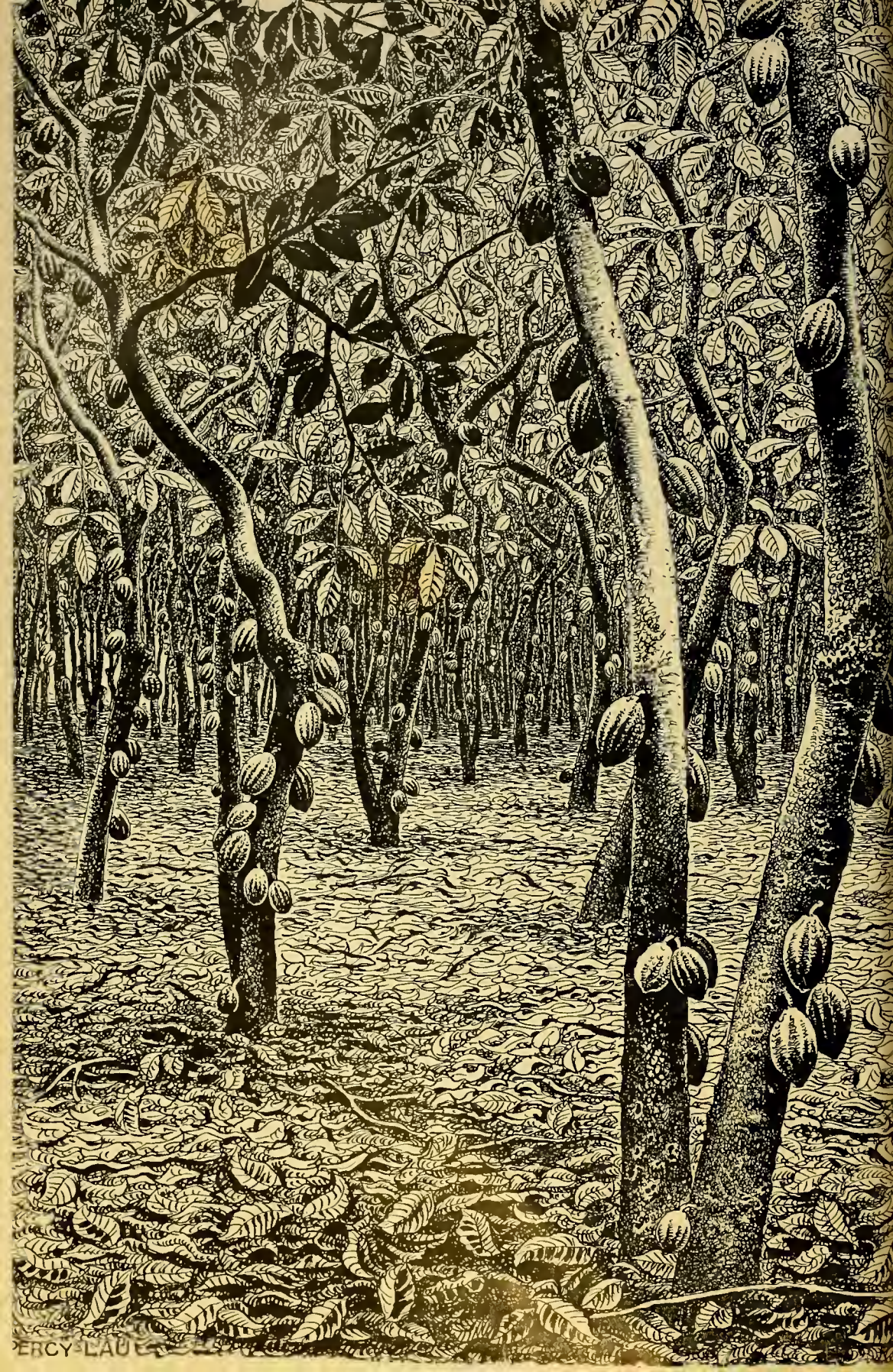
É muito provável que o cacaueiro seja nativo da Amazônia brasileira, tal a espontaneidade e exuberância com que aí se apresenta, encontrando-se ainda, em estado selvagem, na bacia do Orenoco, estendendo-se o seu *habitat* até o México, através da América Central.

A árvore do cacau só teve a sua existência conhecida pelo europeu na fase inicial da conquista da América, quando em 1519, MONTEZUMA ofereceu a CORTEZ um pouco da bebida à qual chamavam chocolate. Esta bebida, preparada à base de cacau, era a princípio uma infusão em água, de uma mistura de cacau, milho e pimenta. Ao tempo de MONTEZUMA, os indivíduos ricos consumiam o cacau puro, adoçado com mel. Por sua vez os europeus aperfeiçoaram o chocolate, reunindo ao cacau o açúcar de cana, e canela ou baunilha como aromáticos. Os indígenas brasileiros também preparavam, à base de cacau, uma bebida vinosa, fazendo fermentar a polpa do fruto.

A difusão do cacau se fêz através da bebida. Sob a forma de chocolate êle foi introduzido em França, em 1659. De Fança, espalhou-se pela Europa.

O cultivo do cacau, no Brasil, teve início no último quartel do século XVII, no Pará. O cacau baiano, segundo consta veio do Pará em 1746, quando um colono francês trouxe as primeiras sementes, que foram plantadas em terras do atual município de Canavieiras. Há, no entanto, afirmativas de que a cultura do cacaueiro na Bahia foi iniciada no município de Ilhéus.

* O desenho reproduz uma fotografia da obra *Brazilian* de PETER FUSS.


PERCY LAU

A partir de 1816, colonos alemães fizeram plantações de *Theobroma cacao* nos municípios de Ilhéus e Canavieiras, espraiando-se a cultura pelos largos vales dos rios e ao longo do litoral. O fato é que o tropical cacaueiro deu-se às maravilhas no sul baiano e VON MARTIUS, quando por aí passou em 1819, salientou a pronta adaptação dessa árvore às condições locais. Nessas tentativas está a origem da atual cultura e indústria baiana do cacau.

As condições ecológicas para a vida útil de um cacaual são umidade e temperatura elevadas, mas não excessivas, e sombra; terrenos de solo profundo, possuindo 1 a 2% de cal e 0,25% de ácido fosfórico e bastante humo. No Brasil, a temperatura exigida pelo cacaueiro, oscila de 24° a 28°C para a média anual, sendo de 18° a 20°C a média das mínimas. A umidade decorrente da proximidade dos rios não basta; ela deve ser assegurada por uma altura pluviométrica anual situada acima de 1 600 milímetros e inferior a 1 800 com uma distribuição anual regular, o que torna a condição umidade um tanto rígida e permite concluir-se que o cacaueiro se desenvolve bem em regiões onde não haja a diferenciação sazonal. Como a temperatura e a umidade são influenciadas pela altitude, temos a considerar ainda êsse terceiro fator, e realmente essa árvore prefere as terras baixas das várzeas.

A exigência de uma temperatura média anual não inferior a 24°C nem superior a 28°C; o requisito de uma pluviosidade entre 1 600 e 1 800 milímetros; a necessidade de sombreamento (céu encoberto ou anteparo florestal); a pequena altitude; a condição de solo humoso e profundo, fazem com que a cultura do cacau se localize, de preferência, no Brasil de clima tropical superúmido (Amazônia) e úmido (litoral baiano e espírito-santense, do recôncavo ao baixo rio Doce). O solo profundo e humoso e a necessidade de sombra situam esta cultura nas terras de várzea e nas regiões florestais: e a altitude limita, sem rigidez, a existência produtiva de um cacaual às cotas de 100 ou 200 metros.

Na Bahia — o maior centro cacaueiro nas Américas — é comum ver-se os cacaueiros subirem os vales dos rios, tanto em função da umidade das terras marginais quanto pela sombra necessária que a floresta próxima fornece, e como pela maior fertilidade do solo florestal. Por isso o desenvolvimento da cultura do cacau é de certo modo preservativo da integridade das matas, salvo quando o processo de plantação consiste preliminarmente na derrubada.

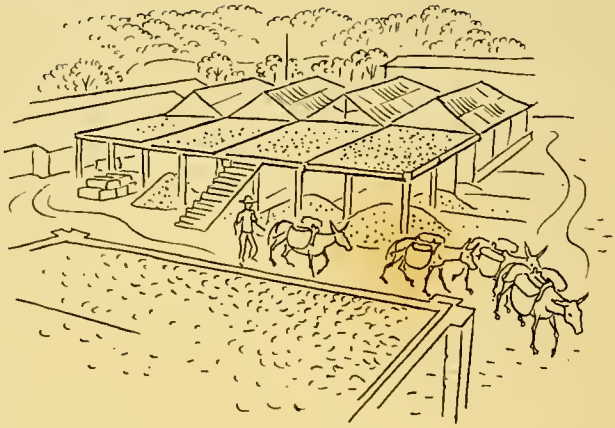
A importância econômica do cacau data de mais de quatro séculos, pois antes da descoberta das Índias Ocidentais por COLOMBO, já os caroços do fruto eram usados como moeda. Mo-

dernamente, o valor do cacau advém da sua qualidade de ótimo alimento dinamogênico e dos produtos que dêle se obtêm na indústria, como sejam o chocolate comercial (à base de cacau), a manteiga de cacau, o óleo, o sabão de cacau, um alcalóide — a teobromina —. e o vinho de cacau, do qual se obtêm álcool e vinagre.

A gravura reproduz o aspecto de um cacaual baiano. Vê-se que a paisagem é de árvores não muito altas, de troncos robustos, ásperos e enverrugados pelos frutos que se lhes prendem pelos pedúnculos. Nota-se ainda que o solo está acolchoado pelas fôlhas caídas, pois o cacaueiro perde os seus órgãos clorofilados duas vêzes ao ano: abril-maio e setembro-outubro. Esta paisagem pode perdurar por muito tempo; é que o ciclo de vida e produção do cacaueiro atinge um século e mais. Na Amazônia e na Bahia encontram-se cacaueiros centenários com produção razoável.

O cacau, dado o seu caráter de alimento energético, é grandemente consumido nas regiões de clima frio, e daí ser um produto de grande exportação para a Europa e América do Norte. O Brasil ocupa o 2.º lugar na produção e exportação mundial do cacau, apenas superado pela Costa do Ouro.

A história do cacau lembra um pouco a do café e a da borracha. Como a do café, a cultura do cacau foi fundamente atingida pela Abolição que marca o declínio dessa cultura na Amazônia. Maranhão e Bahia. Entretanto, houve um reerguimento em favor do cacaueiro e hoje à Bahia correspondem 98% da produção nacional e a produção paraense se distingue pela qualidade. Os estados principais produtores são: Bahia, Pará, Amazonas e Espírito Santo. Anàlogamente à borracha, o cacau também foi grande riqueza econômica da Amazônia. *A Hevea brasiliensis*, a *Bertholletia excelsa* e o *Theobroma cacao* constituem as três grandes esperanças para o reerguimento econômico do vale amazônico no plano vegetal.



CARRO DE BOI*

LÚCIO DE CASTRO SOARES

RÚSTICO, modesto, vagaroso, o carro de boi foi, sem dúvida alguma, um dos fatôres que muito concorreram para o progresso rural do Brasil.

Primeiro veículo de transporte que a nossa terra possuiu, o carro de boi, "afundando o chão" virgem do Brasil-Colônia e Império, nêle escreveu, com os sulcos paralelos de suas rodas pesadas e maciças, os primeiros capítulos da história do povoamento e agricultura nacionais. Ainda hoje, nas pequenas fazendas da nossa hinterlândia, onde, pela ausência de boas estradas a concorrência dos modernos e velozes veículos de carga ainda não chegou, êle continua com a sua morosidade característica, mas sempre utilíssimo, a desempenhar obscuramente a missão multissecular de transportar os produtos da terra dadivosa, dos campos de cultura para as sedes dos núcleos agrícolas.

Na geografia da circulação, no Brasil, pode ser estudado como "a inicial, a primeira velocidade".

Empregado principalmente nos serviços internos das fazendas, o carro de boi é um veículo típico de nossa circulação local. Isso atualmente, nas regiões do Brasil já servidas pela viação férrea e rodoviária. Outrora o era de circulação geral (embora secundàriamente, pois a tropa de muares exercia um papel mais importante) trafegando entre vilas e cidades, varando sertões e cortando os "gerais" das capitanias, províncias e estados. "A via férrea não extinguiu" — observou CALÓGERAS — "apenas encurtou os percursos do carro de boi". A muitas estações, terminais e intermediárias, êle ainda vem trazer a carga pesada que o muar não suporta.

Não exige estradas adrede preparadas para se deslocar: êle mesmo as faz, ora rolando no campo limpo, ora aprovei-

* Espalhado por quase todo o Brasil, é hoje encontrado ainda em grande número na Região Nordeste.

tando a picada da floresta espêssa. Não tem também preferências quanto à natureza dos terrenos e o relêvo não constitui obstáculo para a sua circulação, pois roda em qualquer espécie de solo, seja êle arenoso, lamacento ou pedregoso; é questão sòmente de aumento da fôrça de tração. Daí ser eminentemente prático, pela rusticidade e enorme resistência que o caracteriza. Adapta-se perfeitamente ao terreno áspero, transpondo obstáculos naturais por difíceis caminhos, impraticáveis a outras espécies de veículos.

O carro de boi brasileiro é de origem romana. É o *plaustrum* do Lácio. Quando da invasão da Península Ibérica pelos romanos houve a introdução do carro de boi nessa parte da Europa. Da região do Minho, tal veículo agrário depois de sofrer prováveis modificações, foi trazido para cá pelo colono luso do século do descobrimento. Desde aquêle tempo quase nada mudou em suas linhas gerais. Salvo pequenas alterações de caráter regional, continua a ser o mesmo de há 400 anos. "É um elemento vivo" — diz Câmara Cascudo —, "recordando a manhã colonial, com as características que o governador Tomé de Sousa podia ter notado".

Todo de madeira, compõe-se de duas peças principais: o estrado e o conjunto roda-eixo. O estrado, gradeado ou de planchas de madeira justapostas, é retangular, apresentando na parte dianteira um varal ou lança — o "cabeçalho". Em cada borda do estrado, são fincadas varas roliças — os "fueiros" —, que amparam lateralmente a carga. As rodas, em número de duas, geralmente maciças por vêzes com recortes semilunares, elípticos ou losangulares, são de madeira rija, altas e pesadas, protegidas por um aro de ferro quando rolam em terreno pedregoso. Estão sòlidamente encaixadas no eixo-móvel, que gira entre quatro peças de madeira — os "cocões" —, embutidas no estrado (duas de cada lado) que se apóia sôbre o eixo pelos "calços". Entre o calço e o eixo, é colocado um indispensável suplemento — a "cantadeira" — untada com uma pasta de sebo e pó de carvão, para fazer o carro gemer, quando atritada durante a marcha. "Carro que não canta não presta. Não é carro"!... O seu gemido característico, ligeiramente modulado, constitui motivo de orgulho para o carreiro que não o dispensa nunca.

A fôrça de tração é fornecida ùnicamente por bovinos, dispostos dois a dois — as "juntas" —, cujo número varia com o pêso da carga, natureza do solo e topografia da região. As juntas são unidas pelas "cangas", que, por sua vez, são ligadas ao cabeçalho, por varais articulados — os "cambões". Tiras de couro — as "tamboeiras" — ligam o cambão ao cabeçalho e os cambões entre si. A canga repousa sôbre a nuca dos bois,

prendendo-os pelo pescoço, que fica entre dois bastões perpendiculares, atados ou embutidos na canga — os "canzis" —, cujas pontas inferiores são ligadas por uma fita de couro — a "brocha" — passada pela barbela do animal. Atrelada ao cabeçalho fica a "junta-mestra" ou do "pé-do-carro" ou "junta-de-coice", a mais importante de tôdas, pois além de abrir a marcha, sustenta grande parte do pêso do carro. A que se lhe segue é chamada "junta-forte" e as outras "juntas-de-frente".

O boi de carro é forte, musculoso e extremamente dócil. Dois são os seus condutores: o carreiro e o candieiro. O primeiro caminha ao lado do carro, mantendo o ritmo vagaroso da andadura dos bois, ora gritando pelos seus nomes, ora picando-os com o "ferrão" — ponta de ferro prêsa à extremidade de comprida vara — a "aguilhada" — que êle traz constantemente ao ombro. O segundo, geralmente um menino ou rapazelho, também munido de aguilhada, vai à frente da junta dianteira ou "da-guia", dando a direção da marcha.

O carro de boi transporta qualquer espécie de mercadoria. Na ilustração, vemo-lo carregado de lenha. Quando se trata, como neste caso, de carga miúda ou formada de pequenos pedaços, costuma-se ligar as pontas dos fueiros com tiras de couro que servem para prender a carga, amarrando-a sòlidamente. Para o transporte de grãos, os espaços entre os fueiros são fechados por largas faixas de couro, por tabuado ou por entrançado de bambu.

De utilidade múltipla, seus préstimos são solicitados em tôdas as ocasiões. Assim, apesar de ser um veículo destinado ao transporte de mercadorias, o carro de boi também conduz pessoas; enquanto, nas longas viagens pelo interior — acrescenta Moacir Silva — os homens vencem as distâncias utilizando-se do cavalo ou do burro, êle conduz enfermos, velhos, senhoras e crianças, devidamente guarnecido com uma cobertura de esteira ou de lona, a fim de resguardar os passageiros contra as intempéries.

O carro de boi e o carreiro têm enriquecido grandemente o nosso folclore, fornecendo interessantes e variados temas para as pitorescas e expressivas toadas sertanejas.

A carretera platina, carro de boi do pampa, que como o nosso, também foi inestimável fator de povoamento e desenvolvimento econômico, quando da colonização da região do Prata, mereceu belíssimo monumento na formosa capital uruguaia. O utilíssimo carro de boi brasileiro, já celebrizado por Pedro Américo na tela da Independência, ainda espera esta consagração.

CARVOEIRO*

ELZA COELHO DE SOUZA

NO BRASIL, onde escasseia o carvão mineral limitado a poucas jazidas no extremo sul do país, tem sido intensa a devastação da sua riqueza florestal, utilizada, indiscriminadamente, para a produção de lenha e de carvão vegetal destinados ao consumo doméstico, às fábricas e estradas de ferro.

O carvão vegetal provém da combustão da madeira ao abrigo do contacto com o ar. Tanto são aproveitadas para sua produção as matas virgens, como as capoeiras formadas após os desflorestamentos, não havendo preocupação alguma de seleção das madeiras.

A preparação do carvão vegetal pode ser feita por dois processos: o primitivo, de carbonização da madeira em "balões" e o processo mais científico de carbonização em cilindros fechados constituídos de lâminas de ferro.

Mais generalizado, apesar de mais rudimentar e antiquado, é o primeiro dêles. Aspecto comum nas regiões de explotação de carvão são os "balões", fumegantes uns, já apagados outros, nas "praças" abertas no meio da mata, onde os troncos calcinados atestam a ação destruidora do homem. A esta atividade explotadora liga-se um tipo interessante, o carvoeiro.

Diferentes tarefas na preparação do carvão vegetal exigem do carvoeiro uma atividade intensa, sem interrupção e sem descanso.

Encarregando-se de alguns alqueires da mata arrendada pelo "empreiteiro", que é o empregador, o carvoeiro munido da foice dá início ao seu trabalho fazendo a "roçada", para limpar o terreno dos pequenos arbustos.

Segue-se a "derrubada", em que êle de machado em punho com tôda a energia, põe abaixo as árvores, cuja madeira será transformada em carvão. Para produzir três sacos e meio de carvão precisa, no mínimo, de 1 metro cúbico de lenha.

* É encontrado também em outras regiões do Brasil.

PERCY LAU

Dez dias após, depois de sêcas as fôlhas, pequenos arbustos e ramagens, faz êle a "coivara" para limpar o terreno, pois o fogo alastrando-se vai consumindo os elementos de fácil combustão. Depois de extinto, estando apenas chamuscada a madeira das ávores abatidas, o carvoeiro passa a "traçar" a lenha, isto é, a cortá-la em pequenas toras de cêrca de um metro de comprimento. Dêste modo, termina a preparação do combustível dos "balões".

A lenha, assim preparada, é transportada para a "praça", local já preparado a enxada e ancinho, situado geralmente no sopé de um morro ou colina. Às vêzes, porém, a "praça" é preparada mesmo na encosta do morro, fazendo-se um revestimento com paus roliços ou varas, que cobertos de terra formam o terreiro apropriado. Geralmente, tem cêrca de 5 a 8 metros de circunferência.

É deveras interessante a técnica de construção dos "balões" para a queima da lenha.

Com as toras de menor tamanho o carvoeiro arma uma espécie de funil que se vai alteando até 2 metros de altura. Ao redor do funil é empilhado todo o resto da lenha em sentido vertical. Ao centro fica uma cavidade, a chaminé central, por onde é lançado o fogo para queimar a lenha.

O "balão" assim preparado é enchido com palha, fôlhas e capim sêco, com o que é também envolvido por fora. O revestimento externo do "balão" é feito com terra.

Surge assim a "carvoeira", que o caboclo no seu linguajar chama de "caeira". Está, então, pronta para receber o fogo. Vai começar a transformação da madeira em carvão, sendo o fogo introduzido pela chaminé central.

Como ventiladores o carvoeiro abre na base da "caieira", uma série de orifícios, "suspiros" ou "espias", por onde penetra o ar livre. Novos ventiladores são abertos à medida que a lenha vai sendo queimada e para isto tem que estar o carvoeiro vigilante.

A combustão leva geralmente dois a três dias e não deve ser muito rápida, o que redundaria na perda do "balão". Quando o fogo está muito violento, para abrandá-lo, o carvoeiro coloca pela chaminé pequenos tacos de lenha, as "comidas do balão", utilizando-se para isto de uma escada feita de varas.

Às vêzes, para evitar o escorregamento da terra dispõe êle na parte externa do "balão", moirões verticais que sustentam outros horizontais.

Quando a fumaça de negra e espêssa, a princípio, se torna azulada, já sabe o carvoeiro que a combustão está no fim. Êle, então, afoga a "caieira" e espera calmamente que os últimos restos do braseiro desapareçam.

Munido de pá, peneira e ancinho inicia o serviço de peneiragem, separando o carvão da terra da "caieira".

Em seguida tem êle que ensacar tôda a sua produção. Na "praça" mesmo, ao lado da "caieira" apagada e desfeita, o carvão é ensacado.

A produção dos "balões" varia bastante: a área de 30 pés de diâmetro regula 100 sacos de carvão de capoeira e mais, quando é de mata virgem.

Geralmente o carvão é vendido aos cargueiros e tropeiros, que nas suas tropas de burro transportam-no do meio da mata para a cidade onde será vendido. Às vêzes, o carvão é adquirido por intermediários que o transportam em caminhão.

Outras vêzes, ainda, são os próprios carvoeiros que partindo de madrugada de seus sítios vão à cidade vender o produto de seu trabalho. Muitos carvoeiros trabalham por conta própria, sendo que outros trabalham para "empreiteiros".

Um bom carvoeiro produz cêrca de 80 sacos de carvão por mês.

O carvoeiro vive sempre no mato, em grande isolamento, morando em tôscas palhoças de pau-a-pique de palmito, cobertas de sapé, sem nenhum confôrto e higiene. Alguns dêles, quando o dono da terra permite, têm suas pequenas plantações e criações. Mas, o mais comum é nada plantarem, adquirindo tudo na cidade mais próxima.

Muitas vêzes, ao pé do pobre casebre depara-se uma "carvoeira" minúscula, fumegante. É o brinquedo dos filhos do carvoeiro.

A produção do carvão vegetal, o qual se apresenta como combustível barato e indispensável entre nós, pesa, no entanto, enormemente sôbre a nossa riqueza florestal, acarretando a destruição sistemática das matas e capoeiras, com tôdas as conseqüências daninhas decorrentes do intenso desflorestamento.

COSTEIRAS

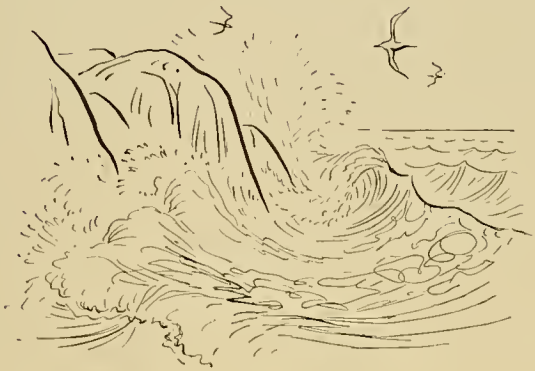
NELSON WERNECK SODRÉ

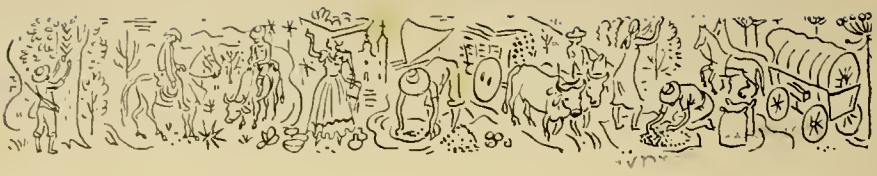
À PROPORÇÃO que se desenvolve, do sul para o norte, vai a serra do Mar, em território paulista, aproximando-se do oceano. Em Santos, não dista mais que vinte quilômetros do litoral, deixando uma reduzida faixa de baixada, em que se desenvolve o lagamar santista. Continuando para o norte, avizinha-se ainda da costa e cola-se a ela, desde o contraforte de Juqueriquerê. O desenho litorâneo, daí por diante, apresenta-se como curioso recorte de pequenas baías e enseadas, separadas por pronunciados avanços dos esporões sôbre as águas. Já não se encontram as longas praias do litoral sul, com as suas dezenas de quilômetros. Aqui, sucedem-se as enseadas e "costeiras". À enseada de Caraguatatuba, sucede-se a "costeira" da Laje; à praia de Maçaguaçu, sucede-se a extensa "costeira" que a gente local apelidou serra da Lagoa. Daí por diante, o rendilhado das baías é ainda mais pronunciado e as "costeiras" adquirem fisionomia abrupta, entrando fundo pelo mar e não raro pontilhando-o de ilhas. As baías do Mar Virado, da Fortaleza e do Flamengo, que contêm, no fundo, pequenas praias, são separadas por "costeiras" estreitas, longuíssimas, que as isolam, aparecendo as ilhas do Mar Virado e Anchieta, prolongando aquelas "costeiras". Depois da praia das Toninhas, surge a agreste "costeira" da Ponta Grossa, após a qual se desenvolvem as baías de Ubatuba, de Ubatubamirim e de Picinguaba, separadas por outras tantas "costeiras", estas ainda prolongadas em ilhas como as do Promirim, dos Porcos Pequenos, Comprida e das Couves.

Altas, abruptas, caindo sùbitamente sôbre as águas, contornadas por lajes lisas e enormes, resultantes do intenso trabalho das ondas, apresentando cotas, junto ao mar, de cem, duzentos, trezentos e até mais metros, cobertas quase sempre de vegetação de porte, as "costeiras" marcam fortemente o desenho dessa costa pontilhada de enseadas, separando as baías e reentrâncias, isolando-as e forçando as suas comunicações pelo mar,

mas também protegendo-as do vento e da ação do oceano. Aprofundando-se bastante, dentro das águas, fecham aquelas enseadas e baías, em que deságuam os curtos e correntosos cursos que descem da serra próxima. Com material trazido por tais correntes, o mar vai operando, no fundo das baías, o seu esfôrço considerável, acentuando ou adoçando o desenho, conforme o terreno se apresente.

As populações locais escolhem, de preferência, os cantos das praias e enseadas, protegidos pela "costeira" vizinha e à beira de algum ribeirão. Nesses cantos, quase sempre a ação modeladora do oceano proporcionou a existência de estreitas baixadas, em que se desenvolve o "jundu". Isolados pelas "costeiras" abruptas, de um lado, e pela mata de porte da serra, de outro, tais núcleos humanos vivem da pesca e de reduzida lavoura de subsistência. As necessidades da pesca, entretanto, podem levar os moradores a percorrer as "costeiras", quer quando os cardumes de tainhas exigem, pela sua posição, que o cêrco se feche sôbre elas, quer quando da pesca individual. Há que aproveitar-se, então, dos "saltadores", se fôr o caso de desembarcar de canoas, — onde o movimento das águas é vertical. Quando vem o "jazigo", isto é, a onda mais forte leva a canoa em seu dorso até a altura do saltador, é preciso saltar ràpidamente e firmar o pé no assento de pedra.





FAISCADORES*

José Veríssimo da Costa Pereira

AINDA hoje, sobretudo em certas regiões do Pará, Amapá, Guiana Maranhense, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, constitui o ouro o eixo em tôrno do qual gira incessantemente tôda a vida de pequenas povoações que, em pleno século XX fazem reviver condições de trabalho e de meio social em tudo bem semelhantes às das povoações do mesmo gênero estabelecidas há dois séculos passados em pleno coração do Brasil.

Contribuindo em média com 50% da produção aurífera total do país, a "faiscação", ou seja a mineração representada pelos trabalhos rotineiros dispensando a aparelhagem mecânica e realizados nas aluviões ou cabeças de filão, constitui efetivamente um dos mais importantes horizontes de trabalho para todos aquêles que, fascinados pelas perspectivas risonhas de enriquecimento fácil, buscam as mais longínquas paragens do Brasil com a esperança e a ambição de uma rápida melhoria de seu nível de vida no futuro.

A mineração rudimentar tem assegurado ainda por muitos anos, no Brasil, rendoso horizonte de trabalho pois que até o presente não se acham devidamente estudadas muitas aluviões auríferas de regiões desconhecidas.

Como atividade lucrativa a "faiscação" sujeita-se, porém, naturalmente, a circunstâncias outras entre as quais figuram o elevado valor do ouro em relação à nossa moeda atual e a situação mundial do próprio ouro como base de sistema monetário.

A permanência da "faiscação" do ouro como atividade humana compensadora fica, dessa maneira, na dependência, outrotanto, das circunstâncias humanas há pouco apontadas.

Todavia, no caso particular do Brasil, é de se supor que ainda por muito tempo haverá margem bastante ampla para o trabalho de "faiscação" com perspectivas rendosas, sobre-

* São encontrados também em outras regiões do país.

tudo, se se considerar as regiões onde existam filões possantes, capazes de fornecer, como em Jocobina, na Bahia, um tipo de atividade em escala francamente industrial, e, outrossim, variados horizontes de trabalho facilitados pela presença de pequenos veios, a que se ajuntem, por outro lado, circunstâncias locais propícias como a excelência do clima.

Onde quer que apareça, o ouro, com efeito, atrai logo homens às centenas, e, como corolário do espírito de aventura próprio dos "faiscadores", surgem imediatamente, como por encanto, às margens dos córregos auríferos ou na meia-encosta dos vales, pequenos núcleos humanos caracterizados quase sempre pela precariedade, pela instabilidade das instalações e também por uma vida realmente efêmera.

Distribuídos dispersamente segundo a maior ou menor riqueza dos rios auríferos, êsses núcleos de população lembram, por suas características, as "corrutelas" dos garimpeiros, outro tipo de trabalhadores que atuam longe na faixa pioneira da mineração rudimentar, mas extraindo diamante com os quais se não confundem os "faiscadores" pròpriamente ditos.

Não obstante os esforços oficiais já empregados no sentido de regular a atividade da "faiscação" e da "garimpagem", bem como no interêsse de definir corretamente ambas as atividades, em muitos trechos do interior ainda prevalece uma terminologia confusa segundo a qual "faiscação" é a mesma coisa que "garimpagem", "faisqueira" tem o mesmo sentido que "garimpo" e, finalmente, "faiscador" é sinônimo de "garimpeiro"... A distinção, assim, das respectivas profissões torna-se extraordinàriamente difícil e, nesta emergência, os "faiscadores", sobretudo nos pontos mais afastados, continuam a levar a sua tradicional vida de improvisos e aventuras, rica de características arraigadas, sobremaneira, no âmago de nossa história do povoamento.

O horizonte de trabalho dos que vivem uma tal vida de especulação é, no fundo, um presente da atividade erosiva que, atacando durante anos seguidos os quartzitos auríferos e diamantíferos do planalto brasileiro, acabou por espalhar na superfície, depósitos de ouro e diamantes, tanto na forma de grupiaras quanto na de areias e cascalhos, carregando-os também para o leito dos cursos d'água.

E se a mineração de ouro no Brasil foi o fruto da atividade bandeirante, que, em meados do século XVIII chegou ao seu apogeu, então, à descoberta do ouro de aluvião no sul da serra do Espinhaço, em Minas Gerais, durante os últimos anos do século XVII, deve-se o milagre da transformação dos primitivos bandeirantes em caçadores de metal precioso e pedrarias, muitas vêzes, revestidos do tipo daquele que Bilac celebrizou em

imortal poema. Nesse sentido, como diria PESCHEL para tôda a América, foi o ouro ou a ilusão do ouro, que, se não povoou de todo o interior brasileiro, fê-lo pelo menos em inúmeras de suas extensões. A mineração chegou mesmo a criar, como se sabe, uma fisionomia especial para as regiões centrais de Minas Gerais e Bahia, havendo fora dêsse ambiente apenas alguns núcleos de importância relativamente pequena, no sul de Goiás e Mato Grosso, no Brasil Centro-Oeste e no Ceará, já no Brasil Nordeste.

Fator decisivo na conquista do nosso interior, o ouro sempre estêve ligado assim à história do Brasil, desde o momento em que constituiu a preocupação inicial dos colonizadores até a internação dos bandeirantes; desde o povoamento rápido dos sertões distantes até a chegada, às minas, das levas de trabalhadores negros africanos; desde a abertura das estradas de São Paulo e Rio para Minas Gerais — de que foi a causa — até o povoamento posterior do vale do Paraíba, com a conseqüente abertura do nosso ciclo econômico do café, salvando populações inteiras dos efeitos imprevistos da decadência das minas.

Ainda hoje o ouro é responsável pela dispersão, no país, de cêrca de 50 mil homens, vivendo do trabalho dessa mineração rudimentar das areias e cascalhos auríferos, segundo normas e regime de ocupação perfeitamente distintos daqueles que se verificam, de ordinário, nas zonas mais adiantadas da mineração industrial.

Em geral, em seu trabalho anônimo, árduo e penoso, o "faiscador" labuta o dia inteiro sob um sol inclemente, com uma fibra de lutador intimorato e incansável na conquista cada vez mais difícil do próprio pão de cada dia.

Aos primeiros raios de sol, na faina diária, já se encontra forte, bem disposto, com a sua côr bronzeada e seu enorme chapéu de palha, bateia em punho, partindo em busca das "faisqueiras", onde lavará os cascalhos, encherá a bateia de areia e pedregulho miúdo para obter, possìvelmente, o ouro, após um batear incessante, nu da cintura para cima, indiferente aos raios causticantes do sol e imune à baixa temperatura das águas.

A apuração do ouro, aliás, não é fácil tarefa e, quase sempre, é agravada pela presença de minerais de ferro de densidade elevada.

Como o objetivo principal na extração do ouro de aluvião consiste em obter um concentrado tão rico quanto possível, torna-se evidente a precariedade do trabalho de reconcentração por intermédio da bateia, pois que, permitindo estas perdas inevitáveis e consideráveis baixas no rendimento da extração,

sobretudo, o problema da vida na região das "faisqueiras" acaba por se agravar nos locais onde existam minerais pesados e areias pretas, onde mesmo instalações mecânicas não conseguem real eficiência quanto ao rendimento de ouro.

Sem atender a considerações de ordem técnica, mas apenas a uma ligeira informação acêrca dos aparelhos e dispositivos usados pelos "faiscadores" a fim de extraírem o ouro de aluvião, pode-se dizer que nos depósitos aluvionários do Brasil, principalmente nos que se caracterizam pela presença dos referidos minerais pesados e areias pretas, como sucede perto de General Carneiro, em Minas Gerais, ou ainda nesse estado, nas aluviões de Santa Bárbara, muito poucas instalações conseguem efetivamente grandes resultados práticos, como é possível esclarecer-se lendo o trabalho de Djalma Guimarães, intitulado *"Informações sôbre Aparelhos e Dispositivos para Extração de Ouro de Aluvião"*, 3.ª edição, 1942, avulso 51, Divisão de Produção Mineral, Rio de Janeiro.

De resto o problema não é fácil por isso que nem sempre se apresenta o ouro do mesmo modo segundo as regiões. Tal apresentação pode ser em pepitas, em palhêtas, em pó fino e mesmo em caráter misto, isto é, "parte pulverulento e parte em pepitas ou lamelar", como elucidou Djalma Guimarães.

No louvável intuito de orientar o "faiscador" ou prospector de pequenos recursos financeiros, a Divisão do Fomento da Produção Mineral fêz estudar os tipos de instalação mais adequados à natureza das nossas aluviões onde o ouro, como se viu antes, aparece comumente sob o caráter misto.

Aliás, em suas publicações referem-se quase sempre os entendidos, à dificuldade de se instruírem tècnicamente os "faiscadores" e mesmo pequenos prospectores, preparando-os no sentido de utilizarem eficientemente certos tipos de instalação, mais evoluídos que a simples e tradicional bateia mecânica, providos, por exemplo, de células de flutuação para a recuperação de ouro finíssimo.

Nestas circunstâncias é natural que os "faiscadores" continuem a usar as tradicionais caixas rudimentares de lavagem de aluvião aurífera, — como se vê na gravura —, difundidas por todo o país, particularmente na região nordestina em Piancó, por exemplo, ou em certas zonas da Baixada Maranhense.

Antigamente — segundo Augusto de Lima Júnior — os "faiscadores" para concentrarem o ouro muito fino, depois de terem retirado da bateia o material mais grosso, deixavam apenas a lama, onde sobrenadava o ouro em pó finíssimo. Ajuntavam, então, água contendo suco de fôlhas de maracujá-açu, jurubeba, erva-de-sant'ana ou matapasto, que faziam o ouro

precipitar-se imediatamente no fundo da bateia. Para êsse fim, acrescentou RICHARD BURTON, usavam aguardente bruta ou suco de pita ou ainda uma infusão de plantas chamadas capoeira ou itambamba.

Para a explotação de maior vulto é comum o "faiscador" juntar-se a alguns companheiros, utilizando a "canoa", que é uma herança dos tempos coloniais.

Consiste numa escavação em forma de canal, que conduz a água até um fôsso retangular de 1 metro a 1,5 metro de comprimento por 0,50 centímetros ou 0,60 de largura.

O fundo é inclinado no sentido da correnteza, terminando numa bica. Debaixo desta é colocado um couro curtido com os pêlos voltados para cima, contra o sentido da água ou então, baeta, espécie de pano grosseiro, afim de reter o ouro.

Lançado o cascalho ou a areia aurífera na entrada ou cabeceira solta-se a água contida no pequeno reservatório e com pares de forquilha ou almocrafe remexe-se o material a ser lavado. Os detritos e impurezas são assim postos fora da canoa, levados pela fôrça da correnteza. O ouro mais pesado permanece agarrado aos pêlos do couro ou à baeta, os quais, de vez em quando, são retirados e lavados em água limpa, colhendo-se o ouro.

Outro processo é o "bolinete", cujo método de trabalho é o mesmo da "canoa", sendo êste aperfeiçoado com grossas tábuas e aproveitadas as quedas d'água para lavagem.

Entretanto os faiscadores não se limitam a explotar apenas o leito dos rios para a retirada fácil do ouro de lavagem. Também os tabuleiros e grupiaras são revolvidos na ânsia de descobrir cada vez mais ouro. Depois de retirada a camada superior de terra, o cascalho é, às vêzes, transportado nos "carumbés" até as "canoas", "bolinetes" ou "tanques de lavagem", para onde a água é levada em regos, através de grandes distâncias pelos flancos das montanhas.

Mais comum entretanto, para a explotação das grupiaras é a abertura das "catas", que sem técnica e desordenadamente são cavadas ao redor do lugar onde se descobriu a primeira palhêta de ouro. Geralmente, são retangulares, mas há também catas quadradas e circulares.

O desmonte da "massa rica" (camada de rocha aurífera) é feito a picareta, enxada e alavanca. Da cata, a "massa" é levada em carro de boi, em sacos de aniagem ou nos carumbés para um córrego, onde o ouro é lavado e apurado pelos processos de "canoa" e "bica".

Esgotada a "cata", os mineradores abandonam o local deixando, após si, uma esteira de montes intermináveis de cascalho, que dão à região um aspecto melancólico de aridez.

A faiscação não constitui um tipo de mineração particular. Nos lugares em que se torna única fonte de receita, quer seja nas zonas de mineração dos rios Oiapoque, Caciporé, Gurupi, Maracaçumé ou dos rios da Bahia e Minas Gerais: Itapicuru, de Contas, Jequitinhonha, das Velhas ou Paraopeba, condiciona sempre um regime social e um gênero de vida peculiar.

Os faiscadores, pela dificuldade de serviço, raramente trabalham sós. Associam-se a companheiros, ou então, são financiados por alguém que possa arrostar com as despesas.

Quando as minas são de propriedade particular êles pagam uma determinada quantia por mês para terem o direito de explotá-las. Em Paracatu, o arrendamento era de Cr$ 6,00 até pouco tempo.

Êste arrendamento é pago adiantadamente pelo comprador do ouro que fornece ao faiscador, seu freguês de venda, um cartão, que lhe permite trabalhar, sob sua responsabilidade onde quiser. Em alguns lugares, como Paracatu, (Minas Gerais) dentro do perímetro da municipalidade, a Prefeitura nada cobra aos faiscadores, trabalhando êstes independentemente.

Como acontece com o garimpeiro, o faiscador é com freqüência, auxiliado pela mulher, que corajosamente arrosta tôdas as dificuldades, e até mesmo pelos filhos. É um regime de trabalho de que todos podem participar.

Esta facilidade de arranjar trabalho traz, como conseqüência, o abandono da lavoura. Estabelece-se uma corrente do campo para as minas, onde a possibilidade de ganhar dinheiro e de levar uma vida cheia de imprevistos, exerce uma atração irresistível sôbre os homens ambiciosos e de espírito aventureiro.

Dêste modo, até mesmo os gêneros de primeira necessidade têm de ser trazidos de longe para o consumo da região mineira.

O "faiscador", na sua extrema mobilidade, sem a mínima preocupação de confôrto, estabelece à margem dos córregos auríferos ou nas proximidades das grupiaras, pequenos povoados, em que as habitações construídas desordenadamente, não são mais do que miseráveis palhoças de pau-a-pique cobertas de palha. Tais povoados têm muitas vêzes, uma vida efêmera.

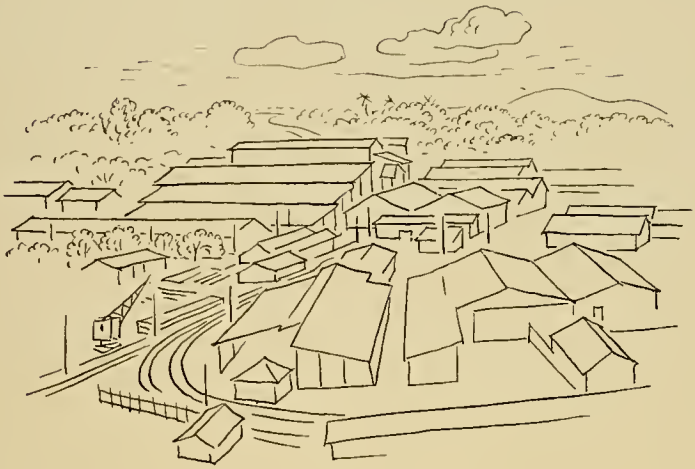
Enquanto existe ouro, a atividade é intensa, mas desde que comece a escassear, os faiscadores vão abandonando pouco a pouco o povoado, em pouco tempo, transformado em ruína.

Com freqüência, porém, os primitivos núcleos mineiros, quando situados favoràvelmente, crescem e progridem, observando maior regularidade na disposição das casas, maior confôrto na sua construção e, o que é muito importante, desenvolvendo intensa atividade comercial.

"Nas regiões auríferas estabelecem-se organizações comerciais poderosas com base na capital do estado ou em cidades próximas, que por intermédio de seus agentes — os pequenos comerciantes estabelecidos nas minas — adiantam mercadorias aos faiscadores e drenam para sua sede todo o ouro produzido", escreveu o Eng. HENRIQUE CÁPER ALVES DE SOUSA. Algumas vêzes, entretanto, o ouro é pago em moeda corrente. Em alguns lugares do interior do Brasil como em Paracatu, ainda se aplica para a compra do ouro, o processo antigo usado na época colonial, de oitavas e vinténs. Não só se conservaram os métodos de trabalho, como o próprio sistema de compras.

O maior comércio do ouro é feito aos sábados, ao cair da tarde, quando os faiscadores, vendendo o seu ouro e fazendo as suas compras, enchem o povoado de vida, animação e atividade.

Brasileiros de todos os rincões se irmanam no mesmo regime de trabalho e dotados de extraordinária capacidade de penetração, os faiscadores de hoje tal como seus antepassados, os faiscadores-pioneiros do século XVIII, contribuem para o povoamento de regiões distantes e inexploradas do nosso país.



FAVELAS

ELOÍSA DE CARVALHO

É CURIOSO observar a evolução do significado da palavra "favela", Segundo LAUDELINO FREIRE, designa um arbusto da caatinga baiana *Enterolobium ellipticum*, que deu nome a um morro que se tornou célebre na campanha de Canudos, em 1897. Os barracões construídos no morro da Providência, perto da Estrada de Ferro Central do Brasil, para abrigar os soldados que voltaram ao Rio depois da campanha, chamados "favelas" pelo povo, foram, depois de seu retôrno aos quartéis, vendidos e alugados à população pobre da cidade, passando o morro a chamar-se Favela, tal como o seu homônimo baiano. Em seu livro *"Habitações Populares"* publicado pela Imprensa Nacional em 1906 o então engenheiro da Prefeitura EVERARDO BACKHEUSER, chama a atenção para o problema surgido — a procura dêsse morro pela população da cidade, que o buscava em virtude de demolições de casas e abertura de ruas realizadas com o fim de zelar pela higienização e embelezamento da mesma. O problema é, pois, antigo e o nome favela tornado substantivo comum, é encontrado nos dicionários como "conjunto de habitações populares tôscamente construídas e desprovidas de recursos higiênicos".

Desenvolvida entre planícies e apertada entre morros, a cidade cresceu ocupando aquelas e fugindo a êsses; o morro foi deixado de lado enquanto a habitação não constituiu problema que alarmasse o carioca. Chegou, porém, o momento em que parte da população da cidade foi obrigada a se amontoar em hotéis, pensões e casas de cômodo, enquanto outra parte, a menos favorecida, passou a subir os morros, nêles estabelecendo agrupamentos de casas a que denominamos favelas. Êsses casebres que abrigam os elementos mais pobres da população da cidade, não se restringem mais, entretanto aos morros da Mangueira, da Providência, do Cantagalo, mas, zonas planas, abandonadas ou ainda desocupadas, vêem repentinamente aparecer e como que se multiplicar, as favelas, tanto mais nu-

Percy Lau

merosas quanto maior a facilidade de transporte. Nos morros, nota-se maior concentração nas partes mais baixas, rareando as construções à medida que se vai subindo.

As favelas surgem ocupando terrenos "de ninguém", da Prefeitura ou da União e, muitas vêzes, em terrenos alugados. Há casos de grandes áreas pertencentes a particulares serem divididas e alugadas. Cada parte é novamente dividida e alugada a terceiros que após nova divisão começam a construir os "barracos" para alugar, cobrando por êles entre Cr$ 50,00 e Cr$ 500,00 mensais. Aproveitando restos de prédios demolidos, os "construtores" erguem-nos da noite para o dia, conseguindo muitas vêzes vendê-los aos incautos, por preços que variam entre Cr$ 2 000,00 e Cr$ 10 000,00. Outras vêzes é o próprio dono o construtor do "barraco" em que mora, e que êle procura melhorar e aumentar na medida das possibilidades.

Os barracos são, de modo geral, construídos de tábuas de caixote e pedaços de lata, havendo-os, também de sopapo; a cobertura de fôlhas de zinco ou, ainda, de lata, é protegida por grandes pedras que a impedem de voar quando o vento é forte. Sôbre o chão de terra é usualmente colocado um estrado de ripas de madeira que isola a cama ou o que lhe faz as vêzes, entre os menos favorecidos. Uma porta e uma janela arejam e permitem o acesso ao barraco que parece, por vêzes, enterrado no chão, sendo necessário vergar-se um pouco a cabeça para nêle penetrar. No mesmo cômodo que serve de quarto, em geral escuro devido à fumaça, a um canto há uma pequena mesa sôbre a qual é colocado o fogareiro de carvão. Pendurados à parede ou em pequenas prateleiras, ficam os utensílios de cozinha, misturados com réstias de cebola, retratos e imagens de santos.

Um ou outro barraco possui duas peças — sala e quarto, vendo-se de vez em quando um mais bem arranjado, tendo armário de roupa, mesa e até rádio. São, porém, desprovidos das menores exigências de confôrto e higiene, não possuindo água (a não ser a da chuva que entra pelas frestas), nem sistema de esgôto. Os barracos amontoam-se uns ao lado dos outros deixando entre si espaços exíguos que constituem ruas, nas quais existem, de modo geral, vala onde é jogada a água, restos dos despejos caseiros e onde pululam mosquitos.

A água é um problema sério para o favelado. Quando existem bicas, a população faz filas para encher as latas e levá-las para casa. Às vêzes, um poço ou uma "mina", nas favelas situadas em morros, torna-o menos premente.

A luz é também obtida de maneira interessante; certos indivíduos conseguem para si instalação elétrica; estabelecem, porém, uma cabine para redistribuição de fôrça a 200 ou 300

casas cobrando uma quota pelo "benefício" prestado. Acontece, porém, que, em virtude da instalação deficiente, há sempre necessidade de consertos, sendo obrigados a contribuir para os mesmos os "beneficiados".

As favelas possuem uma vida inteiramente à parte do resto da cidade. A luz e a água são, como vimos, obtidas de maneira *sui generis*. Elas possuem até mesmo casas de negócio, as "biroscas", espécie de armazéns que vendem sem pagar impostos, açougues, casas de ferragem e até consultórios médicos.

Algumas vêzes os habitantes promovem bailes, cuja entrada é cobrada mesmo às mulheres, com o fim de financiar escolas e postos de assistência social dirigidos por êles próprios e que servem a interêsse de terceiros.

E é nessas condições que vivem, segundo as estatísticas, 280 000 habitantes da cidade do Rio de Janeiro, sendo metade desta cifra constituída de crianças que, em geral não freqüentam escolas nem possuem registro civil. Cada um daqueles barracos abriga famílias compostas de duas a onze pessoas, gente humilde e sem ambição, vivendo inteiramente à margem da sociedade.

FEIRA DE GADO

ELZA COELHO DE SOUZA

NA HISTÓRIA da colonização de extensas regiões do Brasil a criação de gado apareceu desde os primórdios do descobrimento, como um meio de conquista da terra e de fixação das populações.

O gado introduzido pelos portuguêses em São Vicente, Bahia e Pernambuco não tardou a espalhar-se pela nossa hinterlândia desenvolvendo-se ràpidamente nas zonas que se ofereciam mais propícias à sua criação. Esta criação se impôs não só com o fim de fornecer alimento aos habitantes das cidades e povoações incipientes, como também aos trabalhadores das minas, intensamente explotadas nos séculos XVII e XVIII. Ainda se destinavam os bois ao serviço de transporte e ao trabalho nas lavouras e nas indústrias nascentes, como a do açúcar.

Assumia a criação um papel importante num país como o Brasil, que contando com escassos e deficientes meios de transporte tinha no gado "uma mercadoria que se transportava por si mesma". Além disso, a escassez da população do país se coadunava bem com uma atividade econômica, como a pastoril, que exigia para seu cuidado, pequeno número de braços.

Dêste modo, o sertão do Nordeste, as caatingas, os cerrados e os campos, o vale do São Francisco com a riqueza de suas pastagens e depois os chapadões de Mato Grosso e Goiás, tornaram-se, desde logo, o domínio da pecuária multiplicando-se as extensas fazendas de criação em regiões, nas quais a lavoura não podia desenvolver-se de forma econômica.

Nas pegadas dos sertanistas e bandeirantes, seguiam os vaqueiros, que como marcos da conquista da terra, erguiam os currais. E a criação de gado ganhou o interior do Brasil, sempre em busca de novas pastagens e de horizontes mais largos.

Como muito bem disse NELSON WERNECK SODRÉ, "o regime pastoril foi grande fator de civilização, de expansão geográfica, de posse efetiva das terras".

Percy Lowe

Nos sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, as primeiras estradas foram os caminhos das boiadas. Assim é que numerosas povoações — núcleos de futuras vilas e cidades — estabeleceram-se às margens dos rios, nos lugares onde êstes ofereciam passagem mais fácil aos animais, e à beira dos caminhos, nos pontos em que as boiadas paravam para descansar.

Ao mesmo tempo que as fazendas de criar conquistavam o sertão, certas povoações e vilas, graças à sua posição, tornavam-se ativos centros de comércio de gado. Dêste modo, inúmeras cidades do interior tiveram sua origem em primitivas feiras, como Pedras de Fogo na Paraíba.

No Nordeste, onde o sistema de criação é muito primitivo, sendo o gado criado à sôlta extensivamente, são freqüentes ainda hoje as feiras de gado. Já no Sul, onde a criação é feita sob moldes mais racionais, o comércio de gado adquire aspecto diferente.

O regime pastoril no Nordeste domina em extensas propriedades, geralmente individuais. Os fazendeiros são mais donos de determinada quantidade de cabeças de gado, do que de certa extensão de terras. O homem não se liga à terra, nem lhe dá valor.

Por isso, pouco se preocupa com as benfeitorias. Tudo é construído do modo mais primitivo. A casa da fazenda, simples e pobre, apenas se anima e se enche de gente no inverno, época das chuvas (fevereiro-julho) quando o fazendeiro vem passar uma temporada na sua propriedade com a família, deixando as ocupações da cidade, às quais dedica normalmente o seu tempo. Nesta época, então, é que se realiza a vaquejada para a apartação das reses.

De tôda a redondeza afluem os vaqueiros trazendo para o rodeador — lugar escolhido para o ajuntamento — as reses das diversas fazendas, que, criadas nas extensas pastagens sem cercados nem divisões de espécie alguma, vivem misturadas. A vaquejada é na vida sempre igual e monótona dos vaqueiros, um acontecimento, uma festa.

Depois, procede-se à "ferra" das novilhas e garrotes com a "marca" do fazendeiro e algumas vêzes do município. Nesta ocasião, então, é que o vaqueiro encarregado da "entrega", administrador da fazenda, recebe o pagamento de seus serviços: uma terá a sua "marca", de quatro ou cinco reses que pertencem ao fazendeiro. Assim, reunindo a sua "ponta" de gado êstes vaqueiros poderão se tornar futuramente donos de terras, criadores por sua vez. O vaqueiro é o senhor do sertão. Vestido de couro, com sua inseparável montaria, percorre êle os campos, conhecendo uma a uma as reses confiadas a seus cuidados.

Geralmente, quando estas atingem quatro anos é que são separadas e escolhidas para serem vendidas.

O comércio de gado no Nordeste é quase todo feito nas feiras, que em dias certos da semana se realizam em determinadas cidades e vilas, que, por sua posição como entroncamento de estradas, pela proximidade dos mercados consumidores, ou, então, das zonas de criação, apresentam-se como centros propícios a tal comércio.

Diversas cidades nordestinas são conhecidas pelas suas importantes e movimentadas feiras de gado como Quixadá e Baturité no Ceará, Tabaiana e Campina Grande na Paraíba, Feira de Sant'Ana, na Bahia, o maior centro de comércio de gado do Nordeste brasileiro, e inúmeras outras.

Cidades pequenas, calmas e quietas, vivem elas horas de intensa agitação, movimento e balbúrdia nos dias de feira.

Das fazendas de tôda a vizinhança chegam as boiadas, guiadas pelos vaqueiros, às vêzes pelo próprio fazendeiro ou, então, por homens contratados especialmente para tal fim e que no Ceará são chamados "passadores de gado".

As que vêm de regiões mais afastadas, no passo tardo e vagaroso dos bois, sòmente parando para repousar nos currais situados à beira do caminho e para tal fim construídos, levam dias para chegar ao ponto do destino. De outro lado, afluem os negociantes, compradores das charqueadas e das cidades do litoral.

E no dia da feira o gado todo destinado à venda é reunido numa praça, às vêzes, aberta, outras vêzes, rodeada com cêrca de arame farpado ou de madeira, que separam pequenas divisões para os diferentes tipos de gado. Embora nestas feiras predomine geralmente o gado bovino, também cavalos, burros, carneiros, cabras e porcos são aí vendidos.

Nas ruas da cidade tôda uma multidão heterogênea e variada se mistura. Sertanejos das vizinhanças, ansiosos de fazerem também sua fèriazinha, acodem à cidade nestes dias, trazendo os produtos da terra ou produtos animais para vender aos forasteiros. Aqui, é uma preta que com seu chapéu de palha, pito à bôca, espera o freguês para seus doces; acolá, um homem expõe objetos de indústria caseira: esteiras, cêstos; outro, mais adiante, vende roupas e chapéus de couro, luvas, chibatas, e tudo se amontoa numa pitoresca desordem.

Os vaqueiros, velhos conhecidos, trocam notícias, contam da rês tresmalhada que encontraram no seu campo e cujo "ferro" lhes é desconhecido, traçando com o dedo no pó do chão a "marca", a ver se algum dêles conhece o proprietário.

Curiosos perambulam pela rua e pela praça, de mistura com vaqueiros e negociantes que combinam preços, discutem

as qualidades de determinada rês. Quando o negócio é feito pelo vaqueiro recebe êle do patrão certa quantia por boi vendido.

Os vaqueiros aproveitam, então, a ocasião para fazerem seu aprovisionamento, comprando não só mantimentos como objetos de utilidade doméstica.

A venda do gado é feita durante o ano todo, devendo suprir as necessidades do consumo de tôda a região.

Às feiras baianas concorre o gado vindo de Goiás e do sul do Piauí e que para refazer-se da longa caminhada fica a engordar durante meses nos campos e caatingas do São Francisco, antes de ser levado à venda.

A gravura fixa um aspecto de Feira de Sant'Ana, onde se realiza a maior feira de gado de todo o Nordeste. Arraial surgido em tôrno de uma capelinha, cresceu e progrediu tornando-se conhecido em todo o Brasil, graças à feira de gado que desde os tempos do Brasil-Império aí se reúne semanalmente.

Milhares de cabeças de gado dos pontos mais longínquos, da Chapada Diamantina, dos sertões do São Francisco e mesmo do Piauí e Goiás acodem a esta feira. E ela abastece de gado as cidades do litoral, as cidades do Recôncavo e a capital baiana, para onde são mandados semanalmente cêrca de 1 000 bois.

Importante centro de entroncamento de numerosas rodovias servida também por estrada de ferro, tôdas estas vias de comunicação possibilitam a Feira de Sant'Ana não só concentrar a produção pecuária dos municípios criadores vizinhos e das zonas mais afastadas do sertão, como também exportar o gado para os mercados consumidores, não só da Bahia como dos estados próximos.

O "campo de gado", um enorme curral com cêrca de madeira e separado em diferentes divisões, tem no centro a balança, onde o gado é pesado, pois o seu preço varia por arrôba.

Também são vendidos cavalos, burros, carneiros e suínos. O movimento comercial desta feira atinge sempre milhões de cruzeiros.

Dêste modo, Feira de Sant'Ana tornou-se no norte o maior centro de transações comerciais de gado, sendo suas feiras oficializadas.

Importantes também no Nordeste são as feiras paraibanas de Tabaiana, cidade situada à margem do rio Paraíba, e de Campina Grande, na vertente oriental da Borborema, que abastecem de gado todo o estado da Paraíba e parte do de Pernambuco.

As feiras de gado constituem, portanto, um interessante aspecto na atividade criadora do Nordeste.

FLORESTAS DA ENCOSTA ORIENTAL

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

A CHAMADA "floresta atlântica" do Brasil, ou "mata costeira" ou "floresta oriental" ou ainda *Dryades*, segundo MARTIUS, estende-se em latitude, por quase 25°, na encosta oriental do planalto brasileiro, desde o Rio Grande do Norte, indo morrer nas ondulações das serras do Erval e Tapes, ao sul.

Dado o seu caráter equatorial, é como que outra Hiléia envolvendo o Brasil pela face oceânica. Essa fachada de vegetação densa dá ao visitante desprevenido uma noção falsa do que seja o interior do país; imagina-se o Brasil todo montanhoso e florestal, mas, galgado o planalto, a paisagem muda completamente e cai-se, em geral, no domínio dos cerrados.

Esta barreira vegetal constituiu um obstáculo à penetração do interior, exercendo ao mesmo tempo um papel de fixador de grupos litorâneos. DEFFONTAINES diz mesmo que a massa florestal foi mais difícil de vencer do que o escarpado da encosta. com o banderantismo e os ciclos, da cana-de-açúcar e do café, a selva foi cedendo à penetração.

O assentamento destas matas numa encosta pronunciada e erigida em barreira, cujos rebordos mais elevados têm a altitude média de 800 a 1 000 metros, explica-se principalmente pelo alto grau higrométrico reinante, em função mesmo do relêvo: as chuvas e a umidade são garantidas pelos ventos que, soprando do Atlântico, são retidos pela barreira montanhosa, a qual funciona então como gigantesco condensador em virtude de conhecido fenômeno: as massas de ar úmido, obrigadas a se elevarem ao longo da encosta, expandem-se pela diminuição de pressão, e resfriam-se condensando o vapor d'água, que se resolve em chuvas ou permanece sob a forma de névoas. O ponto de maior pluviosidade está no alto da serra de Cubatão (Santos) com 3 635 milímetros anuais (média de 60 anos). Favorece ainda a formação florestal a temperatura, cuja média anual não excede 26° (Pernambuco) nem desce a menos de 17° (Rio Grande do Sul). Aqui, como na Amazônia, a vegeta-

ção, determinada sobretudo pela umidade e pela temperatura, mostra-se relativamente indiferente ao fator geológico. A natureza do solo não deixa, contudo, de ter certa influência: oriundo da composição de rochas do Complexo Cristalino Brasileiro, constitui êle ótimo terreno para o desenvolvimento da floresta.

A floresta oriental, bem como o clima que a condiciona, constitui uma verdadeira faixa que se desenvolve paralelamente à costa, e cuja largura média é de 200 quilômetros: a dilatação máxima não ultrapassa 350. Mostra-se mais contínua e compacta no trecho entre a foz do São Francisco e Iguape. De São Paulo para o sul, quando a montanha beira o mar, a faixa florestal torna-se estreita parecendo insinuar-se entre o oceano e o alto da Serra. Em alguns pontos ela avança muito para o interior. É o que sucede quando acompanha os vales dos rios que nascem no planalto, como o Jequitinhonha, o Mucuri, o Doce e o Paraíba do Sul.

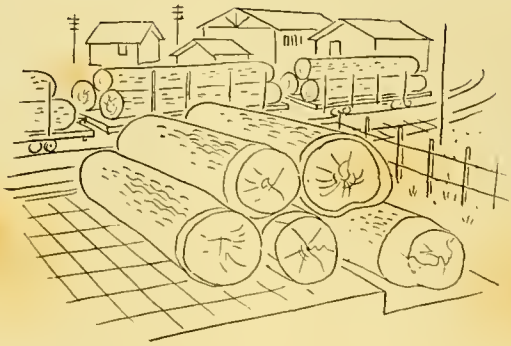
A sua maior similitude com a Hiléia é observada nas baixas latitudes; à medida que se estende para o sul, a diferenciação em espécies se acentua, dado o abaixamento da temperatura média. A especial situação em encosta, oferecendo vários degraus, permite melhor insolação e os indivíduos não são tão solicitados à luta pela luz como na selva amazônica; crescendo menos, engrossam mais os seu troncos. A variação de temperatura, à medida que se sobe a encosta, concorre ainda para a variedade de espécies. Tais fatôres tornam a *Dryades* a zona mais rica em madeiras preciosas do Brasil.

Certas espécies hileianas apresentam na orla florestal atlântica uma dispersão considerável, quando não em tôda sua extenção: o jacarandá é encontradiço entre 12 e 22° de latitude; o açaí do Pará desce mais, vai a 25°, segundo afirma Gonzaga de Campos. Notam-se ainda: as sapucaias, as sucupiras, os angelins e copaíbas, que são vistos em menor número até o Paraná. Entre as essências contam-se os cedros, as canjeranas, os jatobás, os angicos, as perobas, as imbuias, os ipês, os paus-d'arco, e dominando pelo porte, os jequitibás.

Entretanto a composição variada destas matas, se é valiosa para o botânico, torna-se um fator de desvalorização sob o ponto de vista econômico. As espécies como que se diluem no conjunto florestal. Realmente, a ausência de "talhões", ou seja, maciços de igual composição, torna difícil a exploração comercial. O professor P. Deffontaines sintetizou bem o fato, ao expressar que "A riqueza botânica da floresta brasileira é uma pobreza econômica".

A gravura apresenta justamente um aspecto do único grande bloco vegetal que ainda resta da antiga floresta oriental, hoje tão devastada: as opulentas matas do rio Doce, no Espí-

rito Santo e em Minas Gerais. Têm elas servido até hoje de fonte generosa para a exploração da madeira, naqueles estados: são muito ricas em ipê-peroba (peroba-de-campos), a madeira de maior consumo em nossas construções e marcenarias; têm ainda sido largamente exploradas para o fornecimento de combustível usado na siderurgia em Minas Gerais, para o qual apresentam uma reserva consumível em vinte anos, segundo estimativas. As conseqüências das derrubadas já se fazem sentir. PH. VON LUETZELBURG assinalou no centro do Espírito Santo, outrora todo recoberto, grandes soluções de continuidade na mata. Já se acha em projeto a criação do Parque Nacional do Rio Doce, que preservará da destruição um dos mais típicos trechos da *Dryades*. É na Região Nordeste que talvez a destruição tenha sido mais intensa. Na Paraíba, por exemplo, o coeficiente florestal, outrora 36%, reduz-se hoje a poucos décimos porcentuais, em manchas remanescentes, o que torna necessária a importação de lenha de Pernambuco. O principal responsável pelo desflorestamento no Nordeste foi a cana-de-açúcar; é justamente na região açucareira que a devastação é mais expressiva. No Sul, foi a cultura cafeeira a maior determinante das derrubadas, sobretudo no vale do Paraíba. É expressivo terem algumas regiões a denominação de "zona da mata", onde no entanto, o panorama florestal foi substituído por uma paisagem agrícola, pecuária ou industrial. Tal acontece em Minas Gerais, e na zona açucareira do Nordeste. O serviço de proteção à Natureza, já vem, em nosso país, tomando medidas de precaução, criando em vários pontos parques nacionais onde a flora e a fauna merecem cuidados especiais e são convenientemente estudadas. Na região da floresta da encosta oriental, já se acham criados os parques de Itatiaia e da serra dos Órgãos, além de diversas "Estações Biológicas", tais como a do Alto da Serra em São Paulo. No Distrito Federal há um belíssimo exemplo de reflorestamento, levado a efeito a partir de 1862 pelo major M. GOMES ARCHER e pelo seu sucessor, barão de ESCRAGNOLLE TAUNAY: as majestosas matas da Tijuca, que hoje recobrem montanhas outrora inteiramente devastadas.



GERAIS

José Veríssimo da Costa Pereira

LOCALIZADOS dentro das cotas de 900 e 1 300 metros de altitude, no planalto baiano que se aloja entre as arestas da Chapada Diamantina, os "gerais" da Bahia são, em rigor, largos campos de cima da serra.

Frescos, sobretudo pela manhã, quando a temperatura desce a 8 e a 6 graus centígrados; bem regados e com horizonte amplo, barrado, ao longe, por elevações que chegam a superar os 1 500 metros, os "gerais" da Bahia possuem solo pouco espêsso, de pedregulhos ou mesmo rochoso.

Os "gerais" são dominados, à distância, pelas cristas e elevações quartzíticas do algonquiano.

Sôbre os planaltos e elevações relativamente mais baixas, no rumo leste, assentam os detritos de quartzito sôbre gnaisse e outras rochas cristalinas.

Para oeste, estendem-se as chapadas e elevações chistosas e calcárias, a que corresponde uma formação superficial de composição naturalmente diversa.

Num solo, assim variado, mas, em sua maior parte, arenoso e permeável dentro de uma enorme zona limitada pelos paralelos 10° e 14° sul, e pelos meridianos 42° e 40° W de Greenwich, aproximadamente, distribuem-se, então, os "gerais" da Bahia e, mais para o sul, os chamados "campos" de Minas Gerais.

Forrados de gramíneas que constituem, por vêzes, ótimas pastagens perenemente providas de boa aguada, os "gerais" — sob o ponto de vista fitogeográfico — além da vestimenta geral das gramíneas, contêm ciperáceas e certos gêneros de velosiáceas e, nêles, o mato arbustivo apenas reveste as depressões gameliformes características do modelado.

Nos referidos platôs abaulados, entre serras, que, na verdade, são denominações locais das arestas da Diamantina, tais campos se apresentam, caracterìsticamente, com vegetação de altitude, quer seja essa vegetação de capim, macega, quase

PERCY LAU

desprovida de árvores, nos pontos mais elevados, quer pertença à flora velósia-lichnófora-eriocaulon-vochsia, esta correspondendo aos lugares situados logo abaixo dos primeiros.

No último caso — a prevalecer a conclusão de PHILIPP VON LUETZELBURG — trata-se de um tipo especial de carrasco, que, para o sertanejo nordestino, é, em sentido amplo, uma flora comum nas regiões montanhosas. Aparentando com o "agreste", o "carrasco" difere dêsse, pelo crescimento escasso e raquítico da vegetação lenhosa e, também, pelo seu solo pedregoso embora coberto por diminuta camada humosa.

Os "gerais" seriam, então, o tipo peculiar de "carrascos" sem conter representantes da flora geral dêste, todavia.

Num mais amplo sentido, o popular, o têrmo "gerais" abarca uma área ainda maior do que a já anteriormente indicada.

Aplica-se, dêste modo, com indiferença, a diversas outras vegetações, também de caráter uniforme e constante, mas que botânica e fitogeogràficamente não passam de "caatinga", ou de alguma de suas inúmeras modalidades; ou, então, de 'agreste",, "campinas", e, até, de "palmares".

Tem o têrmo, todavia, uma significação topográfica, também.

Nesse sentido, significa planaltos abertos entre as "serras", segundo me elucidou a professôra baiana D. HELENA LIMA SANTOS, de Caiteté, e conforme acentuou o geógrafo alemão, OTTO QUELLE, da Universidade de Bonn, em seu *"Relatório das Viagens de Estudo na Bahia"*: "Os vastos altiplanos da região oriental da serra Central são denominados "gerais" na Bahia", frisando em outra passagem de seu *"Relatório"* — "Gerais" é que os baianos costumam chamar êsses altiplanos sem mata".

Fora da região típica, — região serrana central da Bahia a terminologia popular parece preferir o emprêgo do têrmo "gerais" na acepção quase puramente topográfica, desprezando suas variadas *facies*, elementos indispensáveis à elaboração da sistemática sociológica vegetal.

Aliás, essa é a conclusão a que já têm chegado eminentes botânicos e fitogeógrafos, após cuidadosa investigação científica realizada sôbre o terreno e, outrotanto, no interior dos laboratórios de institutos especializados.

Para o esclarecimento dos complicados aspectos com que se apresenta a vegetação particularmente no Nordeste, muito tem concorrido a gigantesca emprêsa da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, enviando, por exemplo, o botânico e fitogeógrafo PHILIPP VON LUETZELBURG, ao interior dos estados nordestinos e do da Bahia, com a tarefa de realizar, localmente, observações e estudos de sua especialidade.

Após várias viagens, conseguiu LUETZELBURG, colecionar enorme quantidade de exemplares de plantas pertencentes a várias famílias e espécies, algumas desconhecidas e de tão difícil classificação, que exigiram, para êste último fim, a colaboração preciosa de cêrca de cinqüenta especialistas mundiais na matéria.

O público, com efeito, nem sempre considera, em primeiro plano, a estrutura do revestimento vegetal, e nem mesmo êste, quando sente a necessidade de enriquecer a sua terminologia empírica com novas e imprescindíveis denominações.

Em tais emergências, emprega têrmos visando quase sòmente à significação topográfica.

Elucidação dêsse hábito negligente pode ser obtida em várias passagens da obra escrita por LUETZELBURG, numa das quais, esclareceu o botânico, em certa oportunidade, ao tratar de sua viagem ao ocidente do território baiano: "A denominação de chapada, é dada ali a um planalto elevado, não se tomando em consideração a sua vegetação".

Por outro lado, já acentuara MORRIS DAVIS, certa vez, a causa de inúmeras dúvidas que, inexoràvelmente, em outras plagas costumam aparecer dificultando o trabalho dos geógrafos: "... os fatos da geografia, e sobretudo da geomorfologia, não são, como os fatos da estrutura microscópica dos sêres vivos e das rochas, propriedade exclusiva do mundo científico, mas sim propriedade de todo o mundo em sua maior parte. Por conseguinte, a geografia herdou a maioria de seus têrmos da língua popular de cada país; os têrmos geográficos não são, em geral, senão palavras de uso ordinário, sem definição exata".

É o que sucede entre nós, no caso vertente, com o têrmo "gerais", que, além de significado diverso e confuso, tem larga aplicação fora da zona aqui estabelecida, tanto no ocidente e sul do território baiano como em certos pontos do interior pròpriamente nordestino, isto é, centro e sul da Paraíba e Ceará, sudoeste do Rio Grande do Norte onde os "gerais" ou "marmeleiros" não passam da primeira espécie de "caatinga" arbustiva (Eufórbia-cróton-cesalpínia-caatinga).

Efetivamente, nenhuma das conhecidas descrições dos chamados "gerais" da Bahia Ocidental, tais como as de MORAIS RÊGO, JAMES WELLS, GILVANDRO SIMAS PEREIRA etc. coincide, por exemplo, com as do geógrafo baiano TEODORO SAMPAIO que percorreu, como LUETZELBURG, OTTO QUELLE e outros, a região serrana central da Bahia onde os "gerais" constituem, justamente, uma zona fitogeográfica peculiar.

Aí, êles revestem o aspecto de um tipo especial de "carrasco", no mínimo — nas partes menos elevadas —; de "campos sujos" nas altitudes pouco superiores à cota de 900 metros, e de

"campos alpinos" nas altitudes ainda maiores, onde são conhecidos localmente por "alto dos gerais".

Cumpre esclarecer, a propósito, que a denominação "campos gerais", significa, no Brasil, de maneira ampla, extensões de terrenos cobertos de gramíneas, mais ou menos uniformes, com topografia mais ou menos plana, quase sempre dispersamente habitados, porém, nunca desprovidos de árvores por inteiro.

Aplicada a diversos tipos de campo, a referida denominação tem sido estendida, também, a certa classe de campos limpos, mais elevados, que constituem, por assim dizer, andares mais altos da vegetação nas zonas serranas, estando, neste caso, os campos de Minas Gerais e os pròpriamente ditos "gerais" da Bahia, segundo esclareceu Gonzaga de Campos.

Estas últimas modalidades de campos, surgidos à maneira de manchas, porém, com vegetação uniforme, distribuem-se, não obstante, por sôbre uma extensão bastante diversificada, quanto à variedade das rochas, que sob climas diferentes, geram, por isso mesmo, solos também diferentes.

Daí, a importância da altitude como possível fator explicativo da presença, em semelhantes campos, de gramíneas dos gêneros *Paspalum* e *Panicum*, bem como, de ciperáceas e velosiáceas, sobretudo, nos trechos mais propícios à proliferação destas últimas.

A formação dos "campos-gerais" abrange precìpuamente os campos paleáceos e os subarbustivos do sul do Brasil, com especialidade, os do Paraná, em cujo território esplendem, nos planaltos triássicos, de clima ameníssimo e situados a altitudes variáveis entre 700 e 1 000 metros.

No planalto triássico do sul do Brasil, aplica-se, pois, com tôda a sua justeza, a expressão "campos-gerais" como os de Guarapuava.

Dentro dêsse sentido mais geral, quanto à extensão, tais campos recebem, segundo A. J. Sampaio, o seu nome regional, em virtude de um importante rio que nêles corra, da serra que os domine, ou dos selvagens que nêles viveram, por exemplo, "Campos Gerais do Rio Branco", "Campos da Mantiqueira", "Campos dos Goitacases", e assim por diante.

Na Bahia, o têrmo "gerais" — simplesmente — corresponderia, sob o ponto de vista da geografia botânica, quando muito, a um tipo especialíssimo de "campos-gerais". A denominação seria aplicada pelos baianos à região serrana central da Bahia em virtude — conforme Luetzelburg da insipidez do "carrasco" em tôda a sua extensão, tendo uma parte formada de "carrasco" peculiar e outra de campo pròpriamente dito.

Na serra das Almas, que denomina a região baiana em foco, a fitofisionomia se apresenta com efeito, singularmente bem distribuída.

Nas partes intermediárias da montanha, numa altitude de uns 700 metros, com temperatura de cêrca de 7 graus centígrados à noite, a flora geral do "carrasco" — dominante em derredor da base —toma o caráter de flora francamente das montanhas: apenas arbustos curtos e rasteiros, com formação de campo coberto de relva e inúmeros matagais de velosiáceas, coisa que não sucede nos afamados "campos-gerais" do Paraná ou em qualquer outro tipo dessas formações campestres.

Após ter feito a ascensão da referida serra, PHILIPP VON LUETZELBURG deu-nos uma síntese segura do que nela observou: "A parte média da montanha é um planalto generalizado, com vegetação de velosiáceas e poucas cactáceas. A parte intermediária que conduz ao cume forma uma ladeira íngreme, tapetada de relva. A partir da parte média já não existiam mais arbustos, de modo que nas noites frias, ao relento, só conseguimos fazer fogo com as velósias, o único combustível existente".

Por outro lado, TEODORO SAMPAIO, que conheceu como poucos, todos os cantos e recantos de sua terra, assim nos descreveu os "gerais", em seu livro *"Estado da Bahia — Agricultura, Criação de Gado, Indústria e Comércio"*, 1925: "Os "gerais" em cima da serra são campos sujos, onde cresce e se multiplica a palmeira anã entre gramíneas altas; campos mais frescos do que as "caatingas", mais regados, com horizonte largo que as serranias fecham ao longe. Doce é a temperatura no verão, fria as mais das vêzes no inverno".

Ao viajar de Rio de Contas para Paraguaçu, depois de haver vencido a serra do Cocal pela ladeira do Jiqui ao Campestre, acentuou, mais uma vez, o referido geógrafo, a paisagem separada do "Alto dos Gerais": "O horizonte apresenta-se amplo e de um encanto indescritível. Os "campos-gerais" em derredor, vestidos de uma grama rasteira, onde crescem pinheiros minúsculos, estendem-se por uma alta planície que só tem limites nas montanhas longínquas, cujas cumiadas se desenham nítidas num céu azul abundantemente iluminado". (Vêde "O *Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*").

Os "gerais" da Bahia, na interpretação, como se disse, anteriormente, de PHILIPP VON LUETZELBURG, seriam um "carrasco" peculiar do alto rio de Contas. Caracterizam-se por uma *facies* — botânica e fitogeogràficamente — curiosa e apenas existente dentro da zona cujos limites foram também já apontados.

Trata-se, segundo o cientista tedesco, de um "carrasco" do tipo velósia-lichnófora cobrindo trechos regionais com flora totalmente diversa das encontradas em outras zonas ou regiões da Bahia.

Nos trechos pedregosos, mais secos, da zona do alto rio de Contas, aparece uma flora de velósias, as quais, em certos lugares, chegam a formar uma vegetação especial composta de 95% dessas lílias arborescentes tendo de dois a três metros de altura e cêrca de 40 centímetros de circunferência. "Sòmente à fôrça — esclareceu LUETZELBURG — se conseguiu passagem através dessas vegetações densas e uniformes. Em outras regiões deparou-se-me quadro oposto: bosque densíssimo, constituído de uma mistura de diversas espécies de gênero lichnófora, junto às melastomáceas e velósias de folhagem dura, densamente sobrepostas. Essas lichnóforas davam à paisagem um caráter singular, lembrando pequenos pinheiros com fôlhas delgadas e enroladas como acontece com os pinheiros-do-paraná".

Nesta singular região foram reconhecidas cinco espécies novas do gênero lichnófora e nela aparecem poucos representantes da flora geral do "carrasco".

Foi, também, observada, com particularidade, a ausência de cactáceas, sobretudo, do gênero cereus, ao passo que se viram, em maior abundância, as eriocauláceas, as asclepiadáceas, as euforbiáceas e compósitas.

Dentro do conhecimento científico atual da fitogeografia da região com o interior da Bahia, a linha Serrinha-Lagarto-Capela-Propriá — em rumo do mar — constitui o limite da região do "agreste". A referida linha, por sua vez, separa o "agreste" da região da "caatinga". Esta se estende daquela linha, em direção oeste, quase sem interrupção, até bem depois do rio São Francisco, ligando-se com os impròpriamente chamados "gerais" do oeste de Pernambuco, do norte da Bahia e do sul do Piauí.

No que tange ao interior pròpriamente dito da Bahia, ou seja, a zona do alto rio de Contas, Brumado e Paraguaçu — zona serrana central — o que prevalece é, então, aquela flora ainda quase sem análise, sob o ponto de vista das espécies e de sua composição. "Esta curiosa vegetação, — escreveu quem a estudou mais completamente, isto é, LUETZELBURG, — tem um pouco de semelhança com a flora das campinas do leste de Goiás, mas, jamais poderá ser a ela igualada ou comparada. Esta flora tão estranha, e que se acha encravada entre as serras, pertencente ao "carrasco", contudo, não constitui por si uma *facies* (sic) do "carrasco" pròpriamente, não oferece o tipo característico do "carrasco"; é completamente isolado e não tem ligação direta com a flora do leste de Goiás, mesmo porque a "caatinga" que circunda ininterruptamente o "carrasco", não admite uma ponte intermediária entre Bahia e Goiás, para unir as duas vegetações tão irmanadas. Moitas tão espêssas de velósias como encontramos, à parte, no "carrasco"

das cabeceiras do rio de Contas, nem em Goiás se pôde verificar. Fazem parte muitas espécies do gênero lichnófora, que constituem a *facies* do "carrasco" de Minas e do rio de Contas. Eriocauláceas que ali existem profusamente e melastomáceas de folhagem dura e coriácea, formam um quadro típico do "carrasco" da Bahia Central no rio de Contas".

No estado atual dos conhecimentos, tal tipo de "carrasco" peculiar do rio de Contas só existe entre as localidades de Rio de Contas, Andaraí, Lençóis, Carrapatos e Montezuma.

No sentido econômico, os "gerais" da Bahia Central, além de abrigarem regularmente manadas de gado bovino, representam áreas de grandes possibilidades que, lentamente, vão entrando em maior explotação.

O tucum, por exemplo, palmeira que cobre os "gerais", atingindo a altura média de meio metro, ainda não foi convenientemente aproveitado, mas sê-lo-á, sem dúvida, logo que venha a se povoar mais densamente a referida região interior. O pequizeiro, nativo dos altos "campos gerais", além de fornecer um fruto nutritivo e excelente, constitui valioso recurso para a população pobre, sobretudo, nas épocas de sua produção, janeiro a março. Seu aproveitamento econômico tem sido feito para fins farmacêuticos — emulsão de pequi — e hoje já se realiza com certa envergadura.

Dos altos campos de cima da serra, ou seja, dos "gerais", descem, com efeito, quase todos os rios da região, de sorte que nêles não faltam aguadas permanentes. A criação de gado será, pois, no futuro, ainda maior, principalmente quando se intensificarem os meios de transporte. Por seu turno, as várzeas existentes nas zonas mais baixas, com suas veredas cobertas de capim viçoso e nutritivo, constituem, como constituíram, outrora, uma garantia para o florescimento e permanência de fazendas, com especialidade, a N-NW, N-NE, E-NE e S-SE, de Caiteté, nos "gerais" dos Veados, da Cachoeirinha, de São João, da Tapera etc. Já em 1879, Teodoro Sampaio, chamava a atenção para a importância da região ao norte de Caiteté: "... o efeito de um trabalho mais intenso e perdurável e mais bem remunerado, manifesta-se logo por êsse ar de prosperidade que se divisa por tôda parte nas cidades e nos povoados. As fazendas aqui apresentam tal progresso nas respectivas instalações que denotam bons hábitos agrícolas e bem estar".

Ainda hoje, a agricultura é a principal forma de atividade da região, conforme se lê num trabalho escrito para a Universidade do Ar pela professôra D. Helena Lima dos Santos.

Nos chamados "gerais" da Bahia Ocidental, os campos — "agrestes" — são aproveitados para "refrigério", pelos criadores da zona das "caatingas", em derredor, isto é, para a salvação do gado, nas épocas de sêca.

Aí — segundo o relatório do engenheiro GILVANDRO SIMAS PEREIRA e a comunicação do professor PEDRO GEIGER, que lá estiveram — vivem os "geralistas", isto é, os habitantes dos "gerais", morando em casas simples feitas de "buriti", tirando, assim, o melhor proveito de uma zona de arenito, porém, servida de água suficiente para alimentar extensos "buritizais".

A vida é paupérrima e quase todos vivem da caça e alguns da extração do látex da mangabeira.

Êstes simples indícios demonstram, já, a diferença de fato existente entre os impròpriamente chamados "gerais" da Bahia Ocidental e os "gerais" típicos da sua região serrana central, onde a composição geológica, a altitude, o clima e a natureza da vegetação divergem ao primeiro lance de olhos expedido por um observador experiente.

GRUTAS CALCÁRIAS DO SÃO FRANCISCO

BOM JESUS DA LAPA

José Veríssimo da Costa Pereira

ABRANGENDO uma área considerável que engloba as cabeceiras do São Francisco, em Minas Gerais, a formação calcária do São Francisco se estende, acompanhando o rio, em rumo norte, até o rio Grande, seu afluente da margem esquerda, na Bahia, prosseguindo, naquela direção, mas, pela margem direita, até as proximidades de Juàzeiro.

Inflete daí, para o sul, pelo vale do rio Salitre para contornar, finalmente, a Chapada Diamantina até o rio de Contas, aos 13° de latitude.

É dentro dessa enorme zona, que se situam as ocorrências de grutas calcárias, na bacia do São Francisco, cujas primeiras observações científicas foram realizadas por Spix e Martius, Liais, Halfeld e Derby, no decorrer do século XIX.

Os calcários da série de Bambuí-São Francisco são, em geral, duros e escuros. Apresentam-se dispostos em leitos e podem dar texturas marmóreas em vista do metamorfismo que sempre oferecem.

Levando-se em conta a disposição uniforme dos sedimentos da série de Bambuí-São Francisco, além de outras circunstâncias, que não vem a pêlo relembrar, é possível pensar-se ter havido na região uma transgressão marinha realizada possìvelmente no período siluriano. Os calcários corresponderiam, então, às águas relativamente rasas, permitindo a sedimentação coralígena, conforme julgou o saudoso Morais Rêgo.

Não obstante não oferecerem os fósseis da série de Bambuí-São Fràncisco, argumentos suficientes para a determinação da idade, acredita-se tratar-se de idade provável gotlandiana, que o Dr. Ruedmann atribuiu aos corais do gênero *Favosites*, encontrados na gruta de Bom Jesus da Làpa, curiosa caverna situada a 13° 15' 02" de latitude sul e 43° 25' 44" de longitude oeste de Greenwich num serrote, à margem direita do rio São Francisco.

PERCY LAU

As grutas calcárias do São Francisco tanto aparecem em Bom Jesus da Lapa, quanto na zona do baixo Carinhanha, ou na estrada de Xiquexique para Jacobina, na Bahia, como entre Carinhanha e Caeté, em Minas Gerais.

Se a mais afamada gruta calcária, em Minas Gerais, é, principalmente por sua beleza, a de Maquiné, ou por sua importância histórica, a de Lagoa Santa — à qual ligou seu nome o sábio dinamarquês Dr. LUND — a de maior renome, na Bahia, corresponde à de Bom Jesus da Lapa, que firmou tradição na vida religiosa dos sertanejos do São Francisco.

Trata-se, em Bom Jesus de uma curiosa gruta situada num serrote isolado, que, embora perdido na vasta planície em derredor, constitui, sem dúvida um contraforte da serra Ramalho, situada para sudoeste.

As escarpas da elevação foram caprichosamente esculpidas pela erosão e caem quase a pique sôbre o rio. A gruta se localiza, então, à margem d'água, ostentando forma curiosa, que lembra a de uma "catedral gótica".

Gasto pela ação do tempo, o calcário exibe formas pitorescas, correspondendo as grimpas, agulhas e tôrres, a pontas de pedras, simulacro de flechas em estilo gótico, "coruchéus rendilhados, como escreveu TEODORO SAMPAIO, recortados, rematados do modo mais esquisito e por vêzes com uma disposição e simetria tais que parece que se levanta diante de nós um dêsses pagodes indianos em ruínas, cujo pitoresco ainda mais se salienta com o tom verde e com as linhas aprumadas e duras dos cardos que lhe coroam as eminências".

O calcário de Bom Jesus da Lapa é de côr cinzenta quase negra, apresentando-se com granulação fina e horizontalmente disposto.

Em 1880 pôde ORVILLE DERBY identificar corais encontrados no calcário de Bom Jesus da Lapa como pertencentes, pelo menos em parte, ao gênero *Favosites*. Um novo espécime foi, porém, encontrado em 1920, pelo Dr. H. E. WILLIAMS que, posteriormente, o Dr. RUEDMANN reconheceu afastar-se das formas permianas *Pseudofavosites*, inclinando-se a considerá-lo mais chegado ao Siluriano. À hipótese de DERBY que julgou interrogativamente alguns dos corais como do gênero *Choetetes*, colocando-o entre o Siluriano superior e o Devoniano, preferiu o Dr. RUEDMANN encaixá-lo entre o Devoniano e o Permiano.

O morro de Bom Jesus da Lapa tem a forma de um maciço calcário e mede 1 821 metros de circunferência, cêrca de 400 metros de largura e 90 metros de altura até a base do Cruzeiro. Com a sua habitual honestidade descritiva, assim viu TEOODRO SAMPAIO, o morro da famosa gruta: "Um monte, ou antes, um retalho de montanha calcária, isolado no meio de uma planície, com a base quase dentro d'água e a cumiada de cactos e de

bromélias espinhentas, entremeadas de picos, agulhas, pirâmides, minaretes, das mais diversas formas: eis o serrote da Lapa, que visto do lado do rio parece antes uma lasca de rocha pousada sôbre uma mesa que uma eminência com relêvo subordinado à série orográfica da região a que pertence. As águas da ipueira banham o sopé do lado meridional e a barca do comerciante, que jamais passa sem aportar, como a embarcação mais humilde do romeiro que vem de longe e de tôda parte, aí encosta rente e deita em terra a sua carga piedosa, bem na base do monumento, que monumento é de fato essa curiosíssima obra da natureza".

Na gruta de Bom Jesus da Lapa — cuja entrada se situa a oeste do morro, numa elevação de cêrca de vinte metros sôbre o nível do rio — o padre Francisco da Soledade (então monge Francisco de Mendonça Mar.) fundou, com efeito, um santuário, o do Bom Jesus da Lapa, no primeiro quartel do século XVII e organizou, com bases sólidas, o culto, que no interior da Bahia, nada mais é do que um capítulo da história bandeirante, um vestígio — como escreveu o historiador Pedro Calmon — da penetração audaz do continente, como o senhor do Bonfim, no litoral, é um reflexo da vida marinheira e um remanescente das navegações lusitanas.

Situa-se o santuário por detrás de uma arcada de pedras tendo uns seis metros de largura por cinco de altura. O acesso até essa espécie de túnel se realiza por meio de um plano inclinado após a passagem por degraus anteriores, a partir do terraço sôbre que se encontra a bôca da gruta.

A entrada natural encontra-se hoje artificialmente dividida em duas partes por duas portas de madeira entre paredes ladrilhadas.

Num recinto, então, de uns quarenta metros de comprimento, encontra-se o alto de Bom Jesus, ficando, à esquerda, porém num plano mais elevado, a parte mais antiga da gruta onde uma estalagmite de 1,10 metro de altura por 1,60 metro de circunferência, serve desde 1936 de pia batismal, segundo os dados do Pe. Turíbio Vilanova, em "*Bom Jesus da Lapa (Resenha Histórica*"). A diminuta distância, a "Cova da Serpente" — com várias estalactites — proporcionou à imaginação mística do sertanejo do São Francisco, a criação de uma linda fábula, que corre em tôdas as bôcas e em todos os pontos da ribeira do grande rio.

No dizer de Euclides da Cunha, "a Lapa é a Meca dos sertanejos".

Com efeito, de maio a agôsto, de cada ano, é avultado o número de romeiros que, progressivamente, aumenta até o dia da celebração da festa tradicional do santuário de Bom Jesus.

De vários pontos distantes do país — de São Paulo, de Mato Grosso, de Goiás, do Ceará — chegam, nessa época, pessoas, em canoas, em barcas, em "paquêtes", em vapôres, a pé, a cavalo, de qualquer maneira, a fim de render o seu tributo ao santo milagroso.

Por ocasião da festa do orago, a 6 de agôsto de cada ano, o pôrto de São Francisco apresenta o máximo de seu aspecto desusado e festivo, com as centenas de embarcações atracadas ou em evolução. A cidade parece ampliar-se sôbre a planície, ao pêso de tanta gente... Passada, porém, a festa, que no São Francisco apenas encontra rival na de Congonhas do Campo, no vale do Paraopeba, vai a cidade minguando ràpidamente com a debandada geral particularmente intensa depois de celebrada a missa da "despedida" no dia sete do mesmo mês.

Nas paredes do santuário ficam, entretanto, as reminiscências da peregrinação: retratos, figuras de cêra, promessas de tôda sorte.

E na memória dos romeiros, em longa debandada, a lembrança de uma quadra simples mas sugestiva:

"O bom Jesus da Lapa
A ninguém nega favor
Seja pobre, seja rico,
Inocente ou pecador". —

MANGUEZAIS

CARLOS PEDROSA

OS MANGUEZAIS comuns às zonas litorâneas dos países tropicais e subtropicais, constituem as associações vegetais mais uniformes em suas características. Localizam-se não sòmente nas margens das enseadas e das lagunas sob a influência marítima, mas ainda, avultam, se alongam, se espraiam nos baixios dos estuários dos rios, penetrando, muitas vêzes, grande trecho percorrido por êstes ou seja, até onde chegue o fluxo das marés.

O naturalista SIEGFRIED DECKER, em sua obra *"Aspectos Biológicos da Flora Brasileira"* (São Leopoldo R. G. do Sul, 1936) dedica todo um capítulo à descrição do principal gênero dessa espécie vegetal — o "mangue vermelho" (*Rhizophora mangle* LINN.), gênero êsse mais encontradiço em nosso litoral. Denominando tal espécie pelo nome vulgar de "mangue verdadeiro". A. J. DE SAMPAIO em seu muito consultado livro *"Fitogeografia do Brasil"* (Comp. Editôra Nacional, São Paulo, 1934), nega aos nossos mangues a qualidade de flora exclusivamente brasileira e informa que aquêle gênero, por exemplo, "vive desde o México, nas costas atlântica e pacífica", sendo também encontrado na África e nas ilhas oceânicas. Outras espécies são indicadas, como componentes exóticos dos nossos manguezais. Arremata A. J. DE SAMPAIO frisando que "os mangues do Brasil não são nem exclusivamente brasileiros, nem sòmente americanos". Eis as outras espécies halófilas componentes dos manguezais brasileiros: "Mangue branco ou "sereiba" (*Laguncularia racemosa* GAERTN.); "mangue seriba" (*Avicennia sp.*) "mangue amarelo" (*Avicennia nitida* LINN.); "mangue-siriúba ou guaperu" (*Avicennia temerata*); "mangue-da-praia" (*Scoevola plumierii* LAMK); "mangue-do-brejo" (*Eugenia nitida*, D. C.); "mangue-canoé" ou de "botão", (*Terminalia agregata*), da família das combretáceas; "mangue-do-pará" (*Cassipourea guianensis*, AUBL.), também conhecido por êsse nome, vegeta no Pará outra espécie (*Cassipourea macrophylla*, D. C. e

PERCY LAU

MART.); outras espécies comuns são as espécies *Avicennia tomentosa; Conocarpus erectus* JACQ; *Avicennia nitida*, JACQ.

PLÍNIO AIROSA, que comentou um capítulo da obra *"História Natural do Brasil"*, de JORGE MARCGRAVE (Amsterdão, 1648) traduzida e publicada por iniciativa do Museu Paulista (São Paulo, 1942), esclarece que os índios denominavam de "guapereíba" ao "mangue vermelho" estendendo tal denominação aos componentes da mesma família botânica, afirmando por outro lado, PEREIRA DA COSTA, em seu "Vocabulário Pernambucano", (Vol. XXXIV da *"Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano"*, Recife, 1937), que os habitantes naturais da terra chamavam genèricamente "os mangues" de "guaparaíba" ou "guaparumbo", atribuindo aos primeiros colonizadores, haver classificado de "mangue verde" e depois simplesmente "mangue" a tôda essa formação botânica do nosso litoral, estendendo essa última denominação não só à planta, como também ao local onde ela viceja.

Colhemos ainda na citada obra de PEREIRA DA COSTA a informação de que ANCHIETA, em 1560, foi o primeiro a mencionar a "árvore do mangue", descrevendo-a convenientemente. Não sòmente ANCHIETA mais ainda GABRIEL SOARES, MARCGRAVE, PISO, THEVET, Fr. VICENTE DO SALVADOR e outros antigos observadores da terra brasileira, deixaram interessantes e, por vêzes, curiosos depoimentos relativos aos "mangues". Muitos dêsses fixaram a atenção no original aspecto que oferece a germinação multiforme do mangue, "cujas pontas" — no pitoresco dizer de GABRIEL SOARES "tornam para baixo em ramos muito lisos enquanto novos e direitos, e vêm assim crescendo para baixo até que chegam à maré; e como esta chega a êles logo criam ostras, com o pêso das quais vêm obedecendo ao chão até que pegam dêle e como pegam logo lançam ramos para cima, que vão crescendo mui desafeiçoados e lançam mil filhos ao longo d'água, que tem tão juntos que se afogam uns aos outros". Êsse o aspecto que mais impressionou a maioria dos antigos cronistas. Refere-se THEVET a "árvores carregadas de ostras cujos ramos e troncos os aborígines costumam cortar quando a maré baixa para se suprirem de alimento".

Existindo em quase tôda a nossa extensa zona marítima, vicejando, com maior ou menor intensidade desde a altura de São Francisco do Sul, no litoral catarinense, até a costa marítima do extremo Norte (Amapá), constituem os manguezais na autorizada apinião de A. J. SAMPAIO, a associação mais notável daquela zona botânica. Variam suas formações de acôrdo com as condições locais, como acontece na costa maranhense onde, ao invés de outras regiões, os manguezais se exibem com tendência gregária ou exclusivista, em relação às três espécies ali

existentes (*Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia*), pois, segundo Fróis Abreu, citado e apoiado por A. J. Sampaio, "onde se encontra um gênero não se encontra outro"

A maior ocorrência, porém, de manguezais se estende do litoral do Espírito Santo até a costa maranhense, sendo que no Nordeste existem associações mais densas e maiores. O major João de Melo Morais, oferece em seu pouco divulgado, mas excelente trabalho "*Aspectos da Região Litorânea do Nordeste*" (Serviço Geográfico do Exército, Rio, 1948), a par do registo de outras observações, colhidas *in loco*, um capítulo sôbre a distribuição geográfica do revestimento florístico de grande trato da costa nordestina.

Relativamente à costa marítima de Pernambuco calcula êsse autor ser de cêrca de 400 km² o seu revestimento florístico com elementos da flora psamófila e halófila, estando o mangue representado nessa última espécie. Observou Melo Morais que tal associação consegue se fixar até cêrca de 20 km distante do mar, acompanhando a penetração da maré nos rios locais. Ali as áreas de mangue mais notáveis estendem-se na zona atingida pela maré nos rios Formoso, Ipojuca, Sirinhaém, Capibaribe e Beberibe; no Igaraçu, Catuama e no Goiana. Assinala, ainda Melo Morais, que em Curimataú, no Rio Grande do Norte, encontrou a jusante da confluência do Piriqui, o mangue conhecido por "canoé", em estado arbóreo, pois atinge o mesmo cêrca de 10 metros de altura. Na costa norte-riograndense as principais ocorrências estão em Natal, Macau, Areia Branca e Curimataú, na várzea sob a ação dos rios Moçoró, Açu, Potenji e Curimataú.

Além de várias qualidades de peixes, na sua parte alagada, variadas espécies de crustáceos e de moluscos são encontradas nos "manguezais", bem como algumas aves, notadamente o pernalta, conhecido pelo nome de "socó", cuja denominação, no linguajar indígena, como corruptela de çoo-có, se traduz por "ave que se sustenta, ou se ampara em um pé só". Também tem ali o seu *habitat* um pequenino mosquito de tamanho insignificante, vulgarmente conhecido pelo nome de "maruim", *meru-i* dos indígenas ou seja "mosquito de marca miúda". Quando não há vento, nas marés vivas, em certas fases da lua, os "maruins" deixam à noite os "mangues", para atacar a tudo e a todos, constituídos em grandes enxames; daí o registo de um antigo cronista que afirmou: "onde êles chegam são fogo de tamanha comichão e ardor que fazem perder a paciência".

Os pescadores e apanhadores de caranguejos e os cavadores de ostras e mariscos, como também os moradores nas proximidades do mangue, passam momentos de inquietação, em face do ataque dêsses mosquitos, que só amenizam sua fúria diante de baforadas de fumaça de cigarro ou cachimbo, bem

como de fogueiras acesas diante das casas. O seguinte registo de um velho órgão da imprensa diária do Recife, bem dá a justa medida de tal suplício" à noite, na baixa-maré, os maruins saíram da lama dos mangues, invadindo a cidade, por Santo Amaro".

Os crustáceos existentes, em maior quantidade nos "manguezais", são: o "caranguejo-uçá" que mora em esconderijo profundo cavado por êle, no solo lamacento; o "siri" comum, o "siri do mangue" e ainda o maior dessa espécie, o "siri capiba", pertencentes todos êsses últimos ao gênero *Lupea* da ordem dos decápodos, comuns ao mar, à maré, às enseadas, às gamboas e às águas estagnadas dos "mangues"; o "aratu", pequena espécie de crustáceo que, tanto vive nas pedras dos arrecifes, como no mangue; o guaiamum (*Cardesona guahumi* Cuv.), crustáceo limpo e bonito, de côr azul nítida e bela que se localiza em buracos profundos nos terrenos situados nas margens e nas proximidades dos "manguezais". O "guaiamum" é a espécie mais valorizada dos crustáceos, presta-se à ceva doméstica acomodado em caixa de madeira que se denomina "caritó" onde se depositam restos de comida. Referindo-se a êle, Fr. Vicente do Salvador, emitiu o seguinte juízo: "Em terra, entre muitos há uns caranjuejos de côr azul, chamados "goiamuns", os quais em as primeiras águas do inverno, quando estão gordos e as fêmeas cheias de ovos, se saem das covas e se andam vagando pelas casas".

Verificamos mais a presença do "grauçá", espécie mestiça, pálido e ligeiro, de apresentação grosseira e, finalmente, o minúsculo "xié", êsses dois últimos sem nenhum valor nutritivo ou econômico.

As espécies de moluscos encontradas em tais regiões são vulgarmente conhecidas por ostras e mariscos; aquelas encontram-se nas partes das raízes dos mangues e submersas na maré alta nas pedras dos arrecifes, e êsses, de permeio com a areias lamacentas das "coroas" ou "croas" da maré.

O aproveitamento econômico, dos "manguezais" já vinha sendo praticado pelos indígenas, quando aportaram ao Brasil os primeiros colonizadores. Afora o já citado testemunho de Thevet, todos os outros antigos viajantes e escritores que observaram a nossa nascente civilização, reportaram-se à exploração do mangue pelos índios. Acolhendo em seus domínios numerosa fauna propícia à alimentação, buscava a indiada, através da pesca, praticada de modo rudimentar e da "pega" de caranguejos, a satisfação de suas necessidades imediatas. Perduram, ainda, principalmente, na região nordestina, muitos elementos culturais perpetuando a ligação econômica das naturais da terra com as áreas dos "manguezais".

Dentre outros muitos dêsses elementos, registamos aqui os seguintes: o uso da prática da pesca, de certos instrumentos, tais sejam: o "arpão", o "puçá", o "jererê" e a "jangada"; a utilização do cipó e da embira para amarrar os caranguejos em "fieira" ou em "cambada", bem como para confecção de cêstos "samburás" e de covos e outros engenhos; o "marisco" de rapar côco, denominação essa proveniente do uso dos índios de rapar o côco com a concha de uma espécie de "marisco", grande molusco arredondado e por isso mesmo, chamado pelo nome de "marisco rapa-côco"; a prática de barragem nas "camboas" etc.

Alargando tal exploração os colonizadores portuguêses passaram a aproveitar também os elementos vegetais. A êsse respeito já Gabriel Soares registava, em 1587, os méritos da árvore do mangue que tem "madeira vermelha e rija de que se faz carvão, cuja casca é muito áspera e tem tal virtude que serve aos curtidores para curtir tôda sorte de pêlos, em lugar de sumagre, com o que fazem tão bom curtume como com êle".

Também os colonizadores portuguêses conhecem a iniciativa de exploração mineral dos "manguezais" com o aproveitamento da argila — "o barro com que se purga o açúcar" — na frase de Antonil, o qual "tira-se dos "apicus" que, como temos dito (quem o diz é Antonil) são as coroas que faz o mar entre si e a terra firme e as cobre a maré". Verifica-se ainda, através do relato dêsse autor que o barro dos "apicus" era largamente explorado na fabricação de fornos, telhas e tijolos, pelas olarias que, na maioria das vêzes constituem dependências dos próprios engenhos, quando êsses estendiam seus domínios a "apicus ou barreiro". O processo de purgação do açúcar com o barro dos "apicus" é largamente exposto em todo o capítulo V do livro *"Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas"*, com que aquêle erudito jesuíta enriqueceu a nossa bibliografia.

Sôbre o têrmo "apicus" ou "apicum" devemos esclarecer que é êle desconhecido em o Nordeste, principalmente em Pernambuco onde o mesmo é empregado para determinar "terreno composto de areia fina de mistura com pouca argila, imprestável para o plantio de cana-de-açúcar", segundo regista Pereira da Costa. É comum ali expressão como essa: "o engenho de fulano produz pouco porque parte das suas terras é composta de "apicum".

Informa Sílvio Fróis Abreu, que em todos os agrupamentos humanos junto à foz dos rios ou nos fundos das baías, desde o Espírito Santo até o extremo norte usa-se principalmente a lenha do mangue como combustível. Apesar da derrubada dos mangues, em grande escala, o que é aliás proibido, a proliferação dessas espécies de certo modo compensa a devastação dos manguezais. A espécie mais procurada é a do "mangue vermelho"

(*Rhizophora mangle* L.), que dá um lenho rijo pesado, considerado boa lenha pelos consumidores. Além disso, pelo grande porte do mangue vermelho a colheita de lenha é mais farta e fácil. O "mangue branco" ou "seriba" só acidentalmente é explorado para lenha, pois, sua madeira fina e leve, é considerada combustível inferior ao daquela espécie.

São ainda de Fróis Abreu os dados que indicamos a seguir sôbre o aproveitamento dos manguezais como matéria-prima para o curtimento de couro. Acentua o mesmo técnico que a casca do "mangue vermelho" contém grande proporção de tanino e, por isso, é extraída dos indivíduos de grande porte e vendida para os curtumes do litoral, pois, no interior tem-se matéria-prima local nos angicos, nas aroeiras, no barbatimão e em outras espécies vegetais locais. No "mangue-branco" ou "cana-poubo" (*Laguncularia racemosa* Gaertn), a maior concentração do tanino está nas fôlhas, que são colhidas pelos cortadores nos mangues próximos aos curtumes, as quais têm de ser utilizadas logo para evitar a decomposição. As duas qualidades de mangue chamadas "siriba", "siriúba" ou "saraíba" ocupam o fundo dos manguezais, onde já é menor a influência da maré, ou onde o ambiente é menos salino. As árvores atingem grande porte e já não são procuradas pelos curtidores nem pelos tiradores de lenha.

Terminamos por indicar de modo geral, a distribuição geográfica dessa espécie dos nossos mangues, essas "esquisitas representações do mundo vegetal" de que nos fala A. W. Sellin. As maiores formações de mangue no Brasil encontram-se em tôrno da baía de Paranaguá e Guaratuba, Iguape, Santos, Vitória, Caravelas, Canavieiras, Belmonte, Ilhéus, Maraú, Camamu, Santarém, Igaperuna, Valença, Santo Amaro, Jaguaribe, Aracaju, Maceió, Recife, Cabedelo, Mamanguape, Natal, Tutóia, Araoises, Parnaíba, Amarração, ilha de São Luís, seu contôrno interior, tôda a costa recortada desde Alcântara, no Maranhão até Viseu no Pará, Belém e recortes e estuários na costa da Guiana Brasileira.

MUXUANGO

José Veríssimo da Costa Pereira

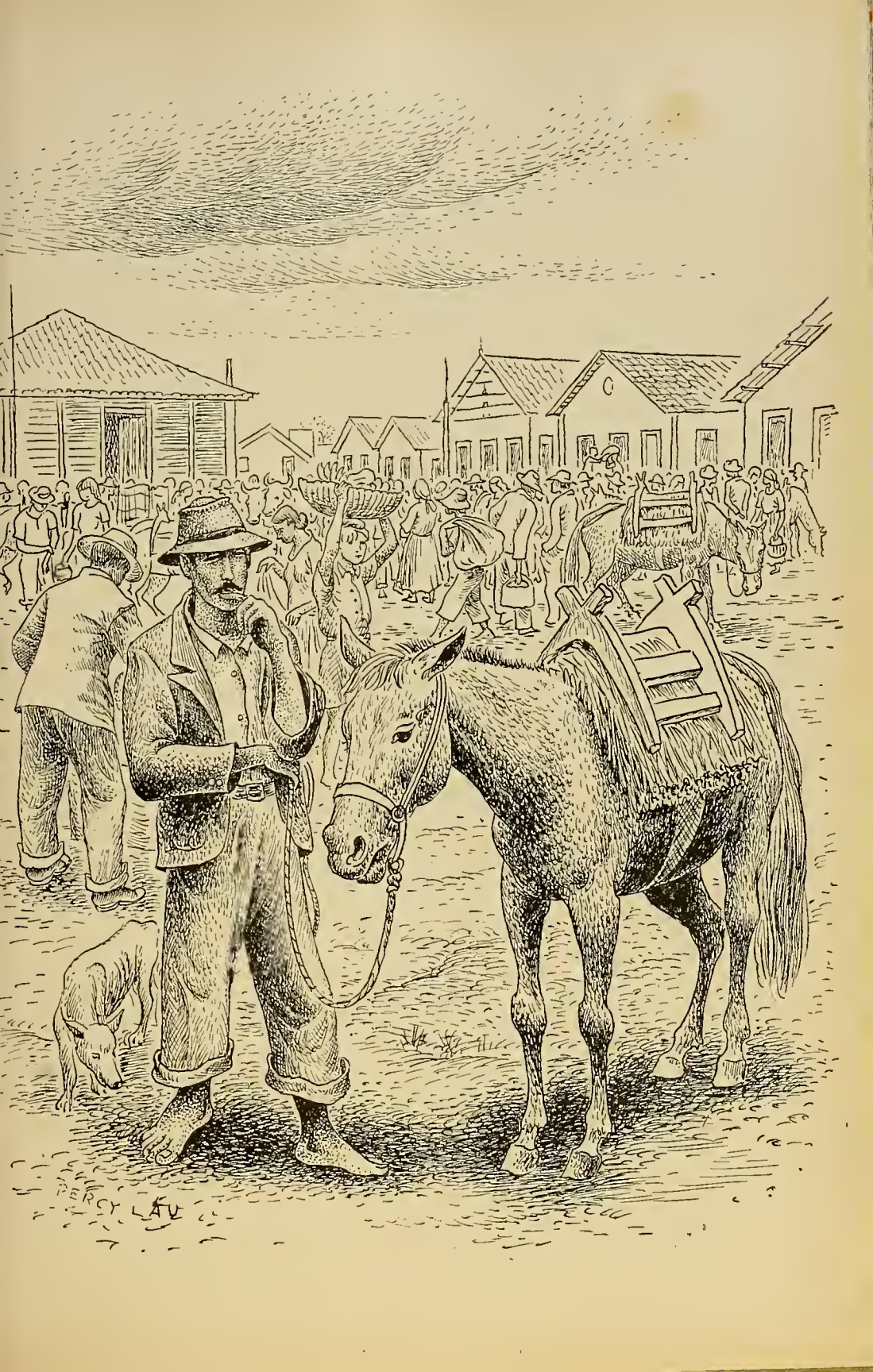
O "MUXUANGO" é um tipo rústico da planície de restingas encontradiço entre a população rural da costa e da baixada fluminense.

De acôrdo com Alberto Lamego Filho, que o estudou, sobretudo no livro intitulado *"Na Planície do Solar da Senzala"*, (Livraria Católica, Rio de Janeiro, 1934, pp. 101-107) o "muxuango" vive disperso tanto nos areais que cobrem o trecho costeiro situado aquém e além da foz do Paraíba do Sul, como na zona ondulada do município de São João da Barra que lhe fica ao norte. Daí para o sul, o tipo pode ainda ser encontrado mais ou menos com as mesmas características até as proximidades da cidade de Barra de São João.

Em geral, o "muxuango" é um sitiante que não entra na massa do proletariado agrícola. A explicação do fato decorre da facilidade que o "muxuango" dispõe para entrar na posse de um sítio em vista do baixo custo das terras que são freqüentemente pobres sob o ponto de vista agrícola.

Como o solo em que trabalha é quase sem valia e devido, também à precariedade dos meios de transporte, as culturas empreendidas deixam de ser remuneradoras. Esta circunstância importante impele, então, o "muxuango" para outras atividades que se realizam completamente. Nesse sentido, o "muxuango" passa a executar trabalho de pesca e caça nas lagoas sem prejuízo, porém das pequenas plantações de abóboras e de variedades de mandioca, feitas, de ordinário, sôbre as porções mais cultiváveis das terras disponíveis.

O gênero de vida peculiar do "muxuango" é completado por variada e expressiva atividade industrial rudimentar. Assim, tanto fabrica a farinha de mandioca, quanto aproveita o barro existente instalando olarias primitivas; tanto se dedica à indústria elementar de cestas, como se entrega ao preparo do peixe sêco, salgado. O aspecto complementar do gênero de vida do


PERCY LAU

"muxuango" completa-se finalmente, com a criação, que se realiza, em pequena escala, nos sítios dispersos pela planície das restingas.

Tirando proveito das possibilidades que o meio natural lhe oferece, o "muxuango" consegue levar até às feiras típicas, locais, os diferentes produtos recolhidos de suas modestas propriedades. É o que sucede particularmente em Gargaú, localidade situada a noroeste de Atafona a uns dez quilômetros desta vila pertencente ao município de São João da Barra.

Com seu espírito de arguto observador, LAMEGO deu-nos em 1934, uma expressiva descrição da feira muxuanga de Gargaú. E escreveu: "A feira de Gargaú é um mostruário semanalmente aberto, uma completa exibição do seu labor. A afamada farinha é o principal produto. Mas também compra-se, vende-se e "breganha-se", do robalo fresco à tainha sêca, animais de sela e corte, gamelas e gaiolas, sabiás da praia e papagaios, rêdes, juquiás, puçás, cestas, tipitis, jacás, arupemas e panelas de barro, esteiras e samburás, cordas e artefatos de couro".

Com seu estilo próprio, o escritor transmite-nos o colorido especial que o "muxuango" imprime ao quadro da feira de Gargaú: "Por ali vaga o "muxuango" endomingado, num ambiente todo seu. Chega ao trote duro das "pulitanas" ou nas mesas dos carros de boi, arrastados horas a fio pelas areais. Vem de longe. Traja terno riscado e camisa de zefir. Colarinho é luxo. Mesmo os de mais posse têm o andar sempre cansado de quem passou a vida arrastando perneiras, marchando sôbre areias, clapotando em atoladiços".

No *"Dicionário da Terra e da Gente do Brasil"*, (4.ª edição, vol. 164, série 5.ª da Biblioteca Brasileira, Comp. Editôra Nacional, São Paulo, 1939, p. 283) BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA define "muxuango" como sinônimo de "caipira", "tabaréu", "mucufo" etc., usado sobretudo na zona de Campos dos Goitacases. E acrescenta que VALDOMIRO SILVEIRA com êste título publicou um livro de contos editado pela Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro.

Realmente o ar tímido e arisco do "muxuango" é o de um caipira do interior do país. LAMEGO procura explicar que o "muxuango", "homem da costa largado a si numa terra improdutiva, a braços com o brejo, com a areia e com a vegetação raquítica, maranhosa e espinescente, esmorece numa luta estéril. Dia a dia, ano a ano, século a século involui. O espírito empaúla-se numa letargia de aborígine. A ambição desaparece. Diluem-se as idéias. Decresce a iniciativa. Cessa a combatividade. O ariano civilizado volta à selvajaria, acaipirando-se. É um vencido. A terra subjugou o homem. A impassibilidade topográfica como que produz a impassibilidade humana.

Aumenta-lhe a apatia, a escassez de vitaminas na alimentação de paçoca, carne sêca e peixe salgado. A face pálida e inexpressiva do "muxuango", côr das areias, revela a verminose, o paludismo e a anquilostomíase".

O "muxuango" é um tipo exclusivamente branco. Em geral é magro e de estatura variável. Os olhos são freqüentemente verdes ou azulados. Os lábios são finos e o nariz quase sempre reto. LAMEGO os considera como sendo dolicocéfalos, e nêles verificou a abundância do tipo louro. A explicação da existência dêsse curioso tipo étnico, disperso pelas terras baixas, costeiras, do chamado norte fluminense, não seria fácil. O assunto caberia ser elucidado por especialistas outros que não geógrafos.

Embora a família "muxuanga" seja muito prolífera nem por isso a casa que ela ocupa é suficientemente ampla. Pelo contrário. A habitação é sempre pequena, baixa e de compartimentos acanhadíssimos. Quase sempre a casa é de côr branca e, muitas vêzes isolada na solidão dos areais. A cobertura de telhas ou de tabuinhas prevalece, entretanto, nos sítios dos "muxuangos", mas ricos onde a engenhoca pode aparecer para imprimir algum dinamismo à monotonia freqüente das paragens em derredor. Todavia, nas encruzilhadas dos caminhos, as casas costumam juntar-se e, nesse caso, duas ou três, ou três ou quatro podem marcar a extensão da aglomeração "muxuanga" de resto sempre animada pela criançada loura de olhos claros e azulados. O desenho, de PERCY LAU, procura apresentar, baseado em fotografias um aspecto da feira muxuanga de Gargaú.

Segundo a informação oral do geógrafo LÚCIO DE CASTRO SOARES, o povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos, à margem norte da lagoa Feia, representa bem o tipo da aglomeração urbana muxuanga. Aí os habitantes vivem sobretudo da pesca do robalo e praticam ùnicamente uma agricultura de subsistência. Alguns se dedicam à criação em pequena escala.

NEGRAS BAIANAS

LÚCIO DE CASTRO SOARES

A NEGRA baiana ou simplesmente a "baiana", como é vulgarmente mais conhecida, é figura das mais características da pitoresca e tradicional capital do estado da Bahia — a cidade do Salvador, dentre os diversos tipos humanos lá ocorrentes, desde o elemento branco até o negro puro, através de vários graus de mestiçagem.

Sua origem é africana, como africanos eram todos os negros que vieram povoar a nossa terra. É difícil determinar com precisão quais as "nações" do continente negro introduzidas no Brasil pelo tráfico negreiro. O critério cultural permite-nos, porém, saber, dêste ponto de vista, qual o elemento afro predominante na Bahia. Aí aportaram indivíduos pertencentes predominantemente ao grande grupo cultural sudanês, com grande influência maometana, a qual é refletida na religião e no vestuário. Dêsse grupo sudanês faz parte a preta baiana, cujo traço mais característico é sem dúvida a indumentária — composta principalmente do turbante muçulmano, compridas e largas saias, vistosos chales e mantas listradas lembrando o traje marroquino — de indiscutível origem islâmica. "Na indumentária da escrava baiana", escreve PEDRO CALMON, "ficou, característico, o traço bérbere. O turbante e o chale da baiana recordam-lhe as populações muçulmanas do Sudão". Confirmando-lhe a procedência sudanesa, GILBERTO FREIRE acrescenta: "São em geral pretalhonas de elevada estatura — essas negras que é costume chamar de baianas. Heráldicas. Aristocráticas. A elevada estatura é aliás um característico sudanês, que convém salientar".

É pelo vestuário que a baiana se tem celebrizado, sugerindo belas fantasias para os folguedos carnavalescos; seu turbante, pelo arranjo original já entrou na moda feminina. A graciosidade e faceirice brejeira que possuem quando moças, exteriorizadas pelos requebros da sua coreografia bárbara nos batuques dos "candomblés", bem como o gôsto pela música e

canto, têm servido de motivo para inúmeras composições populares. Daí sua influência enorme no folclore nacional.

Nas grandes festas do catolicismo (que adotaram, apesar de originàriamente fetichistas, por meio de curioso sincretismo religioso), principalmente nas tradicionais procissões e romarias do Senhor do Bonfim, ostentam uma indumentária riquíssima e extremamente complicada pela variedade enorme de peças e multiplicidade de adereços. Nesses dias exibem saias de beca plissadas a mão; batas rendadas; "camisas de tecido finíssimo, primorosamente bordadas"; compridos chales multicores de pano da costa. "Por cima das muitas saias-de-baixo, de linho alvo" (gastam cêrca de dezesseis metros de fazenda na confecção das mesmas), "a saia nobre, adamascada, de côres vivas". Na cabeça "torsos de sêda" (a rodilha ou turbante muçulmano) "de gorgorão prêto", tecido branco ou de côres gritantes; "chinelinhas de veludo, lavoradas a canutilho de ouro" na ponta do pé. Quanto aos adereços e pingentes trazem atravessados nas orelhas argolões de ouro; no pescoço, colares de contas brilhantes, de miçangas, de búzios, com a indispensável e mística figa de guiné, amuleto contra o "mau-olhado"; nos dedos, nos pulsos, nos braços, "até quase nos cotovelos... uma profusão incrível de jóias custosas. Além do molho volumoso de barangandãs — berloques, tetéias, bugigangas de ouro, de prata, de azeviche... — pendurado à cintura", como descreve Silva Camões.

É realmente uma figura singular e pictória. Na gravura, vemo-la, no desempenho da sua atividade principal: o comércio de quitutes. Sentada diante do seu tabuleiro transportável, é encontrada vendendo os seus preparados saborosos, feitos segundo a receita africana que trouxe da terra natal ou lhe foi transmitida pelas gerações: guloseimas, nas quais a pimenta e o azeite de dendê são os condimentos mais freqüentes. O "acarajé" e o "abará" figuram, no tabuleiro, como pratos principais, seguidos do vatapá, do "caruru", da "canjica", do "tutu", do "cuscus" etc. etc. Doceiras exímias, aí também são encontrados a "cocada", o "pé-de-moleque", o "doce-de-gengibre" etc. etc., sem esquecer o bolinho de tapioca assado na grelha, ao lado do tabuleiro.

A baiana nem sempre foi assim livre, independente, alegre e jovial, tal como a apresentamos. Ela tem uma longa e triste história; a adversidade sòmente há meio século deixou de a acompanhar com o seu cortejo de amarguras. Sua raça, seus hábitos e costumes, sua indumentária e atividades nos evocam o sombrio e doloroso episódio da colonização — a escravidão negra.

Com a Abolição passou de vez da "senzala" para a "casa-grande", onde então continuou a exercer tão sòmente os misteres maternais de "ama-de-leite", de segunda mãe dos filhos do "senhor-de-engenho".

Com a gradativa transformação dos nossos costumes familiares a velha mucama "veio para a rua", onde, gozando a liberdade "embora tardia" que lhe fôra dada, passou a viver por conta própria, ganhando a vida, independente, a mercar diante do clássico tabuleiro os saborosos quitutes e guloseimas. Antes mesmo da libertação, conseguida a "carta de alforria", já se dedicava a êsse gênero de vida autônoma, quando não preferia, mesmo "fôrra.., trabalhar para o antigo "senhor", o que acontecia na maioria das vêzes.

Quando na casa-grande, influi bastante nos costumes da família baiana ora introduzindo na sua culinária pratos africanos, ora assistindo, desde o berço à formação dos novos membros da grande família patriarcal e ora atendendo a mil reclamos diversos como serva solícita.

Hoje em dia, a popular negra baiana é uma sobrevivência da carinhosa "mãe-preta", da prestimosa e utilíssima "ama-de-leite", dos nossos pais e avós.

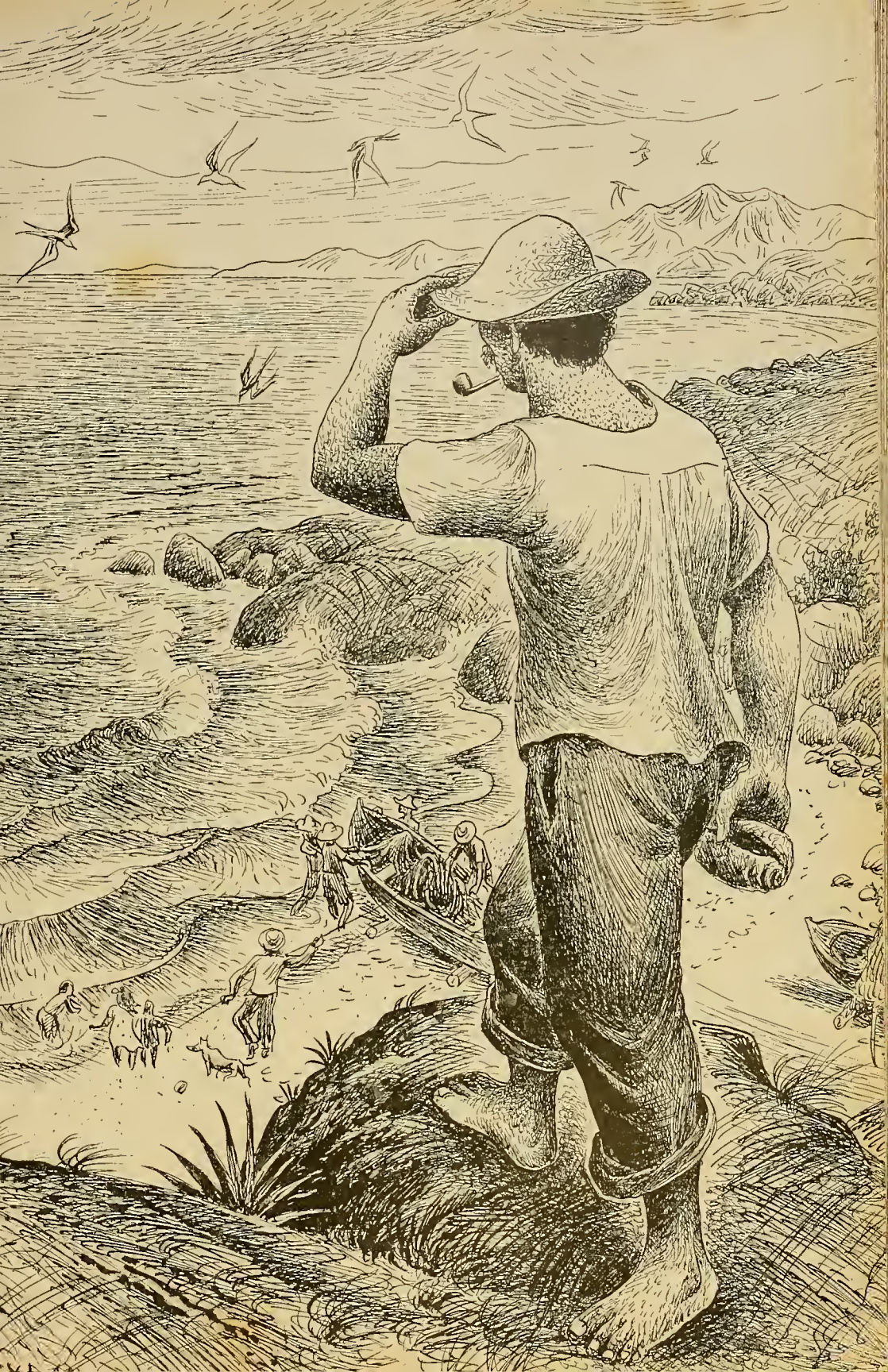
O ESPIA

NELSON WERNECK SODRÉ

QUANDO se aproxima a época em que a tainha sobe a costa, em busca de águas mais quentes, para a desova, vai uma agitação intensa pelos núcleos de pescadores do litoral paulista a nordeste de Santos. A aproximação do cardume é acampanhada com tôda atenção, e a notícia corre de praia em praia, aprontando os pescadores o material para a tarefa que se avizinha. Sob os ranchos, entre o "jundu", no fundo das estreitas enseadas ou na ponta das praias, consertam-se as rêdes, revistam-se as tralhas, examinam-se chumbeiros, alcalas cortiças e remos. Descansam as canoas nos roletes, abrigadas em cobertas junto ao mar.

Enquanto todos êsses preparativos se processam, numa faina coletiva que caracteriza a população litorânea e que a irmana, tôda entregue que fica aos misteres de uma atividade coletiva em que cada um tem o seu papel e a que nem mesmo as mulheres escapam, — há um elemento que já está em função e função importante, de cujo exato desempenho dependerá o êxito do cêrco que os pescadores farão. É o "espia". Do alto de uma "costeira" favorável, ou de um ponto elevado da praia, onde possa avistar desde longe as águas oceânicas, sua vigilância não tem pausas. Olhos postos no mar, como que fareja a aproximação do cardume. A agudeza de sua observação é impressionante. Antes que qualquer outra pessoa perceba, está acompanhando os movimentos dos peixes, prenunciando mesmo a sua aproximação, sentindo o seu rumo e até avaliando o seu número. Dia após dia, noite após noite, aguarda o aparecimento do cardume e, quando verifica a sua chegada nas águas próximas pertence-lhe o sinal que dá comêço à intensa atividade que consome a população local.

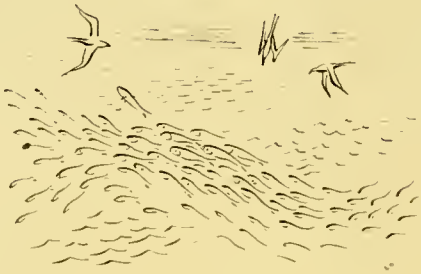
Tarda, às vêzes, o alarme. É que o peixe, não raro, demora dias e dias em frente à praia, ora se aproximando, ora se afastando, reunindo-se ou se dispersando, entrando pelas águas profundas ou retornando à tona. Um aviso fora de tempo, um



lançamento precipitado, um atraso qualquer, — e a tarefa estará ameaçada de malôgro. Pertence ao "espia" e constitui a parte difícil e de responsabilidade pessoal de sua tarefa, a escolha do momento propício, quando as operações devem ser desencadeadas. Atento, acompanha todos os movimentos do cardume e, depois de prolongada espera, decide da convocação do pessoal da praia e do início da atividade do cêrco das tainhas. Soa, então o búzio e o seu ruído ecoa pelas praias e encostas vizinhas. O pessoal acorre, destinando-se cada um ao lugar que lhe cabe e apanhando o material de seu trabalho. A população tôda corre para a praia, saindo dos caminhos, encostas e ranchos escondidos no "jundu". Rolam-se as canoas praia abaixo. Formam-se as canoas na conformidade das rêdes que levam, embarcam as tripulações. E avançam, vagarosamente, ao impulso de remadas pausadas e silenciosas, enquanto canoas menores, dos "aparadores", vão acompanhando, prontos a completar a tarefa dos redeiros.

Mais atento do que nunca, o "espia" está acompanhando e comandando todos êsses movimentos. De seu pôsto, com sinais de braço, desenvolve a manobra dos barcos. Há um momento em que o cardume se dirige para o lugar favorável ao cêrco. A flotilha está pronta e deixou o peixe entre ela e a praia. A distância em que se encontra o peixe, a densidade de sua reunião, sua posição em relação à costa, condicionam o lançamento das rêdes. O sinal do "espia" é decisivo. Lançam-se as rêdes, com os barcos aproximados e ela é estendida, depois, pelo afastamento dêles, até fechar-se, com as pontas sôbre a praia. Está pronto o cêrco que fica complementado pelas tarefas miúdas. Não está senão iniciada a tarefa do "espia", embora a sua parte principal esteja feita. Cabem-lhe ainda pormenores do cêrco, até começar a puxada para a praia.

Acabada a pescaria, quando todos se aprestam para a partilha do peixe, reunidos em volta dêle, na praia, êsse "general dos cercos de tainha", como o denominou Carlos Borges Schmidt, tem a sua paga. De acôrdo com a sua responsabilidade e a importância do seu trabalho, seu quinhão é maior.



PLANÍCIE DOS GOITACASES

José Veríssimo da Costa Pereira

TOMADO na direção sudoeste, o desenho fixa um aspecto da Planície dos Goitacases, em Campos, estado do Rio de Janeiro. Os traços essenciais da paisagem foram observados do terraço do estabelecimento de educação tradicionalmente conhecido por Liceu de Campos.

Edificado numa das poucas elevações da margem meridional do rio Paraíba do Sul, que atravessa a Planície sensìvelmente de oeste para leste, o Liceu, com o seu terraço, constitui, com efeito, um dos bons lugares do alto dos quais é possível observar-se bem a paisagem campista. Em geral, essas elevações da margem direita do rio não chegam a atingir a cota dos 15 metros.

É justamente no rumo sudoeste que a paisagem se apresenta mais movimentada e atraente. Isso porque as elevações da serra do Mar barram, em parte, o horizonte nessa direção, quebrando — com a série de terraços sedimentares, em derredor, — a monotonia da planície aluvial que lhes morre aos pés.

Olhos exercitados enxergariam nas elevações mais próximas do Complexo Brasileiro, formas de relêvo bastante dissecadas pelo Paraíba e seus tributários e, em certos casos, afloramentos isolados de rochas cristalinas. A uns 12 quilômetros para sudoeste o morro do Itaoca é na verdade uma porção emergida do Arqueano ligada à planície aluvial pela interessante aba de terraços supostamente terciários.

Em geral, a enorme planície quaternária é dominada pelos referidos tabuleiros, que não sòmente orlam a frente dissecada da serra do Mar, mas franjam, outrossim, a margem esquerda do rio Paraíba, estendendo-se para o norte onde chegam, presentemente, a atingir a elevação máxima de 30 metros.

Extensos canaviais dão um colorido verde-claro à imensa planíce goitacá salientando-se da paisagem as silhuetas das usinas com suas chaminés típicas côr-de-tijolo.

Canaviais e usinas tendo em derredor casas bem construídas já por si mesmos revelam a nota característica de Campos. Estudo local, minucioso, permitiria entrever na planície, todos os elementos, estáticos e dinâmicos, que integram hoje a moderna paisagem açucareira. De um lado, a atividade industrial expressa estàticamente, pela maquinaria e edifícios especiais indispensáveis à indústria do açúcar; de outro, a atividade agrícola denunciada pela extensão dos canaviais. Renques de eucaliptos orlam êsses canaviais que, farfalhantes, são aqui, e ali muitas vêzes interrompidos pelas relíquias, possìvelmente, da floresta original. Sob o aspecto dinâmico, as formas móveis da paisagem, a agitação de homens e de veículos, trens de ferro, e carros de boi; as operações de plantio da matéria-prima, as atividades febris da safra, a partir de maio e, finalmente, os processos de fabricação, transporte de combustível e do produto acabado dos mercados compradores.

Do ponto de observação, prèviamente assinalado, a Usina do Queimado surge ao alcance da vista, fora, porém, dos limites da cidade. Próxima a muitas outras, que enchem de preferência a baixada pela sua parte sul esta usina, como as demais aproveitam um terreno plano e humoso, de várzea e massapé por onde se alastram os canaviais, que as alimentam em abundância.

Pacientes investigações locais já revelaram extenso e profundo lençol de argilas amareladas, fertilíssimo, estendido por tôda a parte sul do Paraíba. Dada a sua grande capacidade de retenção de umidade no subsolo, os terrenos da margem sul do Paraíba, efetivamente, aí oferecem, às gramíneas, melhores condições de desenvolvimento, sobretudo durante a época da estiagem que, em Campos, geralmente se prolonga de julho ao mês de agôsto.

As condições ubérrimas do solo explicam, assim, a razão de tantas chaminés de usinas, observadas sôbre uma área proporcionalmente pequena, e também, um dos motivos fortes de todo o poderio econômico atual de Campos e da sua própria evolução social. Esta, verdadeiramente, tem raízes profundas na história da lavoura canavieira e da indústria do açúcar, implantadas pelos Assecas, — embora incipientemente — desde os começos do século XVII, na planície das aluviões recentes do Paraíba inferior. Desenvolvida no século XIX, modernizada depois da primeira Grande Guerra, a indústria renovou-se finalmente ao impulso centralizador da atividade fabril, característica das grandes usinas atuais, de açúcar e de álcool.

Mais um traço essencial da paisagem goitacá, em Campos, é o Paraíba do Sul, que, em Itereré, a 17 quilômetros da cidade, penetra a planície a uma distância total de 53 quilômetros da

foz do rio, em Atafona. Do terraço do Liceu — olhando-se para oeste — é possível perceber-se, longìnquamente, a direção em que o Paraíba chega à planície através da brecha gnáissica do Sapateiro. Deixando uma zona de relêvo relativamente enérgico, o rio passa a deslizar, enfim, na planície moderna cujos limites atuais substituem os do antigo mar, aí, outrora existente. Um mar pouco profundo em que primitivamente desembocava o rio e que teria sido entulhado em parte, primeiro, pela abundante massa de detritos carreados do planalto e, depois pelo trabalho de deposição dos sedimentos tanto marinhos quanto fluviais. Assim, tôda a Baixada dos Goitacases poderia ser concebida como uma planície quaternária que enfarta as depressões existentes não só entre as elevações do Complexo Cristalino mas também entre estas elevações e os tabuleiros e mesmo entre dois ou mais dêstes terraços. Pelo fato das depressões se estenderem de norte para sul, desde uma pequena parte ao norte da foz do Paraíba do Sul até — no máximo — Macaé e a série de colinas e esporões suaves, bem nivelados, da bacia do Macabu, segue-se que a Planície dos Goitacases venha a compreender, portanto, as terras nem sempre exclusivamente planas — de restingas e aluviões, — sôbre as quais deslizam rios de uma porção da bacia do Paraíba inferior, da bacia da lagoa Feia e da bacia do Açu. Seu limite leste é o Atlântico e o oeste grosseiramente, a frente dissecada do bloco falhado da serra do Mar.

Na zona de Campos a planície das aluviões recentes compreende a parte meridional do Paraíba, de Itereré à lagoa Feia, englobando Barcelos que se localiza a uns 10 quilômetros do limite da cidade para nordeste, na direção de São João da Barra e Atafona. É a zona dos solos ricos amarelados enxameada de usinas e canaviais limitados pelos tabuleiros, canaviais que morrem de súbito aos pés da área urbana. A zona mais dividida e, também mais povoada.

Em contraste a zona das restingas recentes inclui a zona triangular ao norte do Paraíba de Barcelos a Guaxindiba e Atafona.

De Atafona a Barcelos as restingas com suas alamedas em linhas paralelas, marcham em sentido contrário à da corrente do Paraíba envolvendo porém, a estreita nesga das aluviões marginais do rio. Pela margem esquerda do Paraíba se aproximam do morro alto emoldurando, com suas areias brancas os terraços sedimentares e setentrionais. Para o sul, de Barcelos ao cabo de São Tomé pela margem leste das lagoas Saquarema e dos Jacarés. Tôda a área correspondente à zona dos sedimentos marinhos é constituída de solos pobres, brancos e em geral, arenosos: de terras de baixo custo e francamente povoadas. Em profundo contraste com a das aluviões recentes, a zona de res-

tinga, culturalmente tem sua fisionomia condicionada pela própria feição geomorfológica diferente da planície. Nem canaviais nem usinas, mas alguma criação e população extremamente diminuta e rarefeita. Todavia, matas e capões nos areais, em franca devastação, asseguram lenha necessária para a vida das usinas.

O quadro dos traços essenciais da planície goitacá ainda engloba a série de lagoas e de pântanos que enxameiam a baixada tanto ao norte quanto ao sul do Paraíba. Pântanos e lagoas, resultantes, também, da formação das restingas e aluviões, ao deixarem aquelas um certo número de baixadas locais, relativamente grandes, entre si; e, ambas, ao represarem — muitas vêzes até as cabeceiras — os antigos cursos d'água que dos tabuleiros desciam para o antigo mar de Campos.

Sôbre o Paraíba — rolando por entre canaviais, lagoas e banhados — canoas e pranchas com suas velas brancas como as areias, pitorescamente deslizam para se concentrarem, enfim, de preferência na conhecida e famosa enseada da Lapa, em Campos.

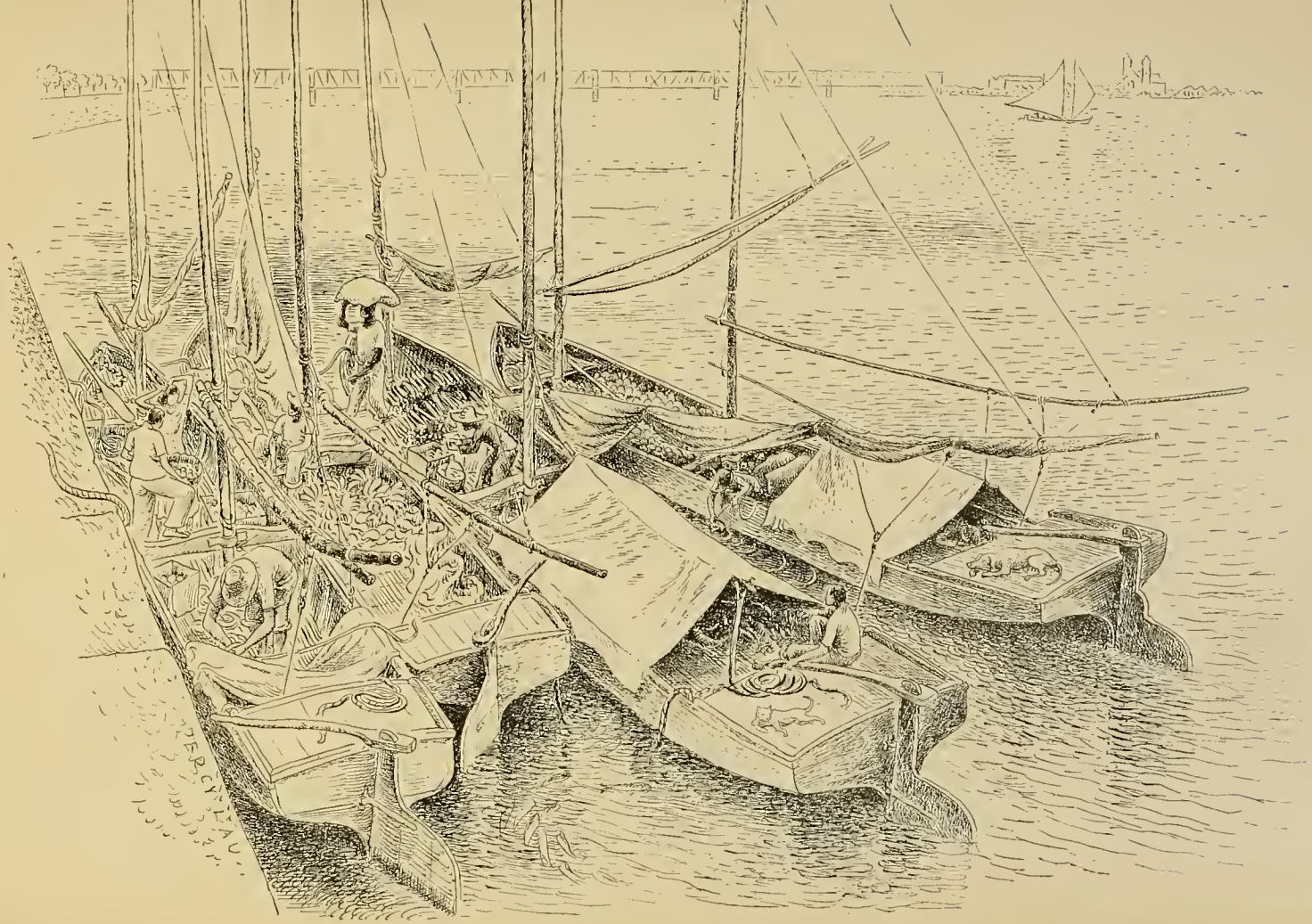
PRANCHAS

ELOÍSA DE CARVALHO

SUBINDO o Paraíba à tarde, valendo-se do alísio ou descendo-o à noite, aproveitando a corrente, as "pranchas", com suas brancas velas triangulares enfeitam o rio entre São Fidélis e São João da Barra, servindo às populações das pequeninas vilas que naquele trecho sôbre êle se debruçam, ou transportando a mudança dos que buscam Atafona ou Gargaú fugindo ao calor de Campos.

Outrora seu percurso foi maior. Depois de 1872, quando se abriu o canal Macaé-Campos, chegavam até Imbetiba, pôrto marítimo de Campos, por onde saíam as riquezas da Planície dos Goitacases e de regiões serranas próximas que para tanto utilizavam o Paraíba do Sul. Construída três anos depois, a estrada de ferro que aniquilou o pôrto de São João da Barra, tornou também inútil o canal, que fôra construído em virtude da mobilidade da foz do Paraíba, de que aquela cidade era o escoadouro.

Servindo ao abastecimento de Campos, as pranchas facultam em virtude dos pequenos fretes cobrados, o comércio entre os pontos extremos da navegação do baixo Paraíba. Não contando com o serviço de gás e sendo a fôrça elétrica insuficiente, a lenha e o carvão vegetal necessário aos serviços urbanos como ao trabalho das usinas de açúcar, são trazidos das ricas matas do "sertão de Cacimbas", na margem esquerda do Paraíba pelas pranchas. Frutas — bananas e goiabas — estas últimas enviadas para as famosas fábricas de goiabada da cidade, melancias e abóboras, queijos e manteiga das fazendas vizinhas, chegam a Campos nessas simples embarcações. São comprados a um e outro no percurso feito e conduzidos para a cidade onde o lote é adquirido por indivíduos que o enviam para o mercado. Feijão, milho e café vêm de São Fidélis, sendo geralmente a rubiácea adquirida em Cantagalo; em troca, certos gêneros, entre os quais o açúcar, a gasolina e ferramentas, são obtidos em Campos; São João da Barra envia para essas



cidades o conhaque de alcatrão — fabricação local — e abóboras, chamadas de areia, mais apreciadas que as da terra, pois, conservam-se mais tempo. É interessante notar a influência que certos produtos exercem sôbre o mercado, principalmente aquêles que se acham ligados a determinadas quadras do ano. A goiaba serve de exemplo: na época da sua safra o transporte de lenha é descuidado.

Nota-se em Campos, segundo nos adiantou morador da cidade, um verdadeiro truste no que se refere às pranchas. Há indivíduos que possuem dez e doze delas, pagando empregados para o trabalho de comércio e direção das mesmas. Os portos da Banca, na Lapa e o da Cadeia, onde é desembarcada principalmente a lenha, são os locais onde elas geralmente estacionam.

Pranchas ou chatas, como também são conhecidas essas embarcações em virtude da forma do fundo, adaptam-se à navegação do baixo Paraíba mesmo em época de estiagem. Têm a mesma dimensão em largura e profundidade, sendo o comprimento cinco vêzes a largura, que pode chegar até dois metros. São construídas de madeira de lei, peroba muitas vêzes e tôscamente talhadas a enxó, possuindo uma parte chata, a do fundo, à qual se ligam lateralmente duas outras. Segundo refere Antônio Alves Câmara, em *"Ensaio sôbre as Construções Navais dos Indígenas do Brasil"*, Coleção Brasiliana, vol. 92, são às vêzes utilizadas na sua construção canoas comuns, que se abrem longitudinalmente colocando de permeio uma prancha de madeira. Dois mastros, um na pôpa e outro no centro da embarcação sustentam uma ou duas velas triangulares, podendo, também dar-se o caso de haver apenas um mastro. O eucalipto, resistente à umidade, é utilizado para a construção do mesmo ao qual se liga o travessão, de cedro, faia, ou simplesmente bambu onde são enroladas as velas. Estas são de lona especial, usando-se o óleo de um peixe que vive no Paraíba para impermeabilizá-las. Uma argola colocada na proa serve para amarrar quando atraca, havendo de cada lado da embarcação, uma espécie de protetor de corda para impedir que se danifique em contato com o cais. Para dirigi-la existe um leme de madeira de lei colocado na pôpa manejado a pés e mãos. Dois ramos, de pinho ou faia, madeiras utilizadas em virtude de sua leveza, são usadas na pôpa e na proa para ajudar o barco a começar a se mover ou a fim de desviá-lo de qualquer obstáculo.

Entre o leme e o último mastro uma travessa de madeira às vêzes a êle unida, sustenta uma coberta de lona que protege o leito e a cozinha dos dirigentes da embarcação: há sempre sob ela esteira e cobertor e, a um lado, o fogareiro.

Vestidos simplesmente — de calção, camisa e chapéu de palha — são geralmente dois os tripulantes da prancha que têm

como companheiro um gato ou cachorro. Curtidos pelo sol e pelo vento os "prancheiros" alimentam-se simplesmente: feijão e arroz, que cozinham durante a viagem; frutas, que fazem parte do seu comércio e peixe, apanhado à linha nos intervalos de carga e descarga das mercadorias que conduzem. Não carregam água, utilizando a do rio, retirada com uma simples cuia de cuité.

O desenho de PERCY LAU mostra um aspecto dessas embarcações que tanto serviço prestam ao ribeirinho do curso inferior do Paraíba.

REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS

SERRA DO CURRAL-D'EL-REI

José Veríssimo da Costa Pereira

SEM pretender, em absoluto, cair em demasiado rigor, é possível dizer-se que sòmente a partir do segundo quartel do século atual, vêm os métodos da análise morfológica sendo aplicados com maior ou menor inteligência, e com real proveito, no estudo científico do relêvo do Brasil.

As relações dêsse relêvo com a estrutura e, outrotanto, as características próprias do nosso modelado tropical constituem, pois, ainda hoje, problemas não inteira e definitivamente resolvidos.

Numa época em que se acentua, cada dia, a tendência de se ordenar e interpretar os conhecimentos geográficos sob um prisma utilitário, prático, econômico e racional, estudos — como êsses de natureza geomorfológica — longe de aparecerem sob a forma de puras especulações acadêmicas, constituem, antes, seguros meios de que se pode valer a investigação científica, para opor inteligente e metódica reação contra os efeitos de uma terminologia antiga, muitas vêzes, de aplicação errônea, sentido abusivo e fundo quase exclusivamente popular.

Filha, em geral, de circunstâncias históricas ocasionais e do empirismo, tal nomenclatura de fato chegou, como tem chegado ao exagêro de designar como "serras", por exemplo, inúmeros e enormes trechos de nosso território, onde, em verdade, o relêvo não se apresenta nem com sensíveis desnivelamentos, nem tampouco, com as características inerentes à definição do têrmo, pelo menos segundo seu sentido mais conhecido, de elevações de terreno com duas encostas bastante caracterizadas.

Se, em inúmeras vêzes, é bem verdade, "serras" significam, no Brasil, simples bordas de planaltos e chapadas, em outras, já o mesmo não acontece. A realidade vem mostrando aliás, que o têrmo expressa, em algumas ocasiões, e de modo exato, a forma de terreno subentendida pela sua definição universal.

As contínuas pesquisas realizadas recentemente no setor da geomorfologia, têm trazido, com efeito, contribuições valiosas para a elucidação de importantes aspectos de nossa fisiografia. Infelizmente, não alcançaram ainda o necessário desenvolvimento, de sorte que se torna prematuro, nos dias atuais, pretender uma definitiva interpretação geográfica do relêvo do Brasil.

A divulgação de resultados científicos a que já se tem chegado em matéria de tão importante transcendência torna-se da maior oportunidade e, nesta circunstância, é de se louvar o esfôrço de quantos se têm empregado, e continuam a se empregar, no sentido de resolver o nosso magno problema de geografia física.

Buscando em meio, ou ao cabo de suas investigações, discernir ou, pelo menos, lobrigar as leis sob que se processou e se processa a evolução do modelado — numa grande extensão debaixo da poderosa influência de um clima tropical úmido — aos obreiros da geomorfologia e da tectônica incumbe realizar, inquestionàvelmente, uma grande tarefa no Brasil.

Tal missão consiste não apenas em fixar os diferentes tipos de relêvo — passo a passo reconhecidos — mas, em interpretá-los, outrossim, sob o ponto de vista do conjunto. Sòmente dessa maneira se poderá, num futuro talvez próximo, lançar uma classificação global, simples e prática, das nossas formas e tipos de relêvo com a vantagem de ser apoiada, além do mais, em bases cientìficamente corretas.

No estado atual dos conhecimentos geomorfológicos e tectônicos, levando-se em conta, sobretudo, o que de real se sabe quanto ao aspecto, situação, estrutura geológica e origem do território brasileiro, torna-se indubitável, de início, que na categoria de serras, sòmente devam figurar as elevações do Brasil de Leste cujas rochas, arqueanas e algonquianas, depois de enrugadas se erodiram, e, em seguida, se fraturaram transformando-se sucessivamente, muito mais tarde, num tipo diferenciado de relêvo, no qual já foi possível verificar certo número de falhas antigas e mesmo dobras de fundo, com particularidade na região algonquiana do centro de Minas Gerais, onde as primeiras influem, sem sombra de dúvida, na variabilidade com que costumam se apresentar os afloramentos. Aos desníveis anteriores seguiu-se um característico "rejuvenescimento" do relêvo graças, principalmente, ao reinício da erosão, desta feita, sob a forma de um forte trabalho de desgaste realizado segundo a linha de menor resistência das respectivas rochas. Neste seu reaparecimento, a erosão, ora cavando vales, ora esculpindo cristas, de qualquer maneira, contribuiu, diferencialmente, para compor na fachada oriental do Brasil, sobretudo na maior área do afloramento correspondente às séries de Minas

e Itacolomi, um modelado que, em seu conjunto, ou em suas particularidades, constitui por assim dizer, uma réplica sul-americana do relêvo de tipo apalachiano ou uma modalidade, nos trópicos, da inconfundível topografia jurássica.

Como no embasamento cristalino as rochas do algonquiano aflorem apenas em cêrca de 4% da área territorial, de preferência numa grande extensão do Brasil de Leste; como, nesse interior, as rochas consistam, em sua maioria, em micachistos, chistos sericíticos, quartzitos, bem como nas variedades brasileiras dos itacolumitos e itabiritos, que são das mais resistentes; pelo fato também de ser menor, no referido interior, o metamorfismo das rochas que no arqueano, torna-se então explicável a freqüente desigualdade de resistência das mesmas e, portanto, compreensível a oportunidade adequada para o maior trabalho da erosão diferencial; outrosim, para uma decomposição das rochas, também maior, sob clima propício. Aliás, a própria apresentação do relêvo, principalmente, na região central de Minas Gerais, ou seja, a parte meridional do trecho mineiro-baiano situado entre Ouro Prêto e Juàzeiro, nem sempre segue a orientação de sul para norte, característica do Espinhaço. Conserva, pelo contrário, uma distribuição confusa, extraordinàriamente complexa, que além de revelar uma história muito perturbada, chega a dificultar, sobremaneira, a distinção necessária entre os relevos de origem tectônica e os que podem ser subentendidos como uma adaptação à estrutura.

Assim a análise interpretativa do contraste entre o aspecto montanhoso da fachada oriental e a configuração monótona do relêvo interior, tanto maior quanto mais se considere a sua porção ocidental, constitui, pelo motivos já apontados, a preocupação máxima atual dos que mais de perto lidam com os delicados problemas de nossa geografia física.

À própria geografia humana, como à geografia econômica e política, não são estranhos, por outro lado, os consideráveis efeitos da história do solo e do relêvo do Brasil sôbre a forma, o modo da ocupação humana e os diversos aspectos da atividade econômica.

No coração de Minas Gerais, por exemplo, onde se encontram as nossas principais jazidas minerais relacionadas com o algonquiano e a tectônica da região, certas feições da paisagem cultural se acham com efeito, em íntima correlação com a estrutura geológica e a composição mineralógica dos terrenos, refletindo, ainda, um dado momento da evolução histórica do país. O fato, conforme o caso, tanto se verifica onde os estrangulamentos marcam a presença em massa dos quartzitos e suas variedades célebres, quanto naqueles onde os terraços passam a se acumular nos vales mais ou menos amplos.

O traçado das estradas e o sítio das aglomerações industriais, bem assim a localização dos centros de comércio aparecem, então, quase sempre, como expressões do recíproco acôrdo entre o homem e a natureza, acôrdo realizado nesse decantado bloco dos mais variados minérios, que são as montanhas da região de Minas Gerais.

Focos de geral atração, sobretudo do colono europeóide que em consideráveis massas, emigrou para o Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX, tal região rica de ferro, ouro e diamantes, teve, outrora, devido à explotação intensiva das minas auríferas e diamantíferas, realizada pelos bandeirantes e exploradores, uma decisiva atuação nos destinos da civilização brasileira.

Influiu não apenas no deslocamento do eixo econômico do Brasil — da Bahia para o Rio de Janeiro — como na extensão também, da cultura intelectual sob quase tôdas as suas modalidades.

A explotação das minas chegou mesmo a desenvolver no interior de Minas Gerais, uma civilização de caracteres sensìvelmente urbanos. Presenteou, assim, o Brasil, com um rosário de cidades ricas, hoje tradicionais umas, fossilizadas outras, em rejuvenescimento algumas, mas alojadas tôdas ao pé das minas como Diamantina e Itabira (Presidente Vargas) ou situadas próximo delas tôdas em terraços fluviais, como Sabará; ou, então, colocadas numa posição, como Ouro Prêto, que, no estilo pitoresco de DE MARTONNE, "pendura suas ruas estreitas e seu formigueiro de igrejas, numa vertente abrupta cortada de ravinas".

A própria e elevada aristocracia mental de juristas, prosadores, críticos, historiadores e poetas, montada com tôdas as peças no centro das Gerais, em pleno ciclo do ouro de nossa história econômica, bem como a penetração das grandes idéias revolucionárias do século XVIII, e, por fim, o deslocamento da cultura lusa para o âmago da referida região, não só explicam, naqueles tempos, a origem e a existência da chamada Escola Mineira em nossa história da literatura, como justificam, segundo a argumentação de AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, a presença, no Brasil, dos maiores escritores e poetas, durante o citado período de nossa vida colonial.

Esclarecem, outrotanto, a riqueza da respectiva arquitetura religiosa e a importância dos palácios que na época se levantaram.

E sob a ambiência favorável dessa riqueza de fôrças culturais, a arte brasileira produziu então, em 1730, sua mais poderosa figura, ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, o "Aleijadinho".

Se nas serras litorâneas — serra do Mar e da Mantiqueira — a direção geral de sudoeste para nordeste, tanto do relêvo quanto da rêde hidrográfica — corresponde à orientação de DE MARTONNE, — ao "jôgo de blocos deslocados por falhas ou flexuras que desposaram as direções das antigas dobras e estão voltadas mais freqüentemente para o oceano"; de modo diverso, mais para o interior, no domínio da série metamórfica de São Roque, em São Paulo, a nota característica promana das cristas de rochas duras descontínuas, que se estendem em orientação, aliás, bastante variável. "No conjunto poder-se-ia reconhecer como sintetizou o geógrafo francês — feixes menos rígidos de dobras formando uma virgação caracterizada entre o bordo ocidental do maciço antigo e a aresta principal da Mantiqueira".

Todavia, na região central de Minas Gerais, com particularidade entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte, bem assim no Espinhaço pròpriamente dito, ou seja a extensa lombada ou serra que se estende das cercanias de Ouro Prêto, ao sul, até a Bahia Meridional pela parte norte, o relêvo já se apresenta de outra maneira revelando uma diferente evolução.

De início, não mais aparecem as elevações do tipo serra do Mar, constituídas pelas rochas profundamente metamorfizadas do Complexo Cristalino Brasileiro. Não se repete, tampouco, aí, a freqüente variabilidade, em orientação e altitude, das cristas paulistas da série de São Roque.

Quanto à zona do alto rio Doce e à do rio das Velhas, por exemplo, o que se observa, é, pelo contrário, uma disposição contínua de cristas quartzíticas. Nesta zona, já foi possível enxergar dobras de fundo, mais ou menos recentes, orientadas, em geral, de sul para norte, e explicando por si mesmas, as depressões alternadas que se verificam por tôda a superfície. Aliás, no trecho onde se dividem as águas dos rios Doce e Velhas, o relêvo se apresenta particularmente enérgico, ostentando generalizada dissimetria.

Na região central de Minas, ou seja a extremidade sul da enorme e extensa faixa algonquiana estendida de Juàzeiro a Ouro Prêto, papel importante foi, sem dúvida o das falhas antigas fazendo variar os afloramentos. Mas o conjunto da região teria sido modelado segundo superfícies de erosão, em um dado momento de sua atormentada evolução histórica.

As orientações tectônicas — muito mais variadas que as do Espinhaço — podem sugerir, no entanto, interpretações diferentes, ao lado de superfícies escalonadas. Na do professor FRANCIS RUELLAN, por exemplo, ao se verificar o reinício da erosão, esta teria arrastado certas camadas de quarzitos menos resistentes, deixando em saliência as rochas cristalinas mais rijas.

A constituição geológica desempenhou, assim, importante tarefa na elaboração de um relêvo bastante movimentado, para o que a dureza do itabirito, em particular, e, em geral, a resistência das enormes massas de quartzito contribuíram de maneira decisiva.

Disso decorreu, então, o caráter típico da zona central mineira que apresenta grandes cristas e dilatadas depressões cavadas pelos rios. Se as primeiras correspondem a faixas de quartzito, encontram-se as segundas, ìntimamente correlacionadas com os chistos argilosos, sericíticos e mesmo com o arqueano.

Aliás, DE MARTONNE e seu discípulo, professor RUELLAN, salientaram, há pouco, o fato de tais cristas se desenvolverem espêssa e pesadamente, por muitas dezenas de quilômetros seguindo um sinuoso traçado.

Constituindo, algumas vêzes, verdadeiras séries de cristas monoclinais, tais elevações são particularmente sensíveis ao sul de Belo Horizonte, assim como, ao sul e a leste de Ouro Prêto, ou mesmo ao norte da cidade de Conselheiro Lafaiete. Em trechos bem localizados chegam a esboçar traços fundamentais de uma topografia jurássica em *combes* e *crêts*, aliás, bem definidos.

As linhas essenciais da paisagem são finalmente assinaladas pelas direções dos antigos dobramentos rejuvenescidos e, outrotanto, pelas diferenças de altitude já verificadas entre superfícies de erosão.

É o que sucede, por exemplo, — nesta vasta série de cristas monoclinais — com a afamada serra do Curral d'El Rei, cujo belo e bem definido perfil, o desenho de PERCY LAU fixa, apresentando-o num trecho que, geomorfològicamente é dos mais sugestivos e característicos. Situado ao longo do caminho que liga Belo Horizonte à cidade de Nova Lima, corresponde o referido trecho ao nível de erosão que imediatamente precede a imponente crista denteada, de onde bem se observa o pico de Belo Horizonte dominando as elevações com os seus 1 390 metros de altitude. Nessa altura, a serra do Curral d'El Rei se apresenta, pela parte norte, como se vê no desenho, fortemente trabalhada pela erosão, observando-se sobretudo, *in loco* ativa desagregação de suas rochas componentes, bem como a conseqüente formação do óxido rubro que imprime, na superfície atacada, maior vistosidade ao conjunto, já movimentado, de resto, pelo aparecimento de *combes*, e de *crêts* típicos e fàcilmente reconhecíveis na gravura.

Cingindo pela parte sul, a capital de Minas Gerais é, com efeito, a serra do Curral d'El Rei, uma série das impressionantes cristas monoclinais cujos alinhamentos se estendem no sentido

geral de nordeste para sudoeste, desde o vale do rio das Velhas até o vale do Paraopeba.

Em sua estrutura de reconhecida simplicidade, encerra feixes de rochas mais resistentes, que, com seu pendor sempre de 68°, explicam a existência de *hog-backs*, fortemente inclinados para constituírem, por vêzes, escarpamentos indo até o encontro da própria base arqueana. Daí, então, o aspecto curioso de paredão escarpado que a serra do Curral ostenta ao cingir, por exemplo, Belo Horizonte pela parte sul, à maneira de muralha protetora contra a invasão dos ventos frios de suleste.

Êsses grupos da serra do Curral alternam com horizontes amplos que correspondem a afloramentos geralmente de gnaisses.

As ondulações suaves de tais afloramentos prosseguem no rumo norte até o encontro dos calcários da série de Bambuí, em Lagoa Santa.

Para o sul verifica-se o contrário pois que as serras e as depressões se sucedem contìnuamente com as características já antes assinaladas.

De modo geral, entre Belo Horizonte e Nova Lima, segundo observações realizadas localmente por alunos do curso de doutorado da Faculdade Nacional de Filosofia e pelos técnicos do Conselho Nacional de Geografia, sob a direção conjunta do professor Francis Ruellan, a serra do Curral d'El Rei abrange três níveis de erosão, correspondendo o primeiro — entre 900 e 1 000 metros — a um certo número de esporões que, segundo o geógrafo Miguel Alves de Lima, constituem elementos da superfície de erosão reconhecida em tôda a região da cidade de Belo Horizonte.

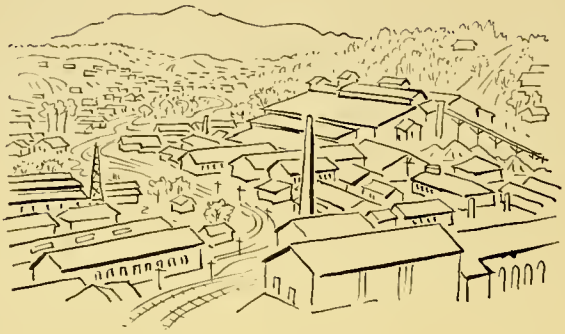
O segundo se estende paralelamente à crista principal da serra, sobrevindo-lhe uma depressão subseqüente que resulta de um trabalho de desgaste, do qual são vestígios alguns vales torrenciais obseqüentes. Êsse segundo alinhamento — explicou o referido geógrafo — é atravessado por uma série de gargantas esculpidas pelos córregos obseqüentes do tipo córrego da Serra, como êsse, tributário do Arrudas. O trabalho dos agentes de erosão tem sido efetivamente muito intenso expondo a estrutura onde haja rochas duras; nos trechos em que êsse trabalho foi de modo a vencer o revestimento superior do itabirito, chega a rochas mais tenras onde começam a esboçar pequenas *combes*, como nos foi possível observar entre a primeira e a segunda linha de elevações.

O terceiro nível da serra do Curral é, então, constituído pela importante crista denteada a que já se aludiu. A depressão que aparece na gravura, representa a passagem do segundo nível para o terceiro nível de erosão.

Do pico de Belo Horizonte é possível avistar-se os mais próximos *hog-backs* da serra do Curral d'El Rei, bem como os que prolongam essa crista monoclinal sob várias denominações locais, como Piedade, Mutuca, Rola-Moça etc.

E como se fôra um magnífico pôsto observatório adrede preparado pela Natureza para as mais variadas e complexas análises da paisagem, ou então um marco singular limitando variados e sugestivos panoramas, o pico de Belo Horizonte se ergue, altaneiro, num ponto em que é possível distinguir, do alto, ao longe, o casario da velha Sabará, no rumo de nordeste, enquanto para suleste se avista Nova Lima.

Em baixo, Belo Horizonte aparece, finalmente na direção norte, localizada no fundo do vale do Arrudas, no anfiteatro formado pelas serras que a envolvem tanto pelo sul quanto pelo oeste ou pelo norte.



RESTINGA

Elza Coelho de Souza

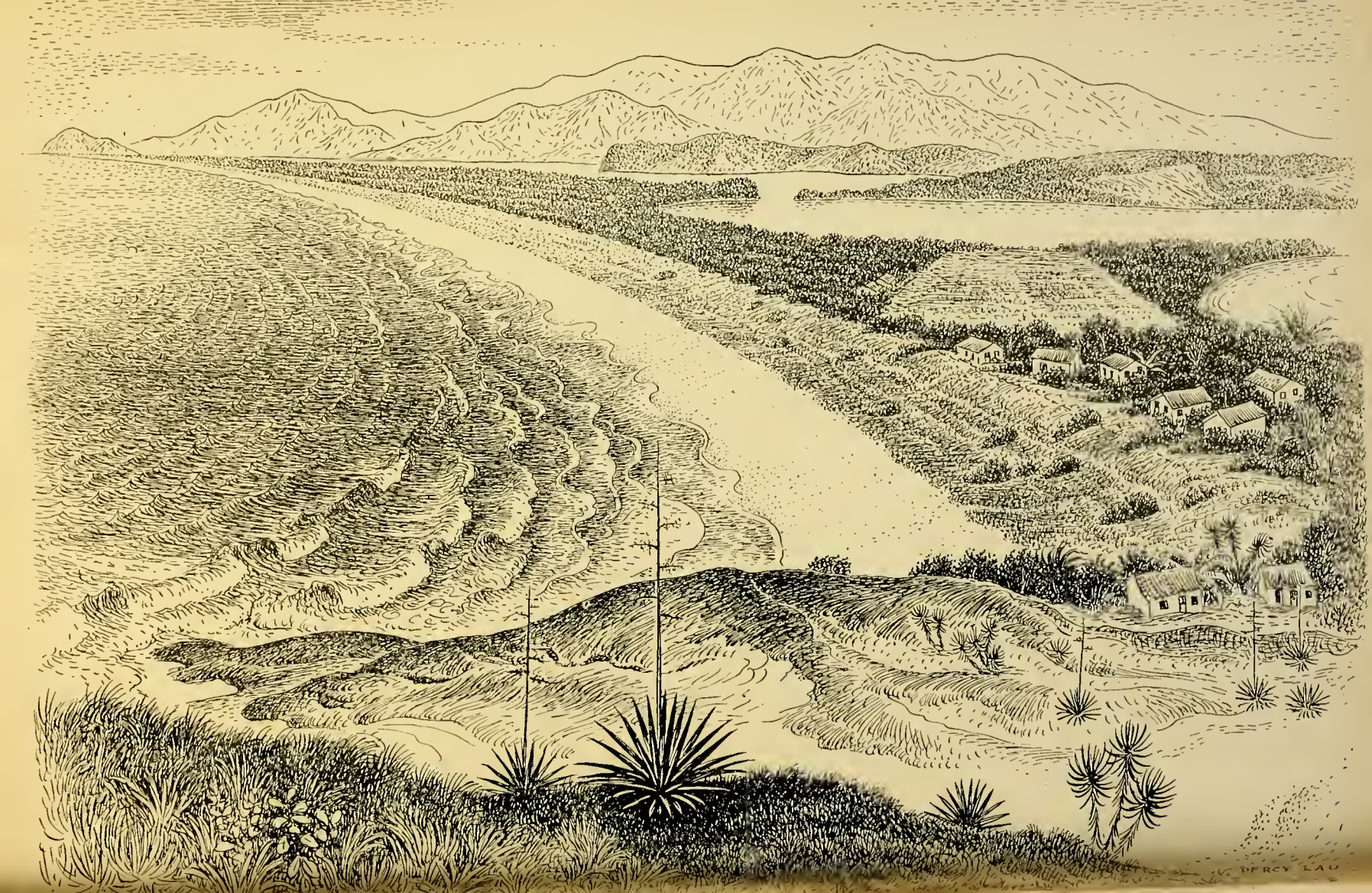
Entre os depósitos quaternários arenosos que guarnecem o litoral, as restingas se estendem pela faixa costeira que do sul da Bahia vai até os limites de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, constituindo um aspecto típico da costa brasileira.

Enquanto na zona compreendida entre o Maranhão e o sul da Bahia predominam as dunas, observa-se no litoral gaúcho até a fronteira uruguaia, segundo Alberto Ribeiro Lamego, "uma natural interpretação de dunas e restingas, devendo mesmo, ter-se dado o caso de a faixa dunosa do Albardão, que isola do mar as lagoas dos Patos e Mirim, haver tido sua origem numa flecha de restinga".

Fácil se torna fazer a distinção entre duna e restinga, que apesar de serem ambas arenosas têm origem diferente. Enquanto a duna é de origem exclusivamente eólia, formada pela ação dos ventos que atuam sôbre as areias depositadas pelo mar e transportando-as da praia para o interior, as restingas constituem um tipo de depósito marinho.

O vento age diversamente sôbre elas. Na formação das restingas, a ação eólia é inteiramente secundária. Apresentando-se elas mais altas e onduladas na costa, à proporção que avançam para o interior, graças à ação do vento, tornam-se mais baixas formando planícies notàvelmente niveladas. As dunas, contràriamente, aumentam de altitude, porque as areias transportadas pelo vento se vão amontoar sôbre outras anteriormente formadas.

No trecho de litoral citado — "costa meridional da Bahia, baixada alagadiça do Espírito Santo, planícies e lagunas fluminenses, "nhundus" costeiros de São Paulo e do Paraná, planuras que hoje encobrem antigas enseadas catarinenses e as imensas barragens que formam as lagoas dos Patos e Mirim" — as restingas apresentam-se, particularmente, desenvolvidas formando uma série de fitas arenosas justapostas, que contribuem para a retificação da linha do litoral entulhando as anfra-


PERCY LAU

tuosidades, transformando antigas enseadas em lagunas, ligando ilhas ao continente. Verifica-se, dêste modo, um recuo do mar resultante do seu próprio "dinamismo construtivo".

Segundo definição de LAMEGO "restinga é uma língua de areia marginal à costa primitiva, de pequena elevação e estirando-se com uma largura regularmente constante por grandes distâncias".

O problema da origem das restingas tem sido bastante debatido provocando controvérsias.

Seguindo a abalizada opinião do autor citado, a origem das restingas pode ser explicada pelas correntes costeiras secundárias. Tais correntes, transportando areia, vão depositar êsses sedimentos numa faixa paralela à linha do litoral, quando costeando um cabo ou pontal, seguido de uma enseada, perdem velocidade no contacto com a massa d'água que as separa da praia. Qualquer dos dois extremos da enseada pode servir de ponto de apoio para a formação das restingas.

A presença de rios carregados de sedimentos arenosos e a pouca profundidade da costa são fatôres que podem contribuir também, para a rápida formação dêsse tipo de depósito marinho.

HARTT explicou a formação das restingas como resultado da influência do modelado do fundo do mar. A praia deve ser formada dentro dos limites de ação das vagas. Se o mar fôr raso, as vagas se quebram distantes da costa, formando, então, ao longo do litoral, um depósito de areia, que gradualmente vai aumentando de altura até aparecer na superfície da água, resultando uma estreita faixa paralela à praia. Esta pode se altear bastante formando uma barreira permanente que fecha uma lagoa de águas pouco profundas.

Segundo o Prof. FRANCIS RUELLAN a teoria das correntes costeiras secundárias não explica satisfatòriamente a formação das restingas. As correntes não têm fôrça suficiente para transportar tal quantidade de material; sòmente as correntes de maré poderiam fazê-lo, se não fôssem geralmente, tão fracas nessa parte do Brasil. As restingas se formam, então, em virtude das vagas, que impulsionadas pelos ventos, abordam oblìquamente a praia, provocando um caminhamento dos sedimentos ao longo da mesma.

O que constitui característica peculiar a estas formações arenosas é o "paralelismo invulgar" entre as restingas. Tal estrutura paralela apresenta grande estabilidade, conservando-se inalterável, através dos tempos, a despeito dos ventos fortes que sopram na costa. A permanência da forma topográfica original é devido em parte, à vegetação, que age aqui como elemento natural de fixação das areias sôltas.

No seu dinamismo, as restingas modificam o contôrno do bordo litorâneo e remodelam a faixa costeira. Novas modalidades fisiográficas surgem, resultantes destas formações. Tal é o caso das "lagoas de restinga", tipo a que pertencem, quase tôdas as lagoas do litoral brasileiro, do sul da Bahia à fronteira do Uruguai.

De duas categorias podem ser elas: umas, originadas de antigos braços de mar isolados pela barragem arenosa e outras, formadas pelas depressões que se intercalam entre as próprias faixas de areia. Estas últimas constituem as lagoas de restinga pròpriamente ditas.

À primeira categoria pertencem as grandes lagoas do litoral fluminense: Araruama, Saquarema, Maricá e Feia e numerosas outras menores: Pirapetinga e Itaipu, em São Gonçalo; Barra, Padre e Guarapina, em Maricá; Jacomé, Jacarés e Vermelha, em Saquarema; Rodrigo de Freitas, no Distrito Federal. Também numerosas lagoas do litoral baiano, espírito-santense e catarinense são desta categoria.

A gravura que ilustra êste trabalho mostra um aspecto da lagoa de Saquarema, onde se pode observar a faixa de areia que a isolou do oceano.

As lagoas do segundo grupo são muito freqüentes, "na grande faixa de restingas marginais do baixo Paraíba"; lagoas do Campelo, Taí Grande, Taí Pequeno, Bananeiras, Água Preta, Cutinguta e outras. Estas lagoas tôdas tendem a secar, para o que concorre o entulhamento progressivo, por areias transportadas pelo vento. Dêste modo, transformam-se em baixadas alongadas, intercaladas entre as restingas, de solo geralmente arenoso, recoberto em alguns lugares de fina camada de terra preta.

Antigos cursos d'água transversais às restingas podem formar lagoas, como os de Carapebus, Comprida e outras.

Como resultado, ainda, da formação das restingas ocorre, muitas vêzes, a obliteração da foz dos rios, que na impossibilidade de alcançarem o mar, acompanham as fitas arenosas, correndo paralelamente à costa, até que uma barreira rochosa se apresente como ponto de apoio, mantendo aberta a saída das águas e permitndo o seu escoamento. Um dos exemplos mais típicos dêste fato é a foz do rio Macaé. O mesmo acontece com os rios de Contas, Poxim, Una, Pardo Jequitinhonha e Comandatuba, na Bahia.

Com os rios Açu e Furado, em Campos, outra é a influência resultante da formação destas línguas de areia. Os rios represados pelas restingas inundam o leito maior do baixo curso "até que a pressão das águas rompa a própria restinga".

Aliás, todos os rios da Baixada Fluminense que se lançam no Atlântico, sofrem na embocadura, de um modo ou de outro, a pressão das massas de areia das restingas. Nem mesmo o rio Paraíba, com seu grande volume de águas, escapa à ação destas formações arenosas.

Como já foi dito, a vegetação que se desenvolve nas restingas tem considerável importância para a manutenção da sua estrutura inicial.

A seqüência paralela de elevações e baixadas divide, naturalmente, a flora em tipos peculiares, aliados à feição topográfica.

A. J. Sampaio classifica em 3 tipos a flora heteróclita das restingas: 1.° flora xerófila, em geral, lenhosa, dos altos; 2.° flora higrófila, das baixadas úmidas; 3.° flora aquática ou hidrófila dos alagados e lagoas.

Êstes grupos vegetais, apesar de contíguos jamais se misturam. A vegetação das elevações nunca invade o solo das baixadas, mesmo quando completamente enxutas. Lamego procura explicar tal fato pela existência do lençol d'água a pouca profundidade, tornando o subsolo hostil às raízes da vegetação xerófila dos terrenos altos e pelas precipitações salinas esterilizantes, resultantes da evaporação das lagunas salgadas.

Enquanto a vegetação herbácea, higrófila, baixa, cobre as depressões, as matas ou cerradões de aroeiras, cajueiros, pitangueiras e moitas de gravatás, cardos etc., dominam os altos.

Acrescente-se, ainda, a flora halófila das baixadas litorâneas atingidas pela maré, em que dominam os mangues, e ter-se-á, em traços gerais, o aspecto fitogeográfico das restingas.

Pelas escassas possibilidades econômicas e dificuldades de explotação, as restingas pouca atração exercem sôbre o elemento humano. Tanto a agricultura quanto a pecuária têm que ser bastante limitadas, estendendo-se a primeira, sòmente, pelas margens úmidas das lagoas e alagadiços e a última, pelas exíguas pastagens das baixadas. A produção de lenha e carvão vegetal e pequenas explorações minerais podem constituir outras tantas atividades econômicas para os que aí vivem.

Contando, porém, com escassos recursos econômicos, a população nesta faixa costeira apresenta-se rala e disseminada.

No entanto, quais centros de atração do povoamento se apresentam os litorais, quando recortados de pequenas enseadas e aquêles em que as restingas transformaram antigos braços de mar em lagoas piscosas, como no litoral fluminense e carioca de Cabo Frio e Mangaratiba. Ativas colônias de pescadores aí se estabelecem formando agrupamentos humanos mais

densos, que oferecem marcado contraste com as despovoadas costas rasas e desabrigadas. Mister se torna também salientar, pela sua importância econômica e social, a próspera indústria extrativa de sal em Cabo Frio, que se deve à restinga, quando "ao formar a lagoa de Araruama criou um vasto reservatório, varrido pelos ventos do largo, cuja intensa evaporação, que lhe dá o alto grau de salinidade é constantemente compensada pela entrada de novas águas do oceano".

SALINAS

José Veríssimo da Costa Pereira

Ao longo de quase todo o litoral do Nordeste, sobretudo no trecho entre Macau, no Rio Grande do Norte, e Cascavel, no Ceará; bem assim, na Região Leste, particularmente, na zona costeira entre Cabo Frio e Araruama (estado do Rio de Janeiro), possui o Brasil imensas e importantes salinas, cujos processos de obtenção do sal da água do mar decorrem das condições em que a evaporação natural se realiza, em cada zona considerada.

Nos pontos semi-áridos da Região Nordeste a concentração de camadas líquidas, espêssas, permite a obtenção mais vantajosa de cristais de sal maiores, devido a circunstâncias físico-geográficas mais favoráveis.

Caracterizados por longos períodos de sêca, nos quais a temperatura se mantém mais ou menos elevada, até uns 24° — e mesmo 35° — na época da "salinação"; sujeitos, além disso, a um regime de ventos regulares, intensos; encerrando, outro tanto, grau de umidade relativamente baixo, porém, constante; os pontos semi-áridos da Região Nordeste são servidos por outro lado, por uma costa baixa, efetivamente de inclinação insignificante — como acontece no Rio Grande do Norte — onde a penetração fácil da maré contribui para a concentração das espêssas camadas de líquido.

A "salinação" se processa, aí, nos chamados "baldes" ou "cristalizadores", depois de ter a água procedido dos "evaporadores", sendo o aproveitamento das marés, para abastecer os "evaporadores", feito de acôrdo com as circunstâncias da fisiografia da região. Muitas vêzes, aquêle abastecimento se realiza pelo moderno sistema das comportas automáticas, como sucede no braço de mar de Macau, a que popularmente se dá o nome de "rio" Imburana.

Na costa salineira do Brasil de Leste, nos locais em que prevalece vento constante e forte; tempo sêco, sujeito, não obstante, a fortes aguaceiros e caracterizado por temperaturas que

se mantêm entre 20° e 30° com 82% de grau higrométrico médio relativo, a concentração de camadas finas de líquido proporciona minúsculos cristais de sal, que a técnica local da "salinação" prefere realizar, como no Nordeste, nos "cristalizadores" ("baldes" dos nordestinos) depois, também, do aproveitamento prévio das marés, porém, pelo emprêgo mais generalizado de bombas e moinhos de vento — sobretudo no estado do Rio de Janeiro, onde, devido às particularidades da topografia local, a lagoa de Araruama funciona, no complexo industrial salineiro, à maneira de depósito abastecedor de tôdas as salinas, em Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e na própria Araruama.

A paisagem salineira — tanto no Nordeste quanto no estado do Rio — nos seus traços fisionômicos mais gerais e expressivos, enfeixa, em conjunto, certas analogias: vento intenso; aridez mais ou menos pronunciada; vegetação rasteira psamófila, mesclada de cactáceas e bromeliáceas; séries de dunas paralelas orlando as praias e constituindo as eminências, revestidas de mato ralo, que barram, às vêzes — emoldurando-a — a brancura típica do quadro geográfico. Tal quadro físico é culturalmente completado pelas instalações nêle plantadas segundo a técnica humana de "salinação" por evaporação da água do mar e, visando, por fim, a conseqüente cristalização do sal. Como elementos essenciais da integração do quadro natural figuram os trabalhadores e os moinhos de vento imprimindo à paisagem, logo ao primeiro relance, um sôpro de dinamismo, de que resulta uma nota pictórica peculiar, não obstante uma certa e paradoxal melancolia, intensificada pela regularidade do tabuleiro quadriculado dos "cristalizadores", onde, aqui e ali, entremeados pelas "eiras" alvacentas — jazem, esparsos os montes de sal, "chorando" ao relento...

Data dos tempos coloniais a atividade salicícola entre nós, tendo tido sua importância no bom êxito dos rebanhos, espalhados pelo interior, os antigos "caminhos de sal" que levavam até as regiões de criatório, o indispensável alimento corretivo das forragens.

Considerando-se o fato de ser o Brasil um dos mais ricos países pastoris do globo e de haver desempenhado a pecuária em nossa economia, papel valioso, a ponto de, à sua atividade, ligar-se a origem de inúmeras povoações, arraiais e até cidades torna-se possível compreender o importante valor que as "salinas" possuem para o Brasil sobretudo, quando se acentua, cada vez mais a "criação industrializada", particularmente no sul do país e, no momento em que, progressivamente, o consumo aumenta em relação, também, ao número sempre crescente de habitantes e ao movimento das indústrias.

A indústria extrativa do sal possui, por conseqüência, um futuro promissor, dadas, além disso, a evidência da fase de subconsumo que o país ainda atravessa e a ação reguladora do Instituto Nacional do Sal, criado pelo decreto-lei n.º 2 300 de 10 de julho de 1940, tendo por incumbência assegurar o equilíbrio da produção, a fixação dos tipos do produto, a sugestão de medidas necessárias ao melhoramento da produção etc.

A indústria do sal é muito antiga no Brasil, remontando aos tempos pré-cabralianos. Mas o consumo sòmente aumentou depois do século XVII graças à prosperidade da pecuária e ao grande surto da mineração:

Focalizando aspectos da situação, ainda reinante até a criação do Instituto, Deoclécio Duarte, em livro publicado em 1941 — *"A Indústria Extrativa do Sal e a sua Importância na Economia do Brasil"* (Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro) — chamou a atenção para a situação de penúria em que tal indústria ainda se encontrava. Depois de aludir às suas grandes possibilidades e ao fato de constituir o sal um elemento indispensável à existência, bem assim, ao progresso dos indivíduos, referiu-se à inexistência de meios fáceis de transporte e, também, aos trabalhadores das salinas: "Indústria genuìnamente brasileira, é uma dádiva generosa da natureza. O sol, a terra, as águas, os ventos, os caboclos fortes, resistentes a tudo, de epiderme queimada e pés e mãos sangrando ao contacto dos cristais, são os trabalhadores do sal. Gente rara e indomável. Os ombros crescem e se enrijam. Toma o andar uma feição única. O caboclo das salinas do Nordeste é ao mesmo tempo agricultor e pescador. Na época das chuvas corre para a vida rural e emprega os recursos economizados durante os trabalhos do verão. Cêrca de 40 000 pessoas dependem da explotação salífera, sòmente nos municípios de Moçoró, Areia Branca, Açu e Macau".

Na Região Nordeste, o sal é embarcado, com destino ao Rio de Janeiro, nos portos de Macau e Areia Branca, trazido de uma distância de 8 milhas da costa, em numerosas barcaças de madeira, após inúmeras dificuldades. Entretanto, a situação geográfica do pôrto de Areia Branca, servido pela estrada de ferro de Moçoró é boa porque está em relação, ainda com o interior de outros estados nordestinos como Ceará, Paraíba, Pernambuco, sendo, destarte, um escoadouro natural de diferentes e importantes produtos, entre os quais se inclui o sal.

A dificuldade de exportação do sal norte-riograndense reside, pois, na condição natural dos portos, como Areia Branca

e Macau, os quais ainda se não encontram, infelizmente, devidamente aparelhados para o importante mister da saída fácil e econômica do produto.

No estado do Rio de Janeiro, porém, a exportação do sal devido às condições naturais do pôrto de Cabo Frio, se realiza em melhores e mais eficientes condições de trabalho. Sai o sal, a granel ou, então ensacado, tanto por Cabo Frio quanto pela Estrada de Ferro Maricá. Além disso, como em Araruama, por exemplo, encontram-se instalados "armazéns" sendo assim possível, na zona fluminense, a saída pela ferrovia e o embarque direto das barcaças.

O maior centro brasileiro produtor de sal é o Rio Grande do Norte, seguindo-se o estado do Rio de Janeiro, vindo, depois, com produção muito inferior, Ceará, Sergipe, Bahia e Maranhão.

No Rio Grande do Norte a área de cristalização, que é superior a cinco milhões de metros quadrados — o maior parque salineiro da América do Sul — situa-se entre o delta do rio Açu, e a foz do rio Apodi ou Moçoró, sendo a salina do Conde a mais importante do Brasil, com seus 120 "cristalizadores", seus três "moinhos", suas "bombas centrífugas" e sua capacidade de 800 alqueires de 160 litros de sal lavado, em cada safra, em ano normal.

Localizando-se em ambas as margens dos rios Açu, Cavalos e Amargozinho, Macau é o centro das maiores salinas do país.

No estado do Rio, a situação já é outra.

Próximo dos centros criadores de Minas Gerais e distante cêrca de 150 quilômetros da capital da República, a zona salineira fluminense está em condições de proporcionar ao sal, melhores condições, do ponto de vista comercial, salientando-se a salina Perinas que consegue, em Cabo Frio, uma produção da ordem de 20 000 toneladas e se salienta pelos esforços em prol de uma orientação visando sempre ao aumento e à melhoria do artigo.

Na opinião do técnico J. Sampaio Fernandes (*"Indústria do Sal"*, relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Serviço de Publicidade Agrícola, Rio de Janeiro, 1939) o sal do Nordeste é, em geral, bom e sêco, satisfazendo, no prazo de um ano, as melhores exigências da indústria de carnes, ao passo que o de Cabo Frio, devido talvez às condições do clima, se apresenta — mesmo com vários meses de empilhamento — com maior teor de umidade, necessitando para atender às necessidades da indústria de carnes, de uma modificação no critério de beneficiamento. Êste, na prática, se realiza como na Região Nordeste, pelo sistema do empilhamento ao tempo;

mas, devido às condições meteorológicas locais — sol, arejamento etc. — os resultados obtidos por meio dêsse processo simples, — não fornecem um sal comercial e industrialmente melhor, donde os esforços, já realizados, no sentido de se conseguir, pelas instalações de beneficiamento — lavagem do sal e sua centrifugação — um produto de qualidade, capaz de corresponder às exigências da indústria de carne, o que felizmente, já se tornou possível.

O estudo comparado das duas mais importantes zonas salineiras do país revela, também, certas diferenciações quanto à técnica industrial e à terminologia relativa empregada em cada região.

Nas salinas do Nordeste, a linguagem popular reservou, por exemplo, o têrmo "cêrco" para designar os tanques onde se realiza a "concentração" depois de terem sido as águas do mar elevadas até os mesmos, trazidas dos grandes depósitos, por meio de bombas ou de moinhos de vento, dispostos, para tal efeito, em nova série, convenientemente espalhada pela superfície em explotação.

No estado do Rio, com efeito particularmente em Cabo Frio, "tanques de carga" são os "cercos" dos nordestinos e os "evaporadores" são, na zona de Macau, os "chocadores", isto é, série de depósitos menores que recebem a água dos "tanques" (ou "cercos") numa concentração sempre crescente até a deposição do cálcio sob a forma de sulfato dentro de uma área teórica que está para a dos "cercos" como a unidade para cinco. Se no Nordeste, o sal, depois de retirado dos "baldes" ("cristalizadores", em Cabo Frio), e em seguida, empilhado, nas margens para depuração, forma "pilhas" enormes, cubando de 500 a alguns milhares de toneladas, no estado do Rio, constitui empilhamento de pequenos montes tendo apenas algumas toneladas de cubagem, circunstância que se explica sem dúvida alguma, pelo modo diferente de se trabalhar as salinas. A propósito o técnico Sampaio Fernandes, estudando minuciosamente, *in-loco*, o modo do referido trabalho, em cada região, escreveu que "enquanto no Nordeste os cristalizadores são de 50 × 50, 60 × 70, 50 × 70 e até 50 × 100 e de 70 × 70 metros, com enormes depósitos de sal cristalizado, formando verdadeiras lajes de sal de 5 a 10 centímetros e mais de espessura, que é preciso quebrar a picareta para transportar penosamente para as margens, empilhando-o aí, no estado do Rio os cristalizadores parecem brinquedos de criança, comparadamente com as suas dimensões padronizadas de 7 × 7 metros com 4 centímetros de altura útil e nos quais nunca o sal chega a engrossar os cristais e a formar laje, porque para aproveitar as condições meteorológicas locais é puxado a rôdo para as

margens e empilhado em pequenos montes que raramente atingirão à centena de toneladas e donde, depois de algum tempo de exposição é muitas vêzes carregado para os numerosos armazéns, espalhados pelas salinas, para protegê-lo contra os rigores das chuvas. No norte as salinas, regra geral, não dispõem de armazéns. A perda decorrente da ação das chuvas, é, lá, calculada em 15% no máximo, chegando a 30% na região fluminense. Explica-se, assim, a necessidade de armazenamento nesta última região, armazenamento que protege também, bastante, o sal contra a poeira, embora dificulte o arejamento e, portanto, a seca".

Pelas feições particulares das condições naturais em que aparecem, como pela sua importância econômica e social, no transcurso dos tempos, constituem as salinas um dos aspectos geográficos mais interessantes do país, realçados, ainda mais, pela ressonância que tiveram na formidável expansão da pecuária colonial, a cujo vigor se deve, em grande parte, o êxito dos bandeirantes, em sua arrojada e profunda irradiação de que, territorialmente, tanto se beneficiou o Brasil.

REGIÃO SUL

A CASA DO PRAIANO

LÉIA QUINTIÈRE

A PROXIMIDADE da serra no litoral de São Paulo não impede o aparecimento de numerosas praias, longas ou curtas, separadas umas das outras por pequenos morros. Neste ponto da costa, onde se originou um dos primeiros núcleos de povoamento, vive hoje uma população pouco numerosa — com exceção de Santos — que se dedica à pesca.

Separando a praia da orla do planalto estende-se a várzea, onde, entre os detritos acumulados, se espraiam pequenos rios. No contacto entre a várzea e a praia desenvolve-se uma cortina de vegetação —o jundu — que abriga as casas dos pescadores ou "caiçaras", dando à faixa arenosa uma feição completamente deserta. Dispersas ao longo das praias ou agrupadas nos cantos mais protegidos dos frios ventos do sul que trazem as borrascas, construídas numa clareira aberta no jundu, as habitações dos praianos comunicam-se com o mar por uma larga e sinuosa abertura da vegetação, a que por analogia chamam de "portos".

Construídas sem orientação definida, dão de preferência a frente à praia ou ao caminho movimentado por onde transita a população, especialmente as mulheres em sua faina diária em busca da água que brota, além do mangue, nas encostas dos morros.

A casa é, em geral, de pau-a-pique com cobertura de duas águas, de sapé ou de folhagens (guaricanga, guamiúva). A pobreza da vegetação próxima leva ao artifício das paredes "barreadas", enquanto mais para o sul, próximo ao Paraná, é comum vermos casas de madeira ocupadas por pescadores. De poucas portas e janelas, raramente são caiadas denotando maior riqueza. O chão de terra batida, um pouco mais alto que o terreiro, sustenta uma parede central que separa um ou dois quartos da sala, onde os rústicos objetos domésticos se acham misturados aos apetrechos de pesca. No fundo, um pequeno compartimento serve de cozinha; ou então, um puxado lateral,

de dimensões variadas, de duas águas, coberto como o corpo principal. Aí se prepara o peixe e, em algumas casas, encontram-se a roda, a prensa e o forno próprios ao fabrico da farinha de mandioca. Por isso mesmo, esta peça da casa é chamada "casa de aviamento".

A construção frágil como é, sob a ação contínua do vento e das chuvas de verão dura poucos anos. Quando começa a ruir seus donos preferem construir uma nova a consertá-la.

Apesar do aspecto de miséria, o traço característico da casa do caiçara é a perfeita limpeza que se estende não só à casa e à família, como ao próprio terreno. Constantemente varrido apresenta um ar alegre entre as flores e folhagens de côres variadas do improvisado jardim.

Ao lado da casa jamais faltam as bananeiras, o mamoeiro e um pèzinho de café. Além, nos terrenos mais enxutos, estendem-se pequenas roças, que lhes fornecem o necessário alimento, especialmente o feijão, a mandioca e a cana. Esta é transformada em garapa, com a qual adoçam o café, e em "pinga" que apressa a circulação do corpo molhado pelos respingos do mar, nas longas horas de trabalho.

Esta paisagem tão bem descrita por Maria Conceição Vicente de Carvalho, poderia, talvez, ser confundida com a casa do caipira, se em tôrno não surgissem os aspectos típicos da vida do pescador. Aqui, os varais onde a secar descansam as rêdes; os "covos" (espécie de cesta para pesca de peixes menores) espalham-se ou agrupam-se pelo chão. Lá, sôbre dois toros ou à sombra do "rancho" a canoa espera a aproximação de novos cardumes.

Sentado próximo à casa, o praiano tranqüilo e calado conserta uma rêde ou prepara novos anzóis, enquanto em tôrno dêle os filhos brincam entre a criação doméstica.

AGREGADO

José Veríssimo da Costa Pereira

APESAR de ser territorialmente grande e despovoado, o Brasil não possui uma área importante de terras pertencentes ao domínio público. A maior parte das terras encontra-se nas mãos de certo número de grandes proprietários, a maioria dos quais constituída de fazendeiros.

Dada a desmedida enormidade territorial, os domínios fazendeiros são muitas vêzes forçados a viverem isoladamente, dispersos pelo vasto interior do país. Como no Brasil há sempre falta de braços, a preocupação primária dos fazendeiros consiste, então, em conservar bastante gente em volta de si com o propósito final de assegurar um auxílio certo, inestimável, à manutenção e desenvolvimento de seu pequeno mundo. Para isso, e mediante certas combinações, procuram cercar-se de elementos das classes sociais mais baixas, os quais, sem obrigação de pagamento de locação, passam a ocupar as terras e a trabalhar na fazenda. Dessa maneira, o fazendeiro torna-se uma personagem dominante. Em sua área territorial determina tôda uma série de ocupações. Além disso, imprime até o regime de trabalho a ser seguido por todos. A explotação da fazenda fica assim assegurada, mantendo-se em estreita associação os gêneros de vida que caracterizam os diferentes grupos de seus trabalhadores. Na fazenda, porém, nenhum dêsses elementos exerce outra função que não seja a de trabalhar no processo da produção.

A personagem típica que, assim, gravita em tôrno das fazendas, quer de lavoura quer de criação, é justamente o agregado. O têrmo foi usado antigamente para designar uma das personagens dependentes do fazendeiro, mas de condição distinta da dos escravos. Era um homem livre. Nos tempos passados, com efeito, a classe dos agregados se diferençava da classe dos escravos não sòmente pela sua origem étnica, mas também pela sua situação social. Vivia fora dos limites da casa residencial do proprietário e possuía condição econômica distinta da

PERCY LAU

dos escravos. Como acentuou OLIVEIRA VIANA, os agregados eram uma espécie de colonos livres, diferentes, todavia, dos colonos pròpriamente ditos. Os agregados vicentistas, por exemplo, não eram nem pequenos proprietários como os colonos alemães de Santa Catarina, nem trabalhadores assalariados ou parceiros como os colonos italianos das fazendas paulistas. Eram, sim, moradores ou foreiros que habitavam "fora do perímetro das senzalas, em pequenos lotes aforados, em tôscas choupanas, circundantes ao casario senhorial, que, do alto da sua colina, os centraliza e domina". Da terra extraíam o bastante para levarem vida sóbria. Caçavam, coletavam frutos e plantavam apenas alguns cereais. Na opinião de OLIVEIRA VIANA representavam "o tipo do pequeno produtor consumidor vegetando ao lado do grande produtor fazendeiro".

Em contraste com o têrmo camarada, que significa trabalhador assalariado, vivendo ou não, no local da fazenda, o têrmo agregado é empregado, hoje, para designar o trabalhador residente em terras de uma fazenda ou engenho mediante condições variáveis de um para outro estabelecimento. Na aparência, são ocupantes, a título gratuito, da propriedade alheia.

Presentemente, o agregado é uma personagem típica em grandes áreas de Mato Grosso, Goiás, Bahia. Também o é em todos os estados situados ao norte dos primeiros. Cumpre ressaltar, entretanto, que em muitos estados, como sucede em Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e mesmo em certos trechos de São Paulo, aquêle tipo humano ainda existe, embora sem conservar diversas das características coloniais primitivas. Por outro lado, conforme advertiu T. LYNN SMITH, em relação ao norte do país, "é preciso não errar pensando que semelhantes famílias de agregados, e ainda as pessoas não agregadas de um comparável nível social, sejam apenas encontradas no interior distante".

As relações entre o agregado e o proprietário não são muito claras. Em princípio, tais relações consistem numa troca de serviços. O agregado recebe a terra para trabalhar e, em troca da ocupação, a título gratuito, da propriedade alheia, dedica, por exemplo, alguns dias de trabalho remunerado ao proprietário. Usualmente, o agregado recebe a permissão de fazer pequenas lavouras de subsistência bem como a de criar algumas aves domésticas e a de ter alguns porcos para cevar. Às vêzes, pode ter um cavalo ou uma bêsta para seu uso particular, ou criar, mesmo, um certo número de reses. Em troca, o agregado dá ao proprietário uma parte de sua produção conforme o acôrdo pré-estabelecido com o mesmo. Desta ou da-

quela maneira, o fato é que o agregado imprime à paisagem certas marcas humanas e estas marcas o tornam um agente digno de ser considerado geogràficamente.

Em Santa Catarina, no planalto de São Joaquim, o agregado, segundo observou VÍTOR A. PELUSO JÚNIOR, é o operário da fazenda pastoril. Trabalha sobretudo com o gado. Apenas recebe salário quando executa serviço diferente para o proprietário. Sua existência, em Santa Catarina, é uma reminiscência da ocupação paulista na região pastoril. Com a abolição da escravatura muitos pretos escravos, que permaneceram na fazenda, trabalhando, foram elevados à condição de agregados. Por tal motivo, hoje lá se observa uma inversão na diferença racial outrora existente entre os membros componentes do domínio fazendeiro. Agora, os proprietários continuam sendo brancos, mas os agregados são mestiços e pretos. O tipo clássico sofreu, portanto, uma adaptação regional decorrente de circunstâncias geográficas, históricas e econômicas. Muitas características primitivas permanecem, contudo. O agregado mora perto da casa do fazendeiro. Além de movimentar as tropas de mulas que vão às praças distantes do litoral, ainda dispõe de tempo suficiente para lavrar a terra por conta própria. "Êsse uso da terra — explica PELUSO JÚNIOR — aliás, constitui uma forma de pagamento que lhe faz o fazendeiro, em recompensa do trabalho com o gado. O agregado, porém, ligado tradicionalmente à explotação pastoril, faz como os patrões, plantando quase exclusivamente para consumo". — Na gravura, PERCY LAU reproduziu um desenho de PÉRICLES focalizando êsse tipo de agregado existente no planalto de São Joaquim, em Santa Catarina.

Transformações curiosas no sistema dos agregados rurais verificaram-se outrossim na área do atual município de Cunha, estado de São Paulo. Estudando o povoamento no referido município, MÁRIO VÁGNER VIEIRA DA CUNHA observou que, aí, os agregados, em sua forma primitiva, eram os "crias da casa", os "parentes pobres", os quais ocupavam posição intermediária entre o escravo e o grupo de pais e filhos. Prestavam serviços contínuos à fazenda, obedientes que eram à sua obrigação moral para com o proprietário. Sob a influência dos chamados "moradores", isto é, outra classe rural sujeita apenas a uma prestação intermitente de trabalhos, o tipo primitivo de agregados sofreu uma transformação inicial. Com efeito, nos começos do presente século, devido ao caráter do mesmo modo intermitente, do trabalho agrícola, o antigo "morador de favor" passou a ser também denominado agregado. O têrmo tornou-se assim muito mais amplo porque serviu para designar não apenas os "crias da casa" e os "parentes pobres", mas todos aquêles que

moravam de favor nas terras de outrem, sujeitos, não obstante, à obrigação de prestarem serviços aos respectivos proprietários das terras. O caráter familiar do regime de agregação rompeu-se, então, daí por diante, proporcionando a muitos estranhos a faculdade de se tornarem agregados. Segundo a interpretação de MÁRIO VÁGNER, a transformação foi facilitada pela decadência econômica da região, que trouxe no bôjo menor necessidade de braços pelo menos nas terras contíguas à sede da fazenda. Os agregados que viviam no interior da referida sede, tiveram naturalmente dificuldades para se manter e, em vista disso, os proprietários acharam ser conveniente permitir que os mesmos se fixassem fora da sede a fim de facilitar-lhes a manutenção por conta própria. Por outro lado, a partir da Abolição, o tipo do agregado passa a se revestir de novos aspectos, a enfeixar mais outras características como as de trabalhador assalariado e as de meeiro. "Tem sua roça — escreveu MÁRIO VÁGNER — mas deve abandoná-la para cuidar da do patrão e ganha por êste serviço um salário, a sêco, ou a molhado, mas sòmente quando trabalha. Importa notar que a figura do assalariado domina sôbre a do meeiro. A forma rudimentar de exploração da terra não prende a ela o agregado, que está sempre pronto a abandonar sua casa de pau-a-pique e sua roça de milho para ir residir onde encontre melhores salários. O patrão também vê no agregado menos o meeiro e mais o empregado. Fá-lo abandonar a sua roça sem atender em nada ao prejuízo que daí advenha. Se bem que com menor freqüência do que outrora, abre mão do que poderia exigir das colheitas pois o interessa, antes de tudo, tê-lo para quando dêle precise. Vê nessa permissão que dá ao agregado de morar de favor nas suas terras, em grande extensão inexploradas, a vantagem de não precisar sustentá-lo".

Nas fazendas de criação e usinas dos pantanais matogrossenses, o agregado costuma ter o direito de criar algumas cabeças de gado e pode fazer pequenas roças independentemente da obrigação de auxiliar os trabalhos principais do senhorio quando necessário. Nos estabelecimentos pastoris, participa de quase todos os trabalhos mais pròpriamente afetos aos vaqueiros. "Isentos de obrigações contínuas, — escreveu VIRGILIO CORRÊA FILHO — poderão aplicar a sua atividade como lhes aprouver, inclusive de maneira que obtenham produtos de plantações reduzidas ou de indústrias domésticas, de valor comercial, como artefatos de couro, de sola, peles de animais caçados, de cuja compra toca a preferência ao seu chefe. Fora dos compromissos periódicos, vivem em relativa independência, ao contrário dos camaradas, a quem cabe o quinhão maior nos

campeios e demais diligências, que se intensificam nas estiagens até o comêço das águas".

Em certos municípios de Minas Gerais, sobretudo, nos que se encontram entre Belo Horizonte e o rio Paranaíba, o têrmo agregado costuma ter uma diferente acepção. Em Carmo do Paranaíba, por exemplo, o têrmo agregado é reservado ao arrendatário que reside na fazenda, chamando-se arrendista o que vive fora da mesma. Já nos municípios do oeste de Minas, na área de Lavras, por exemplo, o têrmo conserva o seu significado tradicional. O agregado não é um arrendatário, mas um ocupante de propriedade alheia morando na sede da mesma.

Ao tratar dos tipos rurais encontrados na bacia do médio São Francisco, Jorge Zarur referiu-se ao agregado como um dêles. Nesta parte do estado da Bahia, o agregado vive num terreno considerado parte do domínio fazendeiro. Dedica-se de preferência aos trabalhos da lavoura e sua situação econômica ordinàriamente é bastante precária.

Em Goiás, como na Bahia, as fazendas têm geralmente agregados que sòmente cuidam da lavoura. Os do município de Luziânia, por exemplo, apenas possuem agregados dêsse tipo. Muitas vêzes, a função é exercida por baianos como sucede em Planaltina. Talvez por influência do oeste mineiro, o agregado em Luziânia é um tipo de agricultor que pode arrendar a terra para trabalhar.

Ainda que vivendo na fazenda sem adquirir pela residência qualquer direito sôbre o solo, o modo de existência do agregado na propriedade do senhorio implica uma relação necessária entre êle e o substrato territorial. É precisamente a consideração dêsse liame territorial como diria Demangeon, que faz do agregado um tipo de geografia humana, além de ser uma personagem que reúne em si caracteres especiais que tão bem se enquadram nos estudos da sociologia. Se o solo é fundamento de tôda a sociedade, na estruturação do domínio fazendeiro, a utilização de um mesmo território contribuiu para criar entre agregados e proprietários, uma solidariedade social apesar da diferença de sangue, de fôrça e das desigualdades econômicas. O próprio caráter da vida patriarcal que, muitas vêzes, se encontra nas fazendas distantes do interior, é um resultado da natureza da amizade que une agregados e patrões. Mas é fora de dúvida que, entre ambos, essa amizade cresce e se fortalece sob o denominador comum da terra dadivosa onde vivem juntos e trabalham.

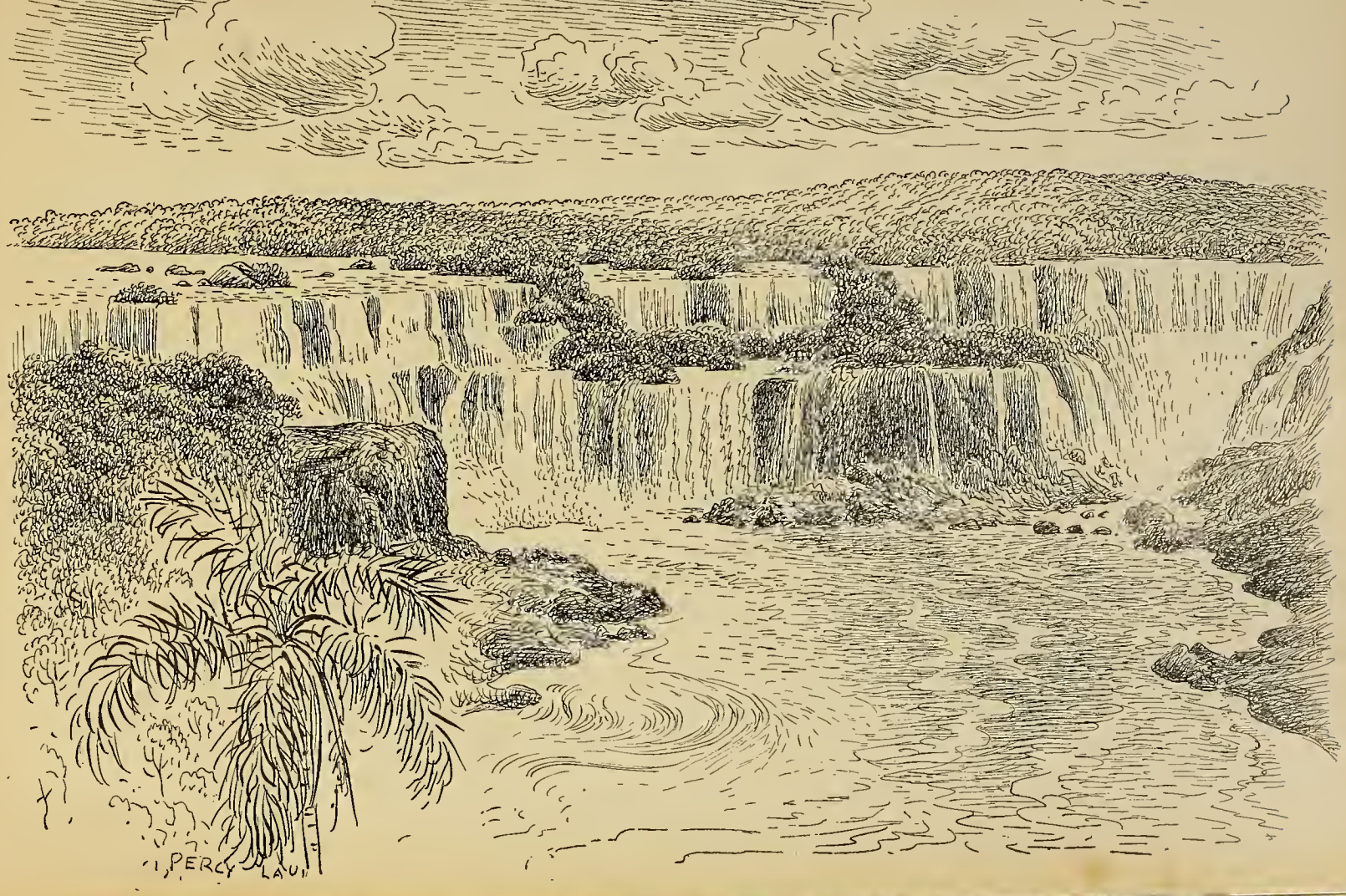
CACHOEIRAS DO IGUAÇU

DORA DE AMARANTE ROMARIZ

PRÓXIMO ao ponto em que as terras de três nações sul-americanas — Brasil, Argentina e Paraguai — se defrontam, quando restam apenas 28 quilômetros para que o rio Iguaçu despeje suas águas no caudaloso Paraná, acham-se localizados os majestosos "saltos de Santa Maria" ou, como diz comumente, "*as cachoeiras do Iguaçu*".

Espetáculo de imponência sem par e de inesquecível beleza as quedas do Iguaçu assombram a quantos tenham a felicidade de contemplá-las. Para o turista representa raro espetáculo, proporcionando os mais belos ângulos às indispensáveis fotografias. Aos olhos do geógrafo oferece um esplêndido exemplo do resultado do trabalho da erosão diferencial que, agindo sôbre as formações eruptivas, moldaram uma espécie de arco de ferradura, em dois diferentes planos, e que se desenvolve por quase três quilômetros de largura.

Em virtude dessa grande extensão abrangida pode-se dizer sem receio de errar que, sòmente de avião, é possível ao visitante abarcar de um só lance de olhos todo o conjunto. Mesmo parcialmente porém, soberbos são os espetáculos que se pode contemplar numa visita às cachoeiras do Iguaçu. Acima das quedas o rio é bastante largo e mede cêrca de um quilômetro; suas margens são muito suaves e entre elas, quase ao nível do planalto, correm mansamente as águas do Iguaçu. Aproximando-se o local das grandes quedas, o rio espraia-se mais ainda, abrindo uma grande curva para o lado argentino, onde então as águas, separadas por um sem número de ilhotas, formam vários canais e originam numerosas corredeiras. O maior volume das águas, porém, despenha-se, junto à margem brasileira, em maravilhosos saltos, dentre os quais se salientam o *União* e o *Floriano*. Vários outros a êstes se seguem pelo meio do rio, até completar-se o semi-círculo com aquêles nos quais se precipitam as águas que haviam circulado junto à margem argentina.


PERCY LAU

A extensão total dos saltos é de, aproximadamente, 2 700 metros, dos quais apenas cêrca de 600 metros são pertencentes ao Brasil. Os saltos principais atingem o número de dezoito, localizando-se cinco à margem direita, um bem no centro do rio e os doze restantes mais próximos da margem esquerda. O mais alto chega a atingir 80 metros, variando porém a sua altura conforme as épocas do ano. O nível da água na base das quedas apresenta variações de dezenas de metros, em conseqüência das alterações, bastante consideráveis, no volume das águas do rio Paraná. De modo geral, pode-se dizer que a altura média das quedas é de 70 metros, avaliando-se a potência média em 1 400 000 HP.

Abaixo das quedas, tôdas as águas se reúnem novamente, sendo compelidas a correr numa estreita garganta, e entre essas paredes verticais, que constituem um profundo e estreito "cañon", aquela massa de águas espumantes se acotovela por alguns quilômetros até, já bem mais calmas, atingirem o rio Paraná, medindo nessa altura o rio Iguaçu a largura aproximada de 400 metros.

São impressionantes pois as modificações apresentadas pelo rio Iguaçu em distâncias relativamente curtas: de cêrca de um quilômetro de largura, que mede a montante das quedas, espraia-se nestas até quase três e após despenhar-se de quase 80 metros de altura, vê-se comprimido entre estreitas margens que, já bem mais abaixo da cachoeira, acham-se distanciadas apenas por cêrca de 400 metros.

Foi aliás a existência dessas cachoeiras a causa principal da criação do Parque Nacional do Iguaçu, abrangendo parte do município de Foz do Iguaçu, em área cedida pelo estado do Paraná ao govêrno federal.

"Inicialmente, a área destinada ao Parque Nacional do Iguaçu foi de 3 000,00 hectares, 25 vêzes menor do que a do Parque Nacional del Iguazú, da Argentina, e suficiente apenas para proteger a porção de terras mais próximas das cataratas. Recentemente (decreto-lei n.º 6 587, de 14-6-44) o govêrno federal, levando em conta a exigüidade do território pertencente ao nosso Parque e considerando o vulto das obras de aparelhamento ali em realização, anexou à primitiva gleba do Parque uma grande área" (*"Parques Nacionais do Brasil"* de WANDERBILT DUARTE DE BARROS, p. 61).

O Parque Nacional do Iguaçu abrange atualmente 205 000,00 hectares, o que faz com que seja êle o mais extenso dos parques nacionais brasileiros. Embora a flora e a fauna nêle existentes sejam de molde a merecer a admiração daqueles que o visitam, o motivo principal de atração para o Parque é constituído, inegàvelmente, pelas maravilhosas *cachoeiras do Iguaçu*.

CAFÈZAL*

ELZA COELHO DE SOUZA

TÃO importante foi a influência da cultura do café no progresso e na civilização brasileira, que mereceu de eminente estadista do Império a justa apreciação de que "o Brasil é o café".

De fato, foi o café o modelador da fisionomia econômico-social do Brasil centro-meridional. Por onde se estenderam os cafèzais, estradas se abriram e cidades apareceram. Deu êle origem, nos tempos do Império, à opulenta aristocracia latifundiária fluminense; fêz a riqueza e tornou-se o propulsor capital do progresso de São Paulo e, para dentro das nossas fronteiras, canalizou os recursos necessários à instalação das grandes indústrias.

Durante decênios todo o nosso desenvolvimento e progresso estiveram estreitamente ligados à paisagem das colinas riscadas de cafèzais alinhados. Qual centro de atração, todos os esforços convergiam para a produção do "ouro verde".

O cultivo do café iniciado, justamente, quando se verificava a crise da mineração, deu ao Brasil muito mais riquezas do que o ouro extraído das suas minas ou lavado nos seus rios.

As terras cansadas, abandonadas pelo café, logo em seguida, se despovoavam e empobreciam. As terras virgens por êle conquistadas, enchiam-se de uma vida ativa, de um trabalho febril, se enriqueciam e progrediam. O café foi, e continua sendo, o principal produto de exportação e o esteio da economia brasileira.

Transplantado da Guiana e introduzido no Pará, ao que se presume, em 1727, pelo sargento-mor FRANCISCO DE MELO PALHÊTA, o café, da família das rubiáceas e gênero *Coffea*, não encontrou no norte do país condições ecológicas próprias ao seu desenvolvimento. Numa peregrinação de quase meio século, atingiu o Rio de Janeiro, graças ao desembargador JOÃO ALBERTO CASTELO BRANCO, que importou sementes do Maranhão. Plantadas na chácara dos Barbadinhos, frades capuchinhos

* Existem cafèzais em outras regiões do país, principalmente na Região Leste.

italianos, deram origem aos extensos cafèzais que se estenderam pelas províncias do Rio, Minas Gerais e São Paulo. Uma nova época se iniciava, então, para a economia brasileira: a época áurea do café.

Cultivado, inicialmente, na região de "serra abaixo" entre a serra do Mar e o oceano, os cafèzais galgaram logo as encostas, em busca de condições climáticas mais apropriadas, ganhando, assim, o vale do Paraíba. Daí se irradiaram as culturas, que alcançaram, em princípios do século XIX, a "Zona da Mata", em Minas Gerais e caminharam para o sul em direção a São Paulo. Até então, tôda a produção de café se escoava pelo pôrto do Rio de Janeiro.

Ainda antes de findar aquêle século, em São Paulo, o vale do Paraíba, impròpriamente chamado zona norte, e a zona central atingiram o seu apogeu na produção cafeeira. Ambas eram zonas já exploradas e povoadas. As plantações de café se instalaram em tôrno dos núcleos anteriormente estabelecidos e à margem das vias de comunicação.

Dêste modo, a província de São Paulo se foi, aos poucos, colocando na vanguarda das regiões cafeeiras do país. O pôrto de Santos arrebata ao Rio de Janeiro a primazia na exportação do café.

À medida que os cafeeiros avançaram pelo planalto piratininga, encontrando aí condições ideais de clima e solo, multiplicavam-se aos milhares, constituindo o que Enrico Ferri considerou "a obra mais notável do gênio agrícola do mundo".

Na sua avançada ininterrupta em busca de terras virgens, o café conquista as zonas da Paulista e Mojiana; depois, a Araraquarense, Alta Sorocaba, Noroeste... Surgem as "cidades-cogumelos, do dia para a noite na bôca do sertão desbravado pelo cafèzal".

A extraordinária fertilidade das novas terras exploradas, a relativa facilidade de comunicações, atraem para os sertões grandes levas de imigrantes estrangeiros e elementos nacionais. A reqião tôda se povoa e enriquece.

E o café continua na sua irresistível marcha para oeste, "Sempre e cada vez mais à cata da terra virgem", invadindo o norte do Paraná e o sul de Goiás.

À retaguarda, entretanto, os cafèzais mais antigos vão sendo abandonados. A monocultura cede lugar à policultura; as plantações antigas são substituídas por pastagens artificiais para a criação de gado; os grandes latifúndios se subdividem em pequenos sítios explotados por antigos colonos imigrantes, e se instalam as indústrias.

Êste desenvolvimento extraordinário da lavoura cafeeira faz do estado de São Paulo um dos maiores centros de produção de todo o mundo. Diferentes fatôres se conjugam favoràvel-

mente para dar-lhe tal primazia: condições climáticas apropriadas, fertilidade natural do solo, mão-de-obra numerosa e vias de comunicação bem distribuídas.

Relativamente às condições climáticas exigidas pelo cafeeiro para o seu pleno desenvolvimento e produção, os fatôres decisivos são a temperatura e o regime de chuvas. A temperatura média mais favorável à sua cultura oscila de 17° a 24°C. A planta não suporta calor nem frio excessivos e é para protegê-la contra o excesso de calor que nos países tropicais se pratica o sombreamento dos cafèzais.

A distribuição das chuvas é fator importantíssimo: no início da primavera, com a elevação da temperatura e as primeiras chuvas dá-se a floração dos cafèzais, devendo a estação chuvosa estender-se até o período da maturação dos frutos. A época sêca deve coincidir com a colheita e o tratamento do café nos terreiros.

Neste duplo ponto de vista, o estado de São Paulo oferece ao cafeeiro condições excepcionais.

Quanto ao solo, exige o cafeeiro terrenos de solo profundo, por causa de seu grande desenvolvimento radicular; permeáveis, sendo como é a umidade estagnada extremamente nociva à planta, e ricos de humo. Reunindo tôdas estas qualidades físicas, as terras provenientes do desbravamento das matas virgens são as preferidas para as plantações de café.

A "terra-roxa", principalmente, e a "terra-massapé", providas dos elementos nutritivos necessários à planta, reúnem as propriedades indispensáveis ao bom rendimento dos cafèzais. Neste particular, o estado de São Paulo é bastante favorecido.

Por causa mesmo da umidade, o café deve ser plantado em terrenos ondulados, porque nos lugares em declive as águas não permanecem em quantidade maior do que a necessária para saturar o solo e esta quantidade de água é suficiente para satisfazer as exigências da planta. Qualquer excesso é prejudicial ao cafeeiro e, conseqüentemente, à qualidade do produto.

Na plantação dos cafèzais é importante também a altitude, por causa das geadas. Em São Paulo, as plantações são feitas, de preferência, entre 600 e 850 metros, para evitar os prejuízos que podem as geadas causar, principalmente, aos cafèzias mais jovens.

É frisante a diferença entre as condições de cultura de São Paulo e dos demais estados do Brasil.

Contrastando com a superioridade natural da grande região cafeeira paulista, os outros estados que produzem também café — Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia — não apresentam, no seu conjunto, condições tão favoráveis. Só nos terrenos montanhosos a cultura com bom rendimento é possível, pois o cafeeiro exige como condição de boa produtividade,

clima relativamente fresco, como esclarece AUGUSTO RAMOS. De modo que, nestas regiões de latitude mais baixa e, portanto, de temperatura mais elevada, o clima para se manter propício ao cafeeiro precisa ganhar em altitude o que perde em latitude.

Sendo, ainda, a camada de humo pouco espêssa e o regime de chuvas impróprio ao ciclo vegetativo do cafeeiro, acontece que, à medida que se avança de São Paulo para o norte do Brasil, a produção por unidade vai diminuindo e os cafèzais vão-se estendendo pelas encostas elevadas.

Pode-se dizer que na Bahia se extingue a cultura do café, pois a produção dos estados do Norte é pràticamente insignificante e nada pesa na economia cafeeira do Brasil.

Não só as condições ecológicas mais favoráveis do estado de São Paulo contribuem para o maior rendimento e produção dos seus cafèzais, como, também, sendo o clima do planalto propício ao colono europeu, pôde o estado beneficiar-se largamente com as correntes imigratórias incentivadas no final do século XIX, após a abolição da escravatura, dispondo, assim, de abundante mão-de-obra para tratar de suas extensas plantações.

Dêste modo, a organização do trabalho em São Paulo, onde êste é feito, predominantemente, pelos "colonos" de origem italiana, espanhola, portuguêsa ou japonêsa, difere bastante das outras regiões cafeeiras do Brasil, onde o trabalho é feito, de preferência, por elementos nacionais.

Dentro do próprio estado de São Paulo, verifica-se uma diversidade no sistema de trabalho. A região do estado, situada a oeste da capital, de terras muito férteis e onde se instalaram as grandes fazendas com milhares de pés de café, exerceu uma atração maior sôbre os imigrantes, do que o leste, mais quente, mais montanhoso, com solo menos permeável e profundo e, conseqüentemente, produzindo colheitas menos abundantes e remuneradoras que tornavam, portanto, o trabalho pouco rendoso.

O preparo do terreno para a plantação do café, isto é, a roçada, derrubada das árvores e queimada, é quase sempre feito por elementos nacionais, bem adestrados nesse serviço, qualquer que seja a região cafeeira.

Na região oeste de São Paulo, os "colonos" são quase todos estrangeiros, trabalhando mediante contrato com o fazendeiro, com vantagens e obrigações de parte a parte. Tais contratos duram geralmente, um ano. Entrando em vigor no fim das colheitas podem ser renovados ou prorrogados ao fim de cada ano de serviço. A êles cabe o trabalho do plantio do café, que pode ser feito diretamente pela introdução das sementes no solo ou, então, mediante a plantação de mudas em vasos, jacás etc., covas prèviamente abertas, alinhadas e separadas pelos

"carreadores", verdadeiras ruas, por onde transitarão, na época da colheita, os veículos destinados ao transporte do produto.

Os "colonos" são também incumbidos de cuidar das culturas: as capinas ou carpas feitas 3 ou 4 vêzes ao ano, a poda e adubação dos cafèzais, a colheita, secagem e transporte do café para ser beneficiado.

Os "colonos" ganham uma determinada quantia pelo tratamento de 1 000 pés de café, variando aquela em função do custo da vida e com a abundância ou escassez de braços.

Geralmente, nos cafèzais novos, o proprietário da fazenda permite aos "colonos" plantarem milho, feijão, batata etc., entre as filas de cafeeiros e como lhes pertencem integralmente as colheitas, têm êles, assim, um lucro adicional.

Quando o número de "colonos" é insuficiente para realizar todo o trabalho, o fazendeiro ajusta turmas volantes, de nacionais, na maioria, para auxiliar nas capinas e, principalmente, na colheita, época em que se necessita de numerosos braços. Terminada esta, os trabalhadores dessas turmas são em geral dispensados, exceto quando persiste a falta de "colonos".

Os filhos dêstes, depois dos sete anos vão para a roça auxiliar os trabalhos, bem como as mulheres, quando lhes permitam os misteres caseiros. Nas fazendas, as famílias vivem separadamente em suas casas, sempre bem localizadas e que reunidas em grupos formam as "colônias".

Êste sistema de trabalho, no qual terminado o ano agrícola, pode o "colono" engajar-se para trabalhar em outra fazenda, gera nêle certo "nomadismo", buscando sempre as fazendas novas onde, com a plantação de cereais entre as filas dos cafeeiros, pode aumentar seus lucros.

A grande ambição dos "colonos" é adquirir um lote de terras, tornando-se êles, por sua vez, pequenos proprietários. Assim foi que centenas dêles se tornaram lavradores por conta própria, fazendo a sua independência econômica.

Já o sistema de trabalho na zona oriental de São Paulo representa uma transição entre o trabalho das fazendas fluminenses, de que são o prolongamento natural, e o das fazendas do oeste paulista. É um sistema de trabalho misto.

Como vimos, nesta zona, por influência das condições naturais, os trabalhadores das fazendas são quase todos nacionais, muito mais arraigados à terra e menos ambiciosos do que o colono estrangeiro.

As lavouras cafeeiras são tratadas pelo sistema de trabalho por porcentagem ou parceria nas colheitas, em geral, "a meias", cabendo a cada família, como remuneração pelo tratamento dos cafèzais, metade do produto delas. Geralmente, o "colono", que também é chamado "agregado", vende ao próprio fazendeiro a parte do café que lhe coube, ainda não beneficiado.

No entanto, quando êle o vende a estranhos, o beneficiamento é feito à sua própria custa.

Excetuando-se uma parte das lavouras de Minas Gerais e do Paraná, situadas nas fronteiras de São Paulo e que seguem o mesmo sistema de trabalho daquele estado, as demais lavouras cafeeiras do Brasil, são na grande maioria, tratadas pelo sistema de "meação" ou de "têrças", cabendo ao colono, neste caso, em vez da metade, a têrça parte da colheita. Também é comum os fazendeiros empregarem turmas de trabalhadores, assalariados por dia, para o tratamento dos cafèzais, distribuídos em "eitos" pelos "apontadores", que são os encarregados de dirigir as turmas.

Quando há grande falta de braços, outro sistema de trabalho é, comumente adotado pelos fazendeiros; é o trabalho por empreitada, organizando os empreiteiros as turmas para realizar o serviço.

Nos estados do Norte em que se cultiva café, o sistema geralmente adotado é o do salário.

A lavoura do café no Brasil já foi uma das mais ricas do mundo, estando hoje reduzida a pouco mais de 2 300 000 000 de pés. A despeito das crises de superprodução, dos graves erros cometidos na política do café, da proibição de novas plantações em vigor durante alguns anos, do impulso dado à policultura, o café tem sido e continua a ser o eixo da economia brasileira, repercutindo profundamente, as suas crises, no organismo político e econômico do Brasil.

CAMPOS DE CRIAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

LÚCIO DE CASTRO SOARES

A GRAVURA focaliza um aspecto típico dos campos meridionais de criação do Rio Grande do Sul.

Êstes campos, extensões consideráveis, são revestidos por vegetação gramináceа variada, prestando-se admiràvelmente à criação em larga escala.

De três fatôres importantes — diversidade de solos, diferenciações climatológicas locais e acidentes topográficos — resultam as múltiplas variedades de pastagens nativas, que se distribuem por diversas partes do território gaúcho.

LINDMAN distinguiu três tipos principais de campo no Rio Grande do Sul; campo de macega, ou "paleáceo" — de vegetação gramináceа "erecta e robusta", desigual, por vêzes rala, caracterizada, entretanto, pelo alto porte e rigidez das gramíneas, sendo esta formação a que melhor se assemelha ao "pampa" argentino; "campo subarbustivo" ou "sujo" — de tapête vegetal pouco espêsso, muito baixo, rasteiro, no qual aparecem, disseminadas, espécies mais altas e grossas e "gramado" ou "potreiro" — quando o revestimento vegetal é denso, porém baixo, "formado principalmente de rosetas de fôlhas e brotos foliares de gramináceas", dando em resultado "um gramado plano e macio que difere das outras formações por sua viva côr verde, e que cobre e esconde inteiramente o chão", donde o aspecto de prado. São êstes últimos encontrados comumente próximo aos capões, nos vales e baixadas, onde é maior a umidade do terreno.

Os campos de criação se distribuem geralmente nas planícies e baixadas da região sul do estado, constituindo a campanha gaúcha, sendo também encontrados ao norte, na região serrana ou do planalto, porém, com outras características. Apresentam-se nesta última região invadidos por vegetações arbustivas e semeados de pinheiros, o que levou alguns autores a denominarem tais formações "savanas de araucária". Cons-

tituem pastagens inferiores às dos campos do sul, aos da "campanha" pròpriamente dita. A campanha é a região quase plana (em comparação com a paisagem campestre acidentada do norte), levemente ondulada por elevações de pouca altura — as "coxilhas" —, ocupando as grandes planícies e baixadas meridionais, enfim, é o campo relativamente limpo.

Na franja de contacto com o "pampa" argentino, adquire um caráter de desolação, de maior pobreza em espécies vegetais, levando a crer que a campanha seja uma zona de transição entre a formação argentina e a mata virgem brasileira. A campanha é pobre de grandes rios. Sua umidade é assegurada pelas chuvas e, em certos pontos, pela água armazenada nas "sangas" — valas de escoamento das águas pluviais e dos banhados e brejos. Via de regra, na campanha há o predomínio das gramináceas, apresentando-se, de longe em longe, nas depressões, um "capão" — ilha de árvores, de forma arrendondada — e, à margem dos rios e arroios, vegetação arbórea ciliar ou de galeria.

Embora apresente características que os possam individualizar os campos sul-riograndenses pertencem à série de campos que se estendem pelo Uruguai e Paraguai e, no Brasil, até o Amazonas. Segundo LINDMAN, a campanha é "uma parcela dos grandes campos brasileiros".

O clima, embora a temperatura desça apreciàvelmente, não prejudica a vegetação campestre, como era de esperar-se. Apesar de o inverno ser rigoroso e gear, as pastagens meridionais não sofrem com êste fenômeno. Isto porque, nesta época, sopra o "minuano", vento característico da estação, contínuo e forte, que limpa a cobertura vegetal do orvalho congelado, formado às primeiras horas do dia. Já no planalto a geada persiste por mais tempo.

As pastagens nativas mais reputadas são constituídas das seguintes espécies: flechilha, trevo-de-borgonha, macaí, junquilho, capim-limão e forquilha, grama comum e do banhado e milhã. Êstes pastos medram em diversos pontos agrupados de maneira diversa, ora predominando uns, ora outros, donde a boa ou a má qualidade das pastagens.

A importância da vegetação nestes campos está ligada à modalidade de exploração econômica que aí se observa: a criação em grande escala. Além da boa pastagem, dois outros fatôres importantíssimos concorrem para o desenvolvimento da criação nos campos gaúchos: o espaço — os campos ocupam cêrca de dois terços da área total do estado — e a índole inata do gaúcho — tipo étnico característico da campanha — para a vida de campeador e de vaqueiro.

Primitivamente trabalhados pela lavoura, os campos do Rio Grande — quer os da campanha, quer os do planalto — só

conheceram a indústria pastoril no século XIX, quando os agricultores, forçados pelas exigências da Fazenda Real, pela "ferrugem" (praga terrível das plantações), e, principalmente, devido às lutas cisplatinas, foram obrigados a se dedicarem a êsse novo gênero de vida, cuja expansão resultou na redução da área agrícola, que refloresceu mais tarde com a colonização estrangeira. A agricultura não está, pois, ausente dos campos sulinos, cobrindo atualmente, grandes superfícies.

O rebanho bovino do Rio Grande do Sul é o maior e o melhor do Brasil, pelo número de cabeças e pela seleção das raças. As principais raças bovinas exploradas no Rio Grande do Sul, segundo a sua importância numérica, são: Hereford, Polled-Angus Shorthorn, Holandesa (variedade preta e branca) e Charolesa.

Conforme as estatísticas, a população pecuária sul-rio-grandense, ascendia em 1938, a 26 613 905 cabeças, com 9 738 273 bovinos, 9 563 398 ovinos, 5 256 704 suínos, 1 509 950 eqüinos, 412 080 asininos e 135 500 caprinos.

Grande é o número de charqueadas e de fábricas de produtos derivados. Importantes frigoríficos preparam e exportam considerável quantidade de carne congelada para todos os estados do país e para a Europa.

Em conclusão, os campos de criação do Rio Grande do Sul, pelas condições de excelência das suas pastagens e pela vastidão da sua superfície, contribuem diretamente para o desenvolvimento da pecuária, exploração que constitui pêso vivo na balança econômica do próspero estado sulino e energia ativa na economia nacional.

CAMPOS DE GUARAPUAVA

ELZA COELHO DE SOUZA

O BRASIL, sob o ponto de vista geográfico, é conhecido como o país das florestas. As observações feitas num mapa fitogeográfico desfazem, no entanto, essa impressão.

Devido às variações climáticas numas regiões, condições de solo em outras, ou em virtude de ambos os fatôres, acrescidos das condições de relêvo locais, o Brasil pode ser chamado, também, o país dos campos.

No estado do Paraná, os campos naturais abrangem mais de 50% de sua superfície total. Salientam-se aí os campos de Guarapuava, situados no planalto guarapuavano, tendo sido uma zona de grandes possibilidades para o desenvolvimento da pecuária é hoje decadente.

Esta imensa extensão de campos está limitada a leste pela serra da Esperança e ao norte pelas serras de São João e Juquiá. O seu limite oeste, segundo observações realizadas no local, pode ser estabelecido pelo divisor de águas dos rios Jordão e Cavernoso. Desenvolvendo-se numa altitude de 190 a 1 000 metros cobrem, segundo o general LIMA FIGUEIREDO, uma área de 14 060 quilômetros quadrados.

Êstes imensos campos descobertos, em 1771, pelo tenente CÂNDIDO XAVIER DE ALMEIDA e conquistados para a civilização, depois de ingentes lutas contra os aguerridos indígenas, eram chamados primitivamente, de campos de Guaíra, nome da valente tribo que os habitava.

Como conta o general LIMA FIGUEIREDO, no "*Oeste Paraense*", "em seguida à conquista, o nome foi mudado para Guarapuava, em virtude dos lôbos ariscos que existiam na região e cujas peles alcançavam preços convidativos.

A morfogenia do têrmo Guarapuava é "guará" (lôbo) e "puava" (arisco, feroz)".

O padre FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA, que acompanhou a expedição conquistadora dos campos, em 1809, na "*Memória sôbre o Descobrimento e Colônia de Guarapuava*", dá uma in-

terpretação diferente. Segundo êle, o nome foi dado por alguns sertanistas, por terem caçado aí uma arara, significando "guará" (pássaro pequeno) e "puava" (ave que não é rasteira, mas voadora veloz).

Os campos levemente ondulados, cortados por vales largos e de encostas suaves, são revestidos por vegetação gramináceo e subarbustiva, em que dominam as gramíneas, compostas, leguminosas e rubiáceas.

Quebrando a monotonia desta paisagem, aparecem ilhas de mata, os capões, dominados pelas imponentes araucárias. Segundo HOEHNE, a distribuição da água no subsolo é que explica o aparecimento de tais capões, em meio da imensidão dos campos. "Êsses capões formam-se, geralmente, nos pontos em que a rocha subterrânea ou camada impermeável forma uma bacia ou se aproxima mais da superfície, de modo a poder conter água do subsolo após as infiltrações e escoamento das chuvas". Teriam por isso, uma forma, geralmente, circular. E são nestes frondosos capões que o gado busca refúgio contra os raios abrasadores do sol. Outras formações florestais, ainda, entremeiam os campos: são as matas ciliares, que se alongam, quais "rios de verdura", pelas margens dos cursos d'água.

Os campos de Guarapuava são sucedidos, a oeste, por uma zona de florestas, que se tornam mais densas, à medida que se desce as encostas dos vales profundos dos rios Cavernoso, Cantagalo e Tapera. Em seguida a esta zona em que a atividade madeireira é intensa aparece uma nova zona de campos, com altitude de 100 a 150 metros, aproximadamente, mais baixa que a dos de Guarapuava. São os campos de Laranjeiras de aspecto bem diferente daqueles.

Enquanto os primeiros constituem extensos campos de vegetação gramináceo e subarbustiva baixa, entremeados de capões, os campos de Laranjeiras representam já, uma transição entre os de Guarapuava e a floresta. Não são campos verdadeiros, apresentando uma vegetação arbustiva mais desenvolvida e variada.

Os campos de Guarapuava foram, outrora, importante zona de criação de gado. Segundo informações obtidas pelo general LIMA FIGUEIREDO, a criação de gado franqueiro era bastante desenvolvida antigamente.

Com a abolição da escravatura, porém o gado, sem trato pela falta de braços, ficou inteiramente abandonado nos campos. Foi, então, que uma companhia frigorífica comprou quase todo o gado existente e matou-o desordenadamente, sem estimular a criação. Finalmente, a decadência acentuou-se, ainda mais, com a revolta de 1924-25.

Atualmente, apesar de reduzida, a criação de gado bovino, suíno e cavalar, constitui a atividade humana mais importante

nos campos. Domina aí o regime das grandes propriedades, onde se faz, de preferência, a criação de bovinos.

O gado suíno é criado, principalmente, nos pequenos sítios pelos "safristas" e apesar de seu aspecto destrutivo, êste tipo de criação é muito desenvolvido.

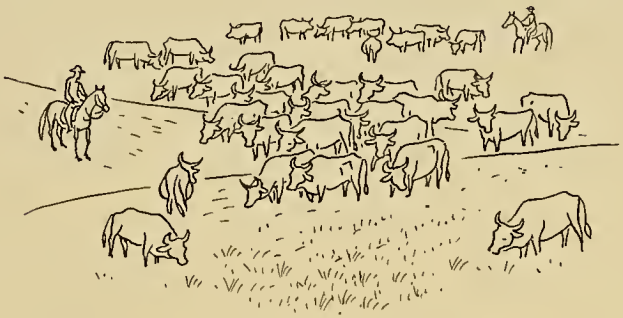
Nas grandes propriedades, o fazendeiro tem, para cuidar do gado, capatazes que, geralmente, não são interessados na criação, como acontece em outras zonas criadoras do Brasil. Êstes agregados moram na casa principal tendo, porém, casas para a família nos capões, onde fazem também suas pequenas roças.

Os grandes fazendeiros vendem seu gado para os frigoríficos de Guarapuava e Ponta Grossa, enquanto os pequenos criadores o vendem para o consumo das cidades vizinhas.

Entretanto, esta criação, relativamente à grande extensão dos campos, é feita em pequena escala, o que pode ser explicado, em parte, pela má qualidade das pastagens, invadidas de ervas daninhas, em que predomina a "barba-de-bode".

Zona de povoamento antigo, o *hinterland* guarapuavano, abandonado pelos seus primeiros ocupantes, que em busca de paragens mais propícias, emigraram para outras regiões, encontra-se hoje quase despovoado.

Mister se torna, que esta extensa zona de campos do Paraná seja aproveitada inteligentemente pelo homem e que o desenvolvimento de sua pecuária possa constituir um pêso vivo na economia paranaense.



CHARQUEADA

José Veríssimo da Costa Pereira

A INDÚSTRIA do charque no Brasil está estreitamente ligada ao desenvolvimento da pecuária que, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e São Paulo permitiu a instalação de vários estabelecimentos do gênero.

Nesses estabelecimentos, denominados charqueadas, o gado é abatido para o fabrico da carne sêca salgada, mais conhecida na Amazônia por "jabá"; no Nordeste por "carne-do-sertão", "carne-de-sol" e "carne-de-vento"; no Centro do país por "carne-sêca" — simplesmente — e, no Sul, pela denominação "charque" palavra de origem incerta, mas que parece provir para muitos, da língua árabe, onde *cherca* equivale a carne salgada e *charraca* tem o significado de "secar ao sol carne salgada". No Rio Grande do Sul, com particularidade, aquêles estabelecimentos constituem com as estâncias, dois conjuntos econômicos de invulgar valor para a riqueza da importante unidade da Federação.

Se nas estâncias se criam, sobretudo, grandes manadas de gado vacum, nas charqueadas se abate enorme porção do mesmo para o efeito de alimentação geral e, principalmente, para o comércio de carnes salgadas, as quais, quanto à exportação, se grupam atualmente em quatro classes: "mantas", "patos", "postas" (paletas e patinhos) e "cavacos", tudo muito bem acondicionado em bôlsas de aniagem, de costura dupla, devidamente marcadas.

As charqueadas alimentam-se dos produtos das estâncias sendo ambas, em muitos casos, propriedades de um mesmo dono.

Hoje, um aparelho controlador dos mercados — O Instituto Sul-Riograndense de Carnes — substitui a tarefa do antigo Sindicato dos Charqueadores. Desde a sua fundação, regulava aquêle Sindicato a matança estadual em 28 charqueadas do Rio Grande do Sul, quer determinando a data do início e do encer-

PERCY L. AU

ramento da charqueação, quer controlando a distribuição conveniente do produto, segundo as exigências do mercado.

Fora do estado sulino, que se mantém, aliás, à frente dessa indústria tradicional, encontram-se em Minas Gerais 13 charqueadas, em Mato Grosso 10, em São Paulo 7, e outras tantas em Goiás, no mínimo.

Os aspecto da charqueada pode ser descrito em traços gerais.

Ordinàriamente, ao lado do pavilhão principal, estendem-se as "mangueiras",dispostas em série — "curralões" — separadas entre si por cêrca de pedras, ou moirões, cada qual com dois ou três metros de altura.

Do lado exterior, fica o respectivo "brete" — espécie de corredor estreito — onde o gado é reunido para a "espera" que precede ao sacrifício.

Tôdas as "mangueiras", aliás, estão ligadas entre si por meio de corredores pequenos. A comunicação ou não, entre os diferentes cercados, realiza-se pela subida ou descida de grandes portas, ou tapumes de chapas de ferro regulados por um sistema de contrapesos, que funcionam segundo as necessidades do momento e as circunstâncias ocasionais.

À proporção que mais se aproximam do pavilhão principal da charqueada, os "mangueirões" vão-se reduzindo, em dimensões, até possuir, cada qual, capacidade apenas para umas dez ou vinte reses.

A matança geralmente principia pela madrugada. Às vêzes, começa à meia-noite, precedida, em ambos os casos, por um apito anunciador do próximo comêço do sacrifício. Das "quadras" e dos "boliches" partem, então, para o recinto da charqueda, os trabalhadores, tanto os "de faca" — carneadores, despostadores, manteiros, descarnadores de couro, tripeiros — como os "salgadores", que manejarão as pás nos tanques com salmoura; tanto os "carranchos", isto é, os carregadores, os mergulhadores da carne nos tanques, como os demais auxiliares braçais em número variável.

A operação da "matança" é precedida por indispensáveis preparativos. Pedro R. Wayne rememorou, sintèticamente, em seu romance *"Charqueada"*, editado pela Livraria Guanabara, Rio, 1937, a cena a que, por várias vêzes, certamente assistira: "Carrinhos carregados de sal se derramavam no monte farto e branco que clareava alto num canto da salga pronto para ser lequeado pelas pás ágeis dos salgadores. Os largos portões abertos recebiam a ventilação da viração que passava e entrava para ir lá dentro arejar a cancha. Os tanques limpos cheios de salmoura, borbulhavam bem dosados. As canaletas que

cortavam a cancha para dar escoamento às águas, eram tapadas nas bôcas para guardar as salmouras que escorressem das carnes molhadas, depois de ganchadas dos tanques em que mergulhavam. Azeitava-se zelosamente o guincho de vapor que arrastava os animais amedrontados para o sacrifício. Taravam as balanças. As zorras sôbre os trilhos com o braço pelo qual iam ser puxadas estendido, descansando no chão de cimento. As tinas de cozinhar os ossos destapadas. Os laços experimentados para não rebentarem. As facas de dois gumes, com que desnucavam as reses, sôbre a parede alta da mangueira, ao alcance da mão do desnucador. A instalação elétrica, examinada; não fôsse faltar a luz. O nível da água, cuidado; para que não faltasse água na cancha. E o capataz, lenço de palha-de-sêda no pescoço, revólver 38, atravessado na frente ostensivamente, tamancões pesados..."

Em épocas passadas, o abatimento do gado se realizava em moldes bastante cruéis e desuniformes segundo os lugares. Nas localidades mais próximas da fronteira uruguaia, por exemplo, usavam-se particularmente métodos inexpeditos e inseguros, além de requintada selvajaria. Hoje, porém, apesar de não se ter ainda avançado — numa apreciação de conjunto — tanto quanto seria de desejar, a operação da matança se realiza, comparativamente, mediante processo muito mais racional.

Ordinàriamente, e sem considerar as modificações impostas pela experiência e as variações fatais de lugar para lugar, a seqüência dos trabalhos é, no fundo, a mesma já descrita, em 1839, pelo negociante-geógrafo-amador Nicolau Dreys, em sua *"Notícia Descritiva da Província do Rio Grande"* reedição em Pôrto Alegre, da Livraria Americana, com um esbôço crítico de Alfredo F. Rodrigues, ou análoga à que no-la dá Pedro R. Wayne, em *"Charqueada"*, ou a que se encontra, por exemplo, no livro de W. H. Harnisch — *"O Rio Grande do Sul — A Terra e o Homem"*, edição da Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1941.

Evidentemente, o modo de matar o gado — primeira operação da charqueada — deve influir sôbre o asseio do estabelecimento, conforme já acentuara em 1839, Nicolau Dreys.

Morto o boi, e depois de retalhado, seguem as mantas, isto é, as partes musculares, ou as postas de carne, para o "salgadeiro" ou "salga", lugar onde a carne, na charqueada, recebe o sal. Depois são empilhadas, para perder a umidade e assim permanecem até ficarem completamente enxutas.

Do salgadeiro vai então a carne para os varais. Os varais ocupam grande extensão de terreno. São constituídos de espeques arruados de 4 a 5 palmos de altura e atravessados por varas nas quais são suspensas as mantas para o efeito de secarem ao sol e ao vento.

Depois de sêca, é a carne disposta em forma de grandes cubos oblongos arrumados sôbre um assoalho, distante de 3 a 4 palmos do solo, a fim de permitir a passagem ao ar. Nesse estado, coberta de couros, aguarda as operações necessárias ao embarque, segundo condições anteriormente apontadas. O dinamismo característico de todo o trabalho de charqueação é realmente de impressionar. W. H. HARNISCH dá-nos um flagrante sugestivo da cena real observada, após a matança, a que assistira em 1940, na Charqueada Santa Teresa, Bajé, Rio Grande do Sul: "Mal cai o corpo, uma faca corta a carótida. Abre-se a torrente de sangue que corre sôbre o cimento. Mais um talho com mão firme e a cabeça rola para o lado. Os carneadores, como hábeis cirurgiões, manejam com rapidez incrível a faca. Num abrir e fechar de olhos — quase se poderia aplicar êsse têrmo — o couro solta-se da carne da rês e, em seguida, os descarnadores o colocam sôbre largos cavaletes rasos, onde operam os últimos retoques da limpeza total, sem deixar o menor pedaço de carne ou aderência desta. O couro passa pela salga e, finalmente, atiram-no no monte que se vai formando. Neste ínterim, os intestinos saltam dos buchos abertos e vão rolando sôbre passadiços, conduzidos por rapazes que levam ganchos nas mãos. As vísceras vão para a secção "triparia". E sempre no mesmo diapasão, os carneadores limpam a carne dos ossos, dividem-na em duas partes dianteiras e traseiras e a enviam aos charqueadores pròpriamente ditos. Êsses trabalham à parte, junto a mesas grandes. Assemelham-se a alfaiates, cortando fazenda rubra de sangue. Dão à carne a forma de pequenos tapêtes. Os despostadores extraem os últimos pedaços de carne do esqueleto. Em nuvens de fumo e de sangue, êsses trabalhadores ficam de cócoras dentro da armação do esqueleto, à maneira de prisioneiros em gaiolas. É possível vê-los trabalhar dentro daquelas grades de ossos. Dentro do espaço de oito horas, devem estar sacrificadas e devidamente preparadas quinhentas reses. Dá sessenta cabeças por hora. A cada minuto o matador sangra um animal, uma vez por minuto a zorra corre de um lado a outro, e dentro de doze minutos cada rês está desquartejada. Desapareceu..."

Em rigor, saladeirista ou charqueador é o proprietário da charqueada ou saladeiro. No Rio Grande do Sul, o charque — segundo ROQUE CALLAGE, em seu "*Vocabulário Gaúcho*" — constitui uma indústria que não sòmente é exercida pelos saladeiros, porém ainda pelos numerosos criadores de pequenos recursos e, também, por alguns frigoríficos. Aliás, a preparação do charque, "carne-de-sol" e "carne-de-vento", é comumente praticada nas fazendas de quase todo o Brasil interior, embora sob forma

rudimentaríssima. E tão familiar é o charque ao homem do país, que, ao lado do feijão e da farinha de mandioca, tem a carne sêca figurado como alimento básico na cozinha sertaneja. Além disso, é elemento indispensável no preparo do prato nacional universalmente conhecido por "feijoada brasileira".

A primeira fase importante da industrialização do boi no Rio Grande do Sul — onde a indústria do charque é típica — data de 1870, ao fundar o cearense José Pinto Martins a primeira charqueada de grande porte, localizada às margens do rio Pelotas, à distância de uma légua de sua foz.

Levara para o sul, a experiência colhida pelo Nordeste quando, desde os meados do século XVIII, a produção do charque se iniciava no Ceará, e se desenvolvia a ponto de a indústria saladeril lá abater, para charquear, cêrca de 20 mil reses anualmente. Nunca, porém, conseguiu a indústria cearense ultrapassar os estreitos limites de um mercado regional, restrito a certos trechos da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Tampouco, jamais ultrapassou a fase de uma industrialização rudimentar, o surto verificado no fabrico da chamada 'carne-do-ceará", em alguns pontos da região costeira do Rio Grande do Norte — como Açu e Moçoró — apesar das vantagens locais proporcionadas pelas salinas e portos de saída fácil para exportação do charque. A iniciativa de Pinto Martins teve, pois, o duplo mérito não só de provocar, no Rio Grande do Sul, a indústria de carnes, em ampla proporção, como de estimular e valorizar — paralelamente — a pecuária gaúcha, cuja produção, cada vez maior, foi sem dúvida, favorecida pelas condições naturais dos pastos que, por seu turno, contribuíram para o legítimo êxito de uma exploração realizada em bases econômicamente interessantes.

De início, alimentando a capital da República; depois, o próprio Nordeste, o Rio Grande do Sul foi gradualmente conquistando todo o mercado nacional.

Não obstante o aparelhamento atual compreendendo as grandes instalações modernas que visam à explotação de carnes frigorificadas e enlatadas para o estrangeiro — conseqüência da situação criada pela Grande Guerra de 1914-1918 — as charqueadas têm, ainda hoje, o mercado nacional definitivamente assegurado. Para êsse efeito concorreram inquestionàvelmente — por um lado — as condições de existência peculiares do Brasil interior e — por outro — a dispersão dos respectivos habitantes. Impossibilitada de se alimentar de carne fresca — em quantidade suficiente — constitui a população interior uma firme e numerosa clientela capaz de manter por muito tempo o prestígio das charqueadas.

O espetáculo das charqueadas continuará, assim, montando com tôdas as peças para a temporada, que se repete, de dezembro a junho, de cada ano, revestido, porém, de uma trágica, mas necessária amargura: homens e animais reunidos diante da morte lutando pela vida.

Uns, matando para viver.

Outros, associados na morte, pagando com o sacrifício, a manutenção da vida humana.

CARROÇAS COLONIAIS DO SUL

Lúcio de Castro Soares

DADA a vastidão do seu território, composto de diversas regiões e subregiões naturais, o Brasil possui variada coleção de meios de transporte típicos. Dentre os que circulam sôbre a água êle nos apresenta desde a minúscula "igarité" indígena à barcaça veleira do São Francisco, passando pela "montaria" amazônica, a balsa coberta do Parnaíba e a característica jangada nordestina. Em terra, nos oferece curiosos meios de transporte animal, como o "boi-de-sela", da ilha de Marajó e do pantanal mato-grossense e as típicas montadas dos vaqueiros do Nordeste e do Sul: o "quartal" do sertanejo e o "pingo" do gaúcho. Quanto aos veículos sôbre rodas, de tração animal, tem o tradicional carro de boi, encontrado em quase todo o seu território e, além de muitos outros, as características carroças coloniais do Sul, que vemos na ilustração.

A existência, freqüente e numerosa dessa carroça no Sul do Brasil, que constitui uma das suas notas mais características, leva o observador menos avisado a supor que a mesma seja originária dessa região. Ela, porém, veio de outras terras, longínquas e bem diferentes, trazida pelo estrangeiro imigrante. Seu país de origem eram as estepes européias da Polônia russa e da Ucrânia; trouxeram-na os colonos poloneses e russos ucranianos, no último quartel do século XIX. Transferida das planícies centro-européias para o planalto meridional do Brasil, aí se conservou quase que imutável, salvo algumas pequenas modificações de caráter regional, mercê das adaptações ao relêvo do novo quadro geográfico e também resultante da aculturação material. Em o novo meio, cedo se multiplicou graças à abundância do material essencial à sua construção — a madeira, no caso, o pinho-do-paraná. Daí ser estimado em uma centena de milhar o número destas carroças, espalhadas pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os dois primeiros estados apresentam maior contingente; no Rio Grande só é encontrada, e em número reduzido, na região serrana do norte.

É um veículo misto. Destinado, principalmente, ao transporte de produtos agrícolas, como em sua terra natal, é utilizado também no transporte de cargas e mercadorias de tôda a natureza, conduzindo, concomitantemente, passageiros. Viajando pelo Paraná, em fins do século passado, observava o visconde de TAUNAY que êsses carros consistiam no "único meio de locomoção dos Campos Gerais" e que "êsses imensos carroções" faziam "todo o movimento comercial do interior para Curitiba". Ainda hoje êsses carroções cobrem enormes distâncias através das regiões centro e oeste paranaenses, cortando campos e matas, constituindo em passado ainda bem próximo a única ligação entre os pontos extremos ocidentais e os centros industriais do Paraná leste. Apesar de estarem êstes veículos largamente distribuídos pelos estados sulinos acima referidos, há, dentro de cada um dêsses, zonas de maior concentração, como as dos municípios dos vales do Itajaí e Itapocu, em Santa Catarina e os municípios de União da Vitória e Ponta Grossa, no Paraná.

Sendo, em princípio, veículos agrários, os carroções transportam produtos da lavoura para os entrepostos distribuidores, sendo, ao mesmo tempo, veículos de circulação local e geral; o seu *habitat* é a picada, o caminho da fazenda, o caminho vicinal, a estrada municipal, e, não raro a estrada federal, embora aí sua circulação seja proibida por lei, pelo dano que causam à mesma os aros de ferro de suas rodas. Sua forma original logo se salienta dentre os demais tipos de veículos de tração animal, encontradiços na Região Sul, que se diferenciam entre si pelo número de rodas, disposição dos animais de tiro, cobertura e espécie de carga transportada. Segundo êsses elementos variáveis podem distinguir-se no Sul do Brasil os seguintes veículos coloniais: carroças, carrêtas e carretões ou carroções.

A "carroça" é um veículo de pêso leve, sem cobertura, tendo duas rodas sòmente, dois varais e puxadas por um só animal. É, em geral, utilizada no transporte de água ou de pequenas mercadorias. Sua origem deve ser portuguêsa — açoriana, pois não ocorrem nas cidades de influência italiana ou germânica.

A "carrêta" tem sempre quatro rodas e é semelhante ao "carretão" que vemos na gravura. Destina-se ao transporte de cargas regularmente pesadas. É o veículo intermediário, em tamanho e capacidade de pêso. Conforme o pêso da carga, e tendo em vista o maior ou menor aclive ou declive da estrada onde circula, é puxada por dois, três, cinco ou seis animais. A carrêta pode ou não ter tolda. O uso dessa cobertura protetora depende da resistência das mercadorias às intempéries, pois

no planalto meridional, as chuvas — que atingem altura média anual de 1 400 milímetros — são regularmente distribuídas durante o ano.

O "carretão" ou "carroção", cujo desenho ilustra estas linhas, pouco difere do tipo anterior e, em suas linhas gerais, é uma carrêta em ponto maior. Os animais que o puxam — comumente cavalos — variam no número e disposição, segundo o pêso da carga, a topografia do terreno e nacionalidade do colono. Os de origem polonesa e ucraniana usam de três a oito cavalos; os de origem alemã, do Rio Grande do Sul, de dois a dez, sendo que o cavalo da direita, imediato ao carro, vai montado. Os animais são atrelados aos pares ou em arranjos ímpares à comprida e baixa lança solidária ao conjunto giratório roda-eixo dianteiro. Os animais exteriores da parelha mais próxima do carro, puxam-no cada um, por meio duma longa corrente que se vai prender, de cada lado, no extremo do eixo da roda traseira correspondente. Êste sistema de tração garante maior rendimento do esfôrço feito pelos animais, principalmente para vencer aclives com cargas muito pesadas. As rodas diretrizes, as da frente, são menores que as traseiras.

Êstes carros são cobertos por uma tolda de lona impermeabilizada por uma pintura de pixe, e estendida sôbre arcos desmontáveis e embutidos nos bordos laterais da caixa da carroça. Dos lados externos dos bordos é adaptada uma caixa comprida e rasa, onde o animal come a sua ração, nas freqüentes paradas das longas viagens.

A tolda só é utilizada quando a mercadoria transportada exige abrigo. Sua parte da frente, que às vêzes se prolonga, até o meio dos primeiros animais, chama-se "tapão", e serve também para proteger o material transportado contra as intempéries, bem como o condutor ou boleeiro.

Utilizada em viagens de longo percurso, que duram dias, semanas e meses, a carroça obriga aquêles que com ela trabalham a levar uma vida semi-nômade; torna-se, assim, verdadeira casa ambulante. Ìntimamente ligada, pela sua inestimável utilidade a hábitos e costumes do homem do sertão, ocupa lugar de relêvo no folclore sulino. Como o carro de boi, a carrêta do Sul do Brasil foi, e ainda continua a ser, um elemento de civilização e progresso.

CARRETEIRO

NELSON WERNECK SODRÉ

UM dos meios de transporte subordinados à tração animal, a carrêta da Campanha sul-riograndense tem características inconfundíveis. Distinguiu-as com exatidão, BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA, em obra até hoje infelizmente inédita. Mais do que isso: compreendeu os motivos da extensão de seu uso aos campos do sul mato-grossense, onde os refugiados gaúchos das revoluções do período inicial da República a introduziram.

Só na Campanha do Rio Grande do Sul, entretanto, ela se manteve, com tôdas as suas peculiaridades. E ali mesmo, parece que os seus dias estão contados, tanto já se desenvolvem outros meios de transporte, entre os quais o automóvel. As estradas construídas para êste revestem-se de técnica especial e a carrêta nelas aparece como remanescente prejudicial de uma época ultrapassada. Vaga ainda, entretanto, pelos "corredores", e satisfaz inúmeras necessidades da vida regional.

Ligada à carrêta, a figura do carreteiro fica pertencendo, com exclusividade, ao ambiente pastoril do extremo-sul. Se o meio de transporte passou a outra região, com os suas características de construção mais ou menos respeitadas, a personagem não o acompanhou. Outras eram as condições, e o quadro natural se circunscrevia à Campanha. Em outras regiões, conduzindo carrêtas ou carros, o homem é o "carreiro", e trabalha habitualmente a pé. A carrêta, ou o carro, é mero meio de transporte, um utensílio de trabalho.

Para o carreteiro da Campanha, a carrêta é muito mais do que isso. Se, em boa parte, serve ao transporte, de couro, de lã, de fardos de tôda espécie, — serve, também de meio de transporte da família, em longas jornadas. Nelas viajam, vivem, dormem, os seus. E se isso era costumeiro, no passado, é ainda corrente, nos dias de hoje. AUGUSTO MEYER, em "*Segredos da Infância*", conta:

"Voltamos do Cêrro d'Árvore em carrêta.

PERCY LAU

Dias e dias morei naquela casa de rodas, que se arrastava pelas estradas, sem vontade de chegar. Parecia que cada trecho de paisagem, com pena de nos deixar, tentava seguir-nos até a última curva do caminho.

. . . . . .

Em noite de calma, fazíamos a cama no capim, entre as rodas da carrêta"

Para conduzir os bois que tracionam a carrêta, tem o carreteiro processos especiais, em tudo diferentes dos que empregam os "carreiros" de outras regiões: outro é o seu modo de tanger, de parar, de subir e descer ladeiras, de desatolar e de transpor um "passo".

A diferença principal está em que o carreteiro é um homem montado. Não conduz do alto da carrêta, nem a pé, — e não apeia quase nunca, por necessidade da condução em si mesma. Resolve os seus problemas, do alto da sela. Não grita e não se extrema em vozes; como a própria carrêta é silencioso, sem o contochão monótono dos carros de boi de outras regiões.

Ao lado das juntas de boi, ao passo lerdo do cavalo, empunhando o aguilhão, vai como um senhor. Não abre mão de suas prerrogativas de homem a cavalo, — nem apeia para conduzir, e nem, por costume, toma parte na carga e descarga, quando a carrêta serve ao transporte de qualquer material.

Em muitos casos, o carreteiro não trabalha sòzinho. Reveza com outro. Os períodos em que não lhe cabe o cuidado com a condução, passa-os deitado na carrêta, ou montado, marchando à retarguarda. A pé, só parado.

COLHEITA DE CAFÉ*

ELZA COELHO DE SOUZA

AS FAZENDAS de café com suas inúmeras instalações, formam como que pequenas comunidades e com seus "mares de cafèzais", que em linhas retas, paralelas, estendem-se a perder de vista subindo e descendo colinas, enchem-se de atividade desusada e grande animação no período da colheita, cuja faina exige o trabalho indiscriminado de homens, mulheres e crianças .

Os cafeeiros plantados em regiões que apresentam condições favoráveis de clima e solo, no 3.° ano produzem uma florada relativamente abundante: no 4.°, cêrca de 10 a 30 arrôbas é a produção média de 1 000 pés; no 6.° ano, a colheita já é bem grande. O período de pleno rendimento para os cafeeiros começa, porém, aos 7 ou 8 anos, estendendo-se até 15 e, às vêzes, 20 anos. Quando os cafèzais são bem tratados, embora com pequeno declínio, ainda podem produzir até 40 anos. Vegetando em condições desfavoráveis, apesar de apresentarem bom aspecto nos primeiros anos de vida, não crescem muito, morrem cedo e as suas colheitas não são muito remuneradoras. O rendimento dos cafèzais pode variar, ainda, de modo bem sensível com as condições climáticas do ano, os cuidados dispensados às culturas e com a variedade cultivada.

As variedades de cafeeiros mais cultivados no Brasil provêm da *Coffea arabica*. São essas: o cafeeiro nacional ou comum, que constitui a variedade existente nas maiores plantações e distingue-se dos demais pela sua maior resistência e robustez; o amarelo ou de Botucatu, cujos grãos são muito ricos em cafeína, sendo o seu produto de boa aceitação nos mercados; o Bourbon, que por ser muito exigente, é sobretudo, plantado nas melhores terras, isto é, mais ricas e profundas. Produz mais ràpidamente que o nacional, mas é muito sensível aos ventos frios e geadas; finalmente, o Maragojipe que é o que mais se desenvolve sendo, porém, pouco produtivo.

* O café é também cultivado em outras regiões do país, principalmente na Região Leste.

RCY L.A.U.

Numa mesma plantação, como diz AUGUSTO RAMOS "as colheitas se sucedem, mas não se parecem". De fato, a produção dos cafeeiros é bastante irregular. Varia de mais de 50% de um ano a outro. Uma boa colheita é sempre seguida por outra medíocre ou má, o que fàcilmente se pode explicar pelo enfraquecimento da planta, que precisa se refazer para voltar a produzir novamente com abundância. Nos cafèzais já adultos, e que não são convenientemente tratados, o ciclo das boas colheitas pode se espaçar por 3 ou 4 anos.

A época da colheita varia, naturalmente, nas diferentes regiões cafeeiras do Brasil, de acôrdo com as condições climáticas.

Assim é que no estado de São Paulo, a floração dos cafèzais estende-se por 3 meses, em geral, de setembro a novembro, iniciando-se a colheita dos frutos amadurecidos nos primeiros dias de maio para terminar, mais freqüentemente, no comêço de setembro, época em que aparecem as primeiras flores da safra seguinte. Nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, a colheita se faz também nesta mesma época, em que as chuvas são menos abundantes.

Nas regiões situadas mais ao norte, a colheita dos cafèzais inicia-se mais tarde, subordinada como está à estação sêca: no Espírito Santo vai de junho a setembro ou outubro e na Bahia e Pernambuco de agôsto a novembro ou dezembro.

Dois processos mais comuns são adotados nas colheitas do café: do chão e do lençol.

O método do chão é o processo ordinàriamente seguido, tanto na extensa região cafeeira paulista, quanto nos demais estados produtores de café do Brasil.

Algum tempo antes do início da colheita, os "colonos" praticam o "arruamento" ou "coroação", que consiste em limpar a superfície do solo que cerca os cafeeiros das ervas daninhas, fôlhas, galhos, pedras etc., que misturados depois com os grãos de café constituiriam impurezas e iriam prejudicar a qualidade do produto. "O arruamento" já quase não é mais praticado, pois a experiência demonstrou que tal processo antecipa o declínio e morte dos cafeeiros; juntando-se os resíduos ao longo das "ruas", deixam-se as linhas dos cafeeiros em nível inferior constituindo valados, por onde se escoam as águas das chuvas pondo a descoberto as raízes, o que, naturalmente, prejudica a planta. A "coroação" é mais usada e consiste em juntar os planta. A "coroação" é mais usada e consiste em juntar os da qual cai o café colhido.

Depois de terminada a colheita, todo êste "cisco", que é um fertilizante de valor, é novamente espalhado em tôrno dos cafeeiros. O "espalhamento do cisco" faz parte integrante da co-

lheita e sòmente depois de feito é que se considera terminado o ano agrícola. Depois de limpo o terreno, os "colonos" fazem a "varredura", juntando com o rastelo os frutos caídos, por qualquer circunstância, antes de se iniciar a colheita. Daí, então, é que se começa a "derriça" do café. Percorrem os colhedores as filas de cafeeiros, colhendo cada árvore de uma vez. Para isso prendem entre os dedos o ramo carregado de frutos e pelo escorregamento da mão da base do ramo à sua extremidade, as cerejas se desprendem e caem no interior da coroa.

Para atingir os galhos mais altos utilizam êles escadas de madeira, tôscas e leves, que podem ser fàcilmente transportadas de um pé a outro, mesmo por uma criança.

Um bom trabalhador pode colhêr, em média, 250 litros de cerejas por dia, variando tal volume não só com a carga e porte do cafeeiro, como também com o acidentado das terras e a distância aos "carreadores".

O processo da "derriça" utilizado no Brasil, tendo a vantagem de ser bastante rápido apresenta, no entanto, o grande inconveniente de prejudicar o crescimento ulterior do cafeeiro, porque na faina da "apanha", os "colonos" derrubam fôlhas, quebram galhos e brotos.

Depois de colhido todo o café, as cerejas são catadas e peneiradas para expurgá-las quanto possível das impurezas. Esta operação é feita com o auxílio de uma peneira de mão, circular, de fio de ferro, que tendo as malhas suficientemente fechadas para reter as cerejas deixam, entretanto, passar terra e pequenas pedras. Os detritos maiores, — galhos, fôlhas e pedras grandes — são retirados a mão.

Assim, sumàriamente limpos, os frutos são ensacados ou, então, postos em cêstos da capacidade de um alqueire (50 litros) e levados para os "carreadores". Daí, em carroças puxadas por quatro burros ou, mais raramente, por dois bois são transportados para os "terreiros" e postos a secar. Finalmente, são submetidos às máquinas de beneficiamento e preparados para a venda aos mercados consumidores.

O método do lençol é geralmente utilizado nas fazendas que preparam o café por via úmida, processo êste que exige um produto mais bem cuidado.

Antes da "derriça" do café, os "colonos" estendem por baixo do cafeeiro um lençol de algodão ou lona, dividido em duas partes, cada uma formando um retângulo de 3 a 4 metros por 1,5 a 2 metros, cujas pontas ficam prêsas em estacas, de modo que cada metade do lençol fica estendida de um lado do pé, caindo sôbre êle todo o café derriçado. Às vêzes, usam também esteiras de taquara.

Depois de colhido, o café é peneirado, ensacado e transportado aos carros para ser levado à fazenda.

Quando é usado êste processo de colheita, visando à preparação comercial do café pelo método do despolpamento, via úmida, os colonos colhem apenas as cerejas maduras, rejeitando as verdes e as sêcas. A despeito da superioridade do produto assim preparado, êste método é menos adotado, exigindo que a colheita seja feita em muito menos tempo, requer maior número de braços e a falta de mão-de-obra é um problema que se apresenta constantemente aos fazendeiros.

No estado do Rio de Janeiro, é comum também os apanhadores trazerem prêso ao pescoço por cordas, um cêsto, balaio ou peneira, onde são recolhidos os frutos derriçados.

No início da colheita, tôda a "colônia" é levada para um "carreador", onde o "fiscal" faz a distribuição do serviço, dando a cada família de "colono", proporcionalmente ao número de membros, incluindo mulheres e crianças, uma, duas ou mais "ruas" de cafeeiros para colhêr, situadas tôdas nas proximidades umas das outras, a fim de facilitar a vigilância do trabalho e o recebimento do café colhido.

Em outras fazendas, o cafèzal é dividido em "talhões", quase sempre de forma retangular que, numerados, são entregues aos "colonos" que devem não só dispensar à plantação os cuidados e tratos necessários como, também, se encarregar da colheita do café. Algumas vêzes, porém, o fazendeiro, para conveniência do serviço, pelo atraso ou adiantamento na maturação de certos "talhões", em relação aos outros, reúne todos os colhedores em certos trechos do cafèzal. Há, então, uma permuta de trabalho entre os "colonos", que não apresenta inconvenientes pois êles recebem por unidade colhida e não por superfície tratada.

A colheita do café nas regiões em que vigora o sistema de contratos é feita por "tarefa", pagando-se ao colono uma determinada quantia por alqueire de 50 litros colhidos.

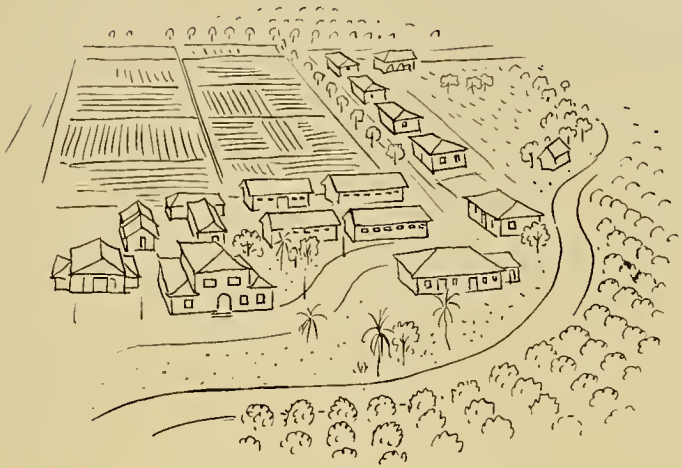
O colhedor ao entregar um saco ou cêsto de 50 litros de cerejas à carroça de recepção recebe do "fiscal" uma ficha ou recibo. E é com o auxílio dessas fichas que êle poderá, depois, reclamar o seu salário.

O preço pago ao "colono", por unidade colhida, varia de acôrdo com o volume provável da colheita, a abundância de braços e com as facilidades proporcionadas a êle, como a permissão de fazer pequenas plantações entre as filas dos cafeeiros. Êste salário, pago pelo trabalho da colheita, é inteiramente independente do que é pago pelo tratamento de 1 000 pés de café.

Quando o número de "colonos" não é suficiente, o fazendeiro engaja turmas para a "apanha". Pagas "a jornal", essas turmas habitualmente chamadas "turmas de solteiros", constituídas por pessoas provenientes, em geral, de outros estados, retiram-se terminada a colheita.

Levam os "colonos" nas fazendas uma vida essencialmente rural e relativamente confortável, com trabalho bem remunerado. É nos extensos cafèzais, que êles desenvolvem o máximo de energias e atividades, entregues aos tratos das plantações e ao trabalho da colheita.

Dêste modo, os cafèzais, ainda, constituem um dos mais interessantes horizontes de trabalho em certas zonas das regiões Leste e Sul do Brasil.



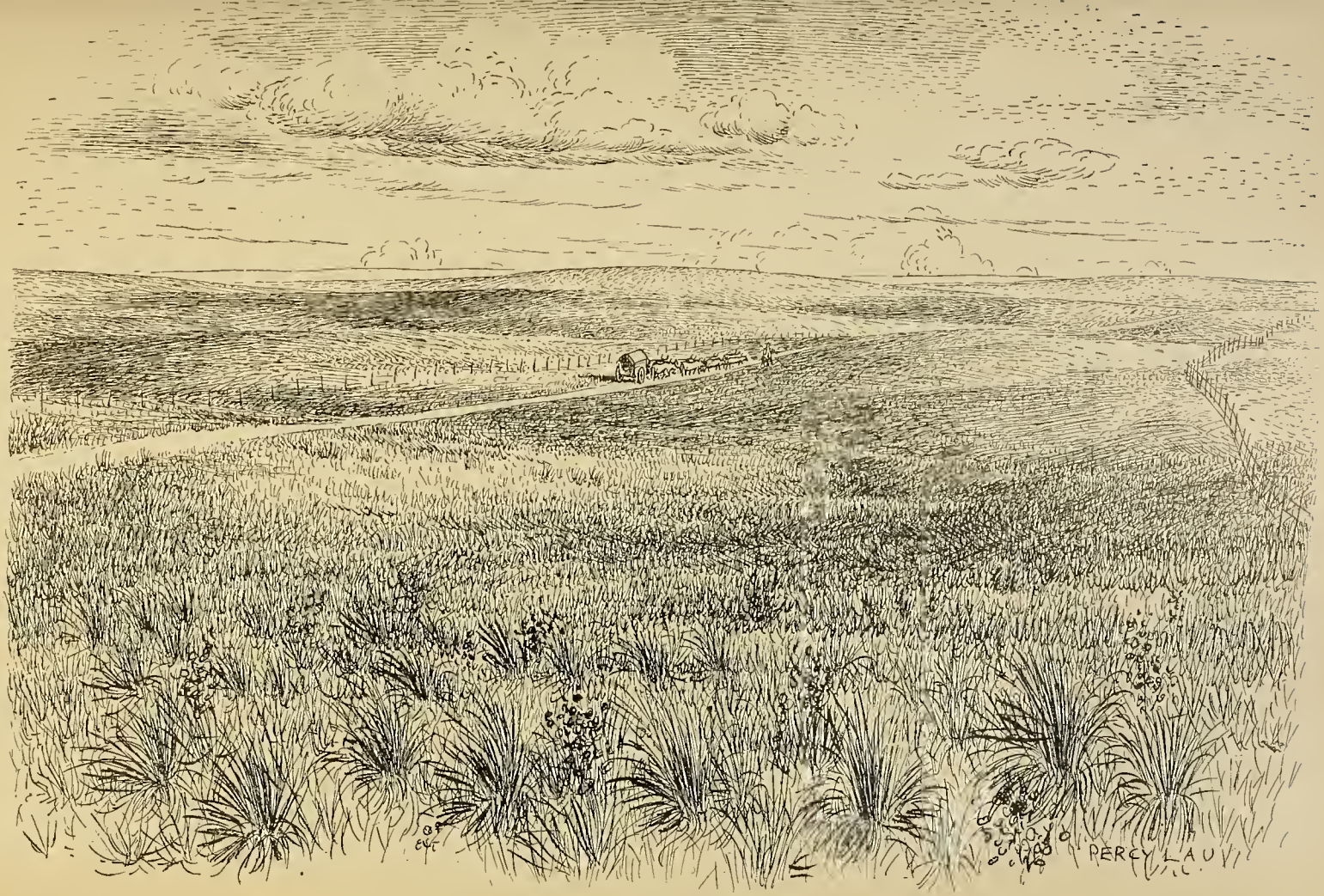
COXILHAS

NELSON WERNECK SODRÉ

A GENERALIZAÇÃO do têrmo contribui, não raro, para as deformações inevitáveis de sua significação original. O movimento de terreno a que cabe a designação de coxilha aparece na região que se desenvolve ao sul da depressão central, no estado do Rio Grande do Sul, na parte que nos diz respeito. O têrmo, entretanto, saiu da região que o caracterizou. Transferiu-se a movimentos ao norte da baixada do Ibicuí. Foi repontar em Santa Catarina, onde o colheu VIRGÍLIO VÁRZEA, que o oferece nos livros *"Mares e Campos"*. Com o elemento sul-riograndense que concorreu para o desenvolvimento da pecuária do sul de Mato Grosso, infiltrou-se na linguagem comum dos campos da Vacaria, embora não tivesse, em relação àquela zona, o acolhimentos dos cartógrafos. Teve-o, e em larga escala, no que diz respeito às zonas do Rio Grande do Sul ao norte da depressão central, de tal sorte que, hoje, está consagrado.

Na zona baixa em tôrno do Ibicuí, estendendo-se para o sul, entretanto, é que se encontra a paisagem física em que tem pleno cabimento. Referindo-se às facilidades para o contrabando, em tempos antigos, em conseqüência da permeabilidade do terreno, SIMÕES LOPES NETO, em um dos seus *"Contos Gauchescos"*, tem uma referência preciosa. Escreveu êle: "Só se cuidava de negacear as guardas do Cêrro Largo, em Santa Tecla, do Haedo... O mais, era várzea!" Indicando que, salvo aquêles acidentes, bem salientes, da paisagem ao sul do Ibicuí, por tôda parte a passagem era fácil, o campo era aberto, e nada poderia impedir a passagem das tropas. Não havia passagens obrigatórias.

Nessa paisagem, realmente, é que o têrmo encontra, no terreno, uma correspondência que está ligada às suas origens. Aí numa significação pura, traduz o movimento de terreno a que se refere. Ali é o "morro ou colina de diminuta altitude e longo declive", referido por um dicionarista. Ali é "uma extensa e prolongada lomba, colina de longo declive e pouca


PERCY LAU

altitude, coberta de vegetação herbácea, em geral rica de plantas forrageiras", a que se refere a "Terminologia Geográfica" em curso de publicação na *"Revista Brasileira de Geografia"*. Ali é a "campina com pequenas e grandes elevações, espécie de colina, geralmente coberta de pastagem, e onde se desenvolve a indústria pastoril", — embora tal definição possa admitir restrições.

O que caracteriza principalmente a coxilha é, sem dúvida, a fraca declividade. Ezequiel Martinez Estrada, estudando o ambiente físico gaúcho, expressa nìtidamente a impressão de quem aprecia o largo ondular das coxilhas: "Quem vai aos campos do sul e ao pampa, não vê nada. Esforça-se por indagar de onde provém êsse influxo que o invade, de uma beleza que não pode reduzir a conceitos, e se cansa. A planura não lhe sugere nenhum sentimento estético que possa exprimir com palavras ou por outros meios. Ùnicamente, é a solidão".

Quem busque dominar o panorama das coxilhas, realmente sente a imprecisão dos traços. O olhar não pode definir as linhas do terreno, as ondulações são suaves e por vêzes quase imperceptíveis. Quando muito, para determinados lugares, há uma referência inequívoca, um cêrro, um movimento mais pronunciado, a que fica prêsa qualquer amarração, de tal sorte quebra a uniformidade vazia da paisagem. O geral, porém, é a imprecisão, a indeterminação das linhas, a confusão de planos, a ausência de perspectiva. E não é a planície, porque o olhar acompanha as suaves ondulações, sente as curvas do terreno, apenas não lhes pode assinalar as mudanças e nem sequer determinar o rumo dos divisores.

ERVAIS

José Veríssimo da Costa Pereira

NA TRANSIÇÃO das matas da encosta atlântica para as zonas campestres do planalto paulista, as catanduvas aparecem como florestas ralas, assentes sôbre solo escassamente humoso, em meio a gramados naturais, ou a porções de mato espinhento, de taquaris e criciúmas após a derrubada e queimada para as primeiras pouco rendosas culturas.

Mas a partir do extremo sul paulista, as catanduvas locais principiam a ser conhecidas por faxinais, à proporção que se salientam nas grandes altitudes, como que seguindo a ocorrência dos pinheirais e como que buscando a direção sul.

Do lado oeste e norte do Brasil-Sul avançam além dos limites ocidentais propostos por Gonzaga de Campos para a zona dos pinhais.

Em tôda a enorme área do faxinal, assim como na da araucária, acompanhando os pinhais, surgem as plantas de mate constituindo os ervais, que são tanto mais ricos — nos faxinais — quanto maior fôr a "queima" dêstes últimos.

As plantas de "mate" chegam, às vêzes, a extravasar os próprios limites dos "pinhais" para se interporem, finalmente, entre faxinais e campos, nas suas avançadas para o norte e para oeste. Em Mato Grosso se desenvolvem no suleste e, no território paraguaio, crescem na região nordeste.

No estado central brasileiro, formam ervais, relativamente densos, nos vales do Ivinheima, Brilhante e Dourados, revestindo, por outro lado, tôda a região da bacia do Amambaí e as elevações da serra de Maracaju.

No Brasil-Sul, os ervais tanto aparecem nas serras, quanto nas vertentes ou encostas, e, ainda, nas planícies e campinas, ou, nos campos. Tais bosques naturais surgem nas florestas onde dominam, além dos pinheiros, as essências brasileiras como a peroba, a imbuia, tapinhoãs e outras canelas. Espontam constituindo a vegetação média, de preferência, em terras do planalto paranaense, de altitude média de 800 a 900 metros, a

partir da encosta da serra do Mar até a descida para o leito do Paraná abarcando, assim, todo o interior do estado, com exceção das partes ribeirinhas e da zona do Tibaji, Tiquiti e Ivaí — a nordeste — onde apenas existem empobrecidos. Como exemplos de ervais compactos podem ser apontados os que, numa distância de uns 400 quilômetros, se estendem, no Paraná, por todo o trecho navegável do rio Iguaçu desde o pôrto Amazonas até União da Vitória, passando por São Mateus e Palmira. Em Santa Catarina prevalecem no planalto norte onde correm os rios Negro, Iguaçu, Uruguai com seus afluentes.

Na região extremo-meridional de Mato Grosso, os ervais raramente aparecem na forma compacta, análoga à da região parano-catarinense de oeste. Surgem assim, associados a árvores componentes da grande mata que acompanha a margem direita do rio Paraná. É comum, todavia, medrar a erva-mate, isoladamente, na região.

Os grandes ervais — cantões florestais abundantes de mate — encontram-se, pelo que foi exposto, quase todos no interior, em região geogràficamente ainda pouco conhecida, mas de considerável importância econômica. Quer nos ervais "nativos" ou nos "cultivados", o "mate", efetivamente, provocou, dando ocupações a milhares de trabalhadores dedicados a diversos misteres, a organização de uma poderosa e típica indústria, na região planáltica do Brasil-Sul e na zona suleste de Mato Grosso.

Embora a verdadeira formação de bosques ou ervais seja própria do Brasil-Sul, costuma-se notar também, fora da região apontada, algumas ocorrências de plantas que o público se habituou a chamar de mate.

Em verdade, segundo Hoehne, as fôlhas das *Vilaresias*, da família das *Icacines*, fornecedoras da congonha — erva apreciada em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares — embora sejam denominadas mate, não merecem, por isso, acertadamente, aquêle nome.

Não obstante a existência de falsificações mediante o aproveitamento de outras plantas, como as caúnas e as congonhas, em rigor, mate é o produto extraído, formado e preparado exclusivamente por fôlhas de *Ilex paraguariensis*, St. Hil., planta pertencente à família das aquifoliáceas natural do sul do Brasil, norte da Argentina e do Paraguai. Tais fôlhas, sêcas, ligeiramente tostadas, rôtas ou grosseiramente pulverizadas constituem, com as hastes que prendem a fôlha ao fruto ou o fruto aos galhos, e mesmo com os fragmentos de galhos tenros, o produto em tôrno do qual se desenvolve tôda a atividade dos ervateiros e da indústria do mate.

Tanto as espécies quanto as variedades crescem espontâneamente na mata virgem formando bosques denominados "ervais" no Brasil, e, ainda, "minas" na Argentina e no Paraguai,

conseguindo esta última denominação ser também, às vêzes, aplicada em alguns trechos do território brasileiro, particularmente em Mato Grosso.

Atualmente se desenvolve, entre nós, a prática da plantação de ervais que permitirá a cultura de variedades mais nobres, possuidoras de qualidades gustativas mais acentuadas e mais acordes com o paladar dos mercados consumidores.

Em Mato Grosso, sobretudo, salientam-se os ervais plantados, lembrando na paisagem cultural do suleste, o aspecto dos imensos laranjais típicos dos arredores da capital da República.

Efetivamente, as qualidades gustativas da erva-mate sofrem variações desde os tipos amargos aos de sabor adocicado, suave, sendo êstes mais apreciados pelos mercados uruguaio e chileno, e aquêles mais do gôsto argentino.

Preocupado com a organização da produção, o Instituto Nacional do Mate tem examinado diferentes sugestões para a delimitação das áreas ervateiras do Brasil, salientando-se as que foram apresentadas pela Divisão de Defesa da Produção do referido Instituto. Quanto às variedades de mate, a Divisão sugeriu para o Rio Grande Sul, duas regiões de "produção", uma de paladar forte, onde prevalecem as culturas de erveiras de talo roxo, outra de paladar fraco, onde dominam as erveiras de talo branco.

Nos estados do Paraná e Santa Catarina, notam-se a região de "paladar extra fraco" e a região de "paladar fraco".

Em Mato Grosso, uma só região foi caracterizada: a de paladar forte com duas modalidades, a ultra-forte e a extra-forte.

ERVATEIROS

José Veríssimo da Costa Pereira

Após localizar-se na faixa, diabásica e de arenito vermelho, na borda do planalto triássico do sul do Brasil, a colonização em Santa Catarina e no Paraná passou a se deslocar gradativamente para o próprio interior arborizado da região elevada que descamba para oeste.

Dado o isolamento dos núcleos agrícolas, então, privados de exportação pela inexistência de mercados próximos importantes e de necessárias vias de comunicação, a colonização ter-se-ia estancado, ou mesmo desaparecido, caso não viesse socorrê-la, a extração do mate que, geralmente no Paraná, é encontrado na mesma zona dos pinheiros, acompanhando os pinhais.

Embora ainda não seja possível caracterizar o verdadeiro "tipo" do ervateiro, porque, antes de mais nada, são bem diversas as condições e a origem dos trabalhadores dos ervais, e um tanto diferentes, as feições físico-geográficas das zonas onde o mate é colhido, consideradas, no caso, as duas regiões principais de produção — o oeste paranaense e o suleste mato-grossense — pode-se, entretanto, afirmar que, em geral, o ervateiro é o tipo do indivíduo que realiza, em cada ano, no seu erval, um modo de trabalho resultante da associação da explotação da floresta com a cultura dos campos, tudo segundo o ciclo das estações, as circunstâncias do regime agrícola próprio, e de acôrdo, ainda, com a natureza das condições sociais prevalecentes na região ervateira considerada.

Penetrando nos ervais ao cabo do primeiro semestre do ano, a fim de realizarem a colheita no período de junho a outubro, os ervateiros, chegado o verão, retornam aos campos e às pequenas culturas para, já no inverno próximo, irem repovoar a floresta. Repete-se, então, no sul do país, mas no sentido inverso, o fluxo e o refluxo que caracteriza, sob a pulsação sazonária, a atividade humana na exploração econômica dos seringais amazônicos. Durante a ausência do chefe, a família do erva-

teiro permanece nas terras cultivadas sob a guarda da mulher, que nem sempre se dedica à explotação das "minas" ou ervais.

A adaptação da floresta ao trabalho da extração da erva consiste, de início, no estabelecimento de ranchos ou acampamentos de tendas, onde, em bandos, turmas, ou secções, passarão os ervateiros os meses necessários à colheita das fôlhas, pecíolos e pedúnculos das plantas pertencentes à espécie *Ilex paraguariensis* ou *paraguaiensis* ou às suas diversas variedades. Perto dos "ranchos" constroem-se "jiraus" ou "carijos", ou, então, "barbaquás", com o propósito de nêles se realizar futuramente, e conforme o sistema preferido, a "dessecação" completa das fôlhas, pecíolos e pedúnculos, após a operação preliminar denominada "sapeco" ou "sapecagem". Dentro, porém, do plano geral da Divisão de Defesa da Produção, do Instituto Nacional do Mate, a denominação "ranchos" designaria apenas os agrupamentos de produtores, habilitados e vinculados ao mate, que, assim integrados, constituiriam, então, o elemento celular da organização racional da produção. O "rancho", dêsse modo considerado, passaria a se caracterizar, material e funcionalmente, por um tríplice aparelhamento, composto do "barbaquá" (ou aparelho de secagem) do "cancheador" (ou aparelho de trituração do mate) e da "peneira" (ou aparelho de coagem da cancheada). Nos casos ordinários da explotação da planta silvestre, os ervateiros, também às vêzes denominados "mineiros" quando realizam, com tesouras e facões apropriados, os serviços de "poda" e corte, iniciam sua atividade pròpriamente ervateira, "espanando", isto é, limpando com a foice o "erval" de plantas daninhas acaso nêle existentes.

Cortados os ramos da "erva" são êsses "sapecados", segundo técnica especial, no mesmo local da extração, após terem sido amontoados em volta de uma fogueira (*tatagua* dos paraguaios), geralmente construída numa superfície de uns seis pés quadrados. A operação denominada sapeco é de uma grande importância, porque influi na melhoria do aspecto e do paladar do mate. Quebrados a mão e selecionados, os ramos são transportados em feixes para o local onde se encontra o "barbaquá", ou então o "carijo", para que, num dêles, se realize o primeiro beneficiamento, segundo o sistema paraguaio, no primeiro caso, e conforme o sistema brasileiro, no segundo.

Instalações de madeira protegidas por uma cobertura geralmente de fôlhas de palmeira, de taquara, ou de sapé, no "barbaquá" e no "carijo", os feixes de ervas são submetidos ao calor lento, residindo na maneira de se levar o calor à planta, a diferença essencial entre ambos. No "barbaquá" o calor é recebido de uns oito a dez metros de distância vindo de um fogão isolado, ao passo que no "carijo", o fogo é direto sob a armação de madeira, penetrando calor e fumaça, simultâneamente, nos

feixes de ervas em beneficiamento, circunstância que prejudica o sabor do mate resultante, dando-lhe um paladar estranho, que o "barbaquá" consegue evitar. O aspecto e o tipo das instalações refletem as condições financeiras dos extratores-produtores, estando atualmente abandonados por assim dizer, aquêles aparelhamentos que não mais correspondem às exigências do fino paladar e ao grau de progresso a que já atingiu a indústria do mate, indústria genuìnamente brasileira, desde os industriais, até os capitais, passando pela matéria-prima e pelos operários.

Colheita, sapecagem, condução, dissecação — fases importantes na vida profissional do ervateiro — devem estar terminadas no prazo de vinte e quatro horas, sendo de seis no máximo o número de horas empregadas na dissecação realizada no "barbaquá", sem o que se prejudicarão o aroma e a côr do produto. Do "barbaquá" passa-se à "cancha", espécie de batedouro, onde as folhinhas são quebradas com bastões de madeira, e cercado de paredes também de madeira. É do sistema de "cancha" que deriva a expressão "erva-cancheada". Ensacada e empilhada em depósitos, a erva é conduzida para os engenhos de beneficiamento, cujos principais se encontram localizados em Curitiba e Joinville.

Além de nuclear tôda uma original massa de trabalhadores especializados, o "mate" contribuiu para caracterizar o "tipo" do gaúcho com o seu inseparável chimarrão e para enriquecer o folclore do Brasil-Sul, de que nos pode dar idéia o seguinte exemplo, recolhido pelo historiador Romário Martins, altamente expressivo na quadra atual que o mundo atravessa:

"Peço pouco nesta vida
pra minha felicidade:
uma cabrocha destorcida,
uma viola bem sentida
facão, mate e liberdade"

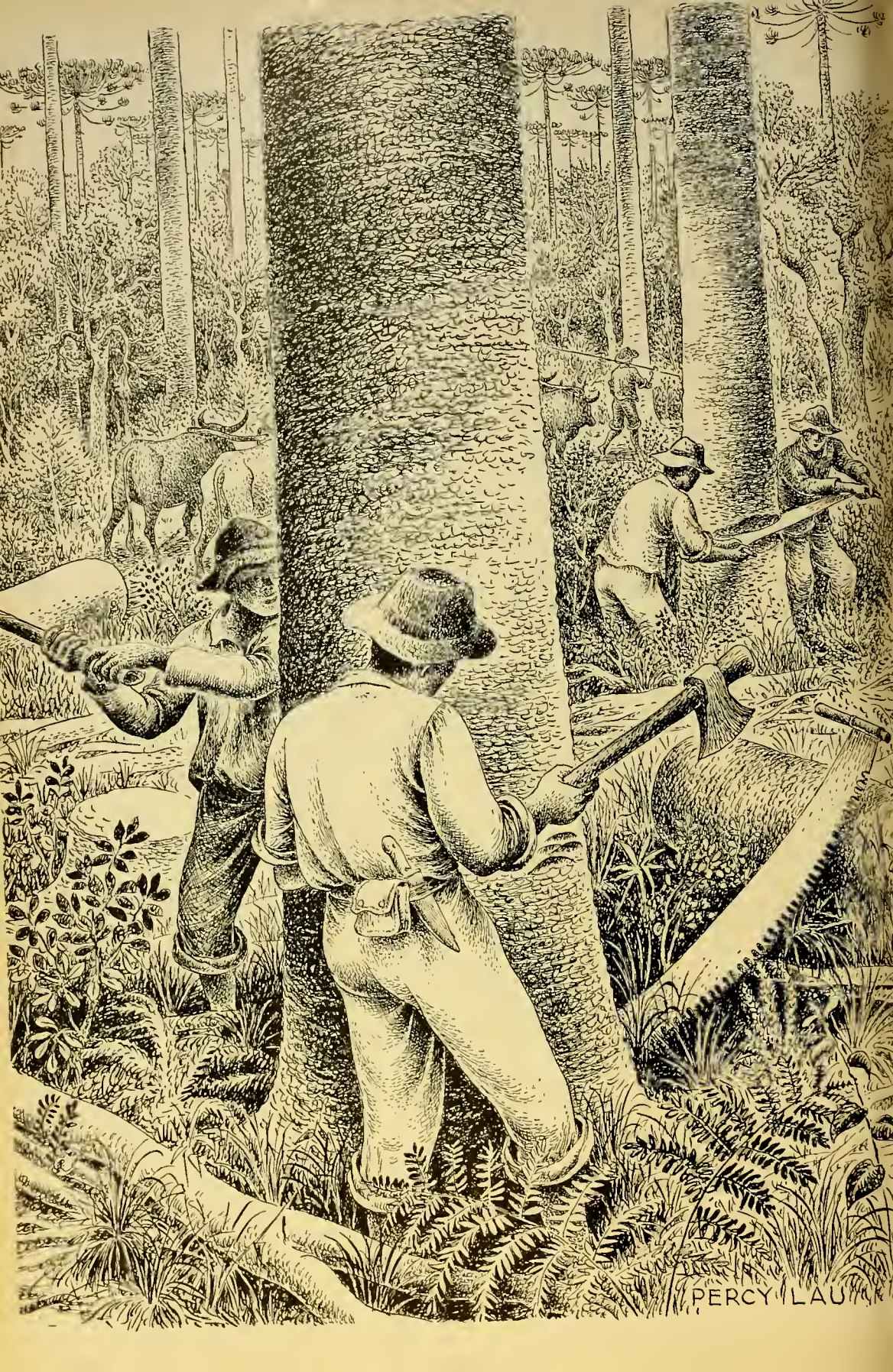
EXTRATORES DE PINHO

ELZA COELHO DE SOUZA

AS EXTENSAS e magníficas florestas do Brasil representam uma de suas mais abundantes riquezas naturais. Não é o Amazonas com sua majestosa floresta de 168 milhões de hectares, nem o Pará com 92 milhões de hectares cobertos de densa mata, nem Mato Grosso com 60 milhões, os maiores estados exportadores de madeira, com explotação organizada, como se poderia supor. Mas, é no Sul, onde se levantam os extensos e verdes pinhais, que encontramos as únicas florestas do Brasil explotadas, econômicamente, para produção de madeira em larga escala.

Estendendo-se dos 21° aos 30° de latitude sul, cobrindo uma área, segundo ROMÁRIO MARTINS, de "80 milhões de hectares, sendo que mais da metade dessa superfície (55%) no Paraná e a restante nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo", constituem os pinhais uma fonte apreciável de riquezas, capazes de modificar, por si sós, a situação econômica das regiões onde se desenvolvem e são explotados.

A bela e majestosa conífera, o gigante da Curiirama, que constitui a fisionomia vegetal característica do planalto meridional, pode ser comparada, econômicamente, à extraordinária carnaubeira do Nordeste, a "árvore-providência", pois, tal como nesta, na araucária tudo pode ser aproveitado: a madeira, não só é de grande beleza, como tem tôdas as condições de elasticidade e resistência, podendo ser utilizada em obras de marcenaria, carpintaria, vigamentos, caixotaria etc.; a fibra é considerada das melhores, para a fabricação de papel; a resina aproveitada industrialmente produz alcatrão, breu piche; os "nós", que saem da base dos ramos do pinheiro têm larga aplicação em pequenos objetos de luxo e o seu poder calorífico é comparável ao do carvão de pedra; a casca e os galhos podem também ser utilizados como combustível e, finalmente, sua semente, o "pinhão", grandemente substancial e


PERCY LAU

de sabor excelente, constitui alimento muito apreciado pelo homem do sertão. Pode substituir o milho na engorda de porcos, e, além disso, sendo o "pinhão" rico de amido fornece excelente farinha.

Unindo tão preciosas qualidades e variadas aplicações à facilidade de explotação, pois formam, geralmente, matas compactas e homogêneas, tornou-se o pinho-do-paraná, dentre tôdas as riquezas florestais brasileiras, a mais cobiçada e explotada.

Desde que os "madeireiros" abandonaram a explotação do pau-brasil, pela extinção das matas, ainda no tempo do Brasil-Império, desviaram suas atividades para os imensos pinheirais, conforme o esclarece Baltasar da Silva Lisboa no seu livro *"Riquezas do Brasil"*, em "Madeiras de construção e carpintaria". Foi, assim, que o pinho se tornou a maior vítima da explotação imoderada de "madeireiros" gananciosos, meros exploradores que, visando, apenas, ao lucro imediato e sem esfôrço e não se preocupando, em absoluto, com o replantio da espécie, destruíram imensos pinhais deixando as terras inaproveitadas e entregues à invasão da bracatinga "podendo dar origem a formações acaatingadas extensas, um tipo especial de caatingas de mimosáceas" (A. J. Sampaio).

Atualmente, com a difusão dos conhecimentos relativos à conservação dos recursos naturais, graças à orientação do Instituto Nacional do Pinho está-se processando, em certas regiões do Sul, uma explotação racional e econômica dessa imensa riqueza, sem que as fontes naturais que a constituem sejam extintas.

Sendo, pois, esta uma das atividades extrativas mais intensas e rendosas nos estados do Sul, principalmente no Paraná, interessante se torna observar as condições de vida e de trabalho dos extratores da preciosa madeira.

O pinhal adquirido pelo "madeireiro" para ser explotado conta, nunca menos, com 5000 pés, pagando aquêle determinada quantia por indivíduo, geralmente, com exclusão da terra. Às vêzes, é o mesmo proprietário do pinhal que o explota, vendendo os toros já prontos para serem serrados. Em qualquer dos casos os extratores trabalham por empreitada.

O pinhal encerra, no seu conjunto, uma intensa atividade humana. As serrarias para beneficiamento da madeira, instaladas no seu interior ou nas adjacências, com tôdas as suas dependências, os galpões, as casas de madeira dos trabalhadores, com seus "terreiros" e diminutas hortas têm todo o aspecto de pequenas e movimentadas vilas.

O trabalho de extração do pinho, bastante rude e pesado, requer sempre para sua execução homens fortes, peritos e afeitos à vida difícil e cheia de imprevistos das matas.

Desbravando a mata, abrindo "picadas" vai, na frente, o "marcador" que munido de facão de mato, foice ou machado assinala com talho feito na casca do pinheiro aquêles que devem ser abatidos, fazendo ao mesmo tempo a sua classificação de acôrdo com a grossura: pinheiro de 1.ª, 18 polegadas de diâmetro, livre de casca e medidas 1 metro acima do solo; pinheiro de 2.ª, 12 polegadas; pinheiro de 3.ª, 8 polegadas. Faz-se, assim, a derrubada selecionada, em vez do arrasador "*clear-cutting*" dos americanos.

Os "toreiros", encarregados da derrubada e preparo dos toros são, geralmente, 3 homens fortes e acostumados ao trabalho braçal. No início da semana, partem êles para o interior dos pinhais, onde permanecem até o sábado à tarde entregues à sua faina extrativa, ficando alojados em toscos ranchos de madeira.

Entrando em atividade um dos "toreiros", depois de limpar com a foice todo o mato que, em volta do pinheiro, pode dificultar o trabalho, inicia a derrubada fazendo, com golpes certeiros do machado, a "barriga", corte inicial do lado em que se pretende derrubar a árvore e que não atinge nunca mais do que 1/4 do seu diâmetro. Munidos da serra traçadeira manual, num movimento contínuo de vaivém, os outros dois "toreiros" começam a trabalhar. De repente, a gigantesca conífera, oscila, balança, inclina-se e cai fragorosamente ao chão.

Em seguida, procedem êles ao "descascamento", muito fácil no verão, quando a casca se desprende com grande facilidade, e ao corte do pinheiro, comumente, em 4 toros de 3 a 5 metros, sendo que no Rio Grande do Sul os toros medem 5,m50.

Êstes três extratores constituem uma "turma de toreiros", que trabalhando por empreitada ganham no Paraná Cr$ 0,10 por polegada de toro pronto para a serragem na serraria, fazendo uma renda diária de Cr$ 45,00 a Cr$ 60,00 (1941). O produto é dividido igualmente entre os três. Naturalmente, tal remuneração não é fixa, variando de uma região para outra.

Estas "turmas" têm sempre um chefe, que é o "toreiro" mais instruído e melhor conhecedor do trabalho. Às vêzes, é o chefe que recebe a remuneração por empreitada, pagando aos companheiros por dia de trabalho nunca mais do que Cr$ 10,00.

Depois de prontos os toros, entra em atividade o "estaleirador" ou "boiadeiro", que auxiliado por um rapazola, depois de ter prendido os toros com correntes de ferro leva-os "de arrasto", puxados por 4 bois, a uma clareira onde os toros estaleirados ficam esperando transporte para a serraria em carros de tração animal ou caminhões. Na serraria são os toros industrializados e transformadas em tábuas, pranchas, vigas, laminados etc., e exportados para consumo.

O "estaleirador" trabalhando, também, por empreitada aufere uma renda diária variável de Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00, quando os bois e ferramentas pertencem ao dono da serraria e mais de Cr$ 100,00 quando de sua propriedade.

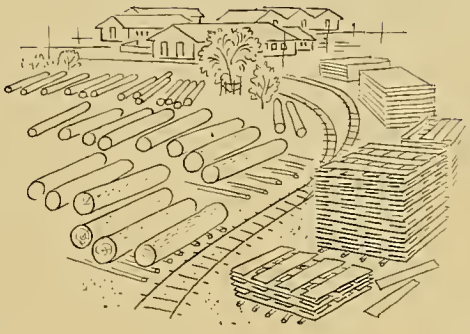
A melhor época para a derrubada do pinho é de maio a agôsto, sendo aconselhável também a sua extração durante o quarto minguante e lua nova, pois estas fases lunares parecem coincidir com o mínimo de seiva no tronco, o que permite à madeira secar mais depressa, e impede de ser atacada pelos insetos e de se fender sob o efeito da contração dos tecidos. Êstes preceitos porém, raramente são levados em conta pelos extratores.

Os "extratores de pinho", em geral, associam a explotação da floresta com a cultura de hortas, roças de milho e pequenas criações de galinhas, porcos e cabritos. A estas atividades dedicam êles as suas horas de folga sendo, eficazmente, auxiliados pela mulher e pelos filhos. Os que exercem essa dupla atividade são comumente, descendentes de estrangeiros, alemães, poloneses e italianos.

No entanto, entre os "extratores" existem muitos que nada plantam e nada criam vivendo, exclusivamente, do salário.

Joviais e alegres, fazem êles, de vez em quando, as suas festas, desmanchando as paredes de divisão interna da casa maior, que transformada em um grande salão, se anima ao som de melodias dolentes da gaita e da sanfona.

A tanta atividade, a tanto movimento, quando o pinhal desaparece, sucede o abandono e a devastação, resultantes desta ocupação efêmera. Ranchos abandonados, pinheirais devastados, marcam a esteira dos "madeireiros" e "extratores" que, sem se apegarem à terra, seguem para diante, em busca de inexplorados pinhais.



O BANANEIRO

ELZA COELHO DE SOUZA

A BANANEIRA — *Musa sapientum* e *Musa paradisiaca* — é uma das plantas mais difundidas no Brasil, porém sua cultura para fins comerciais data entre nós aproximadamente de meio século. É portanto anterior às culturas do algodão e da laranja, resultantes da crise do café.

O sabor agradável, as qualidades nutritivas da fruta e a facilidade com que se obtém deram à planta rústica e precoce grande difusão. Suas inúmeras variedades podem ser encontradas ligadas especialmente às habitações rurais, em cultura doméstica ou extensiva, tanto no planalto quanto nas planícies litorâneas. Nestas encontraram ambiente propício: solo de aluvião argilo-silicoso, rico em cálcio e em matérias orgânicas, temperatura anual estável superior a 20°, com alto teor de umidade (80%) e chuvas regulares.

As maiores plantações estendem-se notadamente no trecho entre Angra dos Reis e Paranaguá adensando-se no litoral paulista onde foram muito bem estudadas por MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO. Neste litoral os ventos de SW frios e úmidos provocam chuvas de relêvo e mantêm constante a umidade do solo, necessária à germinação e crescimento da planta enquanto o vento de NW que sopra do interior, quente e sêco, apressa o amadurecimento dos frutos.

Introduzida sua cultura em fins do século XIX em Santos, "alastrou-se pelos municípios vizinhos de São Vicente e Guarujá, acampanhou os trilhos da Sorocabana, espalhando-se pela zona do Ribeira inferior. Para leste de Santos desenvolveu-se sobretudo em Caraguatatuba e São Sebastião" (MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO).

Dentre as variedades cultivadas, a banana "nanica", "d'água" ou "caturra" por ser mais resistente às variações do tempo, às pragas ("mal de Panamá") e pela facilidade da colheita — por seu pequeno porte e cachos mais baixos — é a banana destinada à exportação. Foi por vários anos rejeitada,

considerada como fruta indigesta até que o largo consumo feito pelos imigrantes italianos acabou com êste preconceito. Por isso mesmo é também chamada "italiana" ou "banana de italiano".

Como cultura comercial, a banana dá resultado compensador adotando-se o sistema inglês da *plantation* com mão-de obra assalariada. É o processo usado pela Cia. Brasileira de Frutas e por um pequeno número de proprietários estrangeiros. Entretanto, o tipo predominante é a pequena propriedade em média de 25 alqueires paulistas, de limites ainda não bem determinados. É o resultado histórico das sucessivas divisões e subdivisões das antigas sesmarias de limites imprecisos para o interior, e resultado geográfico de uma topografia onde as linhas de esporões, próximo à serra do Mar, fragmentam igualmente as propriedades. Contudo os alinhamentos mais ou menos regulares das plantações unificam a paisagem, dando um ar monótono, quebrado apenas pelas casas dos proprietários que do tôpo duma meia laranja dominam a baixada. Lá, entre as copas das bananeiras, à beira do rio, ou de um canal dispersam-se as casas dos trabalhadores. De pau-a-pique, semelhantes às do praiano, às vêzes, caiadas, com portas e janelas pintadas de côres vivas e alegres, equilibram-se sôbre pilares para fugir ao excesso de umidade.

O proprietário brasileiro em geral, é às vêzes, o antigo dono das terras ou o fazendeiro do planalto que depois da crise do café veio tentar nova cultura. Quanto aos estrangeiros, os grandes proprietários são os espanhóis que vivem em Santos, indo aos bananais apenas para administrar, e os pequenos proprietários, alemães e japonêses, antigos colonos enriquecidos na lavoura do café que tentam a vida independente como bananicultores.

O trabalhador do bananal é o habitante da região, pois o litoral, de clima quente e úmido exigindo maiores esforços de adaptação e com salários inferiores aos do planalto, é menos procurado pelo elemento alienígena. É mestiço descendente de índio e português, com pequena mistura de sangue negro, pescador de praias vizinhas que aí busca um complemento para sua rudimentar economia. De estatura mediana, tendendo para a baixa, magro, franzino muitas vêzes, porém forte e ágil, pouca diferença faz do homem de "serra acima" ou dos arredores de Santos que, atraído pelos salários fixos dos bananais a êle se junta. Trabalhando numa região baixa e pantanosa, com fraco sentimento de amizade ao patrão e apêgo à terra, conservam todos os hábitos de nomadismo tão difundido entre nós. Juntando-se a êstes fatôres a disputa dos agentes das plantações vizinhas e o contrato curto que logo termina, os trabalhadores passam de sítio a sítio periódica e sucessivamente.

A instabilidade da mão-de-obra dá em conseqüência para esta gente um baixo nível de vida e fraco poder aquisitivo. Os salários, se bem que sejam fixos, não dependendo do rendimento do trabalho por hora ou do fator "sorte" como na pesca, apresenta oscilações conforme a falta de braços nos bananais. Assim se tornam mais elevados por ocasião da pesca da tainha (junho a agôsto) e da colheita de arroz no sul.

Há dois tipos de trabalhadores nos bananais: o "camarada" e o trabalhador sem contrato. O primeiro toma a empreitada da cultura de certa superfície, e sendo mais estável tende, com o tempo, a se tornar mais independente, transformando-se em "agregado" mediante o pagamento de certa quantia ao proprietário da terra cujo lucro é seu. O segundo, em geral, é gente do alto Ribeira que desce em época de carestia para ganhar um pouco de dinheiro, com o qual faz um pequeno aprovisionamento que leva de regresso.

O bananal exige numerosa mão-de-obra não só no cultivo da banana pròpriamente dito, como nos trabalhos anteriores. Se bem que esta planta seja essencialmente hidrófila, o excesso d'água lhe é prejudicial, daí ser necessário um trabalho organizado de abertura, alargamento e conservação de canais de escoamento que mantenha uma drenagem perfeita. Quando êstes canais contêm quantidade de água suficiente, como o Casqueiro, o Trindade e o da Bertioga, por êles deslizam canoas e chatas carregadas de bananas.

A cultura em suas diferentes fases, exige muito cuidado e trabalho por parte do bananicultor. O primeiro serviço a ser feito é a limpeza do mato mais baixo. É a "roçada" em que se utiliza a foice e necessita muito pessoal para ser realizado com rapidez. Tudo deve estar limpo para em junho começar o plantio, que se prolongará até janeiro. As mudas plantadas no mês quente desenvolvem-se mais ràpidamente igualando-se com as primeiras e uniformizando a plantação. Escolhem-se de preferência as de brôto mais resistente, como a "orelha de veado" ou "chifre", guardando entre êles a distância aproximada de 4 metros. Há então necessidade do corte das árvores deixadas pela roçada. Substitui-se a foice pelo machado; é a época da "derrubada". Com as primeiras chuvas, entre os troncos caídos que não tardam a se decompor começam a surgir os brotos novos. Seu crescimento é acompanhado de perto pelo homem: primeiro com algumas "limpas" protege-os do mato que lhe faz concorrência; depois os auxilia com as "tranqueiras", isto é, destruindo ramos e galhos deixados pela derrubada. Para possibilitar um desenvolvimento maior, faz-se eliminação de nume-

rosos brotos deixando-se sòmente a planta mãe, que já está com a produção mantida com um ou dois "filhos" de tamanhos diferentes.

A colheita é feita um ano ou pouco mais depois da plantação, reinando, então, intenso movimento no bananal. Enquanto um camarada corta o cacho, um outro segura-o nas costas. O fruto deve ser cortado verde e carregado com cuidado a fim de não se estragar.

Quando se destina à grande exportação, o cacho é envôlto em sacos de piri ou tabua trazidos de Iguape, e providos de orifícios por onde circula o ar. Quando, porém, a carga não merece embalagens especiais, devido à menor distância, os cachos são simplesmente empilhados sôbre fôlhas da própria bananeira.

O primeiro transporte, do sítio até a beira dos canais ou dos rios, é feito pelos camaradas que os levam às costas ou nos ombros. O habitante da região consegue carregar dois de cada vez, e passando por entre os troncos e outros obstáculos, equilibra-se perfeitamente sem machucar as frutas. É a agilidade aliada à fôrça, pois cada cacho destinado à exportação tem o pêso oficial de 20 quilos e possui, no mínimo, 8 pencas, o que dá a média de 180 a 200 frutos por cacho.

Também se usa para o transporte das bananas armações especiais puxadas por burros. Todo o cuidado é para não amassar os frutos, por isso evitam-se os veículos maiores como o caminhão. Nas grandes plantações utiliza-se o vagonete, de tração animal, mais rápido e mais próprio ao meio, pois evita o atoleiro. Nos sítios à beira da Sorocabana o transporte é realizado pelo trem que vai embarcando os cachos cortados na véspera e amontoados à margem da estrada.

Pelas chatas que descem os canais ou pela estrada de ferro, uma vez chegados a Santos, os cachos vão diretamente para bordo dos vapôres, sem passar pelos armazéns e pelo cais. Evita-se cuidadosamente o contacto com a água salgada. Sendo mercadoria de baixo valor não há possibilidade de intermediários: o proprietário comercia diretamente com o comprador.

Enfim, a bananicultura, que povoou certos trechos do litoral, ainda inexplorado comercialmente e substituiu, em outros, as antigas lavouras de café e cana, criou novo gênero de vida, que apesar de ainda instável permite a intensificação do povoamento e da explotação agrícola.

O GAÚCHO

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

AO QUADRO típico da campanha sul-riograndense corresponde um tipo humano regional característico — o gaúcho. Surgido durante a ação contra o domínio castelhano, formado na luta pela defesa da gleba e criado num ambiente de intensa agitação guerreira, o gaúcho herdou de seus antepassados o temperamento ardoroso e altivo.

É em pleno campo ou na região da fronteira que êle aparece com seus costumes típicos, seus hábitos, sua psicologia. Existe também na cidade, vivendo aí a vida urbana, sem perder contudo o traquejo e o amor à vida campeira. O seu *habitat* natural é a estância, da qual é dono ou vaqueiro, capataz ou peão.

O gaúcho é o vaqueiro do Sul. Diferente, porém, do seu irmão sertanejo, não se aparta do cavalo; êste tem para êle extraordinária importância. Nunca anda a pé. O "pingo" é o seu meio de locomoção natural e predileto na vastidão da campina; e a importância do cavalo não pára na sua qualidade de fator indispensável à lida do gado: é e foi elemento valioso nas ações belicosas, quando a vitória nos campos se decidia pela cavalaria, nos "entreveros". O "pingo" está ìntimamente ligado à vida gaúcha; é um complemento do homem.

O gaúcho leva uma vida simples, independente e livre. Sem morar na casa da estância, sua habitação assemelha-se a um rancho situado no próprio campo de trabalho. A *equipe* duma estância varia de dezenas a centenas de homens, conforme o número de cabeças de gado.

Cada homem tem casa e alimento; do salário que recebe, separa certa quantia para o tratamento do seu cavalo, no que é extremamente cuidadoso.

Quanto à alimentação, o gaúcho nutre-se melhor que o sertanejo. Seu prato regional é o churrasco, carne assada no espêto, à qual junta salmoura, sendo a faca o único talher de que se utiliza.

Percy

Não dispensa também o chimarrão e traz sempre a bomba e a cuia para a bebida clássica. O chimarrão é a infusão, em água fervente, das fôlhas do mate (*Ilex paraguaiensis*, St. Hil.) pulverizadas. O costume de apear em qualquer estância, para "matear", diz bem da hospitalidade da região.

O vestuário é característico: chapéu de couro ou de fêltro de abas largas e prêso pelo "barbicacho" (jugular); sôbre os ombros, ou enrolado e amarrado ao selim, o "poncho" amplo; ao pescoço, o lenço, geralmente de côres vivas, de nó corrediço; uma camisa de lã ou de pano grosso; à cintura, a "guaiaca" (largo cinto) onde traz a faca em bela bainha e a garrucha no coldre; as "bombachas" — calças largas apertadas no tornozelo; as botas com "chilenas" e, finalmente, ao pulso, a presilha do rebenque de várias tiras.

No trato, o gaúcho salienta-se pelos sentimentos de honra e lealdade que conserva puros; aí se irmana ao sertanejo. Saint-Hilaire, comparando-o com os outros habitantes do interior brasileiro, achou-o pouco afável, talvez rude, entretanto, varonil .

Habilíssimo cavaleiro e ótimo manejador do laço, o gaúcho, percorrendo as extensas campinas, dá maior movimento ao ambiente. Para dominar o novilho ou touro rebelde, atira, na carreira, o laço ou a "boleadeira", quando se não aparelha com o animal e, de perto, segurando-o pela cauda, destramente o derruba.

A "boleadeira" parece ter sido inventada pelos índios que a utilizavam para a caça e os combates. É um engenho original; consta de um conjunto de três tiras de couro com uma bola pesada, revestida de couro, em cada extremidade. Jogada às pernas do animal, embaraça-lhe os movimentos, fazendo-o tombar.

O gaúcho, de ânimo belicoso, exuberante e cavalheiresco, adora as corridas, onde aparece bem montado, e o "rodeio" — reunião do gado, a fim de castrá-lo, marcá-lo, apartá-lo ou dar-lhe sal. É quando então o gaúcho exibe as suas qualidades de valente e ótimo cavaleiro.

A existência ou não do gaúcho como tipo étnico distinto é tese a discutir-se, mas deve-se observar ser costume chamar-se gaúcho a quem nasce no Rio Grande do Sul, quando na verdade êle constitui um tipo peculiar à campanha. É que o têrmo, pela beleza do significado, tem as honras de bom qualificativo.

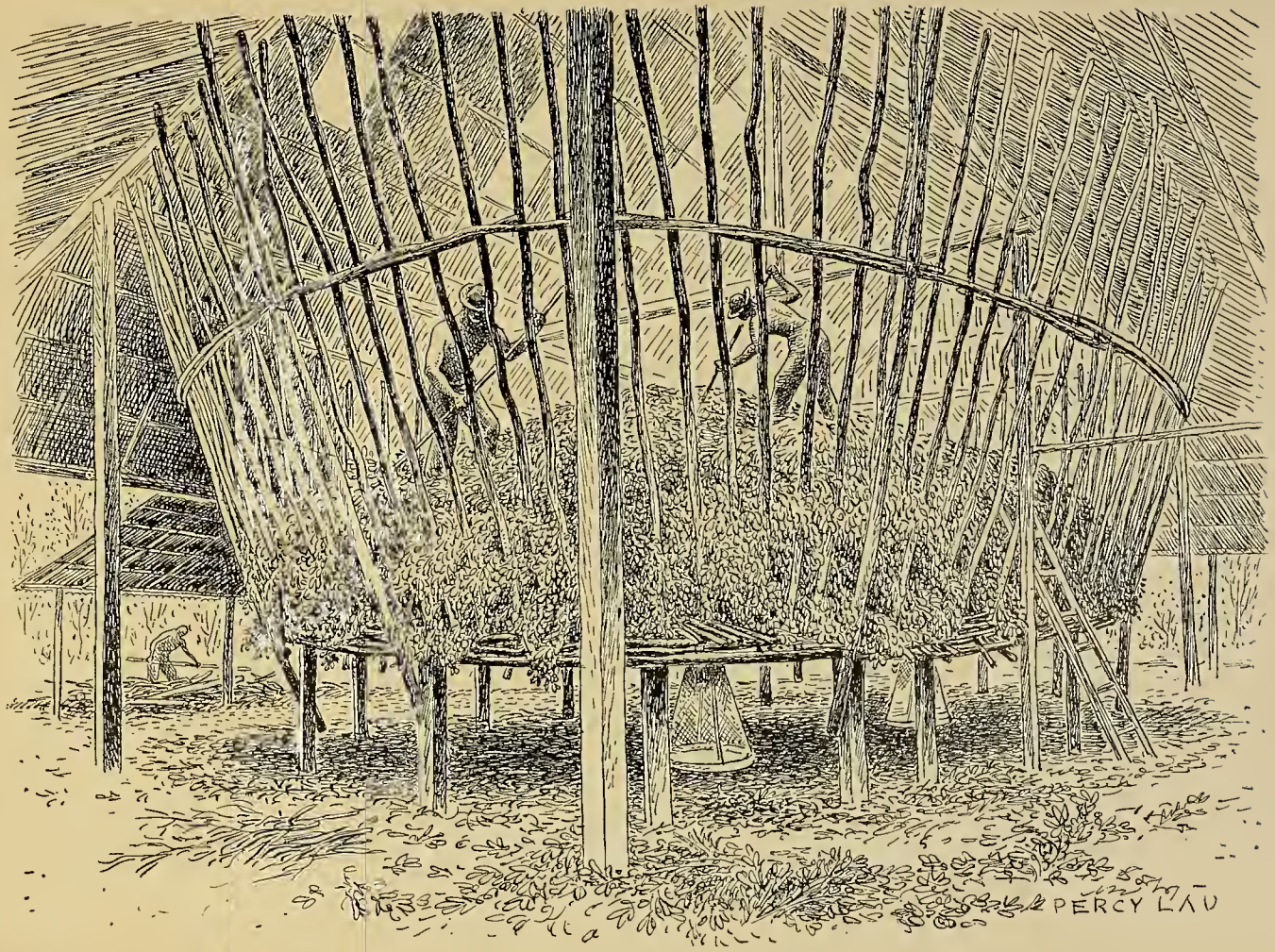
O URU

NELSON WERNECK SODRÉ

ENTRE a calha do rio Paraná e a grande curva da serra de Maracaju, que se estende do degrau de Sete Quedas à região de Ponta Porã, estendem-se os ervais de há muito explorados pela companhia Mate Laranjeira. Ervais nativos, em sua maior parte, cobrem as terras que se intercalam entre os afluentes do Paraná. Conhecidos de velhos tempos começaram a ser econômicamente explorados depois da guerra entre o Brasil e o Paraguai, e o desenvolvimento dessa exploração não cessou de apresentar vantagens enormes, até os nossos dias. A erva, colhida nos ervais nativos e nos ervais plantados, é trazida para Campanário, cidade construída pela concessionária e exploradora dos ervais, que tem também, a propriedade de grandes áreas ervateiras nessa região. Aí é tratada. Êsse tratamento primário consiste em cancheá-la. Uma vez cancheada, através de caminhos e sistemas mistos de transporte, escoa para a Argentina, onde se processa a sua industrialização. Esta se processa, pois no caso da erva do sul de Mato Grosso, na própria área consumidora.

Desde os primeiros tempos, a mão-de-obra dos ervais consistiu no elemento paraguaio. Numa fronteira aberta, os trabalhadores, em sua maior parte, passam para o Brasil na época da colheita, e regressam depois que ela cessa. Mesmo os que têm atividade permanente, entretanto, são paraguaios, de nascimento ou de origem. Adaptados ao trabalho do erval e ao beneficiamento primário da erva colhida, tornaram-se elementos indispensáveis à exploração econômica processada naquela região.

Dessa procedência do elemento humano derivou a terminologia ligada à exploração ervateira. Ao erval primitivo, denso que mal permite o acesso, cortado de poucos e estreitos caminhos, chamaram "caati". Aos trabalhadores dedicados à colheita da erva, ficou convencionado chamar "mineiros". Ao trabalhador que, nos ranchos centrais, conhecidos como "bar-


PERCY LAU

baquá", cabe um dos mais pesados e difíceis misteres do tratamento primário da erva colhida, do cancheamento, deu-se o nome de "uru".

Trazida a erva para o "barbaquá", nêle passa pelo tratamento a que nos referimos, em que a parte principal cabe ao "uru". Colocada num recinto suspenso e gradeado, cêrca de metro e meio acima do solo, recebe o calor provindo do fogo aceso abaixo do solo. Deve ser apenas "sapecada", de sorte que se torna indispensável seja revolvida constantemente. Êsse é precisamente o serviço do "uru": revolver a erva colocada no recinto suspenso, enquanto recebe ela o calor da chama colocada abaixo do solo. Pela sua intensidade, pelo esfôrço que exige, pelo calor a que está sujeito, o trabalho do "uru" é dos mais penosos. Recebendo o calor, que provém da chama em baixo, cabe-lhe o revolvimento constante da erva, respirando a fumaça que se desprende.

O nome parece ter derivado do pássaro conhecido no Brasil Central. Porque o homem, como a ave, ao trabalhar, acompanha a sua atividade com um grito que se afirma idêntico ao da ave homônima. De qualquer maneira, o seu grito está ligado estreitamente ao trabalho. Informação fidedigna afirma que a proibição do grito traz a inibição do trabalhador. Essa forma primária do canto é que lhe confere o lenitivo para a atividade. O que tornaria aceitável a sua inclusão entre aquela gente que, no dizer de Aurélio Pôrto, nos seus estudos sôbre o gaúcho, é uma "gente que canta triste".

O GALPÃO

NELSON WERNECK SODRÉ

PRÓXIMO à casa do estancieiro, não raro em anexo, o galpão constitui peça característica da estância, na zona de pecuária, no Rio Grande do Sul. Quando anexo, não passa de um apêndice da casa do proprietário, às vêzes simples varanda ou alpendre. Na maioria das vêzes, porém, e hoje quase como regra, é constituído em separado, assinalando não só uma divisão de trabalho como uma nítida repartição de grupo social, marcando distância.

Antigamente, destinava-se também ao abrigo de animais e à guarda de material. Hoje, quase tão sòmente se destina ao pessoal do trabalho com o gado. Está longe de ser um depósito, embora sirva ao abrigo do material da lide diária dos peões. Sua finalidade principal e característica, entretanto, é a de abrigar o pessoal.

Construção rústica, entaipada, quase sempre aberta para o norte, é a morada comum dos peões. Não só dormem êles no galpão, mas nêle se reúnem em tôdas as horas de folga e ali se alimentam. Deve ser espaçoso, de forma a permitir o repouso do pessoal, à guarda do arreamento e dos instrumentos de trabalho. Uma de suas peças essenciais é o fogão central, em tôrno do qual se ajuntam os homens da estância. Reunindo-se em redor do fogo, aproveitam as folgas para tomar o mate, para comer, para as longas conversas que constituem a diversão costumeira.

Aí, em tôrno do fogo, enquanto a cuia passa de mão em mão, os peões contam os casos do dia, os episódios do trabalho, os acontecimentos miúdos. Nessas reuniões, surgem as histórias do passado, transmitem-se as lendas e as crendices, tudo o que, em suas jornadas, êles viram ou ouviram, os perigos, as novidades, as façanhas. No galpão aparecem os contos, conservam-se as tradições. Enquanto espicaçam o fogo, avivando-o, e chupam, vagarosamente, o chimarrão, os peões ouvem e falam de sua vida e combinam as suas impressões.

PERCY-LAO

José Hernández, que escreveu o mais fecundo documento da vida do gaúcho, em sua *"Instrução do Estancieiro"* refere, a propósito do galpão: "Ali, ao redor do fogo, enquanto se prepara a ceia e circula o saboroso mate, êles se comunicam alegremente as novidades do dia, referem-se com mútua cordialidade tôdas as suas observações: o que viram no campo, os animais que encontraram, os episódios do trabalho, as ocorrências mais minuciosas, e tudo o que forma o movimento da vida diária. Ali estão as ocorrências originais, os equívocos engenhosos, os jogos de palavras cheio de subtileza e intenção. Ali aparecem as relações de sucessos passados, a história das campanhas feitas, suas andanças e seus perigos, as novidades que presenciaram ou ouviram, as façanhas de outros e as suas próprias, as emprêsas realizadas, os perigos corridos, os engenhosos meios ràpidamente empregados para salvar-se daqueles, — e tudo isso em uma conversação animada, cheia de colorido, de comparações originais, de juízos e comentários cintilantes".

O quadro do autor de *"El gaucho Martin Fierro"* sofreu as alterações inevitáveis que a passagem do tempo impõe. No galpão vive, ainda hoje, entretanto, o peão das estâncias sulinas, o melhor de sua vida. Elemento essencial da paisagem da região, seu interêsse geográfico está em que é a morada coletiva e típica, uma das dependências que caracterizam o meio, refletindo não só condições materiais, como relações humanas que representam alguns dos traços principais do tipo de atividade que se adaptou ao ambiente físico da região.

PEÃO

NELSON WERNECK SODRÉ

PEÃO, originàriamente, significava indivíduo que andava a pé, e essa origem proveio de que peão era sinônimo de plebeu e na plebe se recrutavam os soldados de infantaria aquêles que cambatiam a pé, numa época em que até nas funções guerreiras se refletia a distinção das classes.

Quando, na zona pecuária da campanha sulina, as pastagens começaram a ser apropriadas, surgindo as cêrcas, os "corredores" e as estâncias, quase ao mesmo tempo em que o couro cedeu importância à carne como bem econômico, aparecendo as charqueadas, — o regime de liberdade e de autonomia do gaúcho transitou para outro, em que as classes se diferenciaram: de um lado ficaram os proprietários, os estancieiros; de outro, o trabalhador, o peão. Desta sorte, confundiram-se os têrmos gaúcho e peão, como que se tornaram sinônimos. Já RICARDO HOGG referia "o crescente empenho em chamar gaúcho a todo peão de campo que anda a cavalo".

Paradoxalmente, o têrmo, que em suas origens servia para designar o homem a pé, passou a batizar o trabalhador da campanha, que utilizava o cavalo para os seus misteres. Aquêle horror em deslocar-se a pé, a que se referiu AZARA — "repugna-lhes tanto andar a pé que quase não o sabem fazer", — e também SARMIENTO, que contou o caso daquele gaúcho que, ao contestar como ia afirmou a sua suprema desgraça na expressão: "Como hei de ir? No Chile e a pé!" — foi disfarçado com a transigência formal do uso do cavalo, embora o nome significasse o contrário. Para disfarçar a situação de fato, que o têrmo traduzia bem, de inferioridade social, de dependência econômica, de subalternidade hierárquica.

Contrastando com a sua origem, por vincular-se a homens que andam montados, o título conservou a significação, por indicar o trabalhador da estância. Entre os seus misteres, na zona sulina da pecuária, — e também no sul de Mato Grosso, carreado pelo elemento gaúcho para ali deslocado, — não está

PERCY LAU

o da doma, apenas, que era, e ainda é, em outras regiões, abrangido pela significação do têrmo, mas todos os trabalhos ligados ao regime pastoril. Peão é, pois, o trabalhador da propriedade pastoril, aquêle que lida com o gado, na região pecuária do sul brasileiro. A condição de trabalhador, isto é, o *status* social, absorveu tanto o conteúdo da significação do vocábulo que CALLAGE chega a assinalar o seu uso nas cidades, para designar "todo e qualquer empregado de ínfima categoria". Esta é uma extensão, porém. Na sua inteireza de significação, o têrmo abrange o trabalhador da estância sulina, aquêle que vive de lidar com o gado.

Continua a ter lugar de relêvo, entre os misteres do peão, a doma dos animais bravios, particularmente de cavalos. Nessa tarefa, como que o peão se reveste das virtudes que caracterizaram o gaúcho livre, seu antepassado, de características bem diversas das suas. Mas a doma é um episódio apenas, entretanto, cheio de espetáculo, de arte e de galhardia, de sua vida de trabalhador, como a marcação, o rodeio.

As transformações econômicas sofridas pelo quadro geográfico transformaram o gaúcho em simples peão, trabalhador em regime de salário, em que se transfiguram, nos momentos de festa e de espetáculo, as qualidades do gaúcho tradicional, de que é o herdeiro.

PESCADORES DO LITORAL SUL

ELZA COELHO DE SOUZA

VIVENDO uma existência obscura, uma vida em que o heroísmo é a norma usual de cada dia, infatigáveis e perfeitamente adestrados na luta constante contra o oceano, os pescadores do litoral sul aglomeram-se, de preferência, em tôrno das enseadas e golfos profundos, onde ao abrigo dos ventos, as frágeis embarcações rumam fàcilmente para o mar alto.

Sucedem-se, assim, ao longo da extensa faixa costeira, os pequenos arraiais de pescadores com sua fisionomia típica de rêdes estendidas secando ao sol, canoas descansando sôbre os rolos, prontas para se fazerem ao mar e varais cobertos de peixes salgados postos a secar. Como diz PIERRE DEFFONTAINES, "a unidade de agrupamento é aqui a rêde de pesca, que exige para seu manejo o concurso de 10 barcos, correspondente a 8 ou 10 famílias". Nos dias de grande pescaria, êsses arraiais enchem-se de atividade recaindo, depois de acabada tôda a faina, no sossêgo e na tranqüilidade, comuns aos pequenos povoados.

Magníficos marujos, êstes caboclos audazes, afeitos à intempérie, expostos ao sol e à chuva, a tudo resistem acostumados como estão desde a tenra infância a esta vida de trabalho e atividade intensa.

Contrastando com os jangadeiros do Nordeste, "cujos hábitos e costumes estão mais ligados ao mar do que ao continente", a maioria dêstes pescadores do Sul não vivem, exclusivamente, da pesca. Realizam um gênero de trabalho misto associando as pescarias à pequena agricultura.

Dêsse modo, não sendo essencialmente ictiófagos suplementam a alimentação com os produtos de suas pequenas plantações de mandioca, cana-de-açúcar, banana etc., que se estendem pelas encostas dos morros vizinhos. Sem estímulo para aumentar as culturas, isolados como vivem e desprovidos de meios de transporte, plantam sòmente para satisfazer as próprias necessidades.

PERCY LAU

Tais pescadores que vivem tanto da pesca quanto da agricultura recebem no litoral paulista o nome local de "caiçaras".

Tôda esta população praiana, quer seja no litoral fluminense, ou paulista, ou ainda no extremo sul, vive em casinholas rústicas e tôscas, de pau-a-pique, cobertas de sapé, com chão de terra batida. Algumas delas, mais faceiras, ostentam jardinzinhos com flores e folhagens de côres vivas e alegres.

O mar, que constitui para êstes homens o campo de atividades quase exclusivo, oferecendo, às vêzes, pesca em abundância e em outras, negando-lhes a subsistência, quando varrido pelos temporais impede a saída das canoas, determina certa inconstância no seu trabalho. Assim é que constantemente se deslocam de um ponto a outro do litoral em busca de enseadas mais abrigadas e de pesqueiros melhores e mais ricos. No litoral paulista é freqüente encontrarem-se pescadores vindos de Parati e Angra dos Reis.

Outros, ainda, nas épocas em que o pescado é menos abundante, empregam-se nas lavouras próximas à costa que lhes garantem um ganho certo, abandonando-as, porém, para se dedicarem sem esmorecimento à pesca, quando esta se torna mais lucrativa. Tal fato pode ser observado no litoral do estado de São Paulo com os pescadores que se empregam nos bananais voltando no inverno, sem demora, às praias para a pesca das tainhas.

A pesca de alto mar, que exige grandes e bem aparelhados barcos, pràticamente, não é feita por êstes pescadores modestos, cujos exíguos recursos não podem custeá-la.

Limitam-se, assim, à pesca de linha e à pesca de rêde, sendo esta a mais empregada e rendosa.

Antes de romper o dia, partem os pescadores nas suas pequenas canoas, para a aventura diária que lhes dará o sustento, navegando para os pesqueiros mais ricos, onde passam horas a fio, pacientes e silenciosos, com a vara em punho, à espera da desejada pesca. À tardinha, voltam trazendo o produto de seu dia de trabalho — corvinas, pescadas, enchovas, cambucus — que, por não terem valor econômico apreciável se destinam, quase exclusivamente, ao seu próprio sustento e ao de suas famílias.

Importante, também, no litoral sul é a pesca do cação, que se faz com anzóis e linhas especiais, tal a fôrça do peixe.

Mais lucrativa e proveitosa é a pesca de rêde tão bem descrita por Maria Conceição Vicente de Carvalho, em "*O Pescador no Litoral do Estado de São Paulo*".

A pesca de maior vulto é a da tainha, que se efetua no inverno, nos meses de junho, julho e agôsto, quando grandes cardumes dêsse peixe vêm procurar "abrigo nas águas mais

quentes e mais tranqüilas das barras dos rios e dos fundos das enseadas", fugindo ao frio intenso das águas em latitudes mais elevadas.

O trabalho é cuidadosa e eficientemente dividido na pesca de rêde. Um vigia postado na praia com a atenção fixa no mar observa a aproximação do cardume, que é denunciada pela agitação inusitada da superfície das águas. É então, que êle acena uma toalha branca para o pescador que se encontra na canoa da rêde, o qual com uma buzina dá aos companheiros o "toque de reunir". Sem demora, a praia enche-se de gente — homens, mulheres e crianças — prontos e dispostos a tomar parte na pescaria que beneficiará a todos. Neste momento o interêsse geral concentra-se no "lanço" que se vai efetuar, deixando-se para depois tôdas as outras ocupações.

A canoa da rêde, levando uma tripulação de 5 ou 6 homens, ràpidamente se faz ao mar. A rêde, de 120 a 200 braças, de um só proprietário, às vêzes, e, em outras, formada de diversos panos de donos diferentes, é logo lançada. Pouco a pouco completa-se o cêrco, os cabos se aproximam e "a rêde é trazida, braça a braça, vagarosamente, obedecendo a um certo ritmo".

Seguindo uma prática já de todos conhecida, sem que sejam dadas ordens, sem atropêlo e balbúrdia, o pessoal vai-se distribuindo nos seus lugares; os homens no fundo, as mulheres no raso, e morosamente é puxada a rêde até a praia. Aí, contando com o auxílio das crianças, que são também colaboradoras eficientes, os peixes todos são amontoados, procedendo-se, então, à contagem e distribuição: 1/3 é dado ao dono da rêde e os outros 2/3 são divididos entre os que ajudaram a pescaria, inclusive, as crianças. Em Cabo Frio, cabe maior porção de peixe ao vigia do dia.

Se, após, o "arrastão" que levou horas, o vigia dá sinal avisando a aproximação de outro cardume, com a mesma disposição e ânimo, lançam-se todos de novo ao trabalho.

Em alguns lugares, paga-se aos camaradas um salário fixo. Geralmente, há uma só rêde em cada praia; quando existem duas ou três, pescam em dias alternados os mesmos homens, que são pagos em cada dia pelo proprietário da rêde.

Como é natural, na pesca da tainha, de mistura com elas, vêm peixes os mais diversos — arraias, cações, peixe miúdo — que são, geralmente, consumidos pela própria população.

Nas noites escuras, saem os pescadores com o "picaré" — rêde pequena — ao ombro, a fim de pescar os peixes miúdos que se aproximam da arrebentação.

Êles não têm dificuldade em vender o pescado, pois, na praia mesmo, vão procurá-los os compradores. Os peixes que

não são vendidos, depois de salgados, são postos a secar para garantir sua boa conservação.

Apesar de ser proibida a pesca por meio de cercos fixos, que possibilita a formação de bancos de areia que prejudicam a navegação, em alguns lugares, ela é tolerada, pois tais cercos constituem "uma reserva de peixes para os pescadores".

Contando com o auxílio inestimável da família, utilizando os recursos mais variados pode o pescador, dêste modo, obter o pescado que não só lhe serve de sustento, como também lhe vai dar o dinheiro necessário para custear suas outras despesas.

No entanto, ainda, não conta o Brasil com uma indústria de pesca eficientemente organizada. Necessário se torna que a faixa litorânea do sul ainda, imperfeitamente explotada nas suas possibilidades econômicas, possa ser realmente aproveitada, vindo, assim, a constituir uma fonte de riqueza para a economia nacional.

PINHAL

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

A FLORA brasileira apresenta, com base na fitofisionomia, diversos grandes quadros, dos quais, um é representado pelos pinhais, situados no sul do país.

A Curiirama — terra dos pinheiros — tem atualmente como limites latitudinais, incluindo áreas descontínuas, 21° e 30° sul, isto é, estende-se do meridião de Minas Gerais, ao norte do Rio Grande do Sul. Embora o pinhal não seja a formação vegetal única, dadas as ocorrências campestres e florestais beira-rio que se verificam nesta zona, é no entanto uma associação que pertence essencialmente ao planalto meridional. Altimètricamente, a limitação começa na cota de 600 metros na terra farroupilha; na de 800 em São Paulo e 1 100 no sul de Minas Gerais, segundo o fitogeógrafo A. J. SAMPAIO. O solo mais adequado a essa formação é o de natureza sílico-argilosa e dotado de boa camada humífera.

O nome científico mais comum do nosso pinheiro é *Araucaria brasiliana*, RICHARD; porém não obedece à lei da prioridade, pois o primeiro botânico a batizar a árvore foi BERTOLONI, que a chamou *Colymbea angustifolia;* o segundo, RICHARD, desconhecendo a primeira denominação, chamou-a *Araucaria brasiliana*, e o terceiro, VELOSO, pelo mesmo motivo taxinomeou-a *Pinus dioica*. Num esfôrço de conciliação e justiça, O. KUNTZE e outros autores modernos escreveram *Araucaria angustifolia* (BERT.) O. KUNTZE.

Considerando-se que o aspecto das associações vegetais, dentro do conceito ecológico, responde significativamente às condições de clima e, levando-se em conta o fato de as araucárias aparecerem com dominância, em conjuntos extensos, com uma fitofisionomia inconfundível, pode-se afirmar que a sua ocorrência quase exclusiva no planalto do sul do Brasil está condicionada ao tipo de clima da região.

Os pinhais, situados em região de clima temperado quente, apresentam uma porcentagem maior de indivíduos da mesma

PERCY LAU

espécie, conferindo ao conjunto um aspecto de homogeneidade, característica — embora esboçada — das florestas das latitudes médias. Entretanto, o clima da *Araucaria angustifolia* não é exatamente o europeu ocidental. Na Curiirama as chuvas, mais acentuadas no verão, são regularmente distribuídas durante o ano, não havendo pròpriamente uma estação sêca. Quanto à temperatura, a média anual ronda pelos 16°5, com uma variação máxima de 8 a 10° entre o verão e o inverno; a média do mês mais quente não atinge 21°C e a do mais frio raramente 10°C. Já no litoral, a temperatura e a pluviosidade são mais elevadas. Quer isto dizer que o planalto amenizo a temperatura e a pluviosidade, e o clima da Araucarilândia — denominação criada por F. C. Hoehne — poderá ser classificado de iso-úmido (chuvas regularmente distribuídas) mesotérmico de altitude (média anual em tôrno de 15°C em função da altitude), sem preocupação de enquadrar tal clima numa classificação geral aplicada à Terra, e levando em consideração apenas as realidades locais.

Comparando-se com outros climas, verifica-se uma semelhança relativa com o tipo chinês (De Martonne); dentro do critério da classificação de Köppen, alia-se ao tipo europeu ocidental (Cfb), devendo-se notar que na Europa tal clima se aproxima mais do tipo D (com inverno mais frio) ao passo que no Brasil as condições são mais amenas. A maior analogia, porém, encontra-se no hemisfério sul: o suleste australiano e principalmente o suleste africano, onde ao lado de coníferas (*Podocarpus Thunbergii* e *P. elongata*) aparecem um ilex (*Ilex capensis*) e uma laurácea (*Ocotea bullata*) além de outras árvores desconhecidas entre nós, correspondendo ao nosso *Ilex paraguaiensis*, e à imbuia (da família das lauráceas).

No desbordamento do planalto meridional, os pinheiros se mesclam com a floresta tropical da encosta. Tal interpenetração se explica pelo fato de nas bordas orientais dos continentes dar-se a passagem diretamente da floresta tropical para a temperada; no exemplo brasileiro a transição é representada pelos faxinais, "associações mistas, onde árvores das matas costeiras se apresentam de mistura com pinheiros e outros elementos da Zona da Araucária" (Sampaio). Também no contacto com os campos, os pinhais mostram uma dispersão, onde os indivíduos mais ou menos isolados constituem o que se denominam savanas de araucárias, as quais podem ser naturais ou produtos da devastação perimetral das florestas araucarianas (Sampaio).

Os núcleos principais das matas de araucária localizam-se em Santa Catarina e Paraná. Servem de bom exemplo de floresta homogênea dentre a complexidade das associações

florestais brasileiras, e na sua pureza relativa lembram os buritizais, os babaçuais, os carandàzais e os acurizais. A pureza dos pinhais não é absoluta, pois que duas outras árvores, também importantes, são elementos constantes: a imbuia (*Phoebe porosa*, Mez.) e o (*Ilex paraguaiensis*, St. Hil.), conhecida por erva-mate. Ambas são árvores de menor porte e a porcentagem em relação aos pinheiros é em alguns pontos de cêrca de 20% para as imbuias, as quais da mesma forma que a erva-mate também podem constituir bosques, ditos — imbuiais e ervais respectivamente.

Dos pinhais é que vive a indústria nacional do pinho e derivados. Caso o ritmo da exploração se mantenha sem alteração, a vida dos pinhais catarinenses talvez se prolongue apenas por mais 50 anos. Atualmente o consumo do pinho está devidamente controlado por uma organização paraestatal — o Instituto Nacional do Pinho — que determina as quotas de derrubada e replantio.

O panorama que a floresta araucariana oferece é o de uma coleção formidável de colunas gigantescas, erguendo as taças rasas e verde-escuras das copas dominadoras e dispostas num mesmo nível. A sua transitabilidade é verdadeira tanto para o cavalo quanto para o carro, como se observa na gravura ilustrativa.

Os pinhais são as únicas florestas no Brasil exploradas econômicamente, quanto à produção de madeira em larga escala, e a presença da imbuia e da erva-mate aumenta-lhes o valor.

Na Amazônia, três árvores são símbolos econômicos: Seringueira, Castanheira e Cacaueiro.

Na Curiirama há três símbolos vegetais valiosos; três árvores também: Pinheiro, Imbuia e Erva-Mate.

TRAVESSIA DE GADO

NELSON WERNECK SODRÉ

OS CAMINHOS do gado foram, em todos os tempos, de preferência, os vales. Na nossa história, é conhecida a função do vale do São Francisco, na penetração dos rebanhos nordestinos para a região mineradora do altiplano. Na Península Ibérica, a função das "*cañadas*" foi largamente estudada. De qualquer maneira, a travessia dos cursos d'água constituiu sempre um problema para os movimentos ligados à pecuária.

Em nosso país, êsse problema, dada a sua extensão e a precariedade dos caminhos, assumiu aspectos constantes. Entre a região pastoril de Mato Grosso e as regiões oeste e noroeste de São Paulo, por exemplo, para onde grandes rebanhos da primeira convergem, não há passagem contínua sôbre o rio Paraná, ou sôbre o Paranaíba, quando aquêles rebanhos se destinam ao Triângulo Mineiro, de vez que a ponte ferroviária da Noroeste é privativa dos comboios da estrada. Face à ponta da Sorocabana, em frente à qual, em barrancas de Mato Grosso, surgem com freqüência pontas numerosas de gado, a travessia se processa em grandes balsas, forma pela qual o gado é também transportado, nos rios Paraná e Paraguai.

Num e noutro, entretanto, onde as amplas balsas de transporte de bovinos não existem, a travessia, quando se impõe, apresenta um problema que os vaqueanos experimentados enfrentam com serenidade. Cabe-lhes, nas por vêzes longuíssimas jornadas, em que o gado se esfalfa e perde sensìvelmente no pêso, zelar pela sorte dos animais que conduzem, e a travessia é um dos momentos em que sua segurança pode estar em perigo.

No Paraná, no Paranaíba, no Paraguai, mais naqueles do que neste, entretanto, nos lugares de passagem obrigatória, já conhecidos de longa data pelos vaqueanos endurecidos em seu mister, quando a ausência de balsas obriga, o espetáculo da travessia tem peculiaridades interessantes. Embora dotados de aptidão para nadar, os animais não se atiram à água por ini-

DERCY-LAU

ciativa própria, resistindo mesmo, quase sempre. E isso não só acontece com o boi como com o cavalo.

Face à barranca, em local prèviamente escolhido, onde o acesso à água não se apresente de imprevisto, os vaqueiros reúnem as reses. Aprontam as canoas. E um dêles, metendo a cabeça numa carcaça de cabeça de boi, mete-se no rio, dando o exemplo indispensável para que, apertadas pelos outros vaqueiros, as reses, confiantemente, se atirem em seguida àquela que supõe a afoita iniciadora da travessia.

Se o momento de entrada nas águas é dos mais críticos, exigindo perícia e presteza dos vaqueiros, não menos difícil é a tarefa de conduzir o rebanho, através do rio, vencendo a correnteza, até a margem oposta. O lugar de abordagem, prèviamente conhecido, e oferecendo as mesmas condições de acesso, precisa e exige que a correnteza seja cortada oblìquamente e que o gado seja tangido, agora por canoeiros.

Assim, através da água de largos rios, os rebanhos bovinos são tangidos, como em terra. Feita a travessia, retomam a jornada por terra, até as pastagens onde, via de regra, em fim de marcha, devem refazer-se das perdas ocasionadas pelo esfôrço da caminhada e também da travessia.

SERRARIA

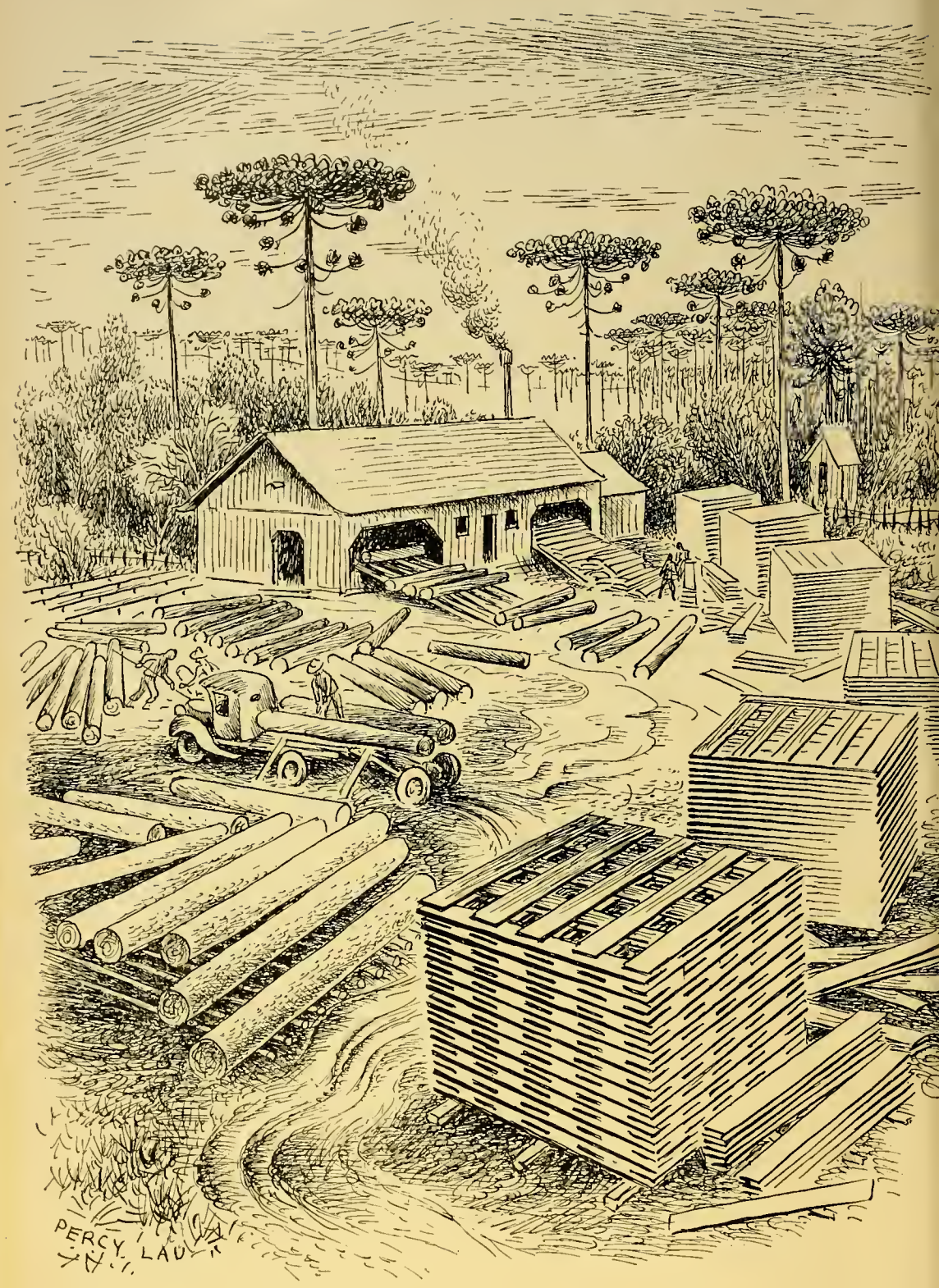
DORA DE AMARANTE ROMARIZ

QUEM já teve oportunidade de viajar pelos nossos estados sulinos, especialmente através do Paraná e de Santa Catarina, certamente observou o importante papel que as serrarias representam na vida local. Embora existam áreas florestais em várias outras regiões do Brasil é no Sul que vamos encontrar maior desenvolvimento da indústria madeireira, graças à presença das matas de araucária que, pelo seu caráter mais uniforme, permitem uma explotação regular de seus elementos.

A proximidade de uma serraria é desde logo denunciada por uma sensível melhoria das condições da estrada de rodagem. A fim de poderem fazer circular os grandes caminhões que executam o transporte, seja dos toros para a serraria, seja da madeira destinada à venda, são as firmas concessionárias obrigadas a manter em bom estado as estradas.

Outro fato também, pela constância com que se repete, serve de indício ao viajante da próxima chegada a uma serraria: é a presença, a intervalos, de um lado ou de outro da estrada, de grossos toros que, arrumados perpendicularmente sôbre paus roliços, aguardam o transporte que dali os levará a fim de serem industrializados.

Finalmente, numa clareira, lá está a serraria, sendo o conjunto um dos aspectos bastante típicos das regiões florestais do sul do país. O prédio constitui o motivo central: uma construção alongada, de paredes de madeira, sendo recoberta por "tabuinhas" ou, algumas vêzes, por telhas. O número de portas e janelas varia naturalmente com o tamanho da construção. Um elemento, porém, é encontrado em tôda serraria: é a presença de duas grandes e largas portas, providas de rampas, fazendo-se por uma a entrada dos toros e por outra a saída das tábuas que, já serradas, vão ser empilhadas e arrumadas para o transporte. A colocação dessas aberturas varia de acôrdo, certamente, com a posição da maquinaria no interior do prédio. Na que foi representada no desenho, ambas se acham colocadas


PERCY LAU

na face mais larga da construção: freqüentemente encontramos também a entrada de toros localizada na parte lateral mais estreita e a saída das pranchas na extremidade oposta da parede mais longa.

Em volta do prédio, e próximos ao mesmo, acham-se espalhados desordenadamente pelo terreno, os toros que foram descarregados. Grandes pilhas também aí são vistas, essas porém, cuidadosamente feitas com as tábuas já serradas. Servindo de fundo a todo êsse conjunto, vê-se a "matéria-prima", isto é, a mata de modo geral e, no caso de serrarias de pinho, as belas formações de araucária.

Distribuídas irregularmente pelas bordas da mata, encontram-se freqüentemente as pequenas habitações de madeira pertencentes aos trabalhadores da serraria.

Segundo o Instituto Nacional do Pinho "entende-se por *serraria* o estabelecimento industrial que possua maquinismo, com carro ou vagonete, para desdôbro de toros e, pelo menos, uma serra auxiliar para refilamento e uma destopadeira, destinadas a produzir madeira simplesmente serrada". As máquinas de desdôbro, que abrangem vários tipos de "serras" e de "quadros", devem ter acionamento mecânico.

São as serrarias classificadas, segundo as espécies florestais com que trabalhem, em três grupos: 1) as de *pinho*, 2) as de *madeira de lei* e *de qualidade* e 3) as *mistas*, sendo as mesmas agrupadas, dentro de cada classificação, segundo a capacidade prática de produção (média mensal de 25 dias de 8 horas de trabalho) em quatro categorias: 1) produção superior a 800 metros cúbicos; 2) produção entre 301 e 800 metros cúbicos; 3) produção entre 101 e 300 metros cúbicos e 4) produção igual ou inferior a 100 metros cúbicos.

Cumpre salientar que êsses limites são estipulados pelo Instituto Nacional do Pinho que, além dêsse contrôle, também estabelece normas para a explotação florestal: sistema de corte, diâmetro mínimo das árvores a serem abatidas, quantidade das mesmas etc., etc.

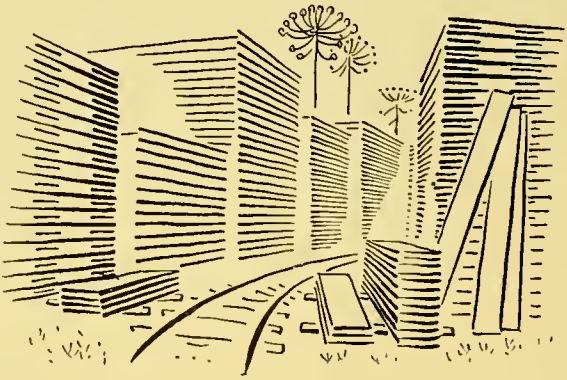
As serrarias podem produzir simplesmente "madeira serrada", que é resultante direta do desdôbro dos toros ou "madeira beneficiada", aquela que é obtida mediante operação industrial posterior à do mero desdôbro. Para o beneficiamento exclusivo de sua própria produção autorizada, muitas serrarias mantêm, anexas ao prédio principal, várias dependências destinadas a êsse fim.

Grande é assim a atividade que se desenvolve tendo por centro a serraria. Os trabalhos têm início com o corte da madeira na mata, havendo homens que fazem a prévia seleção e a marcação dos exemplares a serem abatidos. Derrubadas as árvores, os "toreiros", homens que se ocupam com o corte,

dividem os troncos em vários toros. No caso dos pinheiros são êles seccionados em 4 ou 5 toros de 3 a 5 metros, após se ter procedido ao seu descascamento. Êsses toros são então arrastados por juntas de boi (os tratores ainda são pouco usados), até a beira das estradas onde ficam "estaleirados", à espera dos caminhões já que, cada vez mais, êstes predominam sôbre os carros de tração animal. Em alguns pontos êsse arrastamento de toros é procedido até uma distância média de 200 metros de um lado e de outro da estrada. Nos caminhões seguem os toros até a serraria onde, então, vão ser desdobrados e transformados em pranchas, vigas, dormentes, postes, peças de tanoaria etc., etc. Das serrarias, novamente em caminhões, é a madeira assim trabalhada levada para as estações ferroviárias, portos de embarque ou diretamente para os consumidores.

São aliás as serrarias classificadas ainda, de acôrdo com o destino que toma a sua produção: as que abastecem o mercado externo são as de "exportação"; de "consumo local" são designadas as que produzem para o próprio município onde se acham localizadas e de "consumo próprio" as que apenas suprem as necessidades de seu proprietário no local da produção e sem finalidade comercial.

Constituem assim as serrarias, com tôdas as suas dependências diretas, as casas dos trabalhadores, os pequenos "comércios" que por vêzes se instalam nas proximidades etc., centros de vida e de movimento que muitas vêzes deram origem a povoados e vilas.



REGIÃO CENTRO OESTE

BOIADEIRO

Elza Coelho de Souza

Nos países em que são abundantes os campos e a população se apresenta relativamente esparsa, a criação de gado constitui uma adaptação econômica, como no Brasil. Dentre as zonas criadoras do Brasil salienta-se notàvelmente de tôdas as outras, tanto por suas ótimas e extensas pastagens, quanto pela abundância dos seus rebanhos de gado vacum, a zona do Triângulo Mineiro, norte de São Paulo, sul de Mato Grosso e Goiás.

Aqui já se tenta abandonar o rotineiro sistema de criação extensiva para enveredar pelo campo da pecuária racional. Os criadores preocupam-se com a seleção das raças, com os reprodutores, dando atenção também ao problema da forragem com a formação de pastagens artificiais.

O gado Zebu, com seu tipo mestiço, Indubrasil, resultante do cruzamento do Gir e Guzerat ou do Gir e Nelore domina incontestàvelmente em todos os rebanhos do Triângulo, tendo já penetrado nos campos de criação de Goiás, Mato Grosso e norte de Minas Gerais. A importação em grande escala do boi indiano foi obra dos criadores de Uberaba, que, mediante repetidas "cruzas", conseguiram obter o tipo mestiço Indubrasil, que pela sua adaptação ao meio, resistência às pragas, uniformidade de linhas e alto rendimento comercial, tendo, portanto, provado bem como gado de corte, irradiou-se daí para o resto do país. Diversas crises econômicas têm afetado a criação do Zebu mestiço, porém resistiu a tôdas elas, sendo hoje o gado de corte característico de todo o Brasil Central.

O boiadeiro aparece como uma figura típica desta região criadora. Êle nada mais é do que um comerciante de gado, servindo de intermediário entre os fazendeiros criadores e os invernistas. Constantemente viajando, penetram êles até as zonas pastoris mais afastadas do Triângulo Mineiro, de Goiás e de Mato Grosso, da zona de Paracatu, do sul e sudoeste de Minas Gerais para comprar o gado diretamente do criador.

Montados nos seus cavalos, voltam tangendo enormes boiadas numa caminhada de centenas de quilômetros, em que levam semanas e meses.

Espetáculo comum no interior são as grandes boiadas descendo as estradas, no seu passo lento e vagaroso, para os mercados consumidores. Na frente, levando uma bandeira vermelha, para avisar da aproximação dos animais vai o boiadeiro. Mais dois ou três peões seguem atrás, vigiando com atenção o gado para evitar que alguma rês se tresmalhe. Neste mister é o homem sempre ajudado pelo cachorro, que invariàvelmente acompanha a boiada.

Muitas vêzes, porém, o boiadeiro apenas efetua a compra dos bois, tendo homens especialmente contratados para a condução das boiadas.

Êste gado todo é destinado ao corte e é geralmente vendido pelos boiadeiros aos invernistas, pois, após tantos dias de longa e penosa caminhada, não se encontra em condições econômicas de ser abatido.

O comércio do gado se intensifica no fim da estação das águas abril e maio, quando pela abundância e excelência dos pastos, os bois se encontram bastante gordos. É, então, que se torna intenso o movimento nas "estradas boiadeiras".

Geralmente, as reses compradas pelos boiadeiros não ultrapassam três anos. Vendidas aos invernistas, permanecem dez a doze meses nas invernadas e terminado o tempo de engorda são revendidas aos matadouros, frigoríficos e charqueadas.

Os pastos, em geral, artificiais são de capim gordura, jaraguá ou colonião. A técnica de conservação das invernadas limita-se à aplicação periódica da queimada para refazer as pastagens, garantindo, assim, capim suculento e nutritivo ao gado. Uma boa invernada é capaz de receber para engorda, cêrca de três ou quatro animais, por alqueire de terra.

Muitas vêzes, o boiadeiro não é apenas o intermediário entre o criador e o invernista e sim um recriador de gado. Neste caso, êle compra as reses com um ano e nas suas invernadas cria-as até os três ou quatro, quando então são vendidas aos mercados consumidores.

Um outro aspecto interessante da atividade dos boiadeiros é a compra de reprodutores Zebus dos grandes criadores de gado fino do Triângulo Mineiro, principalmente de Uberaba, para vendê-los aos criadores mato-grossenses e goianos. Assim, vão êles para o interior levando reprodutores e voltam trazendo grandes boiadas para corte. As qualidades que êle exige do gado a introduzir como reprodutor são a grande resistência física para as prolongadas marchas do sertão e bastante corpulência, que garanta bom rendimento comercial. E estas condições são satisfatòriamente preenchidas pelo gado Zebu.

Numerosas são as fazendas de criação e invernada de gado com extensos campos nativos e pastagens artificiais nesta região. Em conseqüência, foi grande o número de entrepostos e charqueadas que aí se instalaram, além do frigorífico Anglo em Barretos, um dos maiores da América do Sul. Consumindo grande parte da produção pecuária da região, abate cêrca de 250 mil bovinos por ano.

Barretos é o mais importante centro econômico de gado gordo do Brasil.

Entretanto uma parte do gado da zona vai abastecer São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, sendo seu transporte feito pelas estradas de ferro. O movimento do transporte do gado se intensifica nos meses de fevereiro a junho.

Geralmente, o preço do gado gordo varia de acôrdo com o pêso; quando magro, o preço depende da "caixa", capacidade de pêso ou, então, os boiadeiros pagam determinada quantia por cabeça.

Em 1945, foi geral em tôda esta zona criadora o *boom* zebuísta. Boiadeiros enriqueceram da noite para o dia negociando com reprodutores de centenas de milhares de cruzeiros. O Zebu tornou-se o "bezerro de ouro".

Como conseqüência disto, generalizou-se o desinterêsse pelo gado de corte, preferindo tanto os criadores quanto os boiadeiros e e invernistas negociarem com gado fino, que lhes garantia maiores lucros. Dominava a "pecuária ornamental". No entanto, agora já se verifica um interêsse renovado pelo gado de corte.

Constitui esta zona um dos mais importantes centros pastoris do Brasil e oferece, ainda, à pecuária enormes e promissoras possibilidades de desenvolvimento.

BOIS DE SELA

VIRGILIO CORRÊA FILHO

A VIDA humana, ao afeiçoar-se a cada região natural, em que se fixe, não tarda a criar para a sua serventia adequado meio de transporte, cuja ilimitada variedade por assim dizer caracteriza as peculiaridades locais.

Assim é que vemos de um extremo ao outro da escala dos climas, entre a fria Escandinávia e a tórrida África, o homem valer-se do *ski*, acondicionado a deslizar sôbre o gêlo, como do camelo, que o transporta com segurança pelo areal adusto, onde seria impossível o trânsito de maneira diversa. Embora livre de variações excessivas, comparáveis aos exemplos citados, o Brasil comporta, em seu imenso território, modalidades singulares de condições mesológicas, de que rompe a diferenciação nos processos de locomoção.

De princípio, os naturais apenas praticavam a caminhada a pé, em seus trilhos de índios, quando se não utilizavam também da navegação, em suas igaras de acabamento mais ou menos tôsco, ou aperfeiçoado, conforme a tribo a que pertencessem.

O colono lusitano trouxe as caravelas para navegar pelo mar e os cavalos para as viagens por terra, além dos bovinos que se encarregariam do transporte, jungidos aos carros de eixo móvel.

E da combinação de tais elementos, resultaria, antes da era da via férrea, do automobilismo, da aviação, diversidade apreciável de características em matéria de transporte.

Nas coxilhas gaúchas, de horizontes sem fim, o cavalo fêz-se companheiro inseparável do povoador, tanto nas atividades pacíficas dos campeiros, quanto igualmente nos reencontros guerreiros, rematados por aniquiladoras cargas de cavalaria.

A indumentária do cavaleiro, em tal ambiente alegre, tornou-se festivamente decorativa, em contraste com a do vaqueiro nordestino, que se enroupa de couro para se defender contra as agressões das caatingas, a que não resistiriam os amplos trajes gaúchos.

Na planície amazônica, ou mais amplamente, nas bacias hidrográficas de utilização intensa como vias de comunicação mais freqüente, a terminologia local, a que se acostumaram os ribeirinhos do Amazonas, como os do Cuiabá, designa a canoa ligeira, de madeira de um só tronco, pelo mesmo vocábulo — "montaria" — que entre os cavalerianos indica o animal em que cavalgam.

Onde, porém, não pode ela transitar, ainda que de pequeno porte, nem se encontram eqüinos, a necessidade premente de transporte sugeriu outros expedientes.

Assim ocorreu na ilha do Marajó, depois que as opulentas fazendas pastoris sofreram a devastação da peste de cadeiras, que lhe dizimou, em 1826-1836, a "raça cavalar", consoante afirmativa de Ferreira Pena. Daí se propagou no Alto Amazonas e Peru, donde arqueou para Chiquitos, na Bolívia. Cruzando a fronteira, penetrou, já em 1851, pela fazenda nacional de Casalvasco, em Mato Grosso, de cujos pantanais se assenhoreou, para lhes aniquilar a criação indefesa.

Como fôsem imunes os bovinos à epizootia fatal, recorreram os campeiros à sua resistência, já comprovada na tração de carros pesados, e em cargueiros, mais ágeis nos terrenos brejosos.

E amansados a propósito, substituíram os solípedes, que a *tripanosomiase* devastara.

A gravura exibe cena trivial em parte do pantanal matogrossense e regiões vizinhas, a que se propagou o emprêgo do boi como animal de sela.

Nenhuma alteração maior no arreio usual na região. Apenas se verifica a substituição do freio pela argola de correia, através do furo na cartilagem do septo nasal, em que se apóia a corda, à guisa de rédea, uma de cujas extremidades enlaça o boi pelos chifres, e volta às mãos do montador, que por êsse meio dirige fàcilmente o animal, em cujo lombo se enforquilhou.

Outros, em vez da sela, que exige mansidão, e passo adequado, recebem de preferência, a cangalha, que as transforma em cargueiros, como se fôssem muares.

De qualquer modo, sejam destinados a substituir a cavalhada, que pereceu, ou as tropas insuficientes, os bois que se deixam domar para o transporte de cargas, ou passageiros, no seu dorso escorregadio, põem de manifesto a providência de que se valeu o homem para possuir a sua montada, onde não encontrasse eqüinos em número suficiente para o serviço de transporte.

BURITIZAL*

José Veríssimo da Costa Pereira

NA PAISAGEM fitogeográfica do Brasil, o "buritizal" aparece ora como mata pluvial marginal interior, sendo neste caso um raro exemplo de floresta pura, ora como um capão característico das grandes baixadas inundáveis, principalmente dentro da área territorial planáltica, estendida para o norte do país, a partir do paralelo 20° sul, até o Amazonas.

O "buriti" (*Mauritia vinifera*, Mart.) é a espécie que melhor representa tais formações, no meio das subxerófilas, ao lado da (*Mauritia flexuosa*, Mart.) e da "buritirana" (*Mauritia aculeata*, A.B.K.), tôdas geralmente denominadas "buritizais", ou "miritizais" na nomenclatura popular, com particularidade, nos chamados campos de São Marcos, no alto rio Branco, estado do Amazonas.

A redução em extensão, das matas ciliares as "ilhas de mato" localizadas em meio dos campos, de preferência nas proximidades dos cursos d'água ou nas suas cabeceiras, está em relação com os pontos onde uma camada impermeável foi descoberta pela erosão, permitindo o afloramento do lençol d'água. Daí a natureza brejosa do solo. A vegetação da mata paludosa que nêle esponta freqüentemente na forma de buritizais — depois de uma chapada extensa e sêca, nos baciões de solo argiloso, negro e compressível — pode mesmo acompanhar trechos dos córregos e riachos.

Os buritis, palmeiras que podem atingir nove a dez metros de altura, tendo vinte e cinco a quarenta centímetros de diâmetro, combinam-se de diversos modos e maneiras para constituírem os buritizais, que tanto se formam por indivíduos isolados, autêntico "capão", às vêzes em forma de renque, quando dispostos em caprichosos arruamentos obedientes à direção do curso d'água cristalina que as assinala.

Rebentando, como elucida Gonzaga de Campos, em poderoso manancial de centenas de litros, — na área extensa da

* É encontrado também em outras regiões do país.

rocha impermeável onde a erosão preparou o aparecimento de uma fonte, de até um metro cúbico d'água por segundo, ou apresentando-se na forma de correntes líquidas que as várzeas acompanham — a água está sempre ligada à existência do buritizal. Casos há em que o buritizal aparece salpicado de outras palmeiras esguias, as pindaíbas (*Xylopsia emarginata*) as quais nêle prevalecendo constituem o "pindaibal", um dos quadros mais sedutores, por exemplo, da paisagem dos sertões sul-mato-grossenses.

Se as "matas ciliares" — acompanhando os cursos d'água — se condicionam à escassa quantidade de chuva anual e à prolongada estação sêca, nas encostas, entretanto, a vegetação se reduz. Aparecem, então, nas vastas extensões do planalto os "campos-cerrados", grande parte dos "campos-limpos" e "cerradões", ordinàriamente estendidos entre as matas hidrófilas ou dispostos na base das formações higrófilas, ao sopé das serras, segundo Hoehne. Quando, porém, o tipo daquelas matas se enfraquece ainda mais, até o ponto de se restringir a "capões" — de que um dos mais belos é o buritizal, mesmo na sua mais ampla significação popular — o que contribui para lhe dar o cunho insular de um pitoresco oásis de verdura, perdido em meio de um gigantesco tapête de relva homogênea, na altura e na côr, é sem dúvida, além da água, a estrutura dos planaltos, onde é comum a presença do arenito alternando com chistos em camadas horizontais.

Uma tal circunstância não passou despercebida a Gonzaga de Campos, ao correlacionar a presença da água, freqüente nos buritizais, com a composição geológica da vastíssima área em que aparecem: "quando o grés forma a capa superficial, coberta de campos e campos-cerrados, as águas descem até a camada de chistos impermeáveis subjacente ao grés; nos lugares onde as erosões escavaram até essa camada surge uma fonte e, se a área da rocha impermeável é muito extensa, pode rebentar um poderoso manancial".

Quanto ao limite oriental do buriti, ainda não foi possível fixá-lo com precisão. Saint-Hilaire viu pela primeira vez aquela palmeira, na localidade de Taioba, município de Bocaiuva (nordeste de Minas Gerais). Descreveu-a, então, com remarcada minúcia: "Seu tronco que pode elevar-se até a altura de cinqüenta e cinco pés, tem o mesmo diâmetro em tôda a extensão, e é revestido de uma casca de côr cinza-escura; êsse fuste não tem, como sucede em outras espécies, a base das fôlhas caídas; mas o lugar que estas ocupavam sôbre sua superfície é aí ùnicamente indicado por zonas circulares, afastadas umas das outras cêrca de três polegadas. O buriti termina por um tufo largo e arredondado de fôlhas em leque que são

numerosas, lisas, brilhantes e de um verde carregado: quatro ou cinco dentre elas murcham e sêcas, caem ao longo do caule. O pecíolo dessas fôlhas é largo, do comprimento de cinco pés, triangular, e pode medir uma polegada em cada face. O limbo da fôlha é inteiro e pregueado na base; seus dois lados aproximados formam uma espécie de cartucho; e, a cêrca de meio pé da origem, divide-se em grande número de tiras, da largura de uma polegada, do comprimeito de quatro pés, rijas nas fôlhas novas, pendentes nas antigas. Os panículos frutíferos são igualmente pendentes, e atingem até nove ou dez pés; seus ramos são simples, alternados e dispostos em duas ordens".

O buriti — "a árvore da vida" — do padre José Gumilla, fornece ao povo vários proveitos, tais como madeira, fibras e palha para esteiras e chapéus, fios para cordas, côcos, polpa para doce, certa bebida fermentada etc.

No Nordeste Ocidental, no interior maranhense, na região do Balsas, do Parnaíba etc., os buritizais ocorrem comumente alternando com os açaìzais, conforme Fróis Abreu, tendo sido também assinalados, na sua expansão para o norte, na zona do Cuminá, no estado do Pará, pelo cientista patrício A. J. Sampaio.

Seguramente entre as causas explicativas da dispersão em manchas verificadas no *habitat* rural, particularmente do Brasil Central, figuram, a um só tempo, a água e o buritizal.

É no buritizal, com efeito, que reside a grande atração do homem do interior: nêle existem a água, o material de construção e parte da alimentação humana. Retirando, assim, das palmeiras-buritis, material empregado nas suas habitações, a começar pela cobertura das casas, feita com suas fôlhas, além de outros proveitos de utilidade pessoal — já apontados — os homens efetivamente reforçam do modo mais econômico possível, o seu aparelhamento para a luta cotidiana pela vida. Tal luta se trava, então, nos campos, em derredor, os quais gradativamente se diferenciam e se sucedem, a partir de cada buritizal. É que a natureza do solo e a posição relativa dos buritizais se encontram, por um lado, estreitamente correlacionados com o regime das chuvas e com o ciclo de erosão a que geomorfològicamente corresponde, por outro lado, a forma topográfica atual, dominante na paisagem da região.

CAMPO CERRADO

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

O CERRADO é uma espécie de mata em que se pode viajar a cavalo em tôdas as direções e na qual só se deixa de sentir os raios solares quando se acampa sob a sombra de uma árvore. É assim, de forma expressiva, que o Dr. E. ULE nos dá uma idéia do que sejam os campos cerrados de Mato Grosso, considerados na sua generalidade.

Em geral, o campo cerrado, como o próprio nome deixa transparecer, apresenta uma vegetação mais alta que a dos campos pròpriamente ditos; é um campo sujo, uma savana de vegetação mais densa: as árvores não se mostram muito isoladas e o tapête rasteiro não é francamente xerófilo. Os campos cerrados são formações subxerófilas.

Êstes campos, que ocupam a maior parte do território matogrossense e constituem uma das formações florísticas mais extensas do Brasil (grande parte da flora geral), não são contínuos; a sua paisagem vegetal característica é interrompida à margem dos rios por matas ciliares ou justafluviais. Daí o seu aspecto geral aparentar um tabuleiro dividido por grandes cêrcas vivas.

O cerrado mostra, geralmente, dois andares vegetativos: o primeiro, constituído de vegetação gramináceа, arbustiva, subarbustiva e herbácea, é contínuo, enchendo os claros deixados pelo segundo andar; êste é formado pelas árvores isoladas e formações arbóreas mais ou menos desenvolvidas. No chapadão, a ação dos ventos é favorecida pela topografia relativamente plana da região, castigando assim as árvores e prejudicando o seu crescimento, donde a reduzida copa das mesmas. As queimadas também danificam muito a vegetação do cerrado, resistindo, porém, as árvores de caules mais bem providos de revestimento cortical. O aproveitamento dêstes campos para a criação do gado prende-se à presença de gramíneas e leguminosas que dão boas espécies forrageiras.

PERCY LAU

A primeira impressão de quem vê o cerrado depois de haver percorrido uma zona de mata e outra compestre, é de que se trata duma formação intermédia, quiçá de transição entre as regiões citadas; assim pensa F. C. HOEHNE, que, pelo fato de serem encontradas epífitas nas árvores dos campos da baixada, numa região regularmente atingida pelas queimadas, acredita representarem êstes campos uma degradação de matas outrora existentes. Como fatôres corroboradores de tal suposição, podem-se juntar certos fenômenos de adaptação protetora apresentados por alguns elementos da flora traduzida num revestimento de cortiça dos troncos e na subterraneidade dos bulbos de certas espécies. É interessante notar que, nos cerrados típicos do planalto, as espífitas se acham ausentes.

Como árvores características dos cerrados deve-se mencionar a lixeira ou sambaíba (*Curatella americana*, L.) de fôlhas ásperas e rijas, empregadas no polimento das madeiras. O pau-de-colher-de-vaqueiro (*Salvertia convallariodora*, ST. HIL.) também é típico do cerrado mato-grossense como o é, igualmente, a mangabeira (*Hancornia speciosa*, GOMES), riqueza natural, pois fornece matéria-prima (um látex producente de borracha) e alimento, com o seu fruto.

O característico da região, além da paisagem natural, é a regularidade na alternância das chuvas durante o ano. Assim é que há, perfeitamente distintas, uma estação chuvosa e outra sêca. A curva pluviométrica é bastante expressiva: nos extremos janeiro-abril e outubro-dezembro têm-se as épocas de maior pluviosidade e, de maio a setembro a de chuvas menores, oscilando o *minimum* entre junho e julho. Predominam, portanto, as chuvas de verão. A precipitação anual varia em tôrno de 1 300 milímetros. O regime pluviométrico é um dos fatôres determinantes dessa formação florística.

Nos campos cerrados as fôlhas não caem ao mesmo tempo: a mudança opera-se por espécie e grupo de árvores, num arremêdo de estação, como se dá nas florestas semideciduais. A vegetação, embora tenha caráter permanente, sofre modificações estacionais; na estação sêca, a paisagem dá uma nota de angústia pelo retorcido dos caules e dos galhos mais ou menos desnudados; na estação chuvosa, observa-se um aceleramento na vida vegetal: a folhagem adensa-se e pintalga-se de flores, que muitas vêzes precedem ao aparecimento das fôlhas.

Os campos cerrados apresentam uma grande área de dispersão. Encontram-se desde o sul até o norte do país. No planalto maranhense, o cerrado surge semelhante ao do Brasil Central, com árvores isoladas, inclusive a já citada mangabeira.

Na Amazônia dá-se também a ocorrência de alguns campos cerrados, porém inferiores em número de espécies, talvez por serem mais recentes, conforme admite A. J. de Sampaio.

Os campos cerrados, também denominados campos cobertos ou arborizados, formando a parcela maior da flora extra-amazônica, da chamada "flora geral brasileira", são encontrados no seu aspecto mais típico no Brasil Central: Mato Grosso e Goiás.

CASA DO AGREGADO*

José Veríssimo da Costa Pereira

O AGREGADO é um tipo rural que habita meios geográficos bastante diferenciados entre si quanto ao solo, clima vegetação, gêneros de vida e civilização. Como expressão dêsses meios, a casa em que êle vive deve sofrer, portanto, influências naturais, sociais e econômicas. Daí a impossibilidade de se reduzir a um único tipo, as casas habitadas pelos referidos trabalhadores rurais. Um traço, porém, é indiscutìvelmente comum a tôdas; a sua precariedade. Esta precariedade tanto se revela na massa das construções quanto na quantidade de peças existentes nos alojamentos; tanto no reduzido número de portas e janelas, quanto no baixo custo dos materiais de construção e até mesmo na pobreza ou na inexistência de decoração. A precariedade se traduz ainda na concepção, quase que tão sòmente, da casa como abrigo sem atender da melhor maneira ao tipo da explotação agrícola de que o agregado vive. Êste traço, persistente na feição de tôdas as casas de agregado, é um resultado do nível social inferior de que êsses trabalhadores fazem parte e das inseguras condições econômicas em que se debatem tendo sempre como incerto o dia de amanhã. Do exposto se infere ser a casa do agregado muito mais geográfica do que resultante do processo e da civilização. Construída de preferência de acôrdo com as indicações e restrições da natureza, ela tem permanecido como o seu aspecto miserável, na categoria de casa elementar segundo a classificação de Demangeon. Uma construção única, quase sempre, abriga tudo o que é necessário à vida. A ela não chega a fôrça interior que anima os homens no sentido de uma sempre melhor existência. Construir — disse o eminente geógrafo — é ordinàriamente um ato de confiança no futuro; como para o agregado êste é sempre incerto, a sua construção só poderá ser lògicamente precária. A dependência em que o agregado vive em relação às influências naturais,

* Encontra-se em outras regiões do Brasil.

PERCY LAU

sociais e econômicas, pode ser ilustrada mediante alguns exemplos concretos tomados de certas regiões típicas do país.

Na região Sul, a floresta de araucária, que pelas influências combinadas do clima e dos solos, veste o planalto, a partir das proximidade da cidade sul-riograndense de Passo Fundo até o norte do estado do Paraná, explica a existência da casa de madeira, típica em quase tôda a região considerada. Mesmo na zona dos campos a casa de madeira existe, pois que nas depressões do terreno, os capões de pinheiros fornecem para a construção, madeira de qualidade boa, de fácil aproveitamento e de suficiente provisão. Aí, em Santa Catarina, no planalto frio de São Joaquim, por exemplo, em contraste com o fazendeiro que levanta edifícios com tábuas duplas para se proteger dos rigores da temperatura baixa, o agregado apenas emprega na construção de sua moradia, tábuas simples ou achões de pinheiro. Sujeita-se, destarte, a maior desconfôrto devido exclusivamente a imperativos de ordem econômica. Todo o trabalho, aliás, de edificação e de transporte de materiais, é feito por si mesmo e com o auxílio dos membros de sua própria família. Localizada fora dos limites da residência do fazendeiro, a casa do agregado procura por economia, os sítios mais bem providos d'água. O agregado constrói a casa na vizinhança imediata do precioso líquido devido mais uma vez a motivos econômicos. Muitas vêzes, em todo o planalto meridional, a casa comporta duas partes que correspondem, respectivamente, à sala de refeições e ao dormitório. Êste, por seu turno, pode encerrar divisões para os filhos conforme o sexo. Caso há, entretanto, em que a promiscuidade chega a ser absoluta. A casa passa a ter o aspecto mais de rancho de posseiro tendo um único compartimento no qual os habitantes cozinham, comem e dormem. Todavia, quando se trata de um agregado econômicamente mais evoluído, a casa pode compor-se de duas a quatro edificações contíguas funcionalmente diferentes. Uma é reservada para sala de refeições e quartos de dormir e outra para cozinha. Nesta última, a trempe ou o gancho tem a dupla função de cozinhar os alimentos e de aquecer os habitantes por ocasião das noites de maior frio. Os demais prédios, quando existem, destinam-se a guardar apetrechos de montaria, produtos da lavoura de subsistência e a servir de cocheira e curral. Perto da residência, em qualquer dos casos, situam-se algumas culturas entre as quais figura a do trigo. A casa, finalmente, encontra-se próxima a cercados de paus e de pedras podendo-se ver dentro dêles certo número de porcos, um a dois animais de sela e umas cinco vacas leiteiras, no máximo.

Na região Centro-Oeste, na zona do pantanal mato-grossense, por exemplo, a habitação do agregado costuma ter por

arcabouço, moirões alinhados, um junto do outro. Outras ocasiões, a casa é de paredes de pau-a-pique devidamente barreadas, tendo por cobertura palmas de uacuri. Aí, a casa do agregado é sempre rústica e elementar nada apresentando de característica. Já no planalto sul de Goiás, na zona integrada, pelos territórios dos municípios de Goiânia, Suçuapara, Anápolis, Silvânia, Mataúna, Jataí, Morrinhos, Piracanjuba, Rio Verde, Caldas Novas, Ipameri, Luziânia, Planaltina etc., além de alguns outros mais para o norte como sejam Pirenópolis e Jaraguá, a casa do agregado é quase sempre do tipo "cochicho", isto é, pouco mais que um rancho. A casa de adôbe existe sem dúvida, porém em menor freqüência. Em Mataúna, por exemplo, a habitação do agregado é usualmente constituída de uma choça de paredes de paus roliços e ripas de bambu. Estas ripas são revestidas de argamassa, na composição da qual o barro e as fezes de bovinos participam. A cobertura é de sapé, fôlhas de coqueiro e capim redondo. O uso de telhas é raro. Quase sempre não há janelas e quando existem, estas apresentam-se em número reduzido e com abertura deficiente. Portas muitas vêzes não há. O agregado as substitui por certo número de paus roliços os quais pelas extremidades são presos a sulcos abertos nos batentes, inferior e superior. Crivado de buracos e desnivelado, o chão é de terra socada. Como sucede em todo o país, a casa do agregado em Goiás, é construída fora dos limites da residência do senhorio e forma com a dêste, um contraste não só pelo sítio que ocupa como outrossim pelo fato de não ser de adôbe nem caiada nem tampouco coberta de telhas ou assoalhada. Comumente, no sul de Goiás, a casa do agregado liga-se à do fazendeiro por caminhos que passando pela mangueira ou pelo pastinho do engenho, chegam ao local onde se encontram instalados na fazenda, o paiol com varanda e o curral ou, então, ao ponto onde geralmente existe outro curral junto à salgadeira dando para o curral do engenho. Ordinàriamente, a casa é construída à beira dos ribeirões, córregos e rios não só por causa da tirada d'água de serventia no fim da qual há sempre um monjolo funcionando, mas também devido à facilidade com que o agregado pode contar para fechar os pastos e mangueiras. Procede imitando o fazendeiro que, no aproveitamento dos cursos d'água, poupa a metade das cêrcas de arame e de madeira, na sua totalidade muito trabalhosas e de conservação relativamente dispendiosa.

O desenho ao lado focaliza a casa do agregado em relação à do fazendeiro do sul de Goiás vendo-se alguns pormenores que a descrição escrita propositadamente omite.

DERRUBADA

Regina P. G. Espíndola Schaeffer

QUANDO de viagem para o interior de Minas, São Paulo ou Bahia, pode-se observar do avião grandes claros na floresta, nem sempre ocupados por culturas ou agrupamentos humanos. Fàcilmente percebidos, devido à coloração mais atenuada da vegetação secundária, foram causados pela mão do homem mediante derrubada da mata. A ela se deve o grande recuo da floresta para o interior, sendo esta apenas poupada nas vertentes mais íngremes e inacessíveis.

Progressivamente as matas foram sendo substituídas por culturas; os solos foram-se esgotando devido ao sistema agrícola primitivo. Assim despojado do seu revestimento natural e de tôdas as suas riquezas, o solo se tornou imprestável e hoje suporta uma vegetação de gramíneas pobres ou capoeiras nas partes mais favorecidas.

Dêste modo o homem nas regiões florestais lança mão da derrubada a fim de abrir espaço para as suas diversas atividades. Devastam-se primeiro arbustos e lianas, elementos de pequeno porte, dando-se a isso o nome de roçada. Segue-se o corte das grandes árvores — a derrubada pròpriamente dita. Ponto de partida para a ocupação humana em zonas florestais, imprescindível para as culturas como para a criação. É a forma pela qual podem ser explotadas as riquezas da floresta, tanto madeiras de lei, com lenha e carvão vegetal. Muitas vêzes o objetivo da derrubada é o de sanear, como no caso dos vales do Tietê e Feio.

A derrubada é uma paisagem típica da zona pioneira, estendendo-se numa faixa do sul do país ao nordeste de Goiás. Conforme os objetivos visados, porém, a derrubada varia muito. Na faixa pioneira ela é extensa, deixando marcas profundas. A mata dos topos, dos vales, das encostas, será ou não conservada, segundo a cultura que se deseja fazer. Um exemplo muito interessante é da zona de Cornélio Pròcópio, onde o cultivo de café determina a derrubada das matas da encosta e dos espi-

gões. Em outros lugares começa-se o corte pelos fundos dos vales, aproveitando a maior umidade para o cultivo de legumes e criação. Verifica-se isso nos lotes de Londrina, não dedicados ao cultivo do café. Estende-se depois a derrubada a tôda a propriedade, preservando-se apenas 10 a 20% conforme a exigência local.

Quando as serrarias são distantes e o transporte difícil, queimam-se os troncos abatidos, prática já usada pelos índios. Em outros casos, enquanto se espera o transporte, os troncos atravancam as clareiras ou são empilhados à beira da floresta ou nas margens das estradas. Alguns colonos começam até a plantar cebola e legumes em volta das árvores abatidas.

Nas florestas e capoeiras poupadas pelo avanço dos pioneiros, verificam-se, também, pequenas derrubadas para retirada de lenha ou fabricação do carvão vegetal, observando-se, então, pilhas de achas ou "balões", mais freqüentes nas proximidades de centros urbanos e estradas de ferro.

Assim, apesar da derrubada ser um dos aspectos típicos da faixa pioneira ela é registada em zonas atrás e além desta faixa. Na retarguarda com mais freqüência, pois são poucos os caboclos e colonos que se aventuram na vanguarda, abrindo pequenas clareiras antes do avanço conjunto com a estrada de ferro.

A derrubada está muito ligada a um tipo da zona pioneira, o desbravador, que sempre está adiante da estrada, abrindo novos horizontes para a civilização que avança, mas nunca sendo absorvido por ela. Um exemplo interessante de derrubada em zona da retarguarda da faixa pioneira, é a realizada nas matas do sudeste da Bahia, bem na região do litoral.

Apesar de haver derrubada sistemática com o avanço do povoamento para a interior, em certos lugares a mata foi preservada nas encostas da serra do Mar e nas margens dos grandes rios, como Contas, Jequitinhonha, Doce, onde a floresta úmida, densa e insalubre, dificulta o estabelecimento humano.

Atualmente se estabelece nestes vales, embora próximos do litoral, uma verdadeira zona pioneira, com a explotação dos produtos da floresta e aproveitamento das ótimas condições do solo e umidade para o cultivo do cacau. Assim no vale do rio Doce, as necessidades recentes da indústria siderúrgica mineira motivaram derrubada para a fabricação do carvão vegetal.

O desenvolvimento da produção cacaueira no sudeste da Bahia, foi elemento decisivo na ocupação destas florestas. Neste caso, no entanto, a derrubada não prejudica as reservas florestais, restringindo-se o corte às lianas e pequenas árvores — o cabrocamento — pois felizmente o cacau exige sombra.

Essas derrubadas já praticadas pelos índios, aceleradas pelo europeu na ânsia de conquista das novas terras e grandes lucros, destruíram até o momento presente grandes extensões de nossas florestas.

O pau-brasil, a cana, o café, contribuíram para o grande recuo em rumo ao *hinterland*. Não só isso, se êsse recuo fôsse compensado pelo estabelecimento efetivo de população, seria vantajosa a substituição de florestas por culturas e campos de criação, mas não a população que avança e deixa para trás regiões de solo esgotado, onde as florestas foram completamente arrasadas.

A derrubada não dirigida é um perigo para os solos, o regime dos rios e as fontes. A estiagem nos estados mais devastados como Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, está acentuando-se assustadoramente, e aquêles que derrubaram, cultivaram e deixaram para trás zonas hoje decadentes, são os mesmos que hoje derrubam as matas na faixa pioneira.

A derrubada reflete muito bem o espírito de nossa agricultura não permanente, migratória, quase exclusivamente de especulação. Enquanto a mata não desaparecer do Brasil, êsse espírito predominará. O estado de São Paulo tem uma porcentagem de floresta menor do que países densamente povoados da Europa.

A derrubada quando bem dirigida, sendo a madeira aproveitada havendo um reflorestamento correspondente e um equivalente tratamento do solo, não é prejudicial, mas como foi e ainda é realizada no Brasil, é de conseqüências nefastas, sendo ainda mais nocivo o aproveitamento de nossas matas, sem escolha das espécies, para lenha e carvão vegetal. A floresta que pode e deve ter grande papel no desenvolvimento de nossas indústrias e agricultura, não deve ser tratada como um empecilho ao avanço da zona pioneira.

Em resumo, a derrubada é um elemento comum na paisagem brasileira, numa superposição de passado, presente e futuro. Regiões desnudas e esgotadas, cobertas de pastagens pobres, que mal servem ao sustento de algumas cabeças de gado, ou culturas decadentes; outras onde restam matas para derrubar, mas cujas culturas já não dão o lucro dos primeiros tempos e finalmente zonas pioneiras, onde os tocos se erguem solitários no meio de plantações ainda novas.

FLORESTA-GALERIA

LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

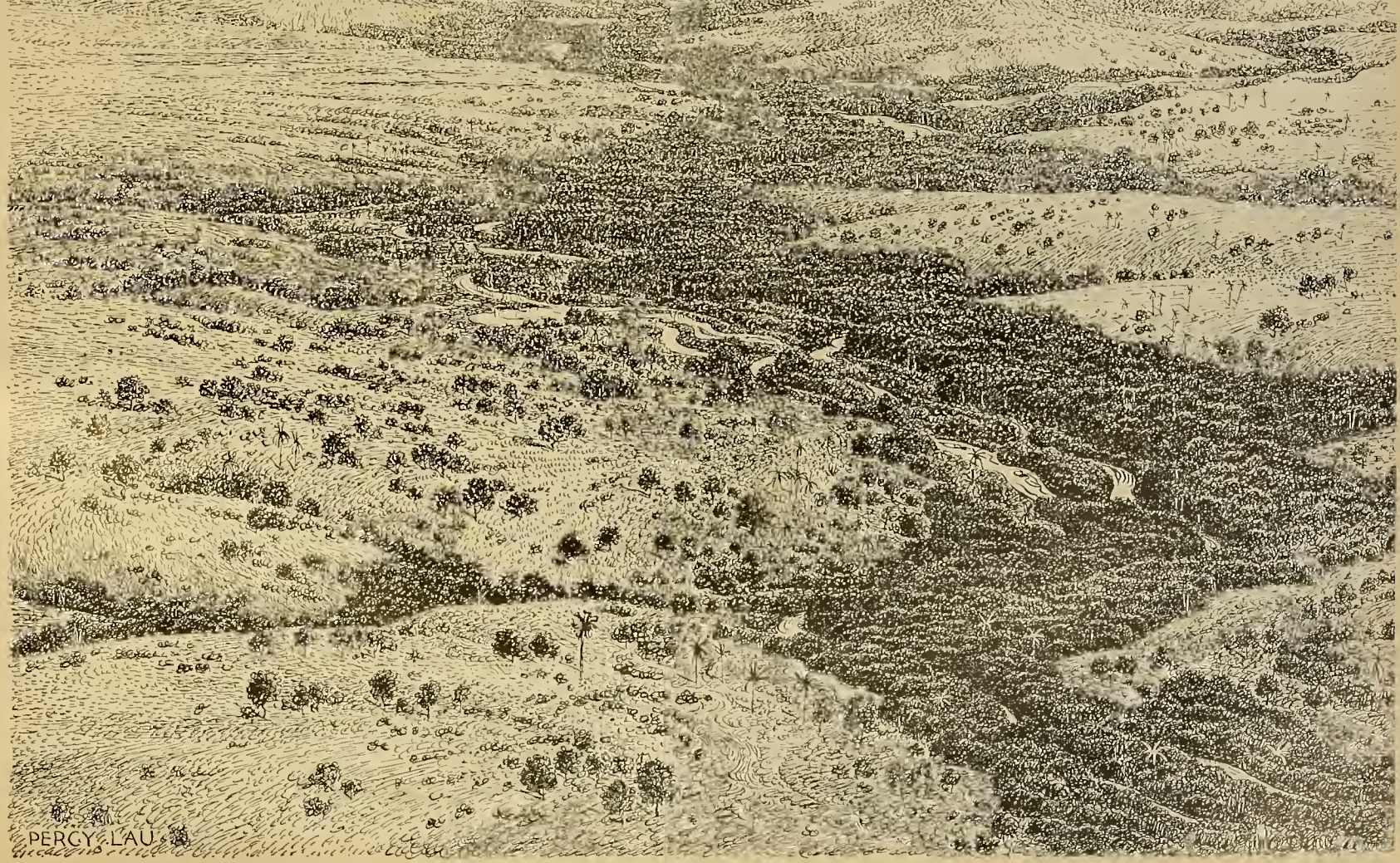
NO VASTO domínio da vegetação campestre que recobre em grande extensão o Planalto Central do Brasil, apresentam-se — quebrando a monotonia da paisagem que oferecem os vegetais de pequeno porte — adensamentos florestais, que se alongam e serpeiam pelas margens dos cursos d'água ou se estendem pelas depressões longitudinais, acusando maior umidade do solo.

Tais formações constituem as chamadas florestas ou matas-galerias, denominação devida aos botânicos europeus que dêste modo traduziram o aspecto ou disposição peculiar dessa formação florestal. Cabe no entanto assinalar, desde logo, outras denominações por que são também conhecidas: matas ciliares, por se disporem sôbre as eventuais "pestanas" de um rio; matas de fecho on de anteparo, segundo o botânico LINDMAN, porque são "nesgas de mata que acompanham as margens dos rios como cêrcas vivas ou anteparo"; matas justafluviais; matas marginais, e ainda, segundo GONZAGA DE CAMPOS, matas beira-rio ou matas de condensação.

A situação dessas matas, à beira-rio ou nas depressões longitudinais, deixa em evidência o valor do fator umidade telúrica sem que, no entanto, seja êle o único determinante dessa formação, pois devem ser levadas em conta, a umidade atmosférica e as condições "hidrográficas, topográficas e de ecologia vegetal".

A umidade atmosférica serviu de base a LIAIS, para uma explicação desta ocorrência; a maior temperatura — em relação ao ar ambiente nas primeiras horas do dia — das águas no fundo dos vales permitiria o desprendimento de vapor, o qual seria condensado por contacto com as camadas mais frias do ar, dando assim margem à formação de neblinas.

As condições hidrográficas e topográficas — volume do rio e planícies aluviais nas margens — governam a constituição das chamadas "pestanas" e, por conseqüência, regem até certo


PERCY LAU

ponto a presença ou ocorrência das matas, ditas ciliares. A tal respeito, GONZAGA DE CAMPOS nos dá um bom exemplo, colhido na Hiléia de HUMBOLDT. Aí o Amazonas, de águas ricas em material em suspensão, ao transbordar nas cheias, dá ensejo ao depósito, nas suas margens imediatas, das partículas ou sedimentos maiores, formando assim uma espécie de barreira aluvional — "as pestanas" — onde se desenvolve uma floresta de solo inundável — o "caa-igapó" — e que nada mais é do que a mata ciliar.

As condições ecológicas são as mesmas exigidas para o desenvolvimento de qualquer tipo de floresta que, segundo FLAHAULT, e citadas por A. J. SAMPAIO, são: "período vegetativo quente, um solo e um subsolo suficientemente úmidos e uma atmosfera úmida e calma, sobretudo no verão". No entanto, a ecologia florestal pode ser resumida, de acôrdo com SCHIMPER, a dois fatôres apenas: luz e umidade. De modo geral, essas matas são formações hidrófilas, pois refletem mais a influência das chuvas e da umidade do solo do que da umidade atmosférica.

No planalto, as matas de anteparo representam a ocorrência da Flora Amozônica em meio à Flora Geral do Brasil ou Extra-Amazônica. Quem viaja pelos rios do Brasil Central, ao ver as florestas que os emolduram faz uma idéia grandiosa, mas errônea acêrca da vegetação dominante na região, a qual é constituída pelos campos cerrados que se desenvolvem por trás das matas ciliares.

Essas matas-galerias, vistas de um ponto elevado, dão a idéia de um "rio-de-verdura", salientando-se da baixa vegetação campestre que se estende em tôrno, e até permitem o reconhecimento das caudais, invisíveis na sua maior parte, mas demarcadas pela fita vegetal. A gravura, que é reprodução de desenho baseado numa fotografia aérea, nos dá um aspecto dessas matas, colhido nos campos paulistas lindeiros com Minas Gerais, no planalto.

É preciso notar que, muitas vêzes, numa depressão longitudinal em meio aos campos estende-se uma fileira de árvores, resultado de uma sucessão de capões, sem ser pròpriamente uma floresta-galeria. Formações dêsse tipo são encontradiças nos campos subarbustivos, principalmente no Rio Grande do Sul. Há capões que, dada a proximidade do rio, tomam um aspecto de mata justafluvial. Igualmente como as matas ciliares, os capões — ilhas de mata em meio aos campos — são adensamentos de vegetação arbórea, em função da maior umidade do solo. Entretanto, é preciso sublinhar duas diferenças: as matas-galerias geralmente marginam as caudais; a umidade no caso, é derivada do rio, e a forma do conjunto florestal é alongada. Já os capões, que assentam sôbre terrenos cujos len-

çóis aquosos subterrâneos, em forma de bacia, afloram por erosão das camadas superiores, tomam a mesma configuração, circular, ìntimamente ligada à área de maior umidade.

As matas beira-rio apresentam-se pràticamente com um só andar vegetativo composto por espécies arbóreas; os arbustos e ervas aparecem em número pequeno. Na Amazônia, a relativa igualdade de solo e clima não favorece uma riqueza em espécies diferentes à margem dos rios, nem favorece também a constituição de andar vegetativo inferior, dado o fácil alargamento marginal. Assim, no "caa-igapó", as espécies arbóreas, que dão à formação o caráter de floresta, apresentam pequena variação florística.

No que se refere à composição, temos a considerar na Amazônia, pela freqüência, o arapari, o tachi (*Tachia guiannensis*), a mamorana... Já no Planalto Central, onde as condições mesológicas têm maior riqueza de aspectos, a diversificação das espécies construtivas dessas matas é bem notável. A figueira, a ingarana (*Inga distriche*, BENTH), a canela, a sucupira, o cedro (*Cabralea laevis*, DC), a peroba (*Aspidosperma polyneuron*, MULL, ARG.), o ipê, fazem parte das matas que debruam os rios mais caudalosos; nos rios menores a ocorrência mais notável cabe ao taquaruçu e ao taquari. Entre as árvores fornecedoras de madeira preciosa, alinham-se: a aroeira, o cedro, o ipê, o jequitibá, o óleo vermelho...

Não obstante a freqüente variação em espécies, as matas-galerias oferecem exemplos de agrupamentos puros, homogêneos. Assim, no rio Paraguai, entre a foz do Apa e Coimbra, estendem-se formações de carandá (*Copernicia australis*, BECC.) e que tem sido confundida com a carnaúba (*Corpernicia cerifera*, MART.). Outra palmeira, o buriti (*Mauritia vinifera*, MART.) compõe também matas marginais homogêneas, principalmente nas cabeceiras dos rios do Brasil Central. O auacuri ou acuri (*Attalea phalerata*, MART.), e (*Attalea princeps*, MART.), forma nas imediações de Corumbá, Cáceres e Tapirapoã, belos tipos de matas de anteparo regularmente puras.

As matas-galerias constituem, juntamente com os capões, duas modalidades de ocorrência da mata amazônica na imensidão dos campos brasileiros.

GARIMPEIROS*

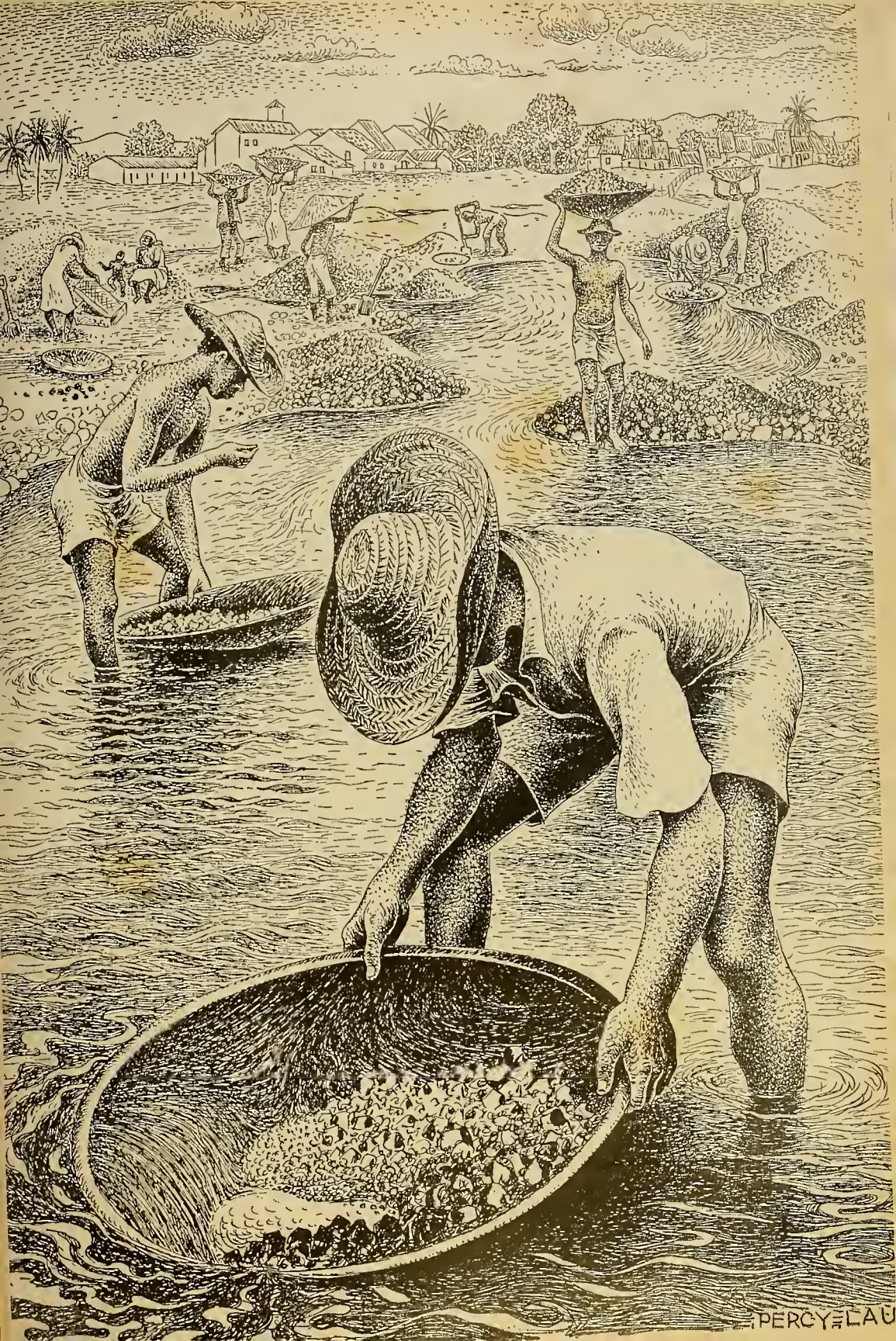
José Veríssimo da Costa Pereira

CONQUISTANDO de chôfre o Brasil até Mato Grosso e Goiás, a mineração trouxe consigo, no bôjo, a figura singular do "garimpeiro", personagem destinada a permanecer no Brasil, transformada num dos mais curiosos tipos de trabalhadores do país, amante que é da liberdade, da família, da solidariedade e da ordem, não obstante a aparente confusão do meio em que atua, longe, na faixa pioneira da mineração rudimentar. Surgido em pleno ciclo da mineração, cujo apogeu se situa nos meados do século XVIII, o garimpeiro é um tipo humano do Brasil, aue encontrou, sobretudo nas áreas de quartzito de Minas Gerais, da Bahia etc., ricas de ouro e diamante, extensos horizontes de trabalho, com gêneros de vida opostos aos das planícies agricultadas, pedològicamente diversas, do litoral.

Quer se trate da zona dos "garimpeiros" do rio das Garças e do Araguaia, do Triângulo Mineiro * ou da bacia do Paraguai, do Tibaji ou do norte de Minas Gerais, da Mata da Corda ou do alto Paraguaçu, da Chapada do Açuruá ou da região limítrofe de Mato Grosso e Goiás, é o mesmo amor da liberdade o que se vê no garimpeiro diamantífero; o mesmo sentimento de solidariedade, igual apêgo à família; idêntico o respeito pela propriedade alheia; repetido o singular conceito de honra, e característica a comprovada obstinação pela riqueza fácil; a mesma compleição robusta, a idade jovem e o espírito permanentemente aventureiro; quase as mesmas, as superstições, as vaidades e as vinditas.

Se bem que nem todos os garimpeiros sejam profissionais, isto é, possuidores de conhecimentos especializados, porque há os oportunistas atraídos pelos grandes resultados das extrações, pode-se dizer, de modo geral, que no trabalho, o garimpeiro é auxiliado pela mulher, a qual participa com valentia, de tôdas as suas alegrias e de todos os seus infortúnios. Casas há, porém,

* Encontram-se também em outras Regiões, principalmente na Região Leste.


PERCY LAU

em que o garimpeiro vive isolado nos garimpos, qual "moderno troglodita", como o encontrou HERMAN LIMA, por exemplo, nas lavras diamantinas da Bahia.

Geralmente a norma de trabalho do garimpeiro é a mesma, postas de lado algumas modalidades locais, consoante a região considerada e o regime dos cursos d'água. ODORICO COSTA fixou um flagrante dos processos habituais entre os garimpeiros do Tijuco: " Verificada a existência de "informações" ou "satélites" dos diamantes, os garimpeiros iniciam a exploração ou retirando o cascalho do leito do rio, por meio de escafandros ou por meio de mergulhadores de longo fôlego "sequistas" ou, ainda, por meio de grupiaras e monchões, abertos nas margens e nos terrenos vizinhos às margens".

"O cascalho é lavado em três peneiras de crivos diferentes, em escala descensional, sendo a primeira peneira denominada "suruca".

Em regra geral, o equipamento do garimpeiro consta da alavanca, enxada, carumbé, bateia de baco e peneiras, reduzindo-se a 5 tipos os serviços mais usuais: grupiara ou grapiara, às vêzes também denominado itaipava; desmonte, catamento, leito de rio e grunas.

Nos garimpos, como nos do Tijuco (Monte Alegre, Minas Gerais) a vida do garimpeiro oscila com a chegada da estação das chuvas. Verifica-se, assim, um êxodo periódico não só para os rios mais accessíveis ao trabalho de garimpagem, como para os garimpos em que os monchões — buracos abertos até um quilômetro das margens — permitem a prática normal dos serviços da exploração diamantífera. Transformador impenitente da paisagem, o garimpeiro logo ao chegar ao local escolhido para garimpar, inicia sua atividade "erosiva" realizando a "virada", isto é, a retirada do cascalho do leito do rio, até o ponto, às vêzes, de desviar-lhe o curso. E no trabalho incessante do desmonte das margens, chega a cavar poços e realizar prodígios de destruição nas grupiaras, depósitos de cascalho em nível elevado, das quais o garimpeiro distingue duas sortes: a grupiara de serra e a grupiara de córrego.

Como modelador da paisagem cultural, o garimpeiro edifica povoações improvisadas, dispostas ao longo dos terrenos diamantíferos e à margem dos rios, ou a meia encosta dos vales.

Tais povoados denominados "corrutelas" são compostos de casas feitas de pau-a-pique, sem nenhuma idéia de solidez, quase sempre, e em geral cobertas de palha de coqueiro, de fôlhas de buriti ou indaiá. A "corrutela" é um aglomerado de habitações que se transforma às vêzes, com milhares de habitantes, numa cidade humilde, mas organizada.

No garimpo, milhares de homens encontram trabalho. Os próprios roceiros dispõem de mercados e negociam os seus produtos. Além disso, os carretos de cascalho são quase sempre grandes fontes de renda. Naturalmente, nem todos os aglomerados de garimpeiros se apresentam da mesma maneira, havendo alguns que se notabilizam por uma certa "alma" particular, bem própria, consoante a disparidade dos elementos que as constituem. Os garimpeiros do rio das Garças, afluente da margem esquerda do Araguaia, em Mato Grosso são, por exemplo, de um nomadismo incorrigível, pelo que escreveu o Dr. Galeno Americano do Brasil.

Excetuadas as grandes pedras, tôda a produção dos garimpos é adquirida nos próprios locais de garimpagem pelos capangueiros, encarregados de casas compradoras do Rio de Janeiro, e quase sempre residentes nas cidades grandes, situadas nas proximidades, como Uberlândia, o grande centro comprador de diamantes, em relação à região diamantífera do Triângulo Mineiro e sul de Goiás.

Pela imprevidência e gênero de vida que leva, o garimpeiro é uma personagem análoga ao seringueiro da região amazônica. Enquanto não é favorecido pela sorte, na "roleta imensa" do garimpo, vive permanentemente "infusado", isto é, endividado, tão cheio de compromissos para com os negociantes das proximidades, como o seringueiro em face da ganância do "regatão". Pois que quase sempre é "meia-praça", trabalha por conta de uma terceira pessoa, consoante o regime da parceria nos achados; em época de dificuldade, além do compromisso das "meias", chega a dar, às vêzes, todo o resto do seu direito, em penhor a outrem.

A vida nos garimpos é regulada por um código não escrito, mas conhecido e por todos respeitado. Nêles, os garimpeiros tanto vivem em ranchos quanto em choças, ou em barracas de lona, morando aos grupos de dois ou mais indivíduos. O trabalho se prolonga por vêzes além de 10½ horas de serviço. Na composição da população garimpeira, entram brasileiros de todos os rincões e de todos os matizes, numa predominância absoluta em relação ao elemento estrangeiro, acaso nela existente. Joviais e cavalheirescos ao seu modo, os garimpeiros são por outro lado, amantes da música e das danças. Nas horas de descanso, quando o sol já desapareceu, o trabalho cede lugar às diversões e às canções dolentes, tocadas e às vêzes cantadas em côro. Enquanto isso, ao som dos violões e do gemido plangente das sanfonas, a noite desce. A "corrutela" então mergulha na escuridão apenas interrompida pela luz bruxoleante das lamparinas.

OBRAGEIRO

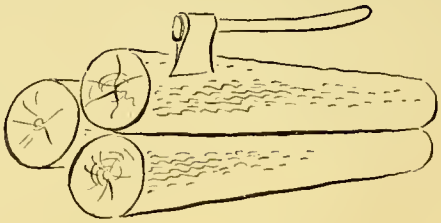
NELSON WERNECK SODRÉ

A ORIENTAÇÃO dos rios brasileiros contribuintes da bacia platina levou à situação curiosa de virem sendo, desde velhos tempos, as terras por êles servidas, desbravadas por elementos humanos oriundos dos povos vizinhos. O alargamento da área nacional não perturbou tal anomalia. Gravitando em tôrno dos rios, caminhos naturais que levam ao Prata, tais terras, desde que foram conhecidas, começaram a ser penetradas por gente de outra língua e de outra nacionalidade. Isso aconteceu nas zonas rebeirinhas do Paraguai como do Paraná. Como, de resto, também em tôrno dos contribuintes do Amazonas.

A existência das ricas florestas do oeste paranaense, mais acessíveis pelo rio Paraná do que pelos caminhos terrestres vindos do litoral e das faixas povoadas e progressistas, de formação nìtidamente brasileira, atraiu a atenção de elementos alienígenas que, cedo, nelas se internaram, partindo do vale do Paraná. No trecho estreito dêsse rio, entre Guaíra e Foz do Iguaçu, estabeleceram-se, de há muito os portos de escoamento da madeira. Nas barrancas surgiram, então, os "obrages", lugares de corte e preparação da madeira para a descida das águas. Por extensão, passaram a ser conhecidos por "obrageiros" aquêles que, na sua maioria, ontem quase na sua unanimidade, dedicavam-se ao trabalho da extração de madeira. Os "obrages" são, hoje, instalações mais ou menos aparelhadas, à margem do Paraná e de trechos de alguns de seus afluentes da margem esquerda. LIMA FIGUEIREDO assim se refere a um dêles: "Em Pôrto Ipiranga funciona um "obrage", que é o nome dado ao lugar onde se faz a extração de madeiras". Para esclarecer, logo adiante: "O pôrto e o "obrage" pertencem à Emprêsa Alfredo Giambelli e Cia., de Rosário"... A necessidade de penetração na zona florestal, entretanto, separou o "obrage" do lugar em que, na verdade, se extrai a madeira. O trabalho dos "obrageiros" tornou-se muito mais penoso.

Em primeiro lugar, trata-se de descobrir as árvores. O "obrageiro" interna-se na mata, estabelecendo uma picada inicial que liga as diversas árvores que vai encontrando e que servem para o corte. Depois de se internar pouco mais ou menos uma légua, volta, e assinala, na entrada da picada, numa estaca, o número de árvores encontradas. Da bôca dessa picada, então, abre a picada "maestra", com cêrca de três metros de largura, dela irrompendo os atalhos que levam às árvores já marcadas para o corte. Começa, depois, a tarefa do corte, pròpriamente: a madeira é cortada e lavrada a machado, aproveitando todo o comprimento da árvore. Resta o transporte e, junto ao pôrto, a construção das pranchas, para o escoamento natural, pelo rio, — uma vez que o mercado platino constitui, de há muito, o melhor consumidor para a madeira nacional.

A proximidade de países vizinhos, em que a barranca do Paraná é mais povoada do que a do nosso lado, fêz com que o "obrageiro" se apresentasse, no seu início como trabalhador estrangeiro, não radicado na terra. Alguns focos brasileiros de povoamento, entretanto, e o estabelecimento de algumas companhias madeireiras nacionais, já têm neutralizado, em parte, tal aspecto. O trabalho do "obrageiro" é penoso e relativamente especializado, porque êle necessita conhecer as árvores próprias para o corte. Sua vida é difícil e cheia de privações. De sua tarefa surgiram os primeiros caminhos no oeste paranaense, e alguns se transformam já em razoáveis estradas — tudo gravitando para o vale do Paraná, embora boa parte da madeira, hoje, de zonas mais afastadas daquele rio, tenha no mercado nacional o seu escoadouro natural.



PANTANAL

José Veríssimo da Costa Pereira

A NOTA característica da fisiografia de Mato Grosso não é a porção extremo norte, nìtidamente amazônica pela ação conjunta de sua geologia, topografia, clima, hidrografia, flora e vegetação.

Muito menos é o planalto com sua mata justafluvial de suleste, devido à relativa escassez da pluviosidade média anual e a um período sêco de duração mais ou menos prolongada.

Nem são, outrotanto, os campos palmares ou de "paratudo", as campinas e campos cerrados, ou, então, os campos arborescentes — "cerrados de baixada" — aparecidos êstes, nas encostas e, aquêles, no dorso do planalto segundo orientação geral de sudoeste para nordeste.

Não é tampouco, a formidável escarpa do grande terraço no noroeste que gera a paisagem típica que se descortina do contraforte de Tapirapoã, olhando-se na direção da chamada serra dos Parecis.

A nota característica da geografia geral de Mato Grosso é, sim, a Baixada Paraguaia com o pantanal típico, compondo os dois, uma verdadeira região geográfica — natural e cultural — que um talude, localmente denominado "serra", marca o limite respectivo para leste e, subsidiàriamente, significa a descida para oeste, do planalto sôbre a planura.

A própria terminologia regional, sobretudo na parte sul da zona imensa, entre os 12° e os 22° de latitude sul — correspondente às sub-bacias do Guaporé e do Paraguai — distingue claramente entre "Baixada", "Pantanal" e "Baixo da Serra", significando êste último, a parte mais elevada da região, "tanto a situada entre as paredes íngremes que formam os restos do planalto escavado e que em pontas avançam na planície, em trombas e restingas, quanto também a zona imediata, que, segundo Arrojado Lisboa, sobreleva-se às terras baixas".

Glycon de Paiva e Viktor Leinz estudando particularmente a fisiografia e geologia do sudoeste mato-grossense, definiram "Pantanal" como sendo "tudo quanto, na "Baixada", jaz até a altitude de 110 metros", esclarecendo tratar-se "do lugar dos leitos maiores dos cursos da bacia paraguaia, a superfície formada pela coalescência dêstes, espécie de igapó paraguaio, sem floresta, todavia".

"Esta universal coalescência — acrescentaram — ocorrendo no clímax das cheias, transforma largos tratos da Baixada em imensa lagoa doce, extensa de muitos milhares de quilômetros quadrados, funda de 2 a 3 metros, e vigente durante alguns meses, sucessivos aos excepcionalmente pluviosos".

Para Rondon os "Pantanais" mato-grossenses são formados pelas imensas planuras características dos vales do Paraguai e do Guaporé, que durante muito tempo ficam inundadas com as enchentes periódicas dos rios, podendo, em ambas essas planuras, atingir de 20 a 40 léguas contadas das faldas da cordilheira dos Parecis ao Guaporé e da serra de Maracaju ao Paraguai".

Precisando o aspecto e o sentido do têrmo, escreve Virgilio Corrêa Filho, que "Pantanal, em Mato Grosso, não é simplesmente sinônimo de pântano, terreno brejoso, como definem os dicionários. Especifica-se a denominação, quando aplicada à vasta região antropogeográfica, de fisionomia singular, cujo relêvo, cuja vegetação e economia resultam de atividades fluviais. Semelha-se, de certa maneira, a imenso fundo de concha, sulcado pelo rio Paraguai e seus tributários, que imprimem à paisagem feições particulares, com o ritmo de suas alagações anuais, quando se lhe misturam as águas em ampla coalescência, dilatada por léguas e léguas, à laia de imenso lago efêmero, em que mal se distinguem os canais permanentes".

Sem dúvida, o aspecto da topografia e da fisionomia da vegetação do "Pantanal" refletem, por um lado, as vicissitudes de sua formação geológica, e, por outro, as condições especiais do clima da região.

A principal característica dêsse clima reside na acentuada alternativa de período sêco para o período chuvoso, circunstância que repercute claramente nas manifestações da vida, em geral, forçando, sobretudo, a vegetação da grande planície a adaptações, quer a um período de grande umidade (outubro a março), quer a um prazo, igualmente durável, mas de sêca pronunciada, (abril a setembro).

O rio Paraguai — que, no sudoeste mato-grossense, divide o "Pantanal" em duas faixas de largura média de uns 40 a 50 quilômetros — apresenta, conseqüentemente, um regime regu-

lado pelas precipitações, irregulares com efeito, no decurso dos doze meses — chuvas de verão — não pequenas, todavia, com os seus 1 000 a 1 500 milímetros de queda anual.

Se a cheia paraguaia principia em janeiro, a estiagem toma corpo a partir de maio. O escoamento, no "Pantanal", reflete, destarte, a configuração do solo plano, apresentando-se em rampa comum de 5 centímetros, à distância de uns 4 mil quilômetros do oceano.

Nas maiores enchentes já verificadas, as águas máximas não ultrapassaram de 4 metros o nível médio ordinário. Mas a conseqüência da inundação, no "Pantanal", foi particularmente desastrosa para a economia da região, sacrificada no seu acervo pela morte de milhares de reses, por isso que a criação, no "Pantanal", significa uma atividade industrial de grande envergadura, dada a predominância, nêle, de pastagens excepcionais.

Efetivamente, no "Pantanal", gramíneas variadas e nutritivas vivem em associações, citando-se entre aquelas, a *Paratheria prostata*, de Griseb — ou "capim mimoso" legítimo — a *Reimaria brasiliensis* de Shlecht, e a *Setaria gracilis*, de H. B. K., que, em conjunto, constituem além de outros, os magníficos "Campos do Mimoso", onde se pratica vigorosa criação de gado, sobretudo cavalar.

O "Pantanal" é um complexo geográfico perfeito.

Às condições da geologia e do clima ligam-se os aspectos fitofisionômicos com suas conseqüências sôbre a vida humana e a economia da região, a que o atual regime hidráulico imprime sua disciplina.

Fisiogràficamente — na interpretação de Glycon de Paiva — é o "Pantanal" um território plano, com muitas rochas nuas, drenagem abundantíssima e, em certos trechos, capaz de coalescência generalizada, com um conseqüente sistema hidráulico natural de compensação de vazão.

É uma região cristalina, aqui e ali, coberta, localmente, de formação dolomítica (Bodoquena), apresentando, outrossim, depósitos atuais de leitos maiores de rios.

Estruturalmente significa elemento positivo da crosta terrestre e provável núcleo abastecedor de matéria-prima necessária à sedimentação na região do Chaco boliviano, que se estende para oeste até o sopé do Sistema Chiquitano (vêde "*Contribuição para a Geologia do Petróleo no Sudoeste de Mato Grosso*" — por Glycon de Paiva e Viktor Leinz, Boletim n.º 37 - 1939 — Ministério da Agricultura — Departamento Nacional da Produção Mineral — Rio de Janeiro).

Sob o ponto de vista da vegetação, o "Pantanal" encerra uma grande multiplicidade de formações vegetativas, salientando-se o pormenor de se encontrarem juntos tipos hidrófilos e formações xerófilas.

Aquela multiplicidade constitui efeito indubitável das circunstâncias particulares da depressão e da sua posição especial no continente.

Demonstração ampla da variação florística, não só quanto aos tipos herbáceos e arbustivos, vegetando, no fundo, fixos no solo, mas também aos que, em liberdade, flutuam sôbre a superfície da água, dá-nos F. C. Hohne, em "*Fitofisionomia do Estado de Mato Grosso*", publicada em 1923 e impressa pela Companhia de Melhoramentos de São Paulo.

"Muito difícil — escreveu — é fixar-se um limite nítido entre estas espécies limnófilas e paludícolas. Muitas das que vivem fixadas nas margens das baías ou no fundo destas, são em determinadas épocas, dali destacadas pela fôrça das enchentes e continuam, então, vegetando em mistura com as espécies genuìnamente flutuantes, formando os camalotes que a correnteza arrasta consigo até o oceano. Por outro lado levam as enchentes muitas vêzes espécies flutuantes para lugares mais altos e, com a baixa das águas, ficam estas ali, deitando raízes para o solo. Isso observamos diversas vêzes com a *Eichhornia crassipes*, Solm. e também com espécies de *Salvinia* e a *Heteranthera Limosa*, Wild".

À enorme variedade sob o ponto de vista florístico, vêm juntar-se os "campos", que constituem o aspecto mais geral, dominante mesmo da vegetação do "Pantanal". Mas êstes campos apresentam-se, também, com uma enorme variedade de gramíneas e outras plantas herbáceas forrageiras, entre as quais figuram o "capim-de-bezerro" (*Paspalum Repena*, Bergins), o "arroz d'água" (*Leersia Monandra*, Schwartz), o "arroz-do-pantanal" (*Oriza subulata*, Nees, — *AB* — *Esenb.*), a "canarana-do-amazonas", "capim-de-angola" (*Panicum spectabel*, Nees), o "capim-de-praia" — "capim-araguaio-goiano" — (*Paspalum fasciculatum*, Wild) — êste último prevalecendo nos "pantanais" de Cuiabá.

O "Pantanal" realmente parece ser o ponto de fusão de todos os tipos de vegetação do continente, tanto assim que nêle esplendem formações vegetativas tais, que chegam a imprimir à região, uma variedade extraordinária de paisagens botânicas, tendo, cada qual, um nome particular e expressivo: Carandàzal, Paratudal, Piuval, Buritizal, Acurizal, Pindaibal, Pirizal, Pajonal, e tantos outros.

No Sul de Corumbá — por exemplo — predomina o "carandá" (*Copernicia*) e o "paratudo" (*Tecoma caraiba*, Mart.)

êste, mais freqüente, nos pontos situados a distância do rio, onde os exemplares se adensam e se desenvolvem em troncos erectos com grandes copas quase entrechocando-se como sucede nos "pantanais" dos arredores de Miranda. Essa ramagem "alta, escura — descreveu ARROJADO — forma então no horizonte reto um manto chato, contrasta com a relva tenra, verde desmaiado, das gramíneas, no tapête aparado do chão. E de permeio, entre a copada e o prado infindo, a multidão de colunas, os troncos erectos como que encaixados em quadrículas alongadas no céu afogueado que flutua ao fundo, completam a paisagem de parque, como igual em beleza nunca conseguiu a arte nem tão cuidada, nem tão apurada".

Na zona marginal que se estende do rio Apa até Corumbá, em certos pontos, num raio de 30 quilômetros, o "carandá" forma entretanto, densa associação. Mas tanto ao sul quanto ao norte de Corumbá, surgem, por vêzes, mimosáceas — "espinheiros" — e, também, sinantéreas — "perpétuas-do-campo" — revestindo, ambos, caracterìsticamente, os "barreiros", isto é, os sítios surgidos nos "pantanais" e nas várzeas, onde os cloretos de sódio e de magnésio, se associam a outros sais para formar jazidas muito procuradas pelos animais, com particularidade, pelos bovinos. "As poças que se formam nas depressões dos barreiros — descreveu TAUNAY — contêm uma água que os animais bebem com avidez, voltando de muitas léguas além, para saciarem aí a sêde, apesar de qualquer outra que possam encontrar. No entanto, não é só a água que os animais ali procuram; mas é também o próprio barro, em que associado se encontra o sal, que êles comem com gana especial, a ponto de abrirem no chão e nos barrancos, grandes covas em que metem a cabeça, coisa que sobretudo acontece em seguida a qualquer chuva, por serem então os barreiros mais procurados e freqüentados. É um lugar curioso de reunião: nas árvores pousam coortes de alígeros e melodiosos cantores ao passo que numerosos rastos de porcos, veados, antas, tatus etc., indicam a contínua freqüência dêsses animais. Assim como o homem aí vai esperar motivos para grandes façanhas cinegéticas, a onça, por instintos mais naturais, nunca se arreda muito dêsses lugares, tão bem providos para os seus apetites ferozes. Bem junto do chão, atrás de qualquer moitazinha, prepara ela o bote que deve dar-lhe a posse do pobre vivente que se coloca na sua terrível esfera de atividade. Obrigada à retirada cautelosa, quando se aproximam as numerosas varas de "queixadas", vai ela mais longe a esperar alguma que se atrase e se separe da coluna respeitável daqueles suínos, cujos dentes compridos e aguçados, com razão, lhe inspiram receios".

Há outros aspectos. Em conferência pronunciada pelo general RONDON, na Sociedade Rural Brasileira de São Paulo, e

publicada na "*Revista da Sociedade de Geografia*" tomo XXVIII, disse aquêle eminente sertanista — fato confirmado também por ARROJADO — que os "pantanais" mais próximos da serra de Maracaju e os do Mimoso caracterizam-se pela associação formidável de buriti (*Mauritia vinifera* de MARTIUS) e citou, como exemplos, os do rio Negro, Aquidauana, Taquari e do Mimoso pròpriamente, frisando ser êste último o ponto de contacto dos "pantanais" do Paraguai com os do Guaporé.

Nas corixas — depressões do terreno por onde vazam as águas das inundações, chegado o estio — esponta, contudo outra forma da paisagem do "pantanal" — o "pirizal" — desta feita, um brejo, ou antes, um paludal com vegetação de gramíneas e ciperáceas de que espécies de grande porte, recordam — segundo HOEHNE — grupos de Papyrus.

Outras vêzes, prevalecem paisagens mistas, de "carandás" e "paratudos", estreitamente associados.

Em geral, o solo do "pantanal" é argiloso ou arenoso, mas devido à decomposição dos hidromicachistos ou então do calcário, torna-se sólido e sêco — revestido de gramíneas verdes, quando se isenta das fortes inundações conseqüentes das chuvas particularmente copiosas, de janeiro a março.

Nos pontos mais elevados, o solo constitui, então zonas de transição para os campos cerrados e as matas hidrófilas. Em tal emergência, desempenham um papel de especial importância para os criadores da região nela estabelecidos, inicialmente — ao que se presume — desde os fins do século XVI.

Nas partes permanecidas acima das enchentes, ou sejam as não dominadas pelas cheias ordinárias, de dois e três metros de altura, a vegetação corpulenta reveste a forma de capões alongados — "cordilheiras" — geralmente compostos de "guanandi", "peruva preta", "cambará", "pimenteira" ou "árvore-do-catipe", e, também "muricipetina", árvore de menor porte cientìficamente conhecida por *Byrsonima crysephilla*, capões separam, por assim dizer, os "campos-firmes", dos campos, pròpriamente ditos, do Pantanal.

Para aquelas partes altas, porém atingidas pelas enchentes, e — cessada a inundação — cobertas de gramíneas e outras plantas forrageiras, acorrem, então, cervos e onças; nelas se reúne o gado, muitas vêzes, espontâneamente, no comêço da sêca, para engorda fácil e proveitosa, sobretudo na época subseqüente à vazante quando brota o capim mimoso, tenro e nutritivo.

De tal maneira se porta o gado nos campos — engordando fàcilmente e quase livre de bernes e carrapatos — que se firmou, na região a frase de que o boi é quem "cria" o fazendeiro. De fato, a frase tem o seu fundamento, porque o boi é o fator

econômico precípuo, que, no "Pantanal", apega o homem ao solo. Para êste último efeito, não sòmente concorrem as grandes extensões dos campos, mas também os "barreiros" e "lagoas salgadas" que, em verdade, representam uma contribuição eficiente e espontânea da natureza para a tarefa humana da integral alimentação do gado, considerado como objeto de uma explotação rendosa e econômica, a que se liga, por outro lado, certo número de indústrias para o preparo da carne salgada — saladeiros — de que há alguns mais celebrados, em Pôrto Murtinho, Barranco Branco e Aquidauana.

Segundo Rondon, excetuados os dos vales do Paraná e Araguaia, um tanto semelhantes aos campos da ilha de Marajó, devido aos seus lagos imensos, que lhe dão aspecto particular em relação aos restantes, os "pantanais" mais conhecidos em Mato Grosso — tomando a expressão no seu sentido mais geral — são os das sub-bacias do Guaporé e do Paraguai, isto é, os dos vales do Cântaro, do Cantarinho, São Miguel, São Simão, Rio Branco de São Simão, Colorado de Mequéns, Curumbiara, Alegre Barbado, todos da sub-bacia do Guaporé; e os dos vales do Cuiabá, São Lourenço, Piqueri e seus afluentes Itiquira e Correntes, Taquari, Negro, Aquidauana, Miranda, Tererê e Apa.

Conciliando a diversidade dos "pantanais", sob o ponto de vista florístico, fitofisionômico e da posição relativa — sobretudo — seria possível agrupar os mais conhecidos da sub-bacia do Paraguai, na seguinte ordem, obedecendo-se à sua distribuição geográfica, de norte para sul:

a — *Pantanal do Cuiabá;* b — *Pantanal do São Lourenço;* c — *Pantanal do Taquari;* d — *Pantanal do Rio Negro;* e — *Pantanal de Aquidauana;* f — *Pantanal de Miranda;* g — *Pantanal de Corumbá;* h — *Pantanal de Nabileque;* i — *Pantanal do Tererê;* j — *Pantanal do Rio Apa.*

Tal divisão teria pelo menos, o mérito de facilitar a indentificação, na carta, de grande número de "pantanais", que recebem em Mato Grosso, denominações locais, mas que, no conjunto, constituem partes de uma mesma "família" de fenômenos geográficos, que se repetem — embora com matizes diferentes — para o norte — até o paralelo 12°; para o sul — até o paralelo 22°; para leste — até o meridiano 55° W de Greenwich e para oeste até pouco além do Meridiano 58° W de Greenwich, avançando sôbre uma estreita faixa de terra do território boliviano, de largura máxima de 100 quilômetros a partir da fronteira do Brasil.

TAPERA

NELSON WERNECK SODRÉ

NEM SÓ por ser a terra imensa e a gente pouca foi difícil o povoamento do Brasil e, posteriormente, o preenchimento dos vazios extensos que separam, ainda hoje, os focos de vida e de riqueza. Também a marcha territorial desta motivou êsses hiatos largos e dissociadores. Zonas inteiras conheceram o desenvolvimento, por vêzes rápido, para depois de caírem e serem progressivamente abandonadas pelos seus moradores. Por isso é aue. nas cartas brasileiras, nos roteiros e mapas, a palavra "tapera" é tão freqüente. Aos viajantes do nosso interior, mesmo em zonas em que existe relativo progresso, se deparam, com freqüência, as "taperas".

Ora são casebres e choupanas, isoladas e perdidas, abandonadas de seus moradores e entregues ao tempo. Ora são pequenos núcleos de povoamento, que chegaram a atingir nível de progresso interessante, quando tudo anunciava se tornariam vilas, com o passar dos tempos, — e que entram a declinar, a tal ponto que os povoadores abandonam as suas casas, vão procurar ganhar a vida em outros lugares, e aquêle conjunto fica ao sabor do tempo, tornando-se uma tapera. Muitas vêzes, os próprios caminhos que levavam a tais lugares se tornam meras picadas, que o mato cobre e que difìcilmente o viajante encontra e distingue. Tendo o núcleo gerado caminhos, o declínio apaga os roteiros que levam às "taperas". Nas viagens pelo interior brasileiro, em zonas distantes, o encontro com as "taperas" é relativamente freqüente. Há zonas em que elas surgem amiúde, indicando a antiga passagem de progresso e de vida, e o abandono posterior, por motivos os mais variados. As "taperas" isoladas encontram-se em todos os recantos brasileiros, mesmo em zonas ricas.

A transformação de casas e vilas em "tapera" serviu já de motivo a muitas páginas literárias, que as caracterizam. DARCI AZAMBUJA, no seu livro de contos "*No Galpão*", assim descreve a transformação: "A propriedade tocou a um parente longe, que

PERCY

arrendou o campo e não se importa com a casa. Hoje, quem passa na estrada, vê que ela se vai arruinando aos poucos, fechada, sem abrigar mais ninguém. O banco de pau desapareceu, a latada de madressilva caiu, caíram as cêrcas de sarrafo, no telhado há um grande rombo. As chuvas e os ventos derrubaram o teto, primeiro, depois uma parede, e as portas, as janelas... E lentamente a casa irá tornando-se "tapera" — que é uma saudade perdida no campo..." ALCIDES MAYA assim a pintou: "O tempo, irônico, depois de dispersar aos acasos da sorte a raça modesta que lutou e sofreu sob êsse teto humilde, deixou erguidos no anonimato da morte, sem sombra de tradições, os teus muros solitários, que ora parecem rir para o caminho, pelas janelas e pelas portas escancaradas, um riso escarninho, doloroso do vazio que és sob o firmamento radiante, ora ameaçam soturnamente, enoitecidos e torvos, o horizonte remoto". Se assim foram pintadas as "taperas" sulinas, de modo não muito diferente pintaram as goianas e as mineiras HUGO DE CARVALHO RAMOS e AFONSO ARINOS.

TEODORO SAMPAIO explicou a origem do vacábulo como expressando aldeia extinta, em linguagem típica. Eram os núcleos desertados pelo índio, em busca de melhores paragens ou tocados pelo avanço do homem branco. Hoje, assinalam, pontilhando o interior brasileiro, ora como casas isoladas, ora como fazendas e engenhos abandonados, ora como antigos núcleos de povoamento, a inexorável marcha da riqueza e a sucessão de tristeza e abandono que a acompanha.

SERVIÇO GRAFICO
IBGE
RIO DE JANEIRO-BRASIL

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

13-6-70			

Ficha para empréstimo do livro

AUTOR
Brasil. IBGE

TÍTULO
tipos e aspectos do Brasil

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

13.6.70	Neide Passos Pereira		

PROVE QUE SABE HONRAR OS SEUS COMPROMISSOS DEVOLVENDO COM PONTUALIDADE ÊSTE LIVRO À BIBLIOTECA DO I. A. A.

O praso poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.

Impresso paro ficho de empréstimo de livro